



**Prefeitura de
Fortaleza**

Secretaria Municipal do
Planejamento, Orçamento e Gestão



PPA

PLANO PLURIANUAL

2018 - 2021

Lei N.º 010.645, de 23 de novembro de 2017
Suplemento do DOM ao N.º 16.153, de 04/12/2017

LEI Nº 010.645 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) de Governo do Município de Fortaleza para o quadriênio 2018–2021.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E SANCIONOU A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de Fortaleza, para o quadriênio 2018-2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, e o art. 173, inciso I, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Orgânica do Município, na forma do Anexo desta Lei.

Art. 2º O Plano Plurianual do Município de Fortaleza 2018–2021 foi elaborado com base nas diretrizes dispostas em 7 (sete) eixos que congregam programas e ações, concebidos tomando como referência o Plano Fortaleza 2040, com o fim de alcance dos resultados estratégicos a seguir estabelecidos:

I — Eixo Equidade Territorial e Social:

Resultado Estratégico:Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa: territórios com redução das desigualdades sociais e integrados à sociabilidade urbana;

II — Eixo Cidade Integrada, Acessível e Justa:

Resultado Estratégico:Fortaleza da Mobilidade: melhoria da forma e acessibilidade urbana;

III — Eixo Vida Comunitária, Acolhimento e Bem-Estar:

Resultado Estratégico:Fortaleza Saudável: melhoria da saúde da população;

Resultado Estratégico:Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa: comunidade acolhedora, inclusiva, com valorização e respeito à diversidade;

Resultado Estratégico:Fortaleza da Juventude: promover atenção integral à juventude, com ênfase na inserção produtiva e social;

IV — Eixo Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento:

Resultado Estratégico:Fortaleza do Conhecimento: população com acesso à educação de qualidade, ao conhecimento e aos bens culturais de Fortaleza;

V — Eixo Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais:

Resultado Estratégico:Fortaleza Sustentável: recursos naturais protegidos e qualidade do meio ambiente assegurada;

VI — Eixo Desenvolvimento Econômico e Inclusão Produtiva:

Resultado Estratégico:Fortaleza Produtiva e Inovadora: desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e dinamizado;

VII — Eixo Governança Municipal:

Resultado Estratégico:Fortaleza Planejada e Participativa: gestão planejada e participativa dos serviços públicos, com foco no acolhimento, equilíbrio fiscal e transparência.

Art. 3º Integram o PPA 2018–2021 os seguintes volumes:

I — Volume I: Contempla o perfil socioeconômico do Município, o estágio atual de desenvolvimento social, o processo participativo de elaboração do PPA, a orientação estratégica de Governo, o financiamento e gestão do Plano;

II — Volume II: Integram o Volume II os seguintes Anexos:

a) Relatório I: Demonstrativo Consolidado da Programação Orçamentária por Eixo e Área Temática;

b) Relatório II: Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática;

c) Relatório III: Programas por Unidade Orçamentária;

d) Relatório IV: Demonstrativo por Órgão, Programa e Fonte;

e) Relatório V: Regionalização das Ações e Metas Físicas dos Programas Finalísticos;

f) Relatório VI: Regionalização das Ações e Metas Financeiras dos Programas Finalísticos;

g) Relatório VII: Demonstrativo por Função e Subfunção.

Art. 4º Os programas e ações deste Plano Plurianual serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Art. 5º O valor global dos programas, as metas e os enunciados dos objetivos não constituem limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

Art. 6º A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de um novo programa serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei.

Art. 7º O Plano Plurianual incorpora automaticamente as alterações estabelecidas pelas Leis Orçamentárias Anuais aprovadas pela Câmara Municipal e suas alterações, devendo a Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) proceder aos ajustes necessários para fins de alinhamento dos instrumentos de planejamento.

Art. 8º A Prefeitura Municipal poderá formular revisões gerais do Plano Plurianual (PPA) durante sua execução, devendo submetê-las à aprovação da Câmara Municipal.

Art. 9º A Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) disponibilizará no Portal da Prefeitura, na internet, a Lei e Anexos do PPA atualizados, em até 90 (noventa) dias, após sua aprovação original ou de suas alterações.

Art. 10. O Plano Plurianual será acompanhado e monitorado sistematicamente para averiguação do cumprimento dos objetivos, metas e ações dos principais programas de governo, sob a coordenação da SEPOG.

Parágrafo único. Caberá à SEPOG definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas para o monitoramento dos programas especificados no *caput*, junto aos órgãos e entidades de Governo.

Art. 11. Os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela condução dos programas deverão manter atualizados, durante cada exercício financeiro, na forma estabelecida pela SEPOG, as informações referentes à execução física das ações orçamentárias constantes dos programas sob sua responsabilidade.

Art. 12. O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal de Fortaleza, até o dia 30 de abril de 2020 e 30 de abril de 2022, relatório de avaliação do Plano Plurianual, respectivamente aos biênios 2018–2019 e 2020–2021.

§ 1º Caberá ao Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) a coordenação e a elaboração do relatório de avaliação do Plano Plurianual correspondente aos biênios definidos no *caput* deste artigo, inclusive do conjunto das políticas setoriais e do mapa estratégico do Governo.

§ 2º O relatório a que se refere o *caput* deste artigo conterà, no mínimo:

I — avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano Plurianual, explicando, se for o caso, as razões das diferenças verificadas entre os valores previstos e observados;

II — demonstrativo, por programa, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada;

III — acompanhamento da evolução dos indicadores de resultados;

IV — avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador, e de cumprimento das metas físicas e da previsão de custos para cada ação, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.

Art. 13. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual de que trata esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Fortaleza, em 23 de novembro de 2017.

ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA
Prefeito Municipal de Fortaleza



Prefeitura de
Fortaleza



PLANO PLURIANUAL

2018 - 2021

PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO 2018-2021

Lei N.º 010.645, de 23 de novembro de 2017

Suplemento do DOM ao N.º 16.153, de 04/12/2017

Novembro, 2017



Prefeitura de Fortaleza

Prefeito de Fortaleza
Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra

Vice-Prefeito de Fortaleza
Moroni Bing Torgan

Gabinete da Primeira Dama Carolina Cunha Bezerra

Gabinete do Prefeito Francisco José Queiroz Maia Filho

Gabinete do Vice-Prefeito Moroni Bing Torgan

Secretaria Municipal de Governo Samuel Antônio Silva Dias

Procuradoria Geral do Município José Leite Jucá Filho

Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão Philipe Theophilo Nottingham

Controladoria e Ouvidoria Geral do Município Alcimor Aguiar Rocha Neto

Secretaria Municipal das Finanças Jurandir Gurgel Gondim Filho

Secretaria Municipal da Segurança Cidadã Antônio Azevedo Vieira Filho

Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos João de Aguiar Pupo

Secretaria Municipal da Educação Antonia Dalila Saldanha de Freitas

Secretaria Municipal da Saúde Joana Angélica Paiva Maciel

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico Mosiah de Caldas Torgan

Secretaria Municipal da Infraestrutura Ana Manuela Marinho Nogueira

Secretaria Municipal do Esporte e Lazer Ricardo Ferreira de Souza

Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente Maria Águeda Pontes Caminha Muniz

Secretaria Municipal do Turismo de Fortaleza Alexandre Pereira Silva

Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Elpídio Nogueira Moreira

Desenvolvimento Social

Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza Francisco Evaldo Ferreira Lima



Prefeitura de Fortaleza

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Diogo Vital de Siqueira Cruz

Habitacional de Fortaleza

Secretaria Regional I Gilberto Costa Bastos

Secretaria Regional II Ferruccio Petri Feitosa

Secretaria Regional III Antônio Henrique da Silva

Secretaria Regional IV Francisco Sales de Oliveira

Secretaria Regional V José Ronaldo Rocha Nogueira

Secretaria Regional VI Antônio José Aguiar Albuquerque

Secretaria Regional do Centro Francisco Adail de Carvalho Fontenele

Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza Geovânia Sabino Machado

Guarda Municipal de Fortaleza Rômulo Reis de Almeida

Departamento Municipal de Proteção e Defesa dos Maria Cláudia Santos da Silva

Direitos do Consumidor

**Vinculados ao Gabinete do Prefeito
Status de Secretaria**

Instituto de Planejamento de Fortaleza Eudoro Walter de Santana

Agência de Fiscalização de Fortaleza Marcelo Jorge Borges Pinheiro

Coordenadoria Especial de Política Públicas de Julio Brizzi Neto

Juventude

Coordenadoria Especial de Políticas Sobre Drogas Marta Maria do Socorro Lima Barros Gonçalves

Coordenadoria Especial de Participação Popular João Batista Arruda Pontes

Coordenadoria Especial de Relações Patrícia Maria Alencar Monteiro de Macedo

Internacionais e Federativas

Coordenadoria Especial de Articulação das Regionais Renato César Pereira Lima

Coordenadoria Especial de Articulação Política Lúcio Albuquerque Bruno Figueiredo



Prefeitura de Fortaleza

Administração Indireta

Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental	Homero Cals Silva
Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania	Francisco Arcelino Araújo Lima
Companhia de Transporte Coletivo	Carlos Alberto Alves de Sousa
Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza	Regis Rafael Tavares da Silva
Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza	José do Carmo Gondim
Instituto Dr. José Frota	Riane Maria Barbosa de Azevedo
Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos	Fábio Santiago Braga
Instituto de Pesos e Medidas	Rogério de Alencar Araripe Pinheiro
Instituto de Previdência do Município	Ricardo Cesar Xavier Nogueira Santiago
Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza	Claudio Ricardo Gomes de Lima
Fundação da Criança e da Família Cidadã	Tânia de Fátima Gurgel Nobre



Prefeitura de Fortaleza

Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão

Secretário Philipe Theophilo Nottingham

Secretário Adjunto João José Vasco Peixoto Furtado

Secretário Executivo Maria Christina Publio Machado

Coordenadoria Jurídica Airton Douglas de Andrade Lucas

Assessoria Técnica Marcos Cavalcanti

Assessoria de Comunicação Mariana de Aguiar Toniatti

Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional Desirée Custódio Mota

Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Monitoramento Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha

Coordenadoria de Gestão e Modernização Organizacional Maria Lúcia Rabelo de Andrade

Coordenadoria de Gestão de Aquisições Corporativas Juliana Araripe Bringel

Coordenadoria de Gestão Corporativa de Tecnologia da Informação e Comunicação João Alcides de Oliveira Guerra

Coordenadoria de Gestão de Patrimônio Rosangela de Albuquerque e Silva

Coordenadoria de Gestão Estratégica de Pessoas Noeme Milfont Magalhães

Coordenadoria de Gestão Estratégica de Pessoas Maria Eveline CostaLeitão

Coordenadoria Administrativo-Financeira João Carlos Wanderley de Lima

Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação Jorge Alberto Cavalcanti Alcoforado



Prefeitura de Fortaleza

Equipe Técnica

Coordenação Geral Philippe Theophilo Nottingham
Eudoro Walter de Santana

Coordenação Técnica Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha
Mário Fracalossi Junior

Equipes Setoriais Coordenadores, Assessores e Técnicos de Planejamento e Técnicos Administrativo Financeiro das Secretarias e vinculadas

Elaboração Técnica

SEPOG Ana Socorro Pereira Carvalho Simplicio
Antônio Ézio Martins Pereira
Cristiane Eleutério Carvalho Deusdará
Dorimedonte Teixeira Ferrer Neto
Diogo de Matos Pereira
Francisco Bruno Martins Rodrigues
Isabella Maria Coelho Veloso
Jose Eudes Pires Rodrigues
Jose Carlos Gomes de Freitas Teixeira
Luiza de Lourdes Bezerra Mota
Lucineide Alves da Silva
Marcelle Feitosa Alves Barbosa
Marcelo Maximiliano da Costa
Marcelo Sobreira Carneiro

IPLANFOR Mário Fracalossi Junior
Lia de Souza Parente

CEPS Lia Ferreira Gomes

Tecnologia da Informação Jorge Alberto Cavalcanti Alcoforado
Augusto Cesar da Silva Araujo
Arthur Felipe Molina Moreira
Euristenho Queiroz Junior
Luis Eduardo Pequeno Almeida



Prefeitura de Fortaleza

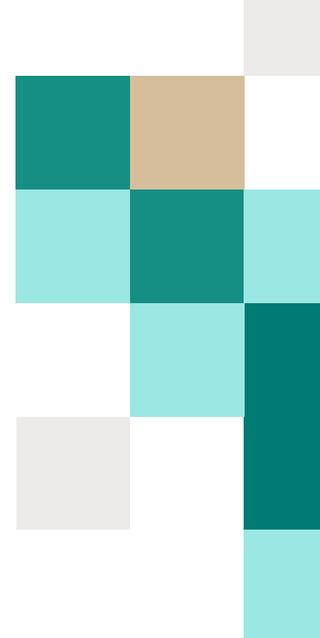
Equipe Técnica

Colaboradores Diva Emília Lopes Fernandes
Janaina dos Santos Benvindo
Mariana de Aguiar Toniatti
Shesllyda Lindolfo da Silva Pinheiro
Claudia Sousa Leitão
Francisco Carlos Bezerra e Silva
Annia Melo de Saboya Cruz
Ellen Garcia da Silveira
Maria das Graças G. Lessa
Edilva Praciano da Silva Paiva
Rosana Lima Rodrigues
Rômulo Andrade da Silva
Sulyane Araújo Montezuma
Camila de Siqueira Diniz Leite
Leandro dos Santos Cruz

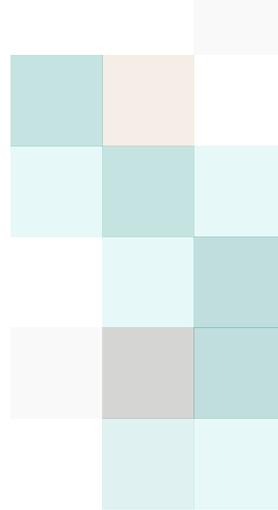
Milena Costa Miranda

Diagramação

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO 01	26
FORTALEZA HOJE 02	
A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE 02	32
O PERFIL SOCIOECONÔMICO 02	35
ESTÁGIO ATUAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 02	49
O PROCESSO PARTICIPATIVO 03	62
ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DO GOVERNO 04	
EIXOS, RESULTADOS ESTRATÉGICOS E ÁREAS TEMÁTICAS 04	68
MATRIZ PROGRAMÁTICA INTERSETORIAL DE GOVERNO 04	96
O PPA EM RESULTADOS E GRANDES NÚMEROS 05	100
AGENDA ESTRATÉGICA DE GOVERNO – RESULTADOS SINTÉTICOS 05	100
FINANCIAMENTO DO PLANO 05	120
GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018-2021 06	132
GERENCIAMENTO E RESPONSABILIDADE 06	133
AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PPA 2018-2021 06	133
APÊNDICES 07	
ESPECIFICAÇÕES DAS FONTES DE RECURSOS 07	
ESPECIFICAÇÕES DOS INDICADORES 07	
GLOSSÁRIO 07	



1. INTRODUÇÃO

A concepção do Plano Plurianual-PPA 2018-2021 de Fortaleza foi conduzida com o propósito de assegurar o permanente aprimoramento dos processos de planejamento, execução e monitoramento das políticas públicas, assim como a efetiva participação social em todas suas etapas, contribuindo para transformá-la em uma cidade com mais oportunidades, justa, pacífica e acolhedora. Apresenta-se o Plano abordando os seguintes aspectos: a) as ações empreendidas pela gestão municipal visando ao aperfeiçoamento dos instrumentos anteriormente construídos e os relevantes benefícios delas advindos; b) as bases legais que determinam a sua elaboração; c) os princípios que o nortearam e o contexto em que se desenvolveu a idealização estratégica e se selecionou a metodologia aplicada; d) a estrutura geral desse documento.

O planejamento de nossa cidade tem-se destacado, entre os diversos avanços recentes, por implementações inovadoras em seus instrumentos legais básicos com relação aos períodos de vigência anteriores - a exemplo do PPA 2013-2017, que se pautou na gestão pública para resultados, da Lei Orçamentária Anual-LOA 2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentária-LDO 2017 que vincula a LOA ao PPA. Esses instrumentos de planejamento de curto e médio prazo do ciclo vigente incorporaram, parcialmente, os aperfeiçoamentos necessários e prioritários apontados como fruto dos esforços de planejamento de longo prazo dispendidos durante a elaboração do Plano Fortaleza 2040, que, à época, se encontrava em fase de conclusão.

O PPA 2018-2021 diferencia-se dos anteriores por inaugurar a série dos seis planos plurianuais municipais que serão contemplados, na totalidade de suas vigências, pela concepção integrada do Fortaleza 2040. Prioriza-se, entre outras abordagens, a superação dos desafios e obstáculos que irão se opor às próximas gestões, mediante a antecipação de oportunidades e riscos à realização do futuro planejado, segundo o imprescindível entendimento de que se deve valorizar o planejamento responsável e evitar descontinuidades que transcendam ao período de cada governo.

Além de consolidar esses avanços expressivos direcionados a tornar a nossa cidade um lugar de convivência melhor para os moradores de seus diversos territórios, o presente PPA aponta para a condução articulada de políticas públicas intersetoriais com a finalidade precípua de enfrentar os problemas sociais, econômicos e ambientais que resultam, predominantemente, do processo migratório das últimas décadas. O Plano almeja garantir a contínua melhoria da qualidade de vida de toda a população, inobstante as limitações impostas pela crise que assola a economia nacional, em especial agravada nos últimos três anos, ainda que minimizadas localmente pelo senso de responsabilidade e pela adoção de medidas inovadoras que vêm caracterizando o planejamento, a execução e a eficácia do monitoramento das ações recentemente implementadas no âmbito municipal.

Dentro do ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal de 1988-CF estabelece o PPA como instrumento normativo para materializar o planejamento de programas e ações governamentais, fortalecendo a integração entre as funções de planejamento e orçamento (Lei Orçamentária Anual-LOA) por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO.

Reforçam a ação planejada e a compatibilização dos orçamentos com a LDO e o PPA tanto o art. 166 da CF, que prevê a compatibilidade de emendas com a LOA, quanto as determinações da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF), que instituiu a Programação Financeira e o Cronograma de Execução de Desembolso para despesas das atividades e projetos, exigindo-se sua periodicidade mensal e a indicação das fontes

de financiamentos. Essa última é condição prévia à aprovação de possíveis emendas ao orçamento anual nos períodos de tramitação do projeto (PLOA) e de sua vigência. Já a Lei Complementar 131/2009 busca elevar o grau de transparência do conjunto dessas ações, por exemplo, determinando a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira dos entes públicos.

Destacam-se, entre diversas determinações da Lei Orgânica do Município-LOM direta ou indiretamente relacionadas com o planejamento de Fortaleza: a programação e o planejamento sistemáticos (art. 10º, inciso V); a adequada participação dos cidadãos nas decisões do poder público (art.10º inciso I); e a necessidade de respeito à transparência e ao controle popular (art.10º inciso III), em especial, na elaboração do Plano Diretor, do Plano Plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

O elenco de princípios que norteiam o Plano abrange: convergência territorial, alocando-se os investimentos com o propósito de organização do território mais equilibrada; integração de políticas e programas para otimizar os resultados da focalização do público-alvo e de temáticas específicas; monitoramento e avaliação dos programas visando à melhoria contínua e mensurável da qualidade e produtividade dos bens e serviços públicos; estabelecimento de parcerias para ampliar os recursos de financiamento dos investimentos; gestão estratégica dos programas com o fim de gerenciar intensivamente os programas indutores do crescimento com foco em resultado; transparência tendo em vista ampliar a divulgação do processo; e participação social como instrumento de interação Estado-cidadão para aperfeiçoamento das políticas públicas.

Constituem as principais bases conceituais e diretrizes estratégicas (v. Figura 1) nas quais se assentam o PPA 2018-2021, além do Plano Fortaleza 2040: o Plano de Governo 2017-2020, a Avaliação do PPA 2014-2017 e a Análise da Estrutura Programática de Governo vigente, esses dois últimos processos desenvolvidos no primeiro semestre de 2017. Ademais, impõe-se a necessidade de a Administração Pública Municipal aprimorar os mecanismos de cooperação federativa, a exemplo da manutenção da compatibilidade entre as concepções estratégicas do PPA 2018-2021 e os planos plurianuais vigentes nas esferas federal e estadual.

Figura 1 – Bases Conceituais e Diretrizes Estratégicas do PPA 2018-2021



O reforço no caráter estratégico desse Plano evidencia-se com a idealização da Agenda Estratégica de Governo composta de sete Eixos (conforme delineados no Fortaleza 2040). Cada um deles abrange os Resultados pretendidos para o período 2018-2021, bem como os respectivos Indicadores sugeridos para avaliar a evolução de cada Resultado.

Paralelamente, o alcance do Resultado Estratégico pressupõe a definição de uma ou mais Áreas Temáticas/Setoriais relacionadas com os respectivos Objetivos e Indicadores, visando à priorização, à execução, ao monitoramento e à avaliação das ações programáticas, com a indicação dos órgãos da Administração Pública Municipal envolvidos.

Ressalta-se que o processo de idealização da Agenda Estratégica do PPA 2018-2021 acarreta significativos benefícios, tais como: aperfeiçoamento do processo de declaração dos Resultados Estratégicos e seus Indicadores, com a escolha das Áreas Temáticas envolvidas; maior transparência na avaliação dos resultados pretendidos com os Programas de Governo, por meio da evolução dos Indicadores; qualificação da seleção e oferta dos produtos (bens e serviços) a serem entregues à população, por meio do monitoramento e da avaliação permanentes das Ações Programáticas, destacando as entregas mais relevantes e estruturantes para a implementação das políticas públicas.

A abordagem metodológica presente na elaboração desse Plano Plurianual contempla o aperfeiçoamento das estratégias e ações bem-sucedidas em gestões anteriores e a adoção de propostas inovadoras, que se destinam a: dinamizar parcerias com os diversos agentes sociais; ampliar a base atual de fontes de financiamento dos projetos; e promover o desenvolvimento integrado local, garantindo o uso responsável dos recursos públicos e a prestação de contas com resultados efetivos e de qualidade.

Justifica-se a convicção no êxito da implementação das ações contempladas no PPA 2018-2021, porquanto o seu desenvolvimento considerou fatores essenciais, tais como: a abrangência do contexto considerado; a concepção das estratégias sustentadas em uma larga base de informações e conhecimentos agregados; o nível de representação social envolvendo os principais interessados em todas as etapas de formulação; e o aperfeiçoamento dos processos de monitoramento e avaliação propostos. Contribuem decisivamente para essa perspectiva otimista os profícuos debates promovidos no âmbito interno da administração e a decisiva participação da sociedade civil, que caracterizam os processos de elaboração dos instrumentos de planejamento da cidade elaborados sob a égide do Fortaleza 2040.

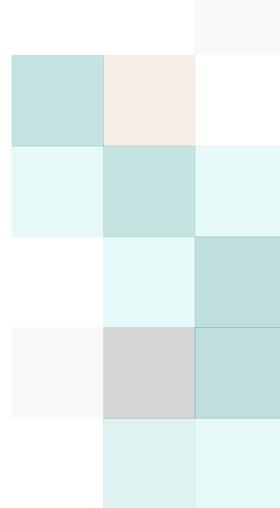
O conjunto de orientações metodológicas e estratégicas seguidas nas etapas de concepção e acompanhamento da execução, monitoramento e avaliação das ações, que contaram com uma relevante participação social, constitui a propriedade essencial do presente Plano Plurianual: sustentar o compromisso firmado pela Administração Pública Municipal de ofertar, do modo mais adequado e viável, o elenco de bens e serviços públicos a serem entregues aos fortalezenses no período de 2018 a 2021.

O Plano possui a seguinte estrutura detalhada a posteriori:

i) análise situacional do estágio de desenvolvimento socioeconômico da cidade, abrangendo fatores históricos determinantes, estrutura etária da população, posições relativas de Fortaleza no contexto nacional e regional, evolução dos principais indicadores, considerando os recentes avanços resultantes das ações implementadas;

- ii) especificação das ações que garantam o envolvimento e a participação social;
- iii) descrição do processo de concepção estratégica, levando em conta as premissas adotadas, e seleção dos Indicadores e Metas Prioritárias de Governo por resultado pretendido, ambas voltadas para a elaboração da Matriz Estratégica orientadora das ações de governo;
- iv) detalhamento e priorização dos bens e serviços previstos para entrega à população durante o período 2018-2021, concebidos de forma articulada com base em Áreas Temáticas e Programas finalísticos e conforme indicados na Matriz Estratégica;
- v) previsão das despesas e projeção da receita com a indicação das fontes de financiamento objetivando cumprir as metas e prazos de entrega dos produtos durante a vigência do Plano;
- vi) exposição dos mecanismos apropriados para a Avaliação e Revisão do PPA 2018-2021, em vista da proposta de gestão responsável e compartilhada do PPA.

Pretendendo facilitar a compreensão do Plano por parte da população, inclui-se, entre os Apêndices, um glossário que abrange os principais conceitos da área de Planejamento e Orçamento, com o objetivo de equalizar o nível de conhecimento dos interessados.



2. FORTALEZA HOJE

A Formação Histórica da Cidade

O Perfil Socioeconômico

Estágio Atual do Desenvolvimento Social

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE

Depois de várias tentativas de colonização a partir do ano de 1603, Fortaleza começaria a ser concebida em 1612, na barra do rio Ceará, com a construção de um fortim pelo explorador português Martim Soares Moreno, que, com o passar dos anos e trocas de comando, foi destruído por indígenas e substituído, em 1644, às margens do riacho Pajeú, pelo Forte Schoonenborch. Feito de madeira e carnaúba, diversas vezes desmoronou. No lugar das ruínas, foram erguidos os alicerces da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, em 12 de outubro de 1812, hoje patrimônio histórico da cidade.

Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção – Riacho Pajeú (ano desconhecido)



Fonte: História & Fotos, site IBGE Cidades

Em 1823, Fortaleza tornou-se cidade, então denominada Fortaleza da Nova Bragança, e começou a ganhar melhorias urbanísticas, financiadas, principalmente, pelos recursos oriundos da cultura do algodão, que, devido à sua importância econômica à época, era denominado ouro branco. Dentre as principais obras construídas destacam-se o Farol do Mucuripe, a Santa Casa de Misericórdia, o Seminário da Prainha e a Cadeia Pública. Também nesse período foram instalados em Fortaleza bondes, telefones, praças, os famosos boulevards e cafés. No século XX, Fortaleza passou por grandes mudanças urbanas. Muitos estudos técnicos e planos urbanísticos foram produzidos, mas muito pouco foi executado.

Farol do Mucuripe (ano desconhecido)



Fonte: História & Fotos, site IBGE Cidades

Tornou-se costumeiro que os interesses de uma pequena classe mais abastada da cidade prevalecessem sobre os da maioria, mesmo à revelia de orientações técnicas bem fundamentadas. Um bom exemplo disso foi a decisão sobre a transposição do Porto da Praia de Iracema para o Mucuripe, atendendo exclusivamente ao interesse de transformar a Praia de Iracema em local exclusivo para suas casas de veraneio, apesar do laudo emitido por técnicos de notória especialidade alertando sobre problemas que poderiam acontecer. Essa mesma elite, que influenciou a equivocada decisão, teve boa parte de suas casas destruídas pelo mar pouco tempo depois da instalação da nova zona portuária, conforme havia sido previsto pelos técnicos contratados. O poder público não só teve que investir na obra de transposição do porto como também numa grande sequência de obras de contenção marinha (espigões, engordas de praia), erro que até hoje causa danos às cidades do litoral oeste do estado.

Entre as décadas de 1950 e 1960, a cidade quase que dobrou a sua população, passando de 270 mil habitantes para 514,8 mil, em parte, consequência, do grande êxodo rural decorrente de longos períodos de estiagem dispersa e desigual. A política pública de alocar essa população de baixa renda longe dos bairros já ocupados pela população mais abastada gerou um grande cinturão distante do núcleo histórico, onde foram implantados conjuntos habitacionais de baixa renda desprovidos de redes de abastecimento de esgoto, limpeza pública, drenagem, serviços de saúde e educação. Nessas décadas, durante o regime militar, a ocupação do território já espelha e acentua ainda mais sua intensa segregação social, a Fortaleza dos ricos, junto ao centro e na zona leste da cidade, e a Fortaleza dos pobres, inaugurada pelos “campos de concentração” que originaram o Alagadiço e o Pirambu, decorrentes da seca de 1932, e complementada pelo grande cinturão nas bordas da cidade.

Fortaleza dos anos 1950



Fonte: História & Fotos, site IBGE Cidades

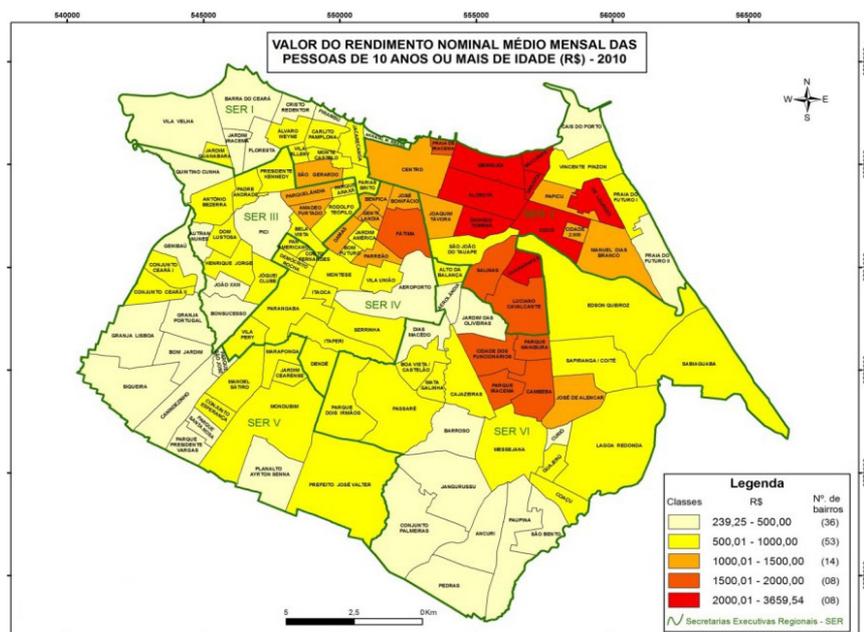
Ao final dos anos 1970, com a implantação do Distrito Industrial de Fortaleza, a cidade, agora com quase 873 mil residentes, começou a se destacar no cenário regional como importante pólo industrial. Como alternativa de morar mais próximo de oportunidades de trabalho e de poder usufruir alguns poucos serviços públicos, a população de baixa renda ocupa de forma ainda mais intensa as áreas verdes, áreas de preservação, margens de recursos hídricos, dunas, áreas portuárias e de marinha, se conformando assim extensas favelas.

Práticas não planejadas de expansão urbana, com objetivo exclusivo de auferir lucros para o bolso de alguns poucos por meio da especulação imobiliária, têm sido também, infelizmente, costumeiras em nossa cidade. Um bom exemplo disso foi a ampliação da Av. Santos Dumont na década de 1970, estimulando a ocupação desordenada da Praia do Futuro, que ainda não havia sido devidamente preparada (redes de drenagem, rede de esgoto), poluindo rapidamente o grande reservatório de água existente em suas dunas, que era capaz de abastecer boa parte da cidade.

Na década atual, como reflexo de políticas e cultura vigentes, a capital cearense foi apontada como a 5ª cidade mais desigual do mundo no relatório das Nações Unidas *State of the World's Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide*.

Os dez bairros mais ricos de Fortaleza têm renda pessoal de 26% da cidade. Os 44 bairros de menor renda da capital somam o mesmo percentual obtido pelos bairros ricos. Dessa forma, apenas 7% da população se apropria de 26% da renda pessoal total da cidade (v. Mapa 1).

Mapa 1 - Valor da Renda Média Pessoal por Bairros de Fortaleza (2010)



Fonte: IPECE

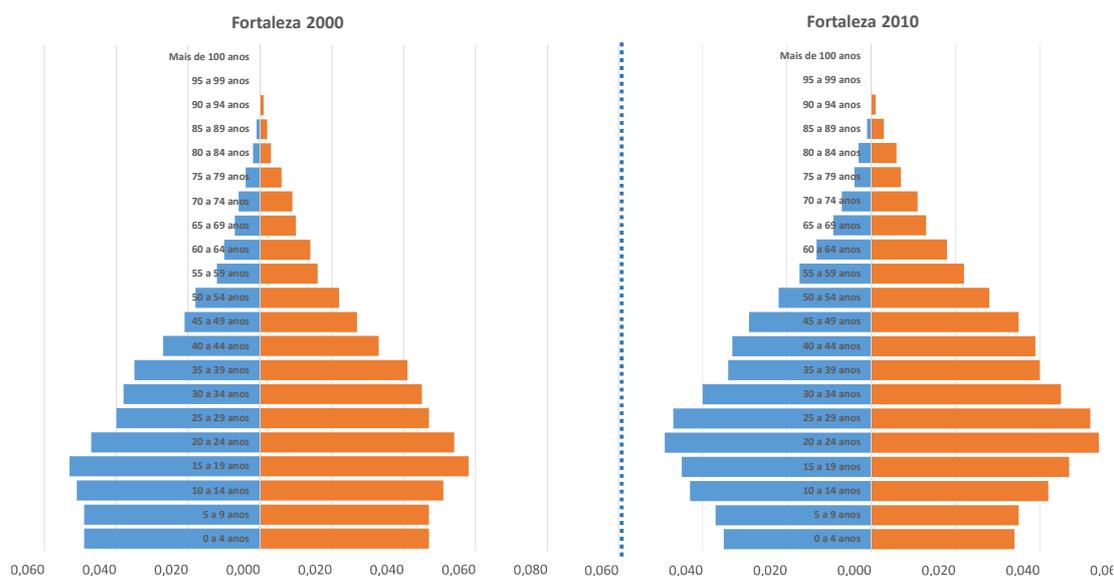
Essa forte concentração espacial da renda média pessoal de Fortaleza - que, segundo estimativas do IBGE (2017), abriga 2,6 milhões de habitantes - acarreta diversos problemas, dentre eles a potencialização de tensões sociais, áreas de grande vulnerabilidade e exclusão social, aumento da violência, grandes transtornos de mobilidade urbana - uma vez que amplia o movimento de pessoas de bairros muitos pobres para bairros de nível de renda mais elevado em busca de emprego-renda e serviços.

O PERFIL SOCIOECONÔMICO

| Estrutura Etária da População

A exemplo do que ocorre em todo o Brasil e no Ceará, o município de Fortaleza está passando por uma “transição demográfica”, com alteração significativa da estrutura etária da população: declínio da participação de criança e adolescente, aumento moderado da População em Idade Ativa e elevação rápida da população idosa (v. Gráfico1). O fenômeno é o resultado do efeito combinado da queda da taxa de fecundidade com o aumento da expectativa de vida da população.

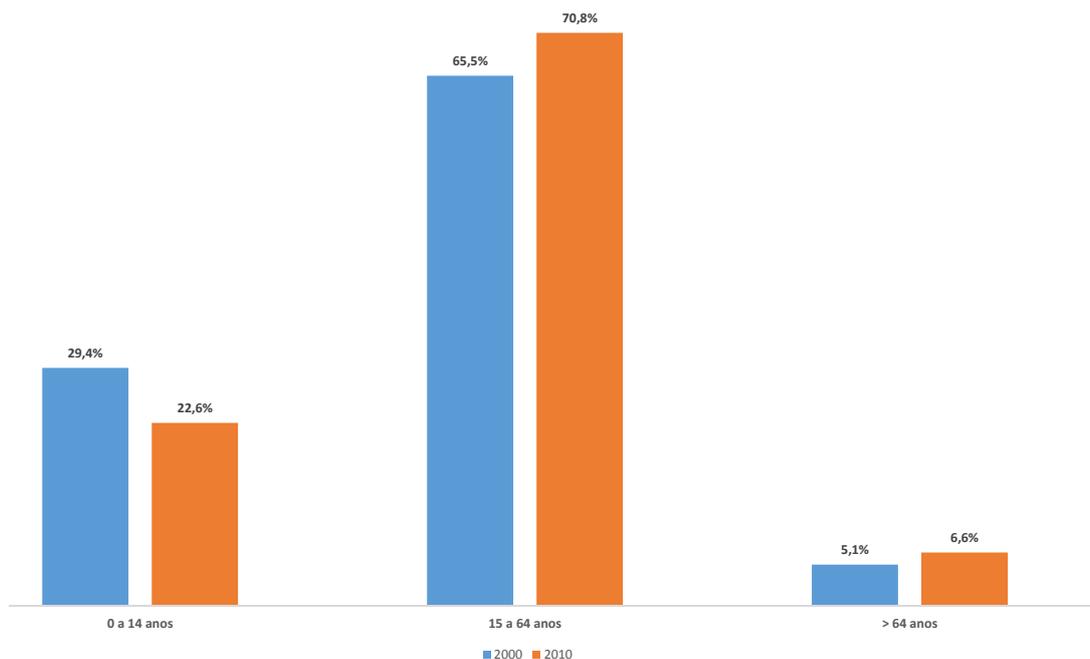
Gráfico1 - Pirâmide etária de Fortaleza de 2000/2010



Fonte: IBGE

O lado positivo dessa mudança na estrutura etária é o crescimento do grupo que forma a principal base da população em idade ativa (v. Gráfico 2). Se, por um lado, esse crescimento cria uma demanda adicional por emprego, oferece uma grande oportunidade para a economia de Fortaleza com a redução da dependência demográfica (ativos/inativos). Esse movimento da estrutura etária evidencia uma taxa negativa de crescimento nas faixas mais baixas de até 14 anos: enquanto, no período de 2000 a 2010, a população de 0 a 14 anos reduziu 12%, nas faixas de 15 a 64 anos aumentou 23,8% e a população idosa experimentou um aumento de 14,5%. Ao passo que a redução no número de crianças reduz o impacto dos gastos em educação e atenção básica na infância, a inclusão de mais 52,7 mil idosos pressiona os custos com previdência e saúde.

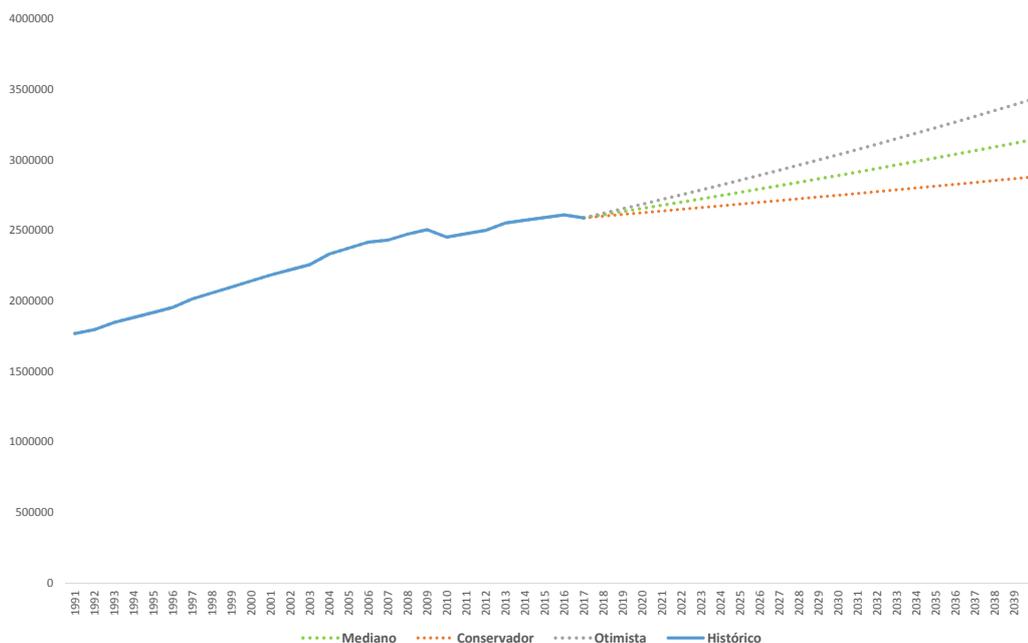
Gráfico2 - Evolução do número de crianças, adultos e idosos em Fortaleza



Fonte: IBGE

Essa tendência deve-se intensificar nas próximas décadas, combinando a própria maturação da estrutura etária atual com a taxa de fecundidade baixa e a elevação da expectativa de vida da população. Considerando a tendência populacional, chegaríamos a 2021 com uma população de 2,7 milhões de habitantes e a 2040, acompanhando um cenário mediano de projeção, com 3,1 milhões (v. Gráfico 3). Seguindo as tendências, Fortaleza pode ter uma redução forte da demanda por escolas, com diminuição das matrículas, especialmente no Ensino Fundamental, que já conta com alta taxa de escolarização. Por outro lado, acelera-se o processo de envelhecimento da população, que demanda cuidados específicos com saúde e seguridade social.

Gráfico 3 - Tendência populacional do município de Fortaleza em três cenários



Fonte: Dados históricos do IBGE. Projeção: SEPOG

Fortaleza ainda deve-se beneficiar do chamado “bônus demográfico” com redução da dependência demográfica por conta do aumento da população em idade ativa (considerada no intervalo de 20 a 64 anos) frente à população inativa, combinação de elevação dos idosos e redução de crianças e jovens. Com efeito, a dependência demográfica deve cair para cerca de 46,1%, em 2040, redução devida ao declínio da população infanto-juvenil paralelamente ao crescimento da população idosa. Esse lado positivo da queda de dependência demográfica tem como contrapartida a necessidade da geração de um grande volume de emprego para acompanhar a elevação da população em idade ativa.

Considerando essa faixa de 20 a 64 anos (menor que o intervalo considerado pelo IBGE para população em idade ativa, de 14 a 64 anos), haveria um aumento de 550 mil pessoas aptas para o trabalho (de 2015 a 2040). Ademais, é importante considerar que o grupo de inativos passaria a ser forte e crescentemente predominante pela população idosa; em 2010, tinha-se 4,3 crianças e adolescentes (população de zero a 14 anos) para cada idoso, caindo para praticamente uma criança e adolescente para cada idoso em 2040.

| A Economia de Fortaleza

A economia de Fortaleza, representada pelo seu Produto Interno Bruto (PIB), alcançou, em 2014, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o montante de R\$ 56,7 bilhões, situando a capital como a primeira economia do Nordeste e a 11ª em nível nacional. Além disso, a cidade foi considerada o 6º maior centro empregador do Brasil, o 7º maior poder de compra do país com um dos menores custos de vida entre as capitais, e foi, no período 2013-out/2016, a 3ª cidade brasileira que mais gerou empregos, em números absolutos.

Historicamente, a capital cearense concentra considerável parcela da produção de riquezas do estado, entretanto, observa-se uma ligeira queda da representatividade do PIB municipal na economia do Ceará, passando de 46,7%, em 2002, para 45,0%, em 2014 (v. Gráfico 4). Já em relação à participação em nível regional e nacional, nota-se que houve pouca variação nos percentuais ao longo dos anos.

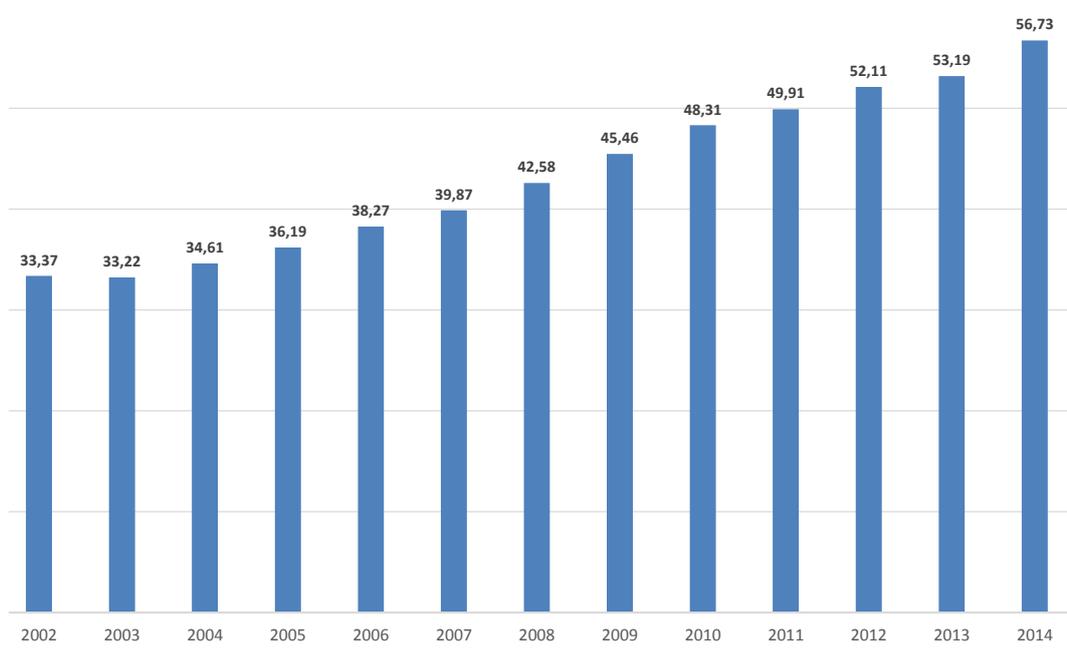
Gráfico 4 – Participação da Economia de Fortaleza no Ceará, Nordeste e Brasil (2002-2014)



Fonte: IBGE, Elaboração: SEPOG.

Apesar de ter perdido participação relativa na economia do estado, o PIB de Fortaleza apresentou uma trajetória de crescimento durante o período de 2002 a 2014, conforme se observa no Gráfico 5.

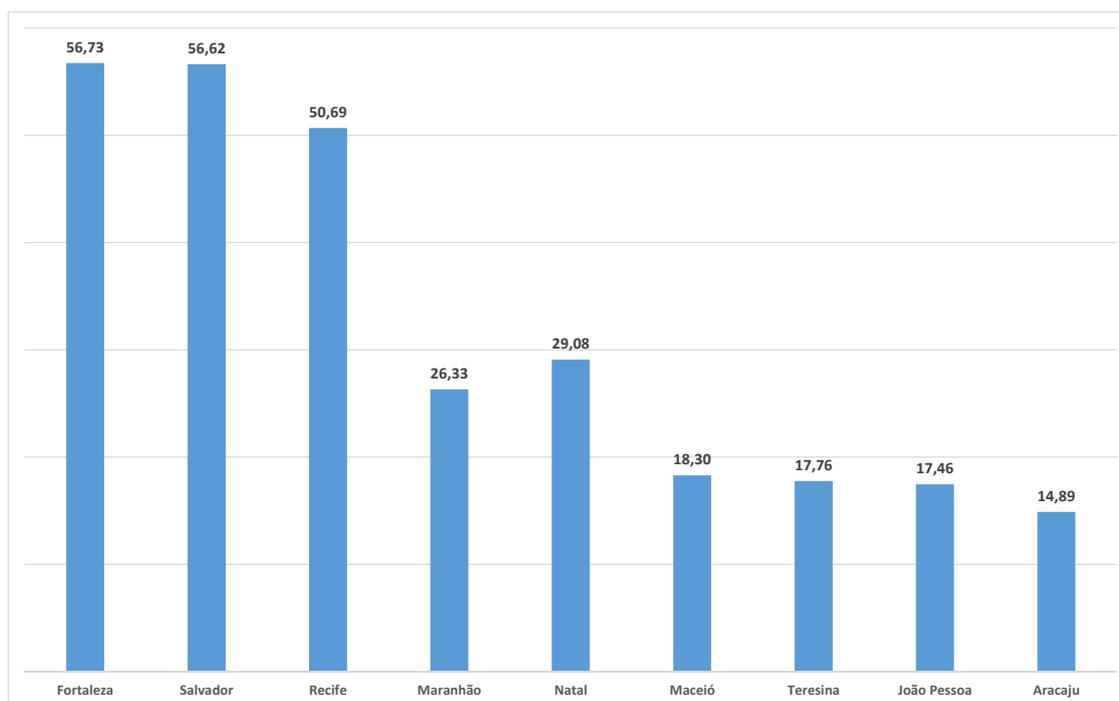
Gráfico 5 – Evolução do PIB de Fortaleza (R\$ bilhões – a preços de 2014)



Fonte: IBGE. Elaboração: SEPOG.

O Gráfico 6 mostra a dimensão da economia de Fortaleza quando comparada com as demais capitais do Nordeste. A capital cearense lidera o PIB na região, tendo, por exemplo, a produção de bens e serviços superior à soma da produção de Natal, Maceió e Teresina.

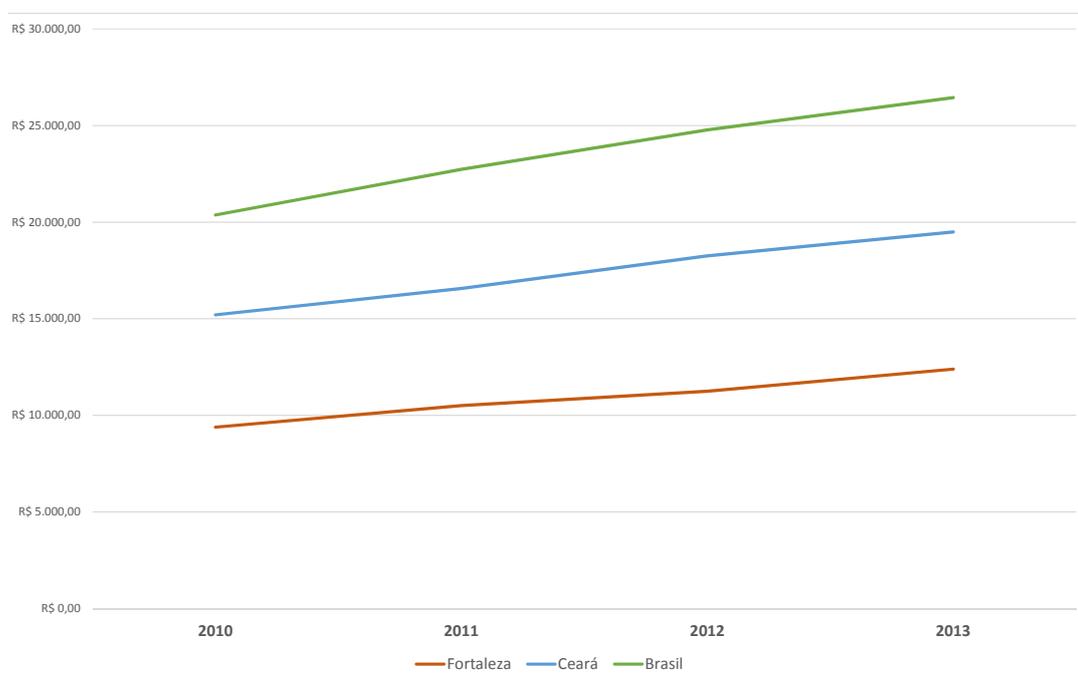
Gráfico 6 – PIB das capitais do Nordeste (R\$ bilhões – 2014)



Fonte: IBGE. Elaboração: SEPOG.

Em relação ao PIB per capita, dado que Fortaleza concentra quase a metade da produção de riqueza e aproximadamente um terço da população estadual, pode-se concluir facilmente que sua renda per capita é superior à observada no Ceará. Entretanto, apesar da maior pujança da capital, quando comparada ao restante do estado, ainda existe um considerável hiato de geração de riqueza ao se comparar a situação local com a nacional. O Gráfico 7 ilustra essas relações.

Gráfico 7 - Comparativo do PIB Per Capita de Fortaleza com o do Ceará e o do Brasil



Fonte: IBGE

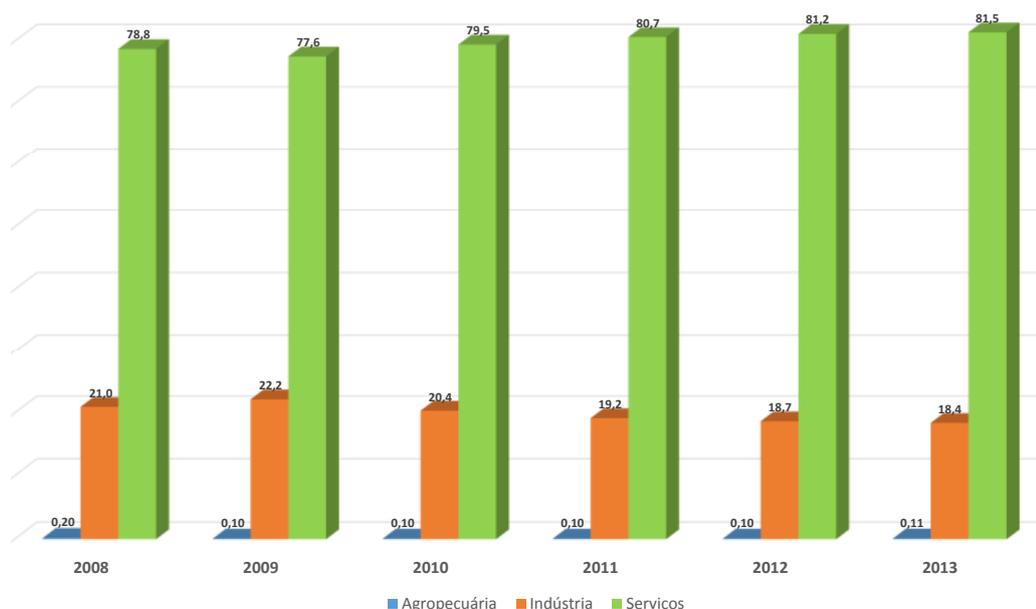
Nesse sentido identifica-se um importante desafio para a capital de promover o seu crescimento econômico com o intuito de, pelo menos, alcançar a renda média nacional. Entretanto, deve-se ressaltar que a promoção do desenvolvimento local poderá resultar em maior distanciamento da realidade econômica das demais áreas do estado e, conseqüentemente, em atração de migrantes de outras regiões menos dinâmicas ou estagnadas.

ESTRUTURA PRODUTIVA

Nas últimas décadas, a economia de Fortaleza vem passando por mudanças importantes na base econômica, consolidando-se como uma cidade de comércio e serviços, embora ainda concentre uma parcela importante da indústria do estado e da Região Metropolitana.

Conforme o Gráfico 8, em 2013, o setor de Serviços respondeu por, aproximadamente, 81,5% do Valor Agregado Bruto (VAB) total do município, com destaque para as atividades de comércio, bem como de serviços de alojamento, transportes e alimentação, por conta do intenso fluxo turístico na capital. A Indústria é o segundo principal setor, com participação de 18,4%. Dentre os segmentos industriais, destacam-se o de Transformação e a de Construção Civil. Com relação à Agropecuária, Fortaleza praticamente não possui zona rural, o que justifica a pequena participação do setor Agropecuário na economia municipal (apenas 0,11%).

Gráfico 8 – Estrutura produtiva da economia de Fortaleza – % dos setores no VAB



Fonte: IPECE, Elaboração: SEPOG.

Nos últimos anos, verificou-se a instalação de grandes *shopping centers* em diferentes pontos da cidade, tais investimentos contribuíram para incrementar a participação do setor de serviços. Adicionalmente, trouxeram inúmeros benefícios indiretos, pois, pelo que se observa, esse tipo de empreendimento exige transformações no espaço urbano da cidade como também em municípios vizinhos.

TURISMO

O turismo tem grande relevância na dinâmica atual da cidade, dada a sua característica de ser uma atividade econômica sistêmica. O setor possui grande impacto na geração de empregos para a cidade, em função da interdependência que mantém no que diz respeito à oferta de serviços, desde a infraestrutura de aeroporto, passando por serviços de hotelaria, transporte, acesso a praias, oferta de culinária, até os demais aspectos da cultura local.

Segundo a Secretaria Municipal do Turismo de Fortaleza (SETFOR), em 2015, visitaram o Ceará, via sua capital, 3,34 milhões de turistas. A Tabela 1 mostra que houve um crescimento na entrada de turistas durante os últimos anos. Parte desse crescimento, certamente, foi impulsionado pelo turismo de negócio, que vem reunindo importantes eventos nacionais e internacionais em Fortaleza, tornando a capital um dos principais pólos de negócios do País. O Centro de Eventos do Ceará foi extremamente relevante para o fortalecimento do setor.

Tabela 1 – Demanda Turística via Fortaleza (1996-2015)

Ano	Total		Nacional		Internacional		Participação (%)
	Turistas	Índice	Turistas	Índice	Turistas	Índice	
1996	773.247	100	733.038	100	40.209	100	5,2
1997	970.000	125,4	914.710	124,8	55.290	137,5	5,7
1998	1.297.528	167,8	1.218.379	166,2	79.149	196,8	6,1
1999	1.388.490	179,6	1.296.850	176,9	91.640	227,9	6,6
2000	1.631.072	210,9	1.458.178	198,9	172.894	430	10,6
2002	1.629.422	210,7	1.446.927	197,4	182.495	453,9	11,2
2003	1.550.857	200,6	1.356.539	185,1	194.318	483,3	12,5
2004	1.784.354	230,8	1.534.544	209,3	249.810	621,3	14
2005	1.968.856	254,6	1.703.060	232,3	265.796	661	13,5
2006	2.062.493	266,7	1.794.369	244,8	268.124	666,8	13
2007	2.079.590	268,9	1.830.039	249,7	249.551	620,6	12
2008	2.178.395	281,7	1.956.285	266,9	222.110	552,4	10,2
2009	2.466.511	319	2.256.858	307,9	209.653	521,4	8,5
2010	2.691.729	348,1	2.472.299	337,3	219.430	545,7	8,2
2011	2.848.459	368,4	2.628.361	358,6	220.098	547,4	7,7
2012	2.995.024	387,3	2.761.412	376,7	233.612	581	7,8
2013	3.141.406	406,3	2.895.646	395	245.760	611,2	7,8
2014	3.262.259	421,9	2.989.465	407,8	272.794	678,4	8,4
2015	3.343.815	432,4	3.065.292	418,2	278.523	692,7	8,3

Fonte: SETUR/CE

Fortaleza destaca-se dentre as 65 cidades que compõem o Índice de Competitividade do Turismo Nacional, *ranking* calculado por conta da parceria entre o Ministério do Turismo (MTUR), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável técnica.

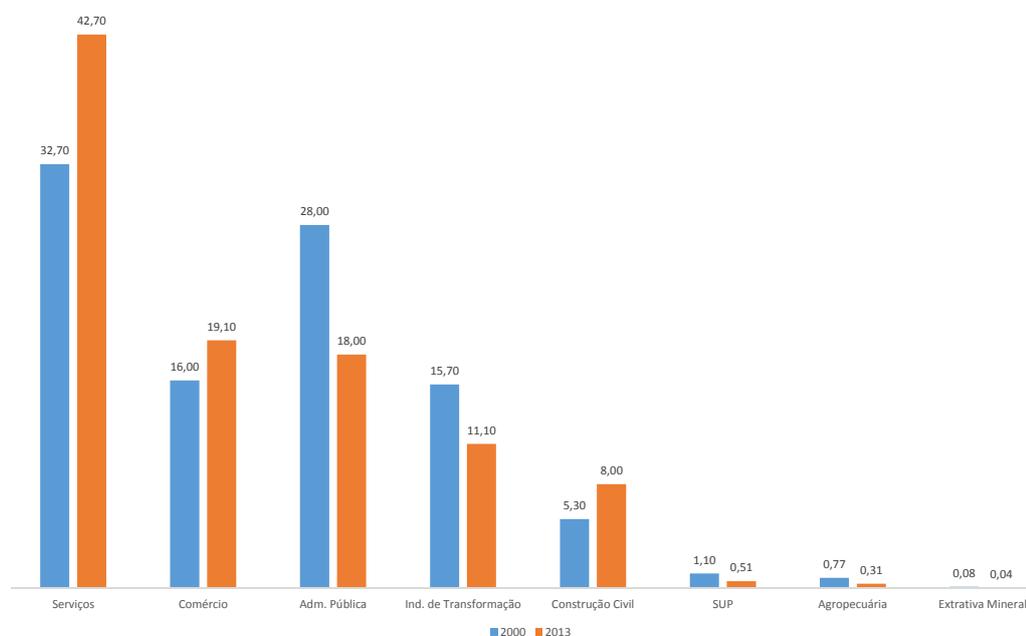
Os resultados do *ranking* medido para o ano de 2015 mostram que, entre as cidades classificadas como top 10, Fortaleza aparece em três dimensões, a saber: Serviços e Equipamentos, em 9º lugar; Políticas Públicas, em 8º lugar; e em Aspectos Ambientais em 10º lugar. No ano de 2014, Fortaleza aparece como top 10 apenas na dimensão “Aspectos Ambientais”, ocupando a 5ª posição.

Apesar dos avanços, importa reconhecer que, diante do extraordinário potencial de que a cidade dispõe em face da sua localização geográfica e das suas características tropicais litorâneas, ainda há um enorme espaço para avançar na exploração da atividade turística, melhorando a sua infraestrutura e a qualidade de todos os serviços.

MERCADO DE TRABALHO

A economia da cidade, por ser baseada em serviços, concentra a maior parte dos empregos formais nesse setor. O Gráfico 9, elaborado a partir dos dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), utilizados como *proxies* da estrutura produtiva, mostra a distribuição do emprego formal na estrutura da capital cearense para os anos de 2000 e 2013.

Gráfico 9 – Distribuição do emprego formal na estrutura da economia de Fortaleza (%)



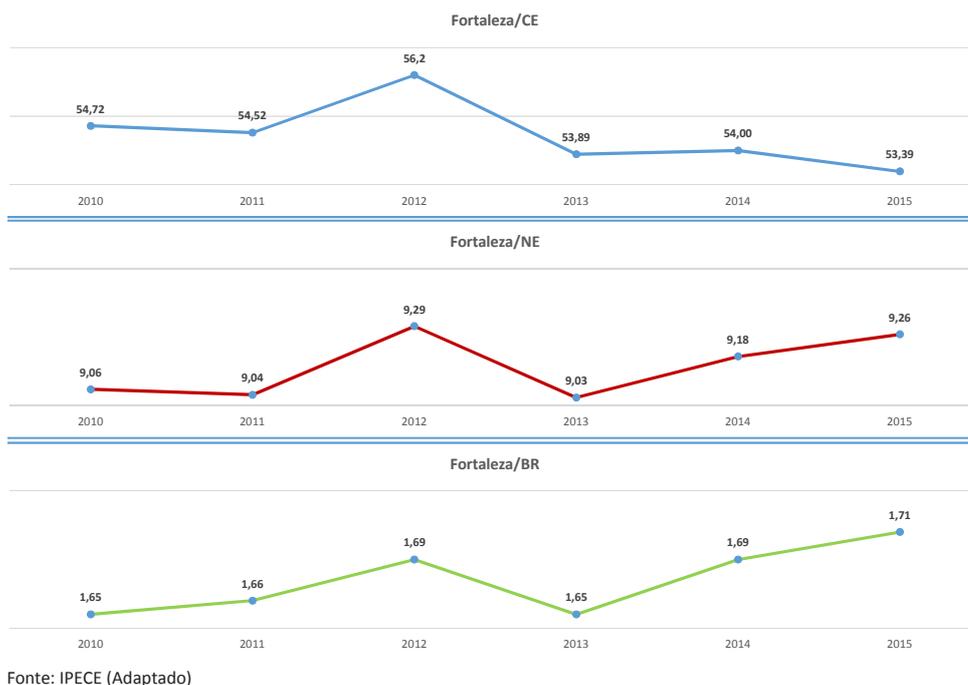
Fonte: IPECE, 2013.

Considerando que o comércio e os serviços contam com alto percentual de informalidade, a contribuição dessas atividades na ocupação e na renda de Fortaleza é, seguramente, muito maior do que a apresentada. Além da posição de destaque na estrutura produtiva, as atividades de comércio e serviços registraram um aumento da sua participação relativa no total do emprego formal da capital, de 2000 a 2013.

A administração pública, atividade importante em uma capital de estado, teve uma queda em sua participação relativa no emprego formal. No ano 2000, era a segunda maior empregadora em Fortaleza, acima do comércio, com 28% do emprego formal total, atrás apenas do setor de serviços. Mas, em 2013, sua participação no emprego formal caiu para 18%, perdendo a segunda posição no volume do emprego para o comércio, que chegou a 19,16% no último ano. As únicas atividades que aumentaram a participação relativa no emprego total foram os serviços, o comércio e a construção civil, essa última tendo passado de 5,3%, no ano 2000, para 8% em 2013.

Durante o período de 2010 a 2015, a cidade registrou ganhos de participação no estoque de vínculos formais no país e na região Nordeste. Entretanto, conforme o Gráfico 10, perdeu participação no estoque de empregos formais cearenses, revelando certa desconcentração dos vínculos formais dentro do estado.

Gráfico 10 – % Participação dos empregos formais de Fortaleza (2010-2015)



A Tabela 2 apresenta, a seguir, o estoque de vínculos formais pelas capitais brasileiras, entre os anos de 2010 e 2015. Fortaleza ocupa a 6ª colocação nacional, ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Curitiba. Em termos regionais, a capital cearense ocupa a 1ª colocação.

Tabela 2 – Estoques de empregos formais das capitais brasileiras (2010-2015)

Capitais	2010	2011	2012	2013	2014	2015
São Paulo - SP	4.873.339	5.024.883	5.237.258	5.247.904	5.308.401	5.126.131
Rio de Janeiro - RJ	2.348.611	2.497.662	2.572.044	2.614.937	2.654.076	2.520.718
Brasília - DF	1.099.832	1.156.908	1.181.649	1.302.284	1.321.828	1.263.872
Belo Horizonte - MG	1.356.769	1.370.942	1.411.147	1.377.682	1.354.683	1.216.511
Curitiba - PR	848.850	898.099	967.397	936.159	943.667	914.006
Fortaleza - CE	725.525	767.017	800.045	806.143	838.280	823.674
Salvador - BA	796.556	822.477	840.300	796.438	849.895	802.284
Porto Alegre - RS	726.098	741.196	767.128	771.089	780.126	750.359
Recife - PE	670.595	699.370	736.715	755.952	756.936	706.364
Goiânia - GO	558.901	576.241	606.571	614.240	608.119	599.401
Manaus - AM	492.429	513.938	535.702	557.950	550.327	517.918
Belém - PA	391.168	420.023	409.942	439.501	423.896	416.999
São Luiz - MA	324.299	337.140	348.421	350.252	354.124	332.974
Natal - RN	306.064	308.803	320.671	314.373	318.710	291.889
João Pessoa - PB	272.668	281.584	293.220	296.124	302.603	291.292
Teresina - PI	247.035	254.344	272.722	278.682	288.912	289.440
Florianópolis - SC	254.222	262.179	270.709	277.741	288.502	277.290
Campo Grande - MS	253.488	267.145	265.828	273.385	281.596	275.176
Maceió - AL	231.453	245.222	259.697	261.525	268.701	264.942
Cuiabá - MT	215.143	227.979	242.460	245.040	248.236	243.802
Vitória - ES	232.723	236.030	236.864	240.100	238.021	223.673
Aracaju - SE	208.667	216.226	221.813	224.587	234.200	219.064
Porto Velho - RO	184.107	191.402	195.243	189.785	188.800	174.539
Palmas - TO	112.915	109.193	113.827	115.888	130.442	128.919
Rio Branco - AC	96.778	96.959	99.601	101.569	104.457	105.252
Macapá - AP	88.053	96.596	99.127	101.859	106.177	98.261
Boa Vista - RR	70.034	83.023	84.834	81.669	83.797	86.403
Brasil	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807
Capitais	17.986.322	18.702.581	19.390.935	19.572.858	19.827.512	18.961.153
Interior	26.082.033	27.608.050	28.067.777	29.375.575	29.743.998	29.099.654

Fonte: RAIS/TEM. Elaboração: IPECE (Adaptada)

No período de 2010 a 2014, o município apresentou uma trajetória de crescimento no estoque de vínculos formais, entretanto, no ano de 2015, ocorreu uma perda de mais de 14 mil vínculos, reflexo da grave crise econômica vivenciada pelo país. Entre as capitais, apenas Teresina registrou aumento no número de empregados com carteira assinada durante o período.

FINANÇAS PÚBLICAS

O equilíbrio fiscal tem sido a tônica do modelo de gestão implementado no âmbito da execução das políticas públicas. De acordo com o *ranking* nacional do Índice Firjan de Gestão Fiscal 2016 (IFGF), a capital cearense é a quarta capital com melhor situação fiscal no País. Conforme o levantamento, feito com base em dados oficiais e tendo 2015 como ano de referência, Fortaleza ficou atrás apenas de Manaus (AM), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

A Tabela 3 mostra que, no período de 2013 a 2016, a receita municipal cresceu em termos nominais, em média 11% a.a., totalizando R\$ 21,014 bilhões. Destaca-se o grande peso das Receitas Correntes, que representaram 96% do total arrecadado ante 4% das receitas de capital. Na composição das Receitas Correntes, o item de maior peso ainda são as Transferências Correntes, que representam 56% do total arrecadado, demonstrando certo grau de dependência de recursos advindos das transferências legais da União e do Estado. O segundo item de maior peso são as receitas tributárias com 24,2%.

Tabela 3 – Composição da Receita (2013–2016)

ITEM DE RECEITA	2013	2014	2015	2016	TOTAL	% Crescimento Médio do Quadriênio
1 - RECEITA CORRENTE (2+3+4+5+6+7)	4.351.293.023	5.057.313.146	5.797.018.963	5.917.082.189	21.122.707.321	11,0%
2 - Receita tributária	1.051.584.879	1.260.584.518	1.350.459.805	1.448.218.894	5.110.848.096	11,4%
ISS	523.604.502	606.568.759	641.511.623	678.853.118	2.450.538.003	9,1%
IPTU	211.496.816	308.833.436	339.444.877	394.985.622	1.254.760.751	24,1%
ITBI	138.949.967	140.394.216	136.650.901	107.901.005	523.896.089	-7,6%
IRRF	160.405.049	186.546.033	218.574.208	252.642.691	818.167.982	16,4%
Outras Receitas Tributárias	17.128.544	18.242.074	14.278.195	13.836.458	63.485.271	-6,1%
3 - Receita de Contribuição	590.601.915	634.283.370	748.088.620	803.691.126	2.776.665.031	10,9%
4 - Receita Patrimonial	70.000.595	196.771.086	174.181.191	230.064.253	671.017.124	67,2%
5 - Receita de Serviços	4.438.900	4.678.983	7.044.770	7.661.905	23.824.559	21,6%
6 - Transferências Correntes	2.578.924.793	2.919.121.645	3.074.560.758	3.254.154.347	11.826.761.543	8,1%
FPM	466.971.996	545.107.305	577.694.080	567.008.552	2.156.781.933	7,0%
ICMS	646.024.111	697.853.770	701.882.990	674.905.061	2.720.665.932	1,6%
IPVA	128.546.353	140.990.263	154.477.392	165.255.734	589.269.742	8,7%
Transferências SUS	681.015.043	765.503.367	788.481.961	831.359.721	3.066.360.093	6,9%
Transferências FUNDEB	444.800.369	470.174.374	555.795.979	584.791.963	2.055.562.685	9,7%
Outras Transferências Correntes	211.566.921	299.492.565	296.228.356	254.441.027	1.061.728.869	8,8%
7 - Outras Receitas Correntes	55.741.942	41.873.543	442.683.818	173.291.665	713.590.968	290,5%
8 - RECEITA DE CAPITAL (9+10+11+12)	178.385.066	262.476.849	114.228.641	337.129.388	892.219.944	61,9%
9 - Operações de Crédito	113.986.116	128.711.061	81.378.531	240.080.756	564.156.464	57,1%
10 - Alienação de Bens	786.109	322.230	583.001	705.043	2.396.382	14,3%
11 - Amortização de Empréstimos	246.233	117.215	93.223	49.054	505.724	-40,1%
12 - Transferências de Capital	63.366.608	133.326.344	32.173.887	96.294.536	325.161.374	77,9%
TOTAL (1+8)	4.529.678.089	5.319.789.995	5.911.247.604	6.254.211.578	22.014.927.265	11,5%

Fonte: Balanços Municipais / GRPFOR –FC - Nota: Valores nominais já com as deduções para o FUNDEB

Em relação à despesa, a capital cearense apresentou, no quadriênio, um crescimento médio de 7,97% (v. Tabela 4). O crescimento em valor absoluto foi de R\$ 1,2 bilhões. Desse valor, 90,7% corresponde aos gastos com despesas correntes e 9,3% com despesas de capital. Comparando 2015 e 2016, houve um acréscimo de 3,39%. Em 2016, as despesas totais somaram R\$ 6 bilhões. Verificado o resultado orçamentário, ou seja, a diferença entre receita e despesa orçamentária, obteve-se um superávit de R\$ 208,3 milhões, o que evidencia uma gestão que tem conseguido manter sob controle as despesas em estreita sintonia com a receita, apesar da conjuntura econômica extremamente desfavorável.

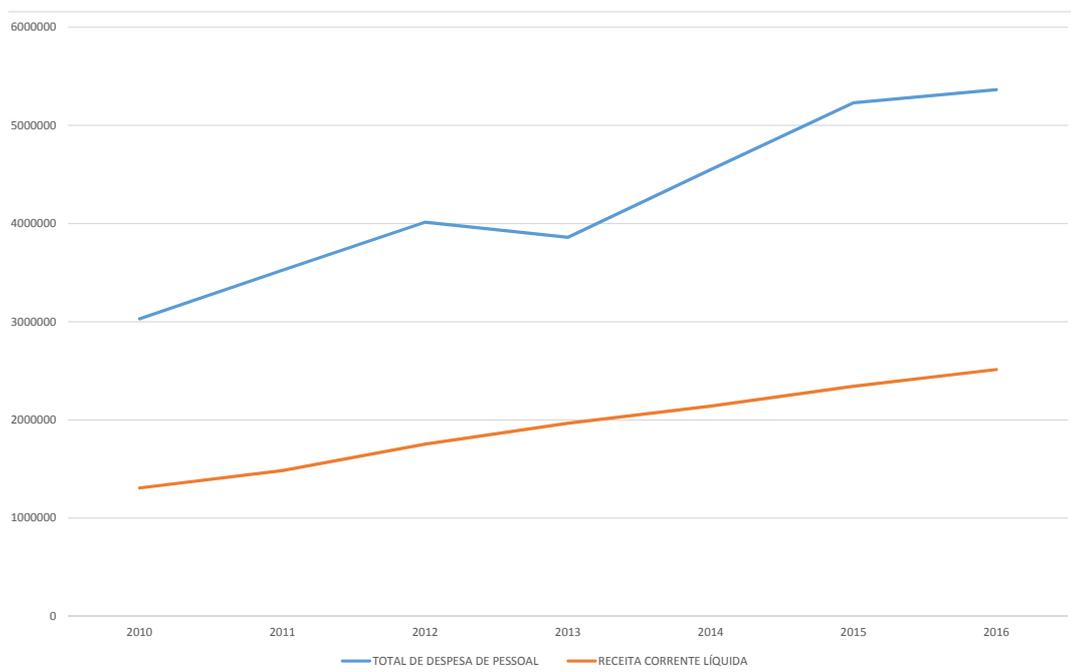
Tabela 4 – Composição da Despesa (2013-2016)

ITEM DA DESPESAS	2013	2014	2015	2016
Despesas Correntes	4.372.506.315	4.847.583.719	5.253.391.365	5.484.194.476
Pessoal e Encargos Sociais	2.409.835.391	2.664.698.722	2.956.540.699	3.201.509.414
Juros e Encargos da Dívida	15.791.158	16.967.735	22.022.988	32.152.704
Outras Despesas Correntes	1.946.879.765	2.165.917.261	2.274.827.678	2.250.532.358
Despesas de Capital	439.534.355	567.374.328	594.436.299	561.654.381
Investimentos	385.907.374	523.972.125	542.787.216	483.468.350
Inversões Financeiras	1.473.870	221.907	322.206	238.196
Amortização da Dívida	52.153.111	43.180.295	51.326.876	77.947.835
TOTAL	4.812.040.670	5.414.958.046	5.847.827.663	6.045.848.857

Fonte: Elaboração SEPOG/ Balanços Municipais / GRPFOR – FC

A Administração Pública Municipal tem respeitado rigorosamente o artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que diz respeito ao gasto de pessoal em relação à receita corrente líquida (RCL). O Gráfico 11 mostra a seguir que, no período 2013-2016, a RCL teve um crescimento de 41%, em proporção maior que o gasto com pessoal, esse tendo aumentado em 25%.

Gráfico 11 – Evolução da despesa com pessoal (2010-2016)



Fonte: RGF – 3º Quadrimestre de 2016

Em conjunto com o equilíbrio das contas públicas, o município vem aumentando os investimentos necessários para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O Gráfico 12 demonstra que o valor investido nos exercícios de 2013 a 2016 foram os maiores dos últimos 20 anos em termos nominais.

Gráfico 12 – Evolução do Investimento (1995-2016)



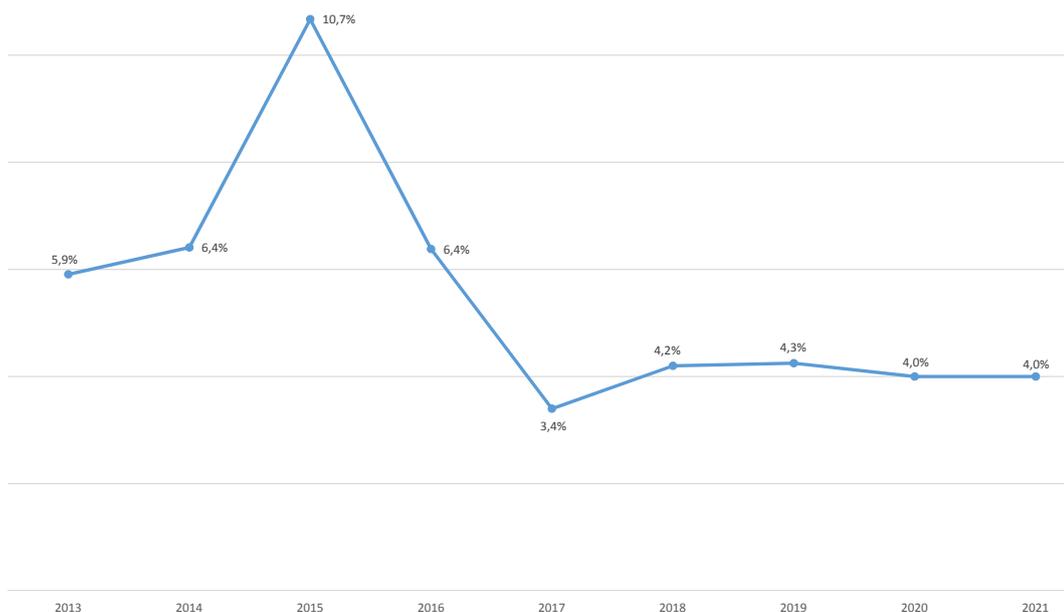
Fonte: GRPFOR-FC

PERSPECTIVAS PARA O PERÍODO 2018-2021

Apesar das incertezas no campo político, o conjunto de indicadores de atividade econômica indica um processo gradual de recuperação e estabilização da economia. O controle da inflação, a redução da taxa de juros referencial e a implementação de reformas e ajustes na economia têm impactado positivamente os índices de confiança dos agentes econômicos.

As expectativas apontam que, já em 2017, o país sairá da recessão e que o quadriênio 2018–2021 será marcado por um crescimento moderado (v. Gráfico 13). Além disso, o cenário externo tem-se mostrado favorável, na medida em que a atividade econômica global se vem recuperando gradualmente, sem pressionar as condições financeiras nas economias avançadas.

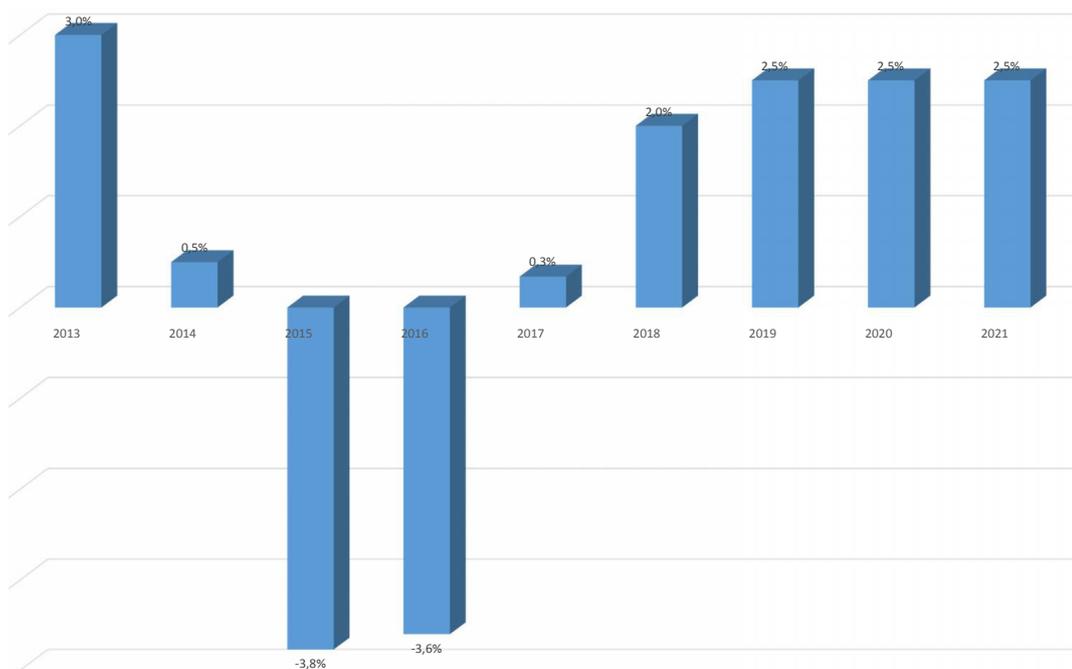
Gráfico 13 – Taxa de Variação do PIB Brasil (2013–2021*)



Fonte: BACEN. Elaboração: SEPOG. * As previsões para o período 2017-2021 são oriundas do Sistemas de Expectativas do BACEN

O Gráfico 14 mostra que a inflação segue uma tendência de queda. Adicionalmente, as expectativas sinalizam que, nos próximos anos, haverá uma estabilização do IPCA em torno do centro da meta (4,5%) estabelecida pelo BACEN. A redução da inflação permitirá a diminuição da taxa de juros e a recomposição do poder de compra dos salários, com efeitos positivos sobre a renda e as expectativas das famílias. Em 2017, a taxa Selic atingiu o menor patamar desde agosto de 2013, essa tendência de queda vem contribuindo para a retomada gradual da expansão do crédito e recuperação do investimento.

Gráfico 14 – Evolução do IPCA Brasil (2013–2021*)



Fonte: BACEN, Elaboração SEPOG * As previsões para o período 2017-2021 são oriundas do Sistemas de Expectativas do BACEN

As medidas de austeridade da política econômica, combinadas às estratégias mais recentes de incentivo à redução do custo para obtenção de crédito, tornam mais promissoras as perspectivas para o cenário macroeconômico dos próximos anos. Os investidores, empresários e consumidores têm-se mostrado mais confiantes, conforme se constata a partir da análise dos diversos índices de confiança, que buscam mensurar o sentimento desses agentes econômicos.

Com a previsão de inflação sob controle e de taxas de juros mais baixas, gera-se a expectativa de um cenário econômico mais estável. Esse quadro deve ajudar na recuperação da economia, em especial, de setores que dependem do crédito e das expectativas dos agentes, como a construção civil e o comércio de bens duráveis. Dessa forma, caso esse cenário se concretize, o que certamente depende da melhora do cenário atual de crescente incerteza decorrente da crise política, também é possível esperar potenciais elevações na arrecadação própria e nas transferências constitucionais que possuem relação direta com a atividade econômica.

No primeiro trimestre de 2017, o PIB do Brasil cresceu 1,0% com relação ao último trimestre de 2016. Do ponto de vista puramente técnico, esse crescimento representa a saída da economia brasileira do ambiente recessivo no qual se encontrava após oito trimestres de quedas consecutivas da atividade econômica. Já o PIB do Ceará cresceu 1,87% no mesmo período, sendo o primeiro trimestre positivo nessa comparação desde o quarto trimestre de 2014. Em termos setoriais no estado, a Agropecuária teve expansão de 10,59%, a Indústria cresceu 1,81% e o Setor de Serviços cresceu 1,78%.

A recuperação da economia em nível nacional e regional traz boas perspectivas para a capital cearense. Durante a crise econômica, a Prefeitura de Fortaleza tomou como prioridade a eficiência da gestão dos recursos públicos, partindo da premissa do equilíbrio das contas públicas e da qualidade do gasto público. O reconhecimento dessa conduta veio com o prêmio Mérito Brasil de Governança e Gestão Pública do Tribunal de Contas da União, que considerou o município de Fortaleza uma das cinco cidades brasileiras mais eficientes na gestão dos recursos públicos, única capital.

Um dado que retrata a saúde financeira do município diz respeito à Dívida Consolidada Líquida (DCL), que, no final de 2016, atingiu o percentual de 14,29% em relação à RCL. Conforme resolução do Senado Federal, o limite máximo da DCL é de 120% da RCL. A possibilidade de ampliação das contratações de operações de crédito é uma oportunidade para a realização de investimentos que são necessários para a melhoria da qualidade de vida do fortalezense e não seriam viáveis com recursos próprios do município.

Dentre as operações de crédito previstas no PPA 2018-2021, destacam-se: PROREDES, Fortaleza Cidade Sustentável, Cidade com Futuro e PROINFRA. Na área da Saúde, o PROREDES possibilitará, por exemplo, a construção de policlínicas e Unidades Básicas de Saúde (UBS). No eixo Juventude, essa operação permitirá a construção de Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA) e Centros Educacionais Unificados (CEU). Obras de Infraestrutura, Saneamento Básico, Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz, Escolas de Tempo Integral, Centros de Educação Infantil e Núcleos de Formações Esportivas (Areninhas) são exemplos de outras ações que também serão viabilizadas pela captação de crédito.

Mesmo tendo perspectivas econômicas favoráveis para os próximos anos, é imprescindível continuar desenvolvendo mecanismos eficientes de arrecadação, diminuição de custos e aumento de investimentos, os quais

venham a produzir resultados efetivos. Voltar esforços para a arrecadação própria e intensificar ações de inteligência fiscal são mecanismos que devem ser utilizados para reduzir a dependência das transferências legais e amenizar os efeitos externos nas contas municipais.

Esse conjunto de medidas intenta dar continuidade às transformações socioeconômicas que estão ocorrendo na cidade, essenciais para tornar a economia de Fortaleza mais competitiva e superar os principais desafios ao desenvolvimento econômico da cidade declarados no plano de longo prazo Fortaleza 2040, entre eles:

- elevada taxa de informalidade da economia, acompanhada do baixo rendimento do trabalho e das limitações da produtividade e mesmo da qualidade dos produtos;
- limitações na qualificação profissional da população, que dificulta o acesso ao mercado de trabalho e que pode se acentuar no futuro com aumento das exigências de qualificação;
- altas taxas de pobreza, que, em grande parte, decorrem da exclusão produtiva de parcela da população em idade ativa, contribuindo para a enorme desigualdade de renda em Fortaleza; e
- existência de um elevado contingente de jovens que não trabalham nem estudam devido a limitações na educação e na qualificação profissional (não têm acesso à escola ou não se sentem atraídos e não encontram oportunidades no mercado de trabalho).

A elevação da competitividade econômica da cidade objetivando à continuidade das transformações com vistas à melhoria da qualidade de vida dos fortalezenses depende de vários componentes que transcendem a economia, como educação e qualificação profissional, desenvolvimento tecnológico, infraestrutura e qualidade do espaço urbano, e sistema normativo. Nesse sentido, os esforços do planejamento municipal, para os próximos anos, devem focar na seleção priorizada e direcionada para delinear as ações visando à eliminação ou mitigação dos entraves ao desenvolvimento econômico local.

Estágio Atual do Desenvolvimento Social

| Qualidade de vida da população na cidade integrada, acessível e justa

A Qualidade de Vida da População resulta da promoção de ações multissetoriais capazes de combater as desigualdades e favorecer a integração da cidade acessível e justa a todos os nela residentes. Entende-se como a repartição equitativa dos bens sociais, com respeito aos direitos humanos, maior acesso às oportunidades de desenvolvimento e justiça social. Implica o compromisso da gestão municipal na execução de políticas articuladas capazes de propiciar condições para que se conquiste um cenário favorável na emancipação da população, especialmente a que se encontra em situação de maior vulnerabilidade social. Tem como premissas a segurança cidadã, os direitos à saúde e ao conhecimento, habitação, alimentação adequada, ambiente saudável, recursos sustentáveis, equidade, desenvolvimento social e acesso aos bens culturais, possibilitando a melhoria real da qualidade de vida do cidadão fortalezense.

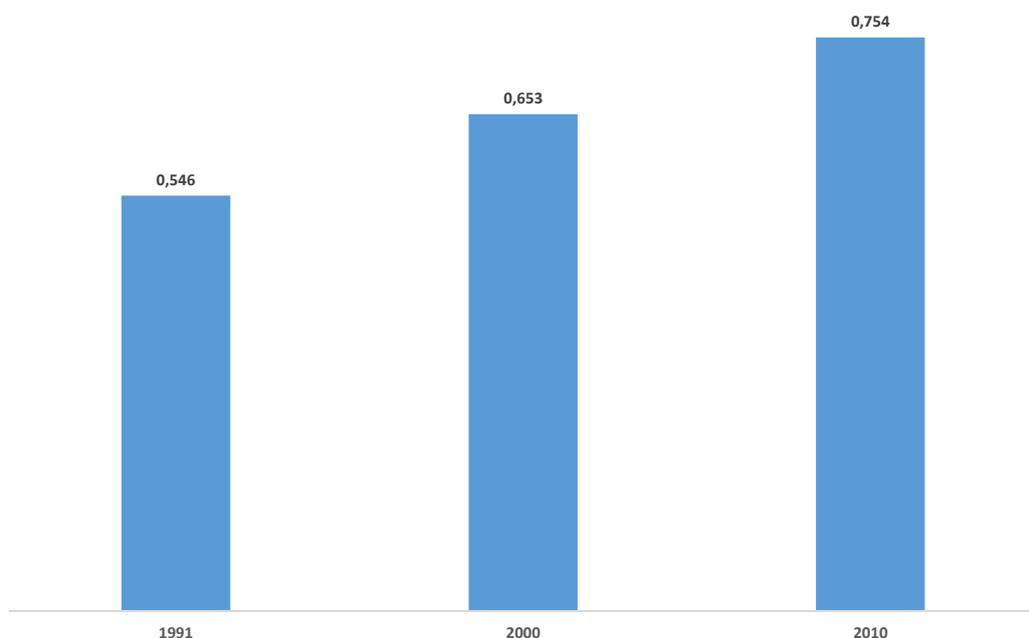
As ações relacionadas a esse tema intentam o cumprimento dos objetivos estratégicos, dentre outros, os distribuídos na Fortaleza Saudável, do Conhecimento, da Mobilidade e da Acessibilidade, sendo realizadas por diver-

os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, passíveis de múltiplas avaliações por indicadores de qualidade.

Utilizado como um dos principais indicadores de qualidade de vida da população, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sintetiza as condições de vida da população sendo composto de três indicadores básicos: 1) a renda medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita; 2) o grau de conhecimento expresso em termos da taxa de alfabetização de adultos e a matrícula nos três níveis de ensino; e 3) a longevidade, medida pela expectativa de vida ao nascer.

Nos quase 20 anos de análise do PNUD, o IDH de Fortaleza subiu de forma significativa, mas sempre acompanhando o movimento das outras duas grandes capitais do Nordeste: passou de 0,546, em 1991, para 0,653 no ano 2000 e alcançando o patamar de 0,754 em 2010 (IPECE, 2015). Assim, Fortaleza passou de um IDH classificado pelo PNUD como baixo (0,546) para alcançar a categoria de médio desenvolvimento, aproximando-se da fronteira para o patamar de alto desenvolvimento (a partir de 0,80) (v. Gráfico15).

Gráfico 15 – Evolução do IDH de Fortaleza



Fonte: PNUD

A despeito de sua evolução histórica positiva para o município como um todo, no território municipal, o desenvolvimento humano é muito desigual, sendo que, como mostra a Tabela 5, três bairros alcançaram alto desenvolvimento (acima de 0,80): Meireles (com IDH de 0,953), Aldeota (0,866) e Dionísio Torres (0,859). Incluindo esses bairros de alto desenvolvimento, apenas sete bairros registraram um IDH acima de 0,70. Enquanto isso, 16 bairros de Fortaleza têm baixíssimo desenvolvimento com IDH abaixo de 0,200; a situação mais dramática está nos bairros Conjunto Palmeiras (0,119), Parque Presidente Vargas (com IDH de 0,135) e Canindezinho (0,136).

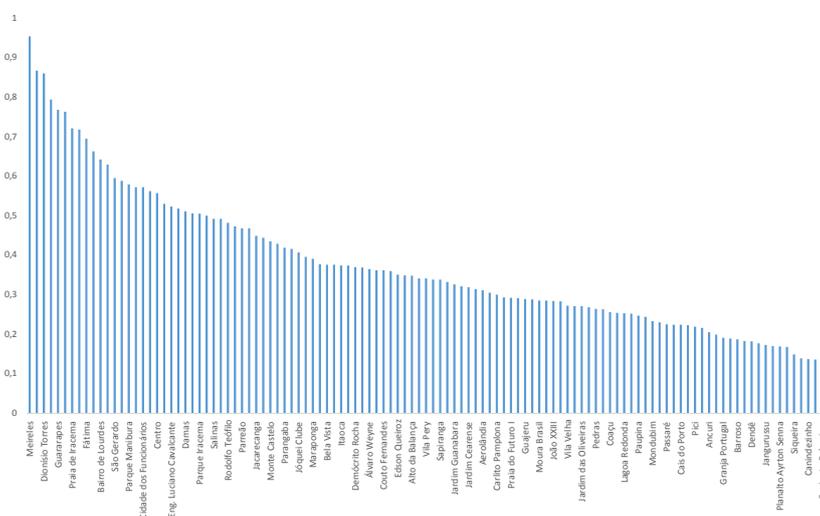
Tabela 5 - Os 10 maiores e menores IDHs por bairro de Fortaleza

Ranking 10 maiores IDHs			Ranking 10 menores IDHs		
Regional	Bairro	IDH	Regional	Bairro	IDH
II	Meiros	0,953	VI	Conjunto Palmeiras	0,119
II	Aldeota	0,866	V	Parque Presidente Vargas	0,135
II	Dionísio Torres	0,859	V	Canindezinho	0,136
II	Mucuripe	0,793	V	Genibaú	0,138
II	Guararapes	0,767	V	Siqueira	0,148
II	Cocó	0,762	II	Praia do Futuro II	0,167
II	Praia de Iracema	0,72	V	Planalto Ayrton Senna	0,168
II	Varjota	0,717	V	Granja Lisboa	0,169
IV	Fátima	0,694	VI	Jangurussu	0,172
II	Joaquim Távora	0,662	IV	Aeroporto	0,176

Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza. Elaboração: SEPOG

O IDH resulta dos vários aspectos relativos à natureza de cada um de seus três indicadores, mais diretamente: i) educação; ii) saúde; e iii) trabalho/renda e evolução/estrutura da população. Ademais, contribuem para a obtenção dos resultados dos indicadores diversos outros aspectos direta ou indiretamente relacionados, tais como ocupação urbana e concentração territorial, índices de violência, habitação e saneamento. Uma comparação dos IDHs entre diversos bairros é apresentada no Gráfico 16 a seguir.

Gráfico 16 – Comparação dos IDHs de diversos bairros de Fortaleza



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza. Elaboração: SEPOG

O tema da Mobilidade Urbana vincula-se, em suas várias dimensões, à melhoria da qualidade de vida da população, influenciando tanto mais diretamente na geração de trabalho/renda quanto indiretamente em áreas correlatas, a exemplo da qualidade da prestação de serviços prestados, tais como na saúde e educação.

Norteadas pelas diretrizes inseridas em sua Agenda Estratégica, a gestão municipal vem desenvolvendo um conjunto de ações a fim de inverter a prioridade do transporte automotivo individual para o transporte público e para o transporte não motorizado, bem como alterando a circulação viária com o mesmo fim.

Entre as principais iniciativas visando à melhoria da qualidade do transporte urbano e mobilidade de Fortaleza incluem-se a implantação de faixas exclusivas, elevando a velocidade média do ônibus de 8,3 km/h (2013) para 23,15 km/h (2016), e a incorporação da integração temporal em todo o sistema possibilitando realização de um número ilimitado de viagens com transferências em qualquer ponto de acesso à rede dentro de um período de até 2h.

Com relação ao incentivo ao transporte não motorizado, após a implantação do Plano Diretor Cicloviário, houve a expansão anual da malha cicloviária em 9,97%, 34,82%, 42,88% e 26,33% respectivamente a 2013, 2014, 2015, 2016, a promoção da Ciclofaixa de Lazer, que conta com usuários percorrendo 21 km e a implantação do Sistema de Bicicletas Compartilhadas BICICLETAR, em que foram realizadas viagens totalizando anualmente 10.530 (2014-implantação), 591.708 (2015) e 642.817 (2016).

Foram promovidas alterações no Sistema Viário, no ano de 2014, dando início a um projeto de requalificação e modernização permanentes na utilização e gestão das vagas rotativas da cidade. No mesmo ano, foi criado o projeto piloto VIA LIVRE, que objetiva facilitar desde o ordenamento do tráfego até o atendimento a acidentes, melhorando a fluidez viária em pontos de gargalos.

| Desenvolvimento da cultura e do conhecimento

A construção de uma cidade com educação de qualidade, valorização do patrimônio cultural e incentivo às novas tecnologias constitui um pilar da gestão municipal no âmbito do planejamento governamental referente ao resultado de governo Fortaleza do Conhecimento, cujo escopo se compõe por duas áreas temáticas: a de Educação, Conhecimento e Inovação; e a da Cultura.

A área da Educação, Conhecimento e Inovação na gestão das políticas do governo municipal conjuga esforços com a finalidade de promover condições favoráveis a uma nova dinâmica nas formas de geração e aquisição de conhecimento que ultrapasse os limites da escola e contribua no processo de construção de uma cidade capaz de realizar a interação entre os agentes responsáveis pelo conhecimento formal, promovido pelas políticas de educação e o conhecimento gerado pela tecnologia. Nesse contexto, necessita-se desenvolver capacidades científicas, tecnológicas e organizacionais e esforços substanciais de aprendizado, que gerem educação de qualidade para todos, com instituições educacionais eficientes, renovadas em sua estrutura física e tecnológica, como o desenvolvimento e a inovação voltados à cultura e à cidadania digital.

O conceito formal de educação e conhecimento tem, portanto, nessa integração de áreas, a função de ampliar espaços e oportunidades de engajamento social, político e cultural na cidade de Fortaleza.

Fortaleza tem apresentado expressiva melhoria nos indicadores de desempenho relacionados com as áreas de Educação, Conhecimento e Inovação, especialmente no período 2013-2016 (v. Tabela 6), apesar de serem ainda insuficientes para reverter os baixos níveis históricos de nossa população.

Tabela 6 – Evolução dos Indicadores de Resultados em Educação, Conhecimento e Inovação (2013-2016)

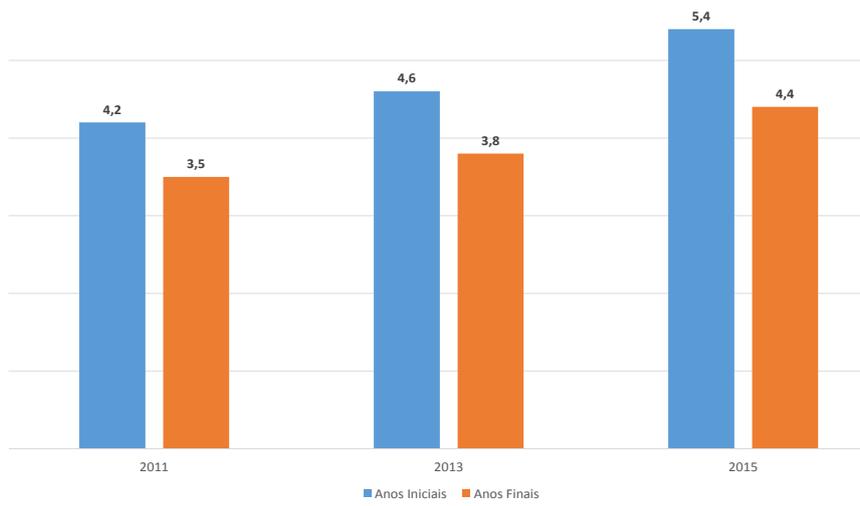
TEMA	INDICADORES DE RESULTADO	2013	2014	2015	2016
EDUCAÇÃO	Índice de desempenho escolar/SPAECE 2º Ano (escala de 0 a 10)	4,7	5,6	6,6	8,1
	Índice de desempenho escolar/SPAECE 5º Ano (escala de 0 a 10)	3,7	4,1	4,4	5
	Índice de desempenho escolar/SPAECE 9º Ano (escala de 0 a 10)	2,7	2,7	2,3	2,7
	Escolas com turmas de 2º ano com padrão de desempenho "desejável" no SPAECE (nº)	30	74	146	196
	Índice de desenvolvimento da educação básica -Anos Iniciais (bianual) (escala de 0 a 10)	4,6	-	5,4	-
	Índice de desenvolvimento da educação básica - Anos Finais (bianual) (escala de 0 a 10)	3,8	-	4,4	-
	Taxa de Abandono do Ensino Fundamental I (%)	2,5	1,6	1,1	0,8*
	Taxa de Abandono do Ensino Fundamental II (%)	5,9	4,9	4,4	4,1*
	Taxa de Permanência Durante Ano (TPDA) (%)	96,5	97,2	97,5	97,8*
	Distorção Idade-Série Anos Iniciais (1º ao 5º ano) (%)	29,2	25,06	21,9	21,7*
	Distorção Idade-Série Anos Finais (6º ao 9º ano) (%)	44,5	43,37	41,2	39,9*
	INOVAÇÃO	Equipamentos voltados à cultura digital geridos pelo município (nº)	-	-	10
Espaços com internet para livre acesso da população (nº)		-	-	17	22
CULTURA	Percentual do investimento público em cultura planejado (%)	1,62	0,9	0,9	1,21
	Bairros/comunidades beneficiados pelas ações de cultura (nº)	89	82	81	81

Fonte: SEPOG/ SIOPFOR /SME/CITINOVA/SECULTFOR 2017

Os resultados obtidos nas últimas avaliações externas aplicadas pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará, por meio do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica – SPAECE, apresentam no período 2013-2016, como anteriormente exemplificado, um crescimento de 72,3% e 35,1% no desempenho dos alunos do 2º e 5º anos, respectivamente. Do mesmo modo, deve-se ressaltar, na mesma avaliação, que, do total de 204 escolas avaliadas da rede municipal com turmas de 2º ano, 196 (equivalente a 96,08%) obtiveram o padrão de desempenho “Desejável”.

Outro importante processo de avaliação externa dá-se por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Trata-se de uma avaliação bianual com aplicação nacional e que tem revelado importantes conquistas quanto ao perfil de aprendizagem desejado pelos alunos da rede municipal de educação de Fortaleza nos anos iniciais e finais. Os esforços dispendidos produziram avanços no referido índice, evidenciados no Gráfico 17 referente à comparação 2011-2015. O índice dos anos finais também revelou significativo empenho na melhoria da educação da rede municipal de ensino fundamental, embora com suaves acréscimos de uma edição para outra, o que denota a urgência em tornar o empenho na melhoria da qualidade da educação das séries finais mais aguerrido.

Gráfico 17 – Evolução do IDEB de Fortaleza (2011-2015)

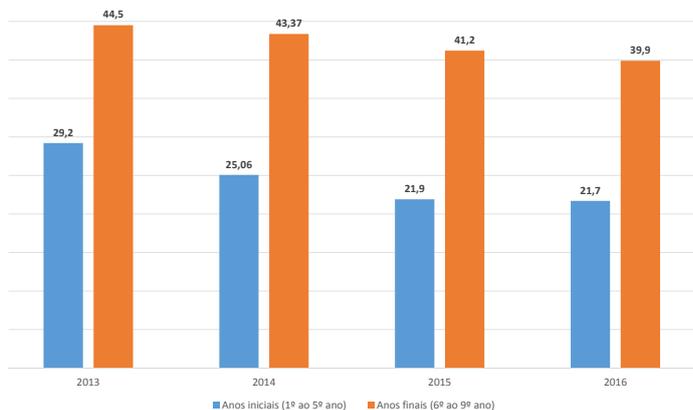


Fonte: SEPOG/COPLAM/SME 2016

Cumprir destacar o grande investimento na expansão de escolas e creches de tempo integral; na melhoria do parque escolar, com a construção de quadras esportivas; aquisição de mobiliário e equipamentos, o que colaborou para o resgate da credibilidade da escola municipal.

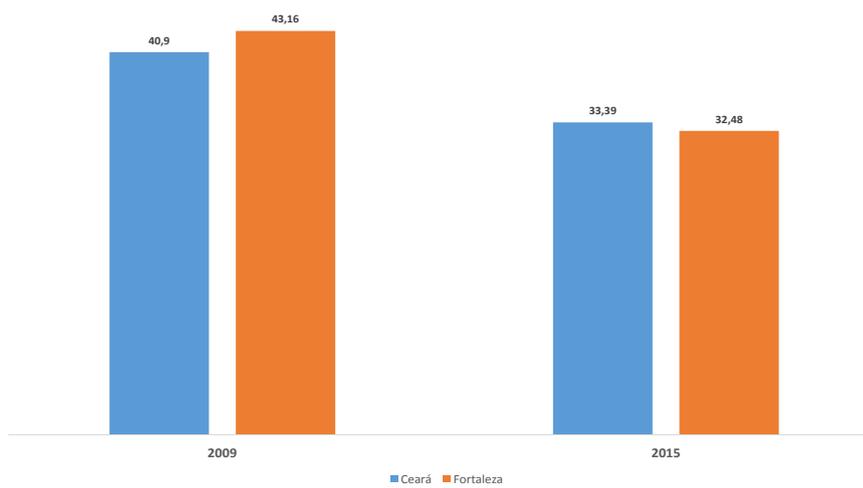
As ações de gestão escolar e pedagógica culminaram, considerado o período 2013-2016, na diminuição da distorção idade/série, tanto dos anos iniciais como dos anos finais do Ensino Fundamental da rede municipal de Fortaleza (v. Gráfico 18) e na redução da média de alunos por sala de aula na rede municipal de ensino, visualizada no Gráfico 19.

Gráfico 18 – Distorção Idade/Série no Ensino Fundamental da rede municipal (2013-2016)



Fonte: SEPOG/COPLAM/SME 2016.

Gráfico 19 – Evolução da média de alunos por sala de aula da rede municipal (2009-2015)



Fonte: PMF – Mensagem do Prefeito à CMFOR (2017)

As principais ações governamentais que contribuíram para a melhoria dos indicadores na área de Educação e tornaram possível os avanços ocorridos no período 2013-2016, foram: abertura de 86 creches, possibilitando o crescimento de 70% no número de crianças atendidas; implantação de 20 Escolas de Tempo Integral, alcançando mais de 8 mil alunos da rede municipal; e crescimento do parque escolar de 457 para 525 unidades, significando crescimento de 15%.

Com base no ano de 2016, tratando-se especificamente do desenvolvimento da Educação Infantil, a rede municipal de Fortaleza compõe-se de 220 equipamentos (138 Centros de Educação Infantil e 82 creches conveniadas), em que foram realizadas 39.479 matrículas na Educação Infantil, sendo 11.660 realizadas no regime de Tempo Integral.

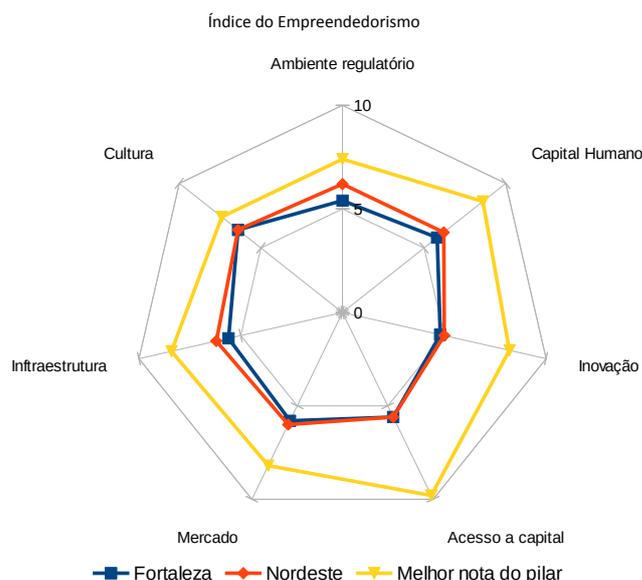
Relativamente ao desenvolvimento do Ensino Fundamental, integram a rede municipal (ano-base: 2016) 289 escolas, sendo 269 dessas em regime de tempo parcial e 20 em regime de tempo integral. Nesse nível de ensino foram realizadas 146.074 matrículas, incluindo-se 34.499 em Educação de Tempo Integral (6.099 dessas nas Escolas de Tempo Integral-ETI implantadas), 26.500 no Programa Mais Educação, 1.500 no Programa PROTÉCNICO e 400 no Programa Integração. A capital cearense teve um aumento significativo na proporção de matriculados nos ensinos técnico e profissionalizante, com quase 11 mil matrículas a mais se comparada a 2015.

Visando à melhoria da qualidade na Educação Básica, a estrutura da rede pública municipal apresenta, em 2016: 525 escolas em funcionamento nas quais foram realizadas 199.279 matrículas; e 85 polos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que 13.726 matrículas foram efetivadas. Ademais, a Educação Básica promoveu a inclusão de 4.338 alunos nas unidades municipais que compõem a rede municipal de Fortaleza.

Um importante indicador que abrange Educação, Cultura e Inovação, entre outras áreas, trata-se do Índice de Cidades Empreendedoras da Endeavor (2016)¹, que aponta a capacidade competitiva de Fortaleza ainda limitada, refletida na 29ª colocação no *ranking* de 32 cidades brasileiras. Entretanto, como mostra o Gráfico 20, deve-se ressaltar Fortaleza com nota superior à média do Nordeste no pilar “Capital Humano”, no qual avançou sete posições, justificado pelos recentes esforços da gestão para iniciar a reversão desses resultados, a exemplo do

aumento no número de matrículas nos ensinos técnico e profissionalizante, anteriormente referenciado.

Gráfico 20 – Índice de Empreendedorismo



Fonte: Endeavor - O Índice de Cidades Empreendedoras do Brasil utiliza 60 indicadores organizados em sete pilares: Ambiente Regulatório, Infraestrutura, Mercado, Acesso à Capital, Inovação, Capital Humano e Cultura

“Cultura” foi, dentre os eixos componentes do Índice Endeavor, o que apresentou o melhor desempenho da capital cearense, tendo alcançado a 9ª posição no ranking, enquanto obteve a 30ª colocação no pilar “Inovação”, o que demonstra, com maior ênfase, a necessidade de implementação de ações que promovam o desenvolvimento desta última área e a preservação do incentivo à primeira.

Relacionados ao tema “Inovação”, três projetos do Programa Fortaleza Inteligente - Casa da Cultura Digital, Projetos Inovadores e Wi-fi Gratuito - destacam-se pelo conjunto de ações desenvolvidas a seguir exemplificadas, respectivamente: realização de cursos, encontros e diversos eventos inclusive no âmbito internacional; execução de projetos inovadores, com destaque para o Projeto CITILAB cujo objetivo é incentivar a participação de cientistas, alunos e especialistas de instituições de renome mundial, na construção de soluções criativas e inovadoras para a melhoria das condições da vida urbana e para questões prementes de Fortaleza; e instalação de equipamentos que permitiram o acesso gratuito da população em praças, BRTs e ônibus.

A manutenção da abrangência das ações de natureza cultural alcança diferentes bairros de Fortaleza, independentemente do percentual do investimento público aplicado, o que sugere a eficácia dos programas desenvolvidos no período 2013-2016, cuja evolução dos principais indicadores de Resultados em “Cultura” apresenta-se na Tabela 7.

Tabela 7 – Evolução dos Indicadores de Resultados em Cultura de Fortaleza (2013-2016)

INDICADORES DE RESULTADO	2013	2014	2015	2016
% de Investimento público em cultura planejado	1,62	0,9	0,9	1,21
Bairros/comunidades beneficiados pelas ações de cultura	89	82	81	81

Fonte: SEPOG/ SIOPFOR /SME/SECULTFOR 2016

A abrangência dessas ações pode ser avaliada em função da consolidação de eventos permanentes na Promoção do Acesso à Cultura e Apoio às Manifestações Artísticas, que, em 2016, beneficiaram, por exemplo: cerca de um milhão participantes dos 77 eventos do Ciclo Carnavalesco; 97.923 pessoas em 73 eventos de Festejos Juninos; bem como 70.610 indivíduos de outros setores econômicos nos diversos eventos permanentes. Relativamente ao Apoio à Criação e Fomento à Cultura, em 2016, 9.181 foi o público total beneficiado pela realização do Salão de Abril (superior em seis vezes ao da edição de 2013). Na Educação para o Patrimônio Cultural, por exemplo, 12 eventos foram realizados pelo projeto “25 é Dia de Maracatu” que contou com 6 mil participantes, enquanto na Promoção da Formação Cultural e Artística 117 eventos pelas escolas públicas de formação cultural da Vila das Artes, beneficiando 1.707 pessoas que assistiram a 4.262 horas-aula ministradas.

| SAÚDE E BEM-ESTAR

Com a adoção de um conceito de saúde abrangente e intersetorial, a gestão vem primando pela oferta de serviços públicos que possam impactar na melhoria da qualidade de vida do cidadão fortalezense. Dentre as áreas e os setores que contribuem para essa melhora, além da própria política de saúde, destacam-se as políticas de esporte e lazer e de enfrentamento às drogas, que, em uma proposta das ações articuladas, buscam minimizar os problemas mais crônicos referentes à construção de uma cidade saudável, que veja e trate seu cidadão de forma integral, na perspectiva do desenvolvimento humano, do direito à cidadania, à vida e à cidade.

Os investimentos realizados nessas áreas já apresentam algumas respostas positivas, observadas na alteração de alguns indicadores de resultado e nas entregas feitas à cidade, como a melhoria da infraestrutura e implantação de novos serviços de saúde, o incremento das atividades de esporte e lazer, a qualificação dos espaços públicos, a implantação da política de "Areninhas", a revitalização das praças com o incremento das academias ao ar livre e parques infantis. Adicionalmente, houve a implementação de políticas específicas de prevenção e combate ao uso de drogas e a ampliação da oferta para o tratamento dos usuários, que são algumas respostas às demandas apresentadas, apontando para a melhoria da qualidade de vida da população de Fortaleza (v. Quadro 1).

Quadro 1 - Evolução dos Indicadores em Saúde, Esporte e Combate a Drogas (2013-2016)

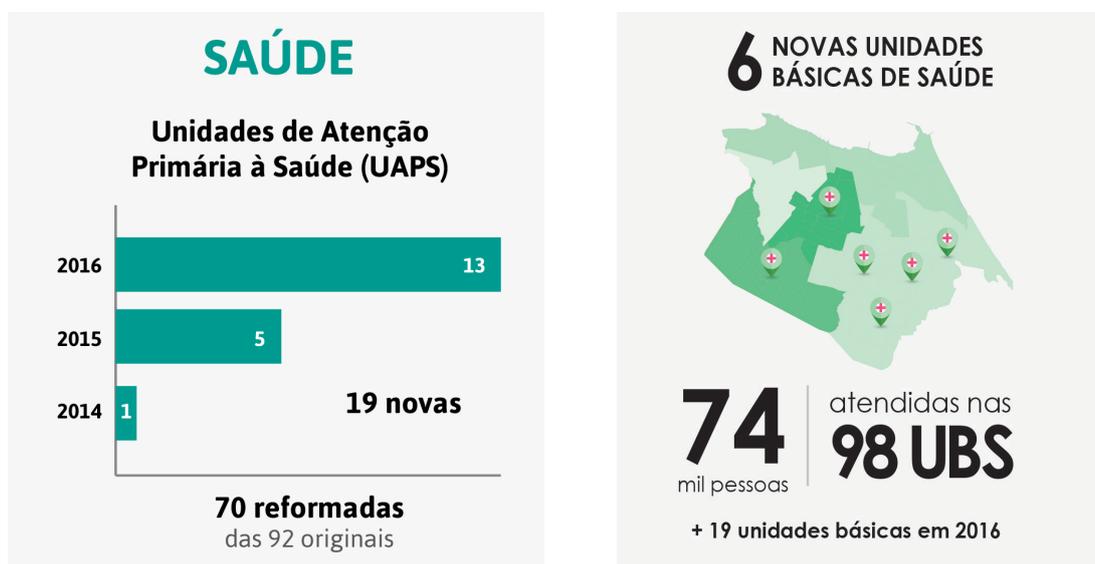
TEMA	Indicadores de Resultados	2013	2014	2015	2016
SAÚDE	Cobertura Populacional pelas Equipes de Atenção Básica (%)	49,8	54,6	59,7	60,31
	Taxa de Cobertura de Saúde Bucal (%)	28	28	29	40
	Razão de mortalidade materna (por 100 mil)	72	64,2	31,2	37,4
	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	11,7	11,8	11,7	11,5
	Taxa de nascidos vivos com 7 ou mais consultas de pré-natal (%)	43,9	51	57	59
ESPORTE	Pessoas atendidas com eventos e programas de esporte e lazer (nº)	9.100	256.663	98.530	193.220
COMBATE ÀS DROGAS	Acompanhamento terapêutico de jovens usuários de drogas (nº)	830	2.081	4.771	1.105

Fonte: SEPOG/SIOPFOR/SMS/CPDrogas

De modo particular, as ações delineadas para a área da saúde resultaram em avanços efetivos verificados no tocante à melhoria e qualificação da oferta dos serviços, especialmente na Atenção Primária à Saúde (v. Figura 2), por ser essa a coordenadora e ordenadora das Redes de Atenção à Saúde, integrando os pontos de atenção secundários e terciários, na perspectiva de continuidade e integralidade de atenção à população de Fortaleza. Conta com 110 unidades, que, com os esforços empreendidos, especialmente na contratação de profissionais de saúde, médicos e não médicos, permitiram a duplicação da cobertura do Programa de Saúde da Família pelas Equipes de Atenção Básica.

Nesse contexto, os resultados alcançados podem ser visualizados na melhoria de indicadores, como a Taxa de Mortalidade Materna, que apresentou redução de 52%, assim como a Taxa de Mortalidade Infantil, que mantém uma tendência decrescente nos últimos quatro anos e nas realizações entregues à população, possibilitando a ampliação do acesso e a oferta de serviços mais qualificados.

Figura 2 - Principais avanços dos serviços ofertados na Atenção Primária à Saúde (2014-2016)



Fonte: Mensagem do Prefeito à CMFOR (2017)

Ainda na perspectiva da construção de uma cidade saudável, o município também tem apresentado avanços no que diz respeito à atenção especializada à saúde, responsável pelos procedimentos mais especializados (área ambulatorial, de intervenção de urgência e emergência, ou tratamento de situações crônicas e de doenças agudas), que são realizados na Rede de Atenção Hospitalar de Média Complexidade, em Unidades de Pronto Atendimento - UPA, SAMU, CAPS e Policlínicas, a exemplo dos realizados nas UPAS do Cristo Redentor, Jangurussu e Itaperi.

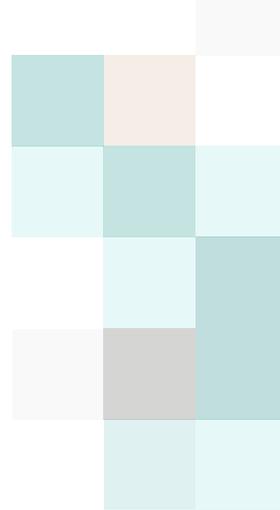
Na Atenção Terciária ao Trauma, o Instituto Dr. José Frota- IJF priorizou, nesse mesmo período, a melhoria dos processos logísticos e a ampliação e modernização da estrutura física e tecnológica, incluindo a unidade IJF2, iniciada em 2016 e em processo de conclusão, ofertando serviços adicionais com 223 novos leitos (30 em UTI) e 9 salas cirúrgicas.

A construção de uma cidade saudável, como já mencionado, busca integrar as ações tradicionais de saúde com a política de esporte e lazer e de enfrentamento às drogas, de forma a fortalecer o conceito da integralidade da

saúde na medida em que o incentivo à prática de hábitos saudáveis e o desenvolvimento de práticas preventivas e curativas, do uso de drogas, especialmente junto à juventude, é parte essencial na busca pela melhoria da qualidade de vida da população.

Atualmente, Fortaleza oferta o seguinte conjunto de equipamentos com esse fim: 22 Areninhas construídas a partir de junho de 2014 em diversos bairros, visando à prática de esportes; 224 praças e áreas verdes revitalizadas para o lazer de seus cidadãos, sendo 44 praças "Amiga da Criança" com parquinho (11 delas com academia ao ar livre); e 94 praças adotadas em parceria com diversas entidades.

Os esforços dispendidos nos últimos anos tentando à melhoria da Qualidade de Vida dos fortalezenses justificam a continuidade e o aperfeiçoamento de muitas das diversas ações multi e intersetoriais relatadas no presente documento, bem como estimulam a promoção da criatividade e inovação por parte tanto dos gestores quanto da população engajada e envolvida no alcance de novos patamares dos indicadores de resultados futuros.



3.

Processo partecipativo 2018 - 2021

A Constituição de 1988 estabeleceu diretrizes de participação da sociedade nas decisões governamentais, mais especificamente na elaboração dos instrumentos de planejamento público. Dessa forma, vem-se implementando mecanismos que buscam dar operacionalidade aos princípios da democracia participativa, no sentido de não só promover o diálogo entre o governo e a sociedade como também propiciar condições de inovações na condução da gestão pública, que se faz mais transparente e democrática por ser capaz de promover comprometimento compartilhado com a sociedade.

Como principal instrumento de planejamento de uma gestão, o PPA organiza e viabiliza o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos. É o documento que declara as escolhas do governo e da sociedade, indica os meios para a implementação das políticas públicas e orienta a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos.

A metodologia aplicada na etapa de participação social de elaboração do PPA 2018-2021 buscou otimizar as informações já existentes com relação às percepções e aos desejos da sociedade civil levantadas pelas diversas iniciativas ocorridas nas discussões nos territórios de cidadania, nos Ciclos de Planejamento Participativo, nas oficinas realizadas nos grupos de bairro do Fortaleza 2040 e em outras instâncias de participação.

A população foi mobilizada em duas etapas: encontros regionalizados e encontros territoriais, estes, tendo por base as instâncias territoriais de participação definidas no processo de elaboração do Plano Fortaleza 2040 num total de trinta e um territórios divididos nas seis Regionais.

Os encontros regionalizados tiveram como objetivo ampliar a compreensão a respeito do processo de planejamento municipal, com foco na elaboração do PPA, apresentar eixos definidos pelo Plano Fortaleza 2040 e nortear a metodologia dos encontros territoriais, a ser executada por meio da utilização de cadernos orientadores, construídos especificamente para esse fim, que contêm informações técnicas essenciais para o entendimento do processo de planejamento das ações da gestão pública, informações consolidadas ao longo dos últimos quatro anos sobre o município de Fortaleza, dados específicos de cada território e propostas apresentadas nas diversas instâncias de participação social nos últimos três anos.

Baseando-se nas informações e orientações passadas nos encontros regionais, os encontros territoriais objetivaram a priorização da população no que se refere as principais demandas a serem contempladas nos programas e ações finalísticas do PPA 2018-2021. O caderno orientador foi o instrumento de trabalho destes encontros, coordenados pelos agentes da cidadania ou por outra liderança comunitária, que resultou na consolidação de um relatório sintético contendo a descrição e as justificativas das demandas priorizadas em cada território, encaminhado para a Coordenadoria de Participação Social. Foram realizados 06 Encontros Regionais com a participação direta de 410 participantes e 84 encontros territoriais, conforme Quadro 2 a seguir:

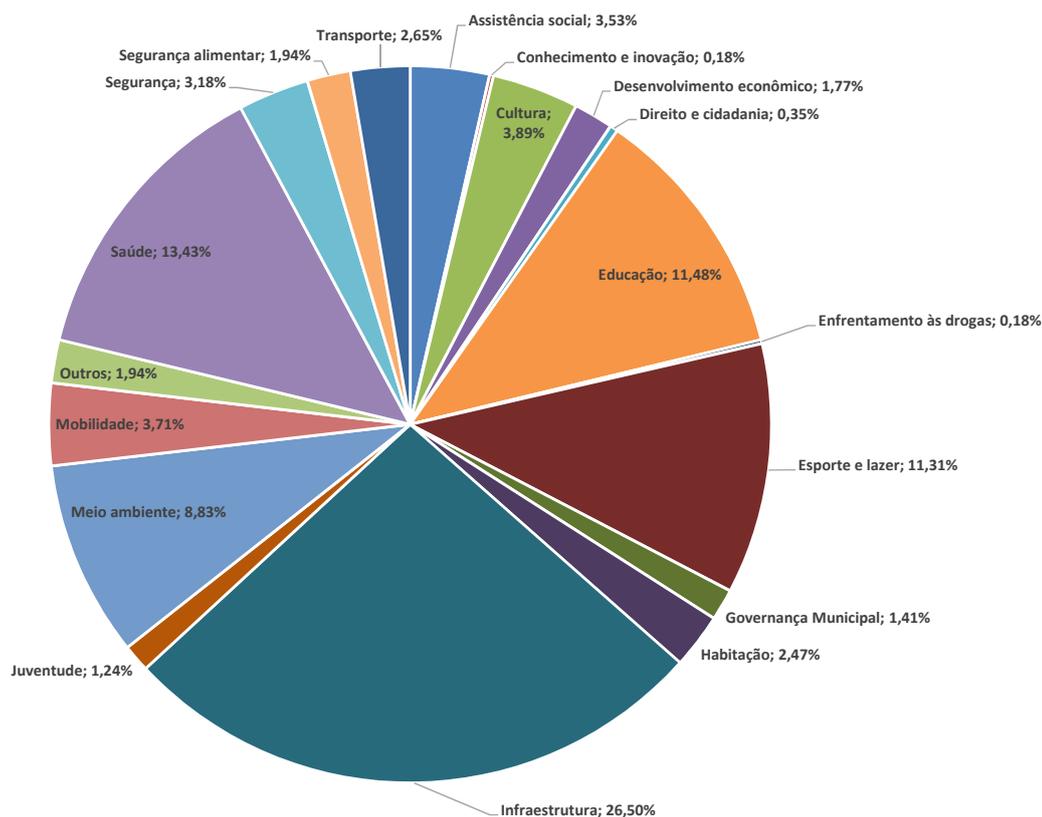
Quadro 2 – Quantidade de Participantes e Propostas dos Encontros Regionais

REGIONAL	BAIRROS	PROPOSTAS APRESENTADAS	PARTICIPANTES
I	14	148	173
II	19	79	481
III	8	53	116
IV	10	99	344
V	15	83	64
VI	18	104	220
TOTAL	84	566	1398

Fonte: SEPOG/COPLAM

As propostas apresentadas nos relatórios finais dos encontros territoriais foram consolidadas por áreas temáticas apresentando os seguintes resultados (v. Gráfico 21):

Gráfico 21 – Consolidado das Propostas Priorizadas no processo de Participação Popular



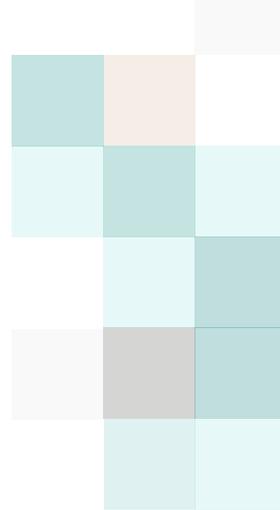
Fonte: CEPS/elaboração SEPOG/COPLAM

Ainda como atividade da etapa do processo participativo, foi realizado um encontro com os diversos conselhos setoriais, no sentido de socializar a Matriz Estratégica de Governo - PPA 2018-2021, consolidada a partir do Plano Fortaleza 2040, e colher as percepções e subsídios das instâncias de controle social das diversas políticas públicas. Referida matriz foi construída a partir da análise dos resultados estratégicos e objetivos das áreas temáticas pro-

postos, elencando as contribuições para o aprimoramento dos mesmos, bem como as percepções com relação aos principais problemas, desafios e potencialidades identificados pelos conselhos no exercício contínuo de suas atribuições. Importa o entendimento de que cada um traz um olhar apropriado da política social a qual representa, no sentido de fortalecer e aprimorar a proposta apresentada e a definição de programas e ações de governo, elementos-chaves na elaboração do PPA 2018-2021.

Utilizando-se da metodologia de exposição participativa, foi apresentada a matriz estratégica e orientado o exercício para a coleta das percepções e contribuições dos conselhos setoriais. Participaram da reunião 17 conselhos, sendo eles: Conselho Municipal do FUNDEB; Conselho Municipal de Segurança Alimentar; Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso; Comitê de Prevenção de Homicídios da Assembleia Legislativa; Conselho Municipal do Turismo; Conselho Regional de Saúde – Regional V; Conselho Municipal de Juventude; Conselho Municipal de Alimentação Escolar; Conselho Municipal do Trabalho; Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal de Educação; Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; Conselho de Defesa Civil; Conselho Municipal de Planejamento Participativo; Conselho Municipal de Políticas de Cultura; Conselho das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável da Sabiaguaba; Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança do Adolescente; e Conselho Municipal de Habitação Popular. Por solicitação da área de meio ambiente, foi realizada uma reunião específica para os conselhos dela integrantes, tendo comparecido e apresentado suas considerações: Conselho do Meio Ambiente, Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Comissão Participativa do Plano Diretor e Conselho das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de uso sustentável da Sabiaguaba.

Seguindo a metodologia utilizada, os representantes dos 17 conselhos presentes na primeira reunião levaram o exercício para ser discutido em seus colegiados, sendo as contribuições enviadas posteriormente para análise e inclusão, levando em conta a viabilidade das mesmas a fim de compor o PPA 2018/2021. Obteve-se retorno dos seguintes conselhos: Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal de Habitação Popular; Conselho Municipal de Políticas de Cultura; Conselho Municipal de Assistência Social, e os específicos de meio ambiente. Após a análise, verificou-se que muitas das propostas apresentadas estavam contempladas em programas e ações já definidos para este instrumento de planejamento municipal.



4. Orientação Estratégica do Governo

Agenda Estratégica

Eixos, Resultados Estratégicos e
Áreas Temáticas

Matriz Programática por Eixo

EIXO I – EQUIDADE TERRITORIAL e SOCIAL

| Resultado Estratégico: Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa - Territórios com redução das desigualdades sociais e integrados à sociabilidade urbana

Um dos grandes compromissos da gestão, pactuados no desenvolvimento do Plano Fortaleza 2040, constitui a superação das desigualdades sociais e territoriais, principalmente das condições dramáticas das áreas mais precárias da cidade. Esse pacto passa por assegurar a melhoria da habitabilidade a todos os seus cidadãos, quaisquer que sejam sua faixa de renda, sua idade ou seu estilo de vida. Para tanto, é necessário implementar ações e projetos de mais de um eixo estratégico que proporcionem a requalificação dos assentamentos precários com habitações dignas de qualidade, ações de regularização fundiária, plano urbanístico com implantação de equipamentos e serviços públicos, mobilidade e acessibilidade para integrar as áreas precárias à cidade, saneamento, e meio ambiente confortável.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) reconhece que 80% dos principais problemas da cidade têm origem nos 856 assentamentos precários, onde residem mais de 40% da população de Fortaleza, numa área de apenas 12% do tamanho total do território, em que se contabiliza a maioria das vítimas de mortes por causas externas e das ocorrências de doenças decorrentes da falta de saneamento. Essas dificuldades podem ser enfrentadas, com maior efetividade, por meio de políticas públicas integradas e focadas nesses territórios, que possam desenvolver ações de moradia digna, infraestrutura domiciliar e oferta adequada de equipamentos e serviços públicos, além de acessar as oportunidades de emprego e renda, proteção social e promoção de uma cultura de paz e segurança do cidadão.

No seu conjunto, esse eixo concentra objetivos de alta prioridade, identificando circunstâncias, contextos, territórios, grupos ou comunidades em que o direito à vida e à cidade estariam sob clara ameaça. Por meio dele, é tentada a redução da intensa desigualdade social e territorial que resulta da formação histórica da cidade, visando ao enfrentamento de três grandes desafios: a precariedade da habitação; a pobreza e desigualdade social; e o alto índice de violência.

As ações necessárias para a consolidação dos objetivos desse eixo passam necessariamente pelas políticas de: habitação, como a construção de casas populares; educação; saúde, assistência social; defesa dos direitos humanos; segurança cidadã; e inclusão produtiva, entre outras, atuando de forma integrada e intersetorial visando à efetiva contribuição para a melhoria da qualidade de vida, redução da desigualdade territorial e social e integração desta população à sociabilidade urbana. Os principais órgãos responsáveis por essas ações são: Secretaria Municipal da Segurança Cidadã (SESEC), Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR), Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINF) e Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS) e Coordenadoria Especial de Políticas sobre Drogas (CPDrogas).

| Área Temática: Segurança Cidadã

Trata-se de uma área temática orientada para a redução da violência e criminalidade, minimização do medo e potencialização da sensação de segurança. Essencialmente, busca preservar os direitos e liberdades cidadãs, oferecer segurança (objetiva e subjetiva) e melhorar a qualidade de vida. As estratégias focam na prevenção para

lidar com os problemas de crime, violência, conflitos urbanos e sensação de insegurança ou medo, sem que isso se dissocie de ações repressivas para o cumprimento das normas sociais.

A despeito da existência de casos de caráter punitivo para indivíduos, grupos e organizações que praticam crimes ou causam desordem pública, a segurança cidadã assenta-se numa agenda de controle dos fatores de risco e dos fatores de proteção, visando à redução dos primeiros e ampliação dos segundos. O presente plano plurianual objetiva para o quadriênio 2018-2021 a promoção da cultura de paz, segurança cidadã, e proteção do patrimônio público.

Conforme dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil está vivendo uma epidemia de violência, uma vez que se considera epidemia quando os crimes de morte ultrapassam o limite de dez para cada grupo de cem mil habitantes. Fortaleza encontra-se entre as cidades com maior índice de homicídios da população jovem do país dentre as capitais. Segundo o “Mapa da Violência 2016: Homicídio por Arma de Fogo no Brasil”, a capital cearense ocupa o primeiro lugar no *ranking* das capitais com as maiores taxas de morte em 2014 e apresenta uma taxa de homicídios por arma de fogo de 81,5 para cada 100 mil habitantes. De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS-CE), o estado registrou 471 assassinatos no mês de maio de 2017, tendo sido 186 a mais que o mesmo período do ano de 2016. Em Fortaleza o aumento da violência foi o mais expressivo, tendo um crescimento de 124% no número de assassinatos.

A PMF, por meio da SESEC e de suas vinculadas, busca a integração das políticas municipais que podem contribuir para o enfrentamento dessa realidade, na medida em que essas, direta ou indiretamente, interferem nos assuntos de segurança pública da cidade. Adicionalmente, a gestão municipal realizará ações programáticas com as finalidades de: promover a colaboração com os governos federal e estadual para priorizar as ações de policiamento investigativo, preventivo e ostensivo, realizadas sob a responsabilidade dos órgãos de segurança dessas esferas de governo; estabelecer ações conjuntas, convênios e parcerias com entidades nacionais ou estrangeiras; contribuir com procedimentos de prevenção, de redução da violência e da criminalidade; e realizar a mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais do cidadão de forma a consolidar a cultura de paz e segurança cidadã.

Nesse sentido, encontram-se em andamento e pretende-se uma ampliação das seguintes ações integradas, a saber: 1) segurança escolar; 2) prevenção ao uso de drogas; 3) reinserção social; 4) atenção à saúde da população em situação de rua - “Consultório na Rua”; 5) atuação do Comitê de Políticas sobre Drogas; 6) monitoramento da área turística (vídeo, polícia e guarda) e de áreas comerciais do centro; 7) blitz integrada entre guarda municipal, Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC) e Polícia Rodoviária Estadual (PRE); 8) ação de mediação escolar e cultura de paz; 9) Projeto Planeta Limpo; 10) atuação dos agentes comunitários de saúde (Vicente Pinzon e Bom Jardim); e 11) desocupação irregular do espaço público.

Os novos projetos previstos nessa área são a implantação de sistema de videomonitoramento com o uso de *drones* e a integração de câmeras de vigilância privada com as câmeras de segurança pública, do Selo Escola Embaixadora da Paz e do Programa Guarda Infante-Juvenil.

Encontram-se também em fase de desenvolvimento os projetos: 1) ampliação das oportunidades e proteção social da juventude de Fortaleza nas áreas de maior vulnerabilidade com a ampliação da rede CUCA e demais

projetos integrados até 2020, bem como o fortalecimento das estratégias de redução de danos, por meio de capacitação das equipes dos órgãos da PMF envolvidos, sob a responsabilidade da CPDrogas; 2) capacitação em segurança cidadã e mediação de conflitos de servidores públicos e gestores nas áreas de segurança pública e educação; e 3) implantação do programa Escola/Cidade/Família como veículo de construção de uma instituição educacional efetivamente aberta a comunidade, com funcionamento nos fins de semana, que seja fomentadora da participação social, da cultura da paz e da valorização do patrimônio cultural e ambiental.

As metas propostas para o período de 2018-2021 estão em consonância com as seguintes linhas de ação contempladas pelo Plano Fortaleza 2040 para Segurança Cidadã: a) Convivência Cidadã e Controle Social; b) Violência Urbana, Drogas e Delinquências (Trânsito, Homicídios, Juventude e Grupos Vulneráveis; c) Justiça, Mediação de Conflitos e Direitos Humanos; buscam reforçar a integração e o constante debate entre as várias instituições de Segurança Cidadã e Cultura de Paz.

| Programas Prioritários

- SESEC:

Fortaleza Cidade com Futuro
Proteção e Defesa Civil
Segurança Cidadã em Fortaleza

- AGEFIS:

Fiscalização Integrada
Convivência Urbana

- SCSP:

Infraestrutura Urbana e Viária
Transporte Urbano e Mobilidade de Fortaleza
Fortaleza Iluminada

| Área Temática: Habitabilidade e Direito à Cidade

A habitabilidade constitui o alicerce ao direito à cidade. Considerado tema relevante pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), está presente nas agendas das organizações e governos que trabalham em prol da superação das desigualdades sociais e da melhoria de vida dos mais vulneráveis no planeta. O direito à moradia, portanto, está diretamente relacionado ao direito à cidade e integra outros direitos, tais como os culturais, sociais e econômicos.

A informalidade urbana associada às condições precárias de moradia constitui um fenômeno intrinsecamente ligado à produção do espaço urbano da capital cearense. Com a velocidade do processo de urbanização, desde meados do século XX, vinculada aos fluxos migratórios provenientes do Sertão Nordestino, as famílias sem alternativas viáveis de moradia na cidade ocuparam informalmente imóveis públicos e privados em áreas sem infraestrutura. Para ter um lugar na cidade, inúmeras famílias se submeteram e se submetem – para além da falta da propriedade fundiária – a condições insalubres e muitas vezes em situação de risco, como beiras de córregos, mananciais e encostas.

Essa área temática tem suas ações implementadas, principalmente, para atender ao objetivo de promover o direito à moradia digna e acesso a serviços e espaços públicos.

As atuais contradições urbanas identificadas em Fortaleza, que carrega um expressivo déficit habitacional estimado em cerca de 80.000 moradias, não podem ser atribuídas, exclusivamente, à expansão demográfica constatada. Apesar dos avanços ocorridos no último quadriênio, o quadro hoje existente é o resultado explícito de intervenções insuficientemente realizadas por parte do poder público no decorrer das últimas décadas.

O estabelecimento de diretrizes e metas direcionadas não só priorizou, mais recentemente, a redução do déficit habitacional, com a construção de unidades habitacionais como também investiu esforços na regularização fundiária de assentamentos precários, apresentando resultados positivos tais como: 22 mil famílias beneficiadas com unidades habitacionais, superando em mais de quatro vezes o número de 4.022 unidades entregues nas duas gestões anteriores (2005-2012) e 1.144 unidades habitacionais passaram pelo processo de titularização imobiliária policiando a segurança patrimonial tão almejada pelos seus respectivos proprietários.

Um dos grandes compromissos da gestão, oriundos do plano Fortaleza 2040, constitui a superação das desigualdades sociais e territoriais, principalmente das condições dramáticas das áreas mais precárias da cidade. O referido pacto envolve assegurar a melhoria da habitabilidade a todos os seus cidadãos, quaisquer que sejam sua faixa de renda, idade ou estilo de vida, buscando, no quadriênio 2018-2021, desenvolver ações e projetos de forma articulada e intersetorial de mais de um eixo estratégico, no sentido de proporcionar: requalificação dos assentamentos precários com habitações dignas de qualidade; ações de regularização fundiária; plano urbanístico com implantação de equipamentos e serviços públicos; mobilidade e acessibilidade para integrar as áreas precárias à cidade; saneamento, e meio ambiente confortável em termos ambientais.

Destaca-se, nesse contexto, o Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS), que traz em seu bojo alguns objetivos estratégicos a serem consolidados por meio das ações diretas da HABITAFOR e de forma articulada com as demais políticas públicas que contribuem para a consecução dos mesmos, sendo eles: 1) garantir o direito universal à moradia digna, democratizando o acesso à terra urbanizada, à moradia e aos serviços públicos de qualidade, priorizando programas e projetos para famílias de baixa renda, ampliando a oferta de habitações e melhorando as condições de habitabilidade da população; 2) respeitar o direito da população de permanecer nas áreas ocupadas por assentamentos precários ou em áreas próximas, desde que estejam ambiental e socialmente adequadas, preservando seus vínculos sociais com o território, o entorno e sua inserção na estrutura urbana e considerando a viabilidade econômico-financeira das intervenções; c) promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental por meio de políticas e projetos de geração de trabalho e renda, redução dos ônus da moradia para os beneficiários e gestão ambiental, inclusão da população de baixa renda e de grupos sociais vulneráveis.

Ainda integrando o compromisso da gestão, destaca-se a linha de ação “Integração Urbana de Assentamentos Precários e Informais” do Plano Fortaleza 2040, onde se encontram algumas metas importantes para o quadriênio 2018-2021, a saber: a) regulamentação e elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) de até 41 ZEIs tipo 1¹; b) instituição das Comissões Municipais de Urbanização e Legalização – compostas por representantes da Prefeitura e de moradores em 100% dos assentamentos que passarem por intervenções da PMF;

1- As Zonas Especiais de Interesse Social 1 (Zeis 1) são compostas por assentamentos irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados à regularização fundiária, urbanística e ambiental.

c) iniciar a promoção de legalização da posse dos assentamentos e suas respectivas unidades habitacionais, preferencialmente nos assentamentos alvo de urbanização.

| Programas Prioritários

- HABITAFOR:

Habitar Bem

Regularização Fundiária de Assentamentos Precários

- IPLANFOR:

Gestão Participativa e Social

Desenvolvimento do Planejamento Municipal

EIXO ESTRATÉGICO II - Cidade Integrada, Acessível e Justa

| Resultado Estratégico: Fortaleza da Mobilidade – Melhoria da forma e acessibilidade urbana

Fortaleza encontra-se fortemente conurbada com os municípios de Caucaia, Maracanaú e Eusébio e, de forma modesta, com os municípios de Itaitinga e Aquiraz, formando um aglomerado urbano que tem uma forte interação diária, principalmente com relação à economia e mobilidade. A capital cearense fez uma transição do modelo de uma cidade com um só centro para uma cidade de múltiplos centros, dispostos em toda a região metropolitana e que convergem para determinadas áreas de dentro da capital, gerando inúmeras consequências negativas. Entre essas, vale destacar, a corrosão do conjunto de atributos típicos da vida em comunidade.

Nesse contexto, é necessário melhorar a forma urbana, integrando o planejamento da mobilidade e acessibilidade ao planejamento urbano, de forma a reduzir os impactos sociais e ambientais, que tomam proporções significativas, segregando radicalmente as pessoas e apresentando desequilíbrio nas ofertas de acesso a oportunidades, que não ocorrem equitativamente nos territórios da cidade.

O eixo estratégico “Cidade Integrada, Acessível e Justa” busca promover indicações urbanísticas no intuito de assegurar uma cidade compacta, acessível e integrada, que possibilite o acesso aos espaços e serviços públicos alocados amplamente no conjunto do território municipal, integrando espaços de convivência, trabalho e serviços, com equipamentos públicos seguros e bem distribuídos e transporte público de qualidade, visando à “melhoria da forma urbana e a acessibilidade”.

Essas indicações do eixo têm como princípio a redução e otimização dos investimentos em mobilidade urbana por meio do aumento do acesso urbano, que se entende ser a presença em toda as regiões da cidade de uso do solo diversificado, mixando habitações, atividades econômicas, serviços públicos, áreas de lazer e, ainda, a inte-

gração destes com o meio ambiente natural, proporcionando uma interação das pessoas.

As principais ações previstas para esse eixo são: realização de intervenções, em parceria com o governo estadual, de ocupação do solo, alterações na forma urbana e mobilidade, a fim de favorecer os corredores de urbanização orientados pelo transporte público de alta capacidade, atentando-se às prioridades estabelecidas no Plano Fortaleza 2040, a exemplo do Metro Sul e Maranguapinho-II Etapa; requalificação dos espaços públicos priorizada visando à democratização da mobilidade e acessibilidade; continuidade de implantação e manutenção de corredores exclusivos de ônibus e a criação de novos binários e ciclofaixas, contribuindo para uma melhor integração dos diversos núcleos econômicos e sociais distribuídos pela cidade; elevação da acessibilidade veicular do Sistema de Transporte Público em ônibus, contribuindo efetivamente para incluir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho; e melhoria das condições do transporte público, como a implantação de ar condicionado nos veículos coletivos e a requalificação de paradas de ônibus.

A Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SCSP) e a Secretaria Municipal da Infraestrutura (SEINF) são as principais responsáveis pelas ações a serem desenvolvidas para efetivar diversas intervenções na melhoria da forma e acessibilidade urbana.

| Área Temática: Mobilidade e Acessibilidade Urbana

Para ampliar e democratizar a mobilidade e acessibilidade do fortalezense, inclusive favorecendo a qualificação da circulação viária, o PPA 2018-2021 prevê tanto a continuidade das ações bem sucedidas como a implementação de projetos inovadores relacionados com o tema, enfatizando-se a interdependência existente e a integração necessária entre as políticas de mobilidade urbana e as intervenções propostas para a forma urbana, especialmente as que promovem segurança na acessibilidade aos espaços públicos e maior fluidez na circulação de pessoas, bens e serviços.

A coordenação do elenco dessas ações e intervenções, sob a responsabilidade da SEINF e SCSP, intenta alcançar os seguintes objetivos:

- 1) garantir a expansão, a melhoria e a qualidade da infraestrutura urbana e da malha viária, além de, complementarmente, ampliar o sistema de drenagem e esgotamento sanitário contando com a profícua relação mantida com a Administração Pública Estadual; 2) propiciar a mobilidade urbana sustentável em Fortaleza, por meio do aprimoramento da gestão do transporte urbano, na infraestrutura e no serviço de transporte público em parte da rede, com vistas à integração dos diversos modais e da adequação do espaço urbano em torno dos corredores sob intervenção, nas ações de segurança viárias e ações de fortalecimento institucional; 3) promover a mobilidade e acessibilidade da população em relação ao trânsito, por meio de ações educativas para exercício pleno da cidadania e da sinalização viária, incluindo a implantação e manutenção de equipamentos de fiscalização de multas para reduzir o número de acidentes e outras infrações; 4) assegurar a gestão integral da iluminação pública de Fortaleza, possibilitando a melhoria, ampliação, conservação, manutenção e a implantação de novas tecnologias para a satisfação e segurança da população de Fortaleza relativas à acessibilidade e ao incremento na ocupação dos espaços públicos.

Comparativamente ao passado recente, a cidade de Fortaleza apresenta saltos qualitativos em mobilidade, obras

públicas de infraestrutura, conservação e serviços públicos. O PPA 2018-2021 abrange o desenvolvimento de ações programáticas que visam suportar a gestão municipal na superação do desafio de remover importantes entraves da dinâmica na mobilidade, sempre com o foco e a orientação direcionados à: adoção de medidas preventivas relativas à Educação e Segurança no Trânsito e a Iluminação Pública; e contínua preservação da prioridade tanto para o transporte público (p. ex. corredores exclusivos de ônibus) como para o transporte de baixa ou nenhuma emissão de carbono (p. ex. bicicletários, estações de carros elétricos compartilhados), por meio da requalificação de vias e calçadas, abertura de vias novas, implantação de binários, complementados com importantes transposições através de pontes, túneis e viadutos.

Ademais, a SEINF desempenha um relevante papel no gerenciamento e implementação de programas e projetos de infraestrutura, financiados em grande parte por meio de operações de crédito internas e externas^(*)¹, como também pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados com empresas especializadas em termos de consultoria e execução de obras de engenharia.

Adicionalmente à execução do conjunto de ações que culminam na melhoria do transporte coletivo, diminuição do tempo de deslocamento, conferindo qualidade ao trajeto percorrido, pode-se destacar as ações a serem desenvolvidas pela SCSP de ampliação da infraestrutura cicloviária e expansão do projeto Bicicleta, alcançando um maior número de territórios atendidos por estações de bicicletas compartilhadas, inclusive promovendo acréscimos no número de viagens por estação.

No âmbito da SCSP, ressalta-se a adoção de novas tecnologias no Centro Operacional Integrado (COI), implantado na sede da Empresa de Transportes Urbanos de Fortaleza (ETUFOR), que acompanha e monitora as operações do Sistema Integrado de Transporte de Fortaleza, propiciando a tomada de decisões imediatas que necessitem de ações emergenciais.

No sentido de aperfeiçoar os programas inerentes à Área Temática - Mobilidade e Acessibilidade Urbana e aumentar a efetividade das ações, o PPA 2018-2021 propõe o aperfeiçoamento daquelas bem sucedidas e a implantação de inovações, destacando-se:

- ✓ Educação e Segurança do Trânsito – expansão da capacitação da população em ações educativas não limitadas apenas a ensinar regras de circulação mas também para inspirar e transformar as pessoas em cidadãos comprometidos com a preservação da vida, incorporação permanente de novas tecnologias para a comunicação entre semáforos inteligentes e maior abrangência da implantação das lâmpadas LED em semáforos;
- ✓ Infraestrutura para a Mobilidade Urbana - execução do Plano de Acessibilidade Sustentável de Fortaleza; dos Túneis Longitudinal e Alberto Sá, dos corredores de ônibus nas Avenidas Dedé Brasil e Senador Fernandes Távora e do Viaduto Sobre a BR – 116, ligando Raul Barbosa a Alberto Craveiro; entrega das obras (segunda etapa) dos Corredores de ônibus nas avenidas Paulino Rocha e Alberto Craveiro;
- ✓ Transporte Urbano – incentivo ao uso do transporte coletivo por meio da melhoria do conforto com a elevação da taxa de veículos com ar condicionado e WiFi, implantação de veículos articulados com ar-condicionado e WiFi na 2ª etapa do corredor Antônio Bezerra/Papicu na linha 222 – Antônio Bezerra/Papicu via Antônio Sales, operando nas estações do Corredor Expresso Fortaleza; ampliação das vagas do sistema de Táxi de Fortaleza,

1 - Os programas financiados por operações externas encontram-se identificados na lista de programas finalísticos apresentados a posteriori com (*).

Desse total, 10% sendo destinadas a um projeto piloto de Táxi, 100% elétrico; implantação de “motocímetro” para o Sistema de Transporte por Mototáxi; ampliação das Estações do VAMO (Carros Elétricos Compartilhados), do Bicicletar e das Bicicletas Integradas; e ampliação de faixas exclusivas, ciclofaixas e faixas elevadas.

- ✓ Iluminação Pública – substituição de todos os pontos de luz amarela por luz branca, contratando obras para substituir atuais equipamentos obsoletos por outros com luz branca, vapor metálico ou LED, elevando a taxa de modernização para 100% a fim de garantir maior segurança e conforto à população, fomentando a economia e sociabilização das comunidades, que passam a fazer uso dos espaços públicos com maior frequência e regularidade.

| Programas Prioritários

- SEINF:

Infraestrutura Urbana e Viária

Infraestrutura de Equipamentos e Prédios Públicos

Fortaleza Cidade com Futuro (*)

Cidade Sustentável (*)

Infraestrutura em Educação e Saneamento – PROINFRA (*)

Fortalecimento de Inclusão e Redes de Atenção – PROREDES (*)

- SCSP e vinculadas:

Fortaleza Limpa

Infraestrutura Urbana e Viária

Transporte Urbano e Mobilidade de Fortaleza

Fortaleza Iluminada

Educação e Segurança no Trânsito

EIXO III - Vida Comunitária, Acolhimento e Bem-Estar

Resultado estratégico 1: Fortaleza Saudável - Melhoria da saúde da população

Resultado estratégico 2: Fortaleza Segura Inclusiva e Justa - Comunidade acolhedora, inclusiva, com valorização e respeito à diversidade, fortalecendo a política de direitos humanos

Resultado estratégico 3: Fortaleza da Juventude - Promover atenção integral à juventude com ênfase na inserção produtiva e social, especialmente aos jovens em situação de risco e vulnerabilidade social.

O eixo “Vida Comunitária, Acolhimento e Bem-Estar” tem como objetivo construir uma cidade em que predominem sentimentos e atitudes do acolhimento das pessoas em todas as suas relações sociais, da valorização das suas identidades, do desenvolvimento do sentimento de afeição pela cidade, contribuindo para uma cultura de paz e tolerância, que favoreçam a melhoria da qualidade da população.

A visão de acolhimento intenta transformar Fortaleza em uma cidade com uma população saudável e bem aco-

lhida no sistema de saúde pública, com amplo acesso à saúde pública de qualidade desenvolvendo ações preventivas, com sistema bem estruturado, com ampliada capacidade e eficiência, bem como contando com uma alimentação saudável com apoio de agricultura urbana e reeducação alimentar.

O eixo propõe diversas abordagens para alcançar os resultados pretendidos, destacando as políticas públicas de:

1) saúde e bem-estar da população residente em seus distintos territórios, abrangendo ações preventivas, imediatas e corretivas viabilizando a promoção e atenção à saúde assegurada, socialmente integrada e cujos cidadãos com adicção sejam acolhidos; 2) direitos humanos visando à proteção e defesa do direitos de grupos vulneráveis, incluindo a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes e organizando a assistência social para enfrentar a pobreza e proteger a população em situação de vulnerabilidade e risco social, especialmente a garantia do direito humano à alimentação adequada às famílias em situação de risco nutricional; 3) atenção à juventude, com ações que disseminem a cultura e o desporto entre os jovens, por meio do acolhimento e apoio a jovens em seu processo de conquista de autonomia, inclusão social e produtiva.

A prioridade dada às medidas preventivas relacionadas com o tema evidencia-se, de modo mais acentuado, com a promoção universal do esporte e lazer, integrados à saúde, ao combate à violência, à educação e à cultura, que conta com o desenvolvimento de ações voltadas para o esporte participação - lazer, integração e saúde pública -, o esporte educacional e o esporte de alto rendimento.

No âmbito da saúde, o PPA 2018-2021 alinha as ações relacionadas com esse eixo tanto às diretrizes do Plano Fortaleza 2040 como aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) de universalidade de acesso, equidade social, igualdade no cuidado e integralidade da atenção, com efetiva participação e controle social na definição de prioridades e destinação de recursos. O Plano reúne ações programáticas visando à oferta de atenção e cuidados de promoção, proteção e recuperação da saúde e qualidade de vida da população, num sistema de saúde público, gratuito, efetivo, eficaz e humanizado, em consonância com os direitos fundamentais da pessoa.

No contexto de transformação da nossa cidade em uma comunidade acolhedora, inclusiva, com valorização e respeito à diversidade, busca-se a construção de uma sociedade sem preconceito ou discriminação de qualquer tipo, com igualdade de oportunidades e respeito às minorias e aos setores vulneráveis, acolhendo todas as faixas etárias, gêneros, orientações sexuais, raças, etnias e pessoas com deficiência.

Esse processo de transformação demanda o aprimoramento dos diversos avanços já promovidos pela gestão municipal e o desenvolvimento de ações inovadoras, tais como:

- ✓ assistência social, em que se prevê tanto a proteção social básica que promove o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidades sociais, por meio da convivência nos equipamentos especializados ou do serviço domiciliar para pessoas com deficiência e idosos, quanto a proteção social especial, fortalecendo medidas socioeducativas em meio aberto e ampliando os equipamentos públicos especializados para beneficiários de média e alta complexidade;
- ✓ igualdade de oportunidades e respeito às minorias e aos setores vulneráveis (pessoas com deficiência, idosos, mulheres, LGBT's, crianças e adolescentes, grupos raciais historicamente excluídos etc.), agindo para atingir progressivamente a transversalidade plena em todos os serviços públicos na municipalidade, com intérpre-

tes de libras, transporte público e praças com equipamentos adequados visando ao acesso em igualdade de condições.

A atenção à juventude complementa o elenco de abordagens que almejam o alcance dos resultados estratégicos do Eixo III, com foco em: beneficiar pessoas diretamente por Projetos de Protagonismo Juvenil; formar e qualificar profissionalmente o grupo de pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos; financiar negócios para jovens de 18 a 29 anos; diminuir a taxa de desocupação de jovens entre 15 a 29 anos; e acompanhar terapêuticamente jovens usuários de drogas.

Os órgãos responsáveis pelas principais intervenções desse eixo são: Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SECEL), Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), Departamento Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (PROCON), Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI) e Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude.

| Área Temática: Saúde e Bem-Estar

O PPA 2018-2021 propõe a execução de programas de promoção da saúde e bem-estar dos fortalezenses, de modo a integrar as ações nele previstas sob a responsabilidade dos diversos órgãos da Administração Pública Municipal e articular, coordenar e complementar outras por meio de cooperação tanto com entidades pertencentes às outras esferas públicas (estadual e federal) como organizações representativas da sociedade civil. Os objetivos pretendidos com as ações programáticas dessa área são:

1) promover o bem-estar e a integração social da população; 2) promover e assegurar a atenção à saúde; 3) acolher a população com adicção.

A área temática de Saúde e Bem-Estar contempla ações de incentivo à prática de hábitos saudáveis, proporcionando inúmeros benefícios à saúde e atuando na prevenção da obesidade, doenças cardíacas, diabetes, displidemias e várias outras doenças, contribuições essenciais para a formação física e, conseqüentemente, psíquica das pessoas.

Relativamente ao primeiro objetivo, promove-se avanços significativos no ordenamento das atividades nos diferentes espaços públicos como praças, lagoas e novos equipamentos, adequando-os a todas as faixas etárias e necessidades especiais de pessoas com deficiência e pessoas idosas. O presente plano estabelece a continuidade e expansão dos programas que objetivam proporcionar o “empoderamento” dos espaços públicos como: Academia na Comunidade e Atleta Cidadão; Praças da Juventude, Praças “Amiga da Criança”, “Areninhas”, ciclofaixas, dentre outros, como espaços públicos de valorização do lazer, e do convívio intergeracional, implantados nos diversos bairros da cidade.

Pretende-se disseminar o esporte nas comunidades, que, por vezes, são desprovidas de equipamentos que viabilizem a prática de qualquer atividade desportiva e reduzir a vulnerabilidade e os riscos sociais nos territórios mais pobres, visando à superação da grande diferença entre territórios com altíssimos índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e outros com baixos.

Esse plano plurianual articula ações para intervir, conjuntamente, nos determinantes sociais do processo saúde-

-doença, contemplando as seguintes linhas intersetoriais que favorecem mais diretamente a promoção e atenção à saúde assegurada:

- ✓ envelhecimento saudável da população, condições crônicas não transmissíveis e cuidados paliativos, atendendo-se à acessibilidade funcional, geográfica, social e cultural, assim como ao desenvolvimento de atividades intergeracionais;
- ✓ proteção da gestante e do conceito, reprodução assistida e desenvolvimento da criança na primeira infância;
- ✓ formação profissional, acumulação epidemiológica e transição demográfica, abrangendo gestão de pessoas, acolhimento e ética, informações para tomada de decisões e pesquisa, inovação tecnológica, qualificação em diagnóstico e terapia voltadas para a assistência às necessidades da população;
- ✓ assistência à saúde e organização de serviços, por meio da organização de redes temáticas de atenção, pesquisa, inovação tecnológica em diagnóstico e terapia e gestão do trabalho e educação permanente; e
- ✓ saúde mental, redução de danos e convivência saudável.

No mesmo sentido, propõe-se a ampliação e qualificação dos serviços prestados pelo município fundamentados na organização e implementação das Redes de Atenção à Saúde (RAS), arranjos organizativos integrados de ações e serviços de saúde, como estratégia para garantir atenção integral, efetiva e eficaz às populações assistidas, e a construção de vínculos de cooperação e solidariedade entre as equipes e os níveis de gestão do sistema de saúde.

O desenvolvimento dessas ações previstas no PPA 2018-2021 implica em investimentos nas Redes Temáticas municipais de atenção à saúde - Rede Materno-Infantil (Rede Cegonha), Rede de Atenção às Condições Crônicas, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Atenção às Urgências e Emergências, bem como no sistema de apoio diagnóstico e terapêutico e assistência farmacêutica, sem prejuízo do fortalecimento da Vigilância em Saúde a partir da integração das Vigilâncias (Epidemiológica, Sanitária e Ambiental) e da Saúde do Trabalhador.

A Atenção Primária à Saúde, como um conjunto de ações no âmbito individual e coletivo, abrange a promoção e a proteção à saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde, tendo como objetivo desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e na autonomia das pessoas, bem como nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. Dessa forma, consolida-se a principal porta de entrada, responsável por coordenar o caminho dos usuários pelos outros pontos de Atenção da Rede de Saúde, sendo encontrada nessa área a maior concentração de esforços do município, no sentido de aprimorar o fluxo da atenção à saúde do usuário e potencializar a garantia da integralidade, continuidade, eficiência e eficácia do sistema de saúde.

O enfrentamento à problemática da drogadição em Fortaleza é uma ação realizada de forma integrada e interdisciplinar pela Secretaria Municipal da Saúde e a Coordenadoria de Políticas sobre Drogas (CPDdrogas), que vêm desenvolvendo ações diversificadas, orientadas para a prevenção, tratamento e reinserção social de adictos em recuperação, por meio de dispositivos que interagem, de forma complementar e funcional, para garantir a atenção integral aos usuários, familiares e rede social implicada.

Como aspecto fundamental, a Política de Atenção Integral aos usuários de álcool, crack e outras drogas adotada reconhece os princípios do SUS; respeita a pluralidade dos modos de vida; busca a redução de danos, bem como a direção de tratamento e a corresponsabilização do usuário pelo seu processo, estando na agenda governamental por meio de uma rede articulada e especializada composta de diversos pontos de atenção e de cuidado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, como as unidades de acolhimentos implantadas e as Unidades de Atendimento Psicossocial, de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Juventude.

| Programas Prioritários

- SMS:

Atenção Primária à Saúde Gestão Estratégica e Participativa do SUS
Gestão do Trabalho e Educação na Saúde
Atenção Especializada à Saúde
Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria
Assistência Farmacêutica
Vigilância à Saúde
Fortalecimento de Inclusão Social e Redes de Atenção (PROREDES)

- CPDrogas:

Atenção e Reinserção Social de Usuários de Drogas e seus Familiares em Situação de Vulnerabilidade
Prevenção ao Uso Indevido de Álcool, Crack e outras Drogas

- SECEL:

Desenvolvimento do Desporto Comunitário e de Lazer
Programa de Esporte Educacional e Rendimento
Infraestrutura de Esporte e Lazer
Atenção Integral à Pessoa com Deficiência

| Área Temática: Direitos Humanos e Assistência Social

O objetivo de fortalecer a defesa de direitos do cidadão e, por consequência, combater o assistencialismo e a “psicologização”, associado à responsabilidade pública da assistência social como política efetiva de proteção social, traz de forma mais contundente a defesa dos direitos das populações mais vulneráveis. Desse modo, a relação entre a afirmação dos direitos humanos e o exercício da política de assistência social torna-se cada vez mais estreita, visto ambos possuírem o horizonte comum de assegurar que todas as pessoas, independentemente de classe social, sexo, raça, condição física, etnia ou idade, que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, devam ser respeitadas e ter os seus direitos reconhecidos, resgatados e efetivados numa perspectiva abrangente.

Essa área temática abrange o atendimento, da forma mais integrada e potencializada, dos seguintes objetivos:

1) proteger e defender os direitos de grupos vulneráveis; 2) promover e defender os direitos de crianças e adolescentes; 3) organizar as ações da assistência social, para garantir direitos, enfrentar a pobreza e proteger a população em situação de vulnerabilidade e risco social; e 4) garantir o direito humano à alimentação adequada às famílias em situação e risco nutricional.

A despeito da abordagem de integração, as demandas vinculadas à essa área temática não perdem suas especificidades nem a autonomia das ações correlatas. De um lado, a Assistência Social, política pública de seguridade social, reclama para si a responsabilidade de promover o enfrentamento das desigualdades sociais, por meio de um modelo de proteção social não contributivo. De outro lado, a Política Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, com as suas diretrizes e prioridades já definidas no sentido de assegurar direitos e garantias de acesso das pessoas ao exercício da cidadania, tem como alvo atender aos segmentos relativos à pessoa idosa, às mulheres, às crianças, e adolescentes, às pessoas com deficiência, à diversidade sexual e à igualdade étnica e racial, assim favorecer iniciativas direcionadas à garantia de defesa dos direitos do consumidor.

Organizado no formato de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as ações a ele inerentes são destinadas ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, sendo classificadas, por nível de complexidade, em proteção básica e especial. Essa organização, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), intenta a garantia dos espaços de defesa e atenção dos interesses e das necessidades sociais da população que dela carece. As ações vêm sendo desenvolvidas por meio dos serviços das Proteções Sociais Básica e Especial, da gestão dos benefícios Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros eventuais, dentre outros prestados pelo município.

Neste contexto, a Proteção Social Básica (PSB) tem por objetivos: prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições; e fortalecer vínculos familiares e comunitários, por meio da qualificação do atendimento, ampliação e melhoria da rede física, com a reforma e implantação de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

A Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade visa ao atendimento e acompanhamento de famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, negligência, violência, abuso sexual, cumprimento de medidas socioeducativas, mulheres vítimas de violência doméstica e sexista, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação de direitos.

Esse plano plurianual contempla a manutenção e possível expansão do número das equipes do Serviço de Abordagem Social dos atendimentos realizados nos Centros POPs e das vagas de acolhimento institucional para pessoa em situação de rua, resultando na inclusão cidadã destes usuários, culturalmente segregados, nas diversas políticas públicas setoriais, como a saúde, assistência social e cultura.

A política pública de Cidadania e Direitos Humanos se consolida como responsabilidade compartilhada por diversos órgãos e tem por objetivo induzir a construção de uma cidade mais pacífica e tolerante, que busca garantir espaços de participação social para a população e, mais especificamente, para os segmentos historicamente discriminados pela sua condição física ou financeira, sexo, raça, cor, gênero ou orientação sexual. Envolve a formação na área de direitos humanos, desenvolvendo o sentido de coletividade, retirando dos atores participantes a responsabilidade isolada de consciência e de resolução dos diversos níveis de violação de direitos e dos demais problemas sociais específicos, vividos em seu cotidiano.

As ações programáticas de Segurança Alimentar e Nutricional buscam assegurar o direito à alimentação adequada e beneficiam prioritariamente a população em situação de pobreza, extrema pobreza e risco alimentar,

buscando assegurar o direito humano à alimentação adequada por meio do programa de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O grande desafio é estruturar uma rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos), assegurando o acesso ao alimento saudável de baixo custo para as famílias em situação de pobreza, inscritas no cadastro único de programas sociais e a adoção de iniciativas para o incentivo e apoio à agricultura urbana e periurbana, com o objetivo de desenvolver a agricultura familiar por meio da produção, extração e processamentos de alimentos agroecológicos e orgânicos e da proteção e valorização da “agrobiodiversidade”.

| Programas Prioritários

- SDHDS:

Atenção Integral à Pessoa com Deficiência

Promoção da Igualdade Racial

Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres

Cidadania e Direitos Humanos - Cidadania em Rede

Promoção e Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos da População LGBT

Atenção Integral Pessoa Idosa

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Proteção Social Básica

Gestão e Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social

Proteção Social Especial de Média Complexidade

Proteção Social Especial de Alta complexidade

- PROCON:

Proteção e Defesa do Consumidor

- FUNCI:

Promoção dos Direitos e Prevenção de Violações contra Crianças e Adolescentes

Gestão das Unidades do Sistema de Garantia de Direitos

Gestão Executiva e Intersetorial do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza (PMPPIF)

| Área Temática: Juventude

O segmento de população jovem - pessoas de 15 a 29 anos - é resultado de um recorte introduzido legalmente para direcionamento das políticas públicas (Estatuto da Juventude), possuindo características bem peculiares. Os jovens entre 15 e 17 anos são menores de idade, sendo também considerados adolescentes, alvos de políticas públicas específicas. Paralelamente, jovens entre 18 e 24 anos se enquadram em um perfil de cuidados sociais especiais por serem jovens adultos, porém ainda em plena formação de responsabilidades sociais e de enquadramento no mercado de trabalho. Por fim, os jovens entre 25 e 29 anos, na maior parte do território, são considerados adultos que devem estar inseridos no mercado de trabalho e, em grande parte, são responsáveis e chefes

de família. Diante do quadro exposto, planejar políticas públicas para este segmento torna-se bastante complexo.

O Censo Demográfico de 2010 revela que 28,4% da população total de Fortaleza está representada por jovens entre 15 e 29 anos, que somavam, à época, 696.154 habitantes. Adicionalmente, ressalta-se o fato de a cidade apresentar grande desigualdade econômica e social, a maioria dos jovens habitar em áreas de baixo IDH, 70,3% deles concluírem o ensino médio e apenas 22,4% constituírem a população economicamente ativa nessa faixa etária. Percebe-se, assim, a existência de um grande grupo de risco de vulnerabilidade composto dos jovens que não estudam e nem trabalham.

Essa constatação conduz a uma atenção especial do poder público para essa faixa da população, no sentido de: prevenir riscos iminentes como a disseminação do uso de drogas, o fortalecimento de ambientes férteis à prática de violência e de atos delituosos; construir oportunidades sob a lógica da produção social, cultural, política e econômica, criando condições mais propícias para reduzir os homicídios de jovens, principais vítimas diretas da violência urbana; e desenvolver o potencial juvenil no mundo prático por meio de conjunto articulado e intersetorial de políticas públicas com foco muito claro, preciso e conectado com os desejos e perspectivas das juventudes.

Neste contexto, os desafios de governar com e para essa população jovem produz muitas inquietações, frustrações, exigências e definições. Faz-se necessário substancial esforço para romper a reprodução cíclica da desigualdade, exclusão e violência no contexto urbano da cidade de Fortaleza. Assim, as políticas voltadas para os jovens requerem avanços na construção da Fortaleza da Juventude, com investimentos em ações e projetos a serem preservados e, se possível, expandidos, tais como o Academia ENEM, levando mais oportunidades de qualificação, emancipação social e política, geração de renda, inserção cultural e esportiva aos jovens, em especial das áreas mais vulneráveis da cidade.

O PPA 2018-2021 contempla ações programáticas a serem desenvolvidas no Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA), com destaque para a periferia de Fortaleza, propiciando ações relevantes nas áreas de educação, saúde, arte, cultura, esporte e lazer, qualificação profissional e cidadania e direitos humanos aos jovens beneficiados e também às suas famílias e comunidades do entorno.

Esse plano plurianual prevê a continuidade de projetos importantes como o Integração³ e o Juventude na Onda⁴, além da execução de novos projetos como as Olimpíadas da Juventude e o Viradão Cultural, ampliando os números de atendimento e de jovens beneficiados, por meio da Rede CUCA. Adicionalmente, projetos inovadores serão lançados pela gestão municipal a fim de mobilizar parcela significativa da juventude nas áreas musical, esportiva, ambiental, política, social, artístico-cultural, musical e de inovação tecnológica, em especial, os moradores dos territórios mais vulneráveis de Fortaleza, contando-se com recursos provenientes de operações de crédito externas.

| Programas Prioritários

- Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude:

Fortaleza Inclusiva

Programa de Fortalecimento de Inclusão Social e Redes de Atenção - PROREDES

EIXO IV – Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento

Resultado Estratégico: Fortaleza Do Conhecimento - População com acesso à educação de qualidade, ao conhecimento e aos bens culturais

O PPA 2018-2021 abrange iniciativas relacionadas ao Eixo Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento que intentam a integração, a produção e o fortalecimento das diversas formas de conhecimento (formal, informal, científico e tecnológico) e a produção de bens culturais, estabelecendo uma relação íntima entre conhecimento, inovação, trabalho e desenvolvimento social. Contempla quatro componentes interligados e complementares: ampliação e melhoria da educação, fortalecimento da educação de jovens e adultos que favorece a sua qualificação profissional, bem como desenvolvimento científico e desenvolvimento cultural da cidade.

O município de Fortaleza tem o complexo desafio de construir espaços para o diálogo das múltiplas culturas que forneceram os princípios da sua composição, originando um conjunto que lhe é próprio e simboliza o patrimônio cultural fortalezense. A cidade também é ponto de convergência de representações provenientes de todo o Ceará, presentes na bagagem dos muitos migrantes que se deslocam para a capital em busca de novas oportunidades.

A Cultura é um vetor estratégico da cidade para se chegar a uma política descentralizada, acessível e impulsionadora do desenvolvimento, criando, assim, uma ambiência social e fortes sinergias criativas, motivadoras da plena exploração de seus saberes, vocações e potencialidades. As ações programadas no plano plurianual no âmbito da cultura objetivam o aprimoramento das prioridades estabelecidas segundo suas três dimensões: a população em geral e os que visitam Fortaleza; os artistas e demais agentes culturais; e a própria cidade.

Analogamente, almeja-se uma cidade educadora, capaz de promover um processo educativo que contemple a relação com os espaços e os indivíduos do bairro/município, com ampliação da oferta de atendimento em tempo integral, que, em sua essência, seja alegre, atrativa, integrada ao seu contexto e comprometida com a sustentabilidade do planeta, além de cumprir sua função social de desenvolver aprendizagens significativas.

No campo da inovação tecnológica, propõe-se o aprimoramento e desenvolvimento de instrumentos, bem como a execução de ações complementares no sentido de tornar Fortaleza uma cidade inteligente, que busca qualificar a oferta de serviços de informação e tecnologia à cidade, nos quesitos: inovação e transparência; acesso universal a Informação; participação social, eficiência e eficácia no gerenciamento da cidade.

Os principais órgãos responsáveis pelas ações a serem realizadas são: Secretaria da Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), Secretaria Municipal da Educação (SME) e Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza (CITINOVA).

| Área Temática: Educação, Conhecimento e Inovação

O PPA 2018-2021 propõe o aprimoramento das ações direcionadas à: melhoria da qualidade dos serviços ofertados no campos da Educação formal em seus diversos níveis de Ensino; coordenação e integração desses serviços

com as iniciativas que favoreçam a aquisição de conhecimento por processos informais. Ademais, busca-se a geração de conhecimento em prol da transformação de Fortaleza em uma cidade que proponha soluções criativas e inovadoras para a superação de seus principais desafios.

Os principais objetivos envolvidos com essa área temática são:

- ✓ fortalecer uma ambiência social criativa com ampla manifestação cultural e democratização do acesso;
- ✓ ofertar educação pública de qualidade, ampliando os avanços obtidos nos índices de desempenho escolar;
- ✓ induzir e propiciar ambiência favorável ao desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo a ampliação do acesso à rede Internet por parte da população, por meio da promoção e inovação do mercado e retenção de talentos.

O elenco de intervenções dessa área temática inclui: o apoio a diversos eventos culturais durante o ano, na cidade; o desenvolvimento de projetos culturais dentro das escolas; o aumento das estruturas e de vagas no sistema educacional; e o desenvolvimentos de projetos de inovação na cidade, como os bairros criativos e os sistemas informatizados de auxílio aos usuários dos serviços públicos de Fortaleza.

No campo da cultura, esse plano plurianual prevê as seguintes atividades: promoção de cursos de formação para o patrimônio, assim como cursos de formação em cultura e arte na Vila das Artes e equipamentos; realização de cursos de formação em atividades circenses; elaboração de inventário do patrimônio de Fortaleza; programação em bibliotecas; publicação de volumes da coleção Fortaleza Grande; manutenção das bibliotecas públicas; promoção de eventos de ações permanentes de cultura; ocupação das praças públicas em bairros de Fortaleza, com ações de arte e cultura; lançamento de editais de apoio às produções artísticas; realização de feiras e mostras para fomento da economia criativa; e implementação de projetos o no âmbito do Turismo Cultural.

No sentido de aperfeiçoar os programas no âmbito da educação formal e aumentar a efetividade das ações a ela inerentes, o PPA 2018-2021 propõe o aperfeiçoamento daquelas bem sucedidas e a implantação de inovações, que visam à elevação da Taxa de Permanência do Aluno na escola (TPDA); melhoria contínua no desempenho da rede municipal nas avaliações realizadas pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), por meio do SPAECE; redução das taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade, de Evasão Escolar nas séries do Ensino Fundamental II.

No mesmo âmbito, esse plano contempla ações complementares para: a manutenção da escola com currículo reconceptualizado à luz da Base Nacional Curricular Comum (BNCC); a implantação de Escola Empreendedora, Eficaz e Embaixadora da Paz; o aumento da oferta de Centros de Educação Infantil (CEI); a formação continuada dos profissionais da educação, bem como o reconhecimento por efetividade no seu desempenho; o redimensionamento da EJA nos aspectos pedagógicos e na perspectiva da economia criativa; e a ampliação do Programa de Educação Integral em desenvolvimento, inclusive com aumento do número de Escolas de Tempo Integral em funcionamento e de matrículas em Educação de Tempo Integral (ETI).

O processo de indução ao desenvolvimento tecnológico da cidade traduz-se nas ações propostas nesse plano plurianual, intentando incentivar a participação de cientistas, alunos e especialistas de instituições de renome mundial e visando à melhoria das condições da vida urbana e solução das questões prementes de Fortaleza.

Tornar-se uma cidade inteligente e inovadora é ser capaz de produzir e usar o conhecimento para a melhoria do bem-estar de seus habitantes, constituindo-se no habitat de pessoas que encontram as condições adequadas para viver e desenvolver seus projetos e negócios, estimular e potencializar o conhecimento, os valores, os talentos, a criatividade e a inovação em suas diversas acepções.

| Programas prioritários

- SECULTFOR:

- Promoção da Formação para o Patrimônio, a Cultura e as Artes
- Valorização, Preservação e Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural
- Promoção de Políticas do Livro, da Leitura, da Literatura e Biblioteca
- Apoio à Criação, Difusão e Fomento à Cultura
- Apoio à Economia e Produção Criativas

- SME:

- Desenvolvimento da Educação Infantil
- Desenvolvimento do Ensino Fundamental
- Educação de Jovens e Adultos
- Desenvolvimento da Política de Educação em Tempo Integral

- CITINOVA:

- Fomento da Ciência, Tecnologia e Inovação na Cidade
- Promoção da Inovação na Gestão Pública

EIXO V – QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

| Resultado Estratégico: Fortaleza Sustentável - Recursos naturais protegidos e qualidade do Meio Ambiente assegurada

O território de Fortaleza engloba um complexo mosaico de sistemas ambientais, que possui diversos rios perenes e semiperenes e uma grande variedade de corpos lânticos. Boa parte desses corpos hídricos existentes na capital cearense vem sofrendo, historicamente, um processo de degradação acarretado pelos usos inadequados das áreas urbanas. Com relação à área verde, em 2012, essa representava 2,7 metros quadrados por habitante, menos de uma quarta parte do nível recomendado pela Organização Mundial da Saúde e, atualmente, de acordo com dados oficiais, representam 6,7% da área total, número ainda insuficiente para a manutenção da qualidade de vida em Fortaleza.

Diante do contexto, os desafios impostos à gestão pública exigem a política continuada de adotar práticas de planejamento que assegurem a recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais e a qualidade do meio ambiente com atenção especial para as questões de saneamento, qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos e geração de energia limpa e renovável na cidade. Esses desafios são, então, os objetivos do eixo “Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais”.

As principais ações do eixo são: a ampliação da infraestrutura de esgotamento sanitário e de drenagem das águas pluviais; o melhor tratamento dos resíduos sólidos da cidade; o uso sustentável dos recursos hídricos por meio do monitoramento dos mesmos; e as atividades que promovem educação ambiental. Além disso, o enfrentamento da degradação ambiental deve articular ações de ciência, tecnologia e inovação, desenvolvendo tecnologias que moderam a pressão antrópica das atividades produtivas e permitem o uso sustentável dos recursos naturais, de saneamento, e, principalmente, da coleta seletiva de resíduos.

As principais responsáveis por esse conjunto de medidas são a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) e a Autarquia de Paisagismo e Urbanismo de Fortaleza (URBFOR).

| Área Temática: Urbanismo, Meio Ambiente e Segurança Hídrica

Os sistemas ambientais que estão presentes em Fortaleza se apresentam em três grandes regiões naturais: litoral, superfícies pré-litorâneas e planícies de acumulação. O planejamento e a gestão da cidade deverão garantir o melhor aproveitamento das potencialidades do território, respeitando as suas limitações naturais e garantindo o desenvolvimento sustentável, bem como fazer um melhor ordenamento da cidade.

A ocupação desordenada do solo da cidade vem ocasionando uma série de problemas urbanísticos, vulnerabilidades e riscos ambientais, tais como: enchentes, inundações, contaminação do lençol freático e do solo pelo despejo de resíduos. A cidade exibe, ainda, grandes contrastes sociais e econômicos, que se refletem no difícil acesso à educação e moradia, assim como na infraestrutura urbana precária em grande parte dos bairros, especialmente o saneamento básico, que se encontra distribuído irregularmente ao longo da área urbana.

De acordo com o conceito instituído pela Política Nacional de Saneamento (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007), o saneamento básico é constituído de quatro serviços essenciais e que impactam diretamente na qualidade de vida, sobretudo na saúde pública, devendo ser geridos de maneira integrada, quais sejam: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo de águas pluviais.

Nesse sentido, a SEUMA, que tem como atribuições o planejamento, ordenamento e controle do ambiente natural (envolvendo os recursos naturais presentes na cidade, como corpos hídricos, solo e subsolo, fauna e flora) e do ambiente construído (composto de edificações, saneamento básico, áreas de mobilidade e as de uso comum da população), tem como objetivos centrais: assegurar o efetivo planejamento, controle e ordenamento urbano e ambiental, a função social da propriedade e a qualidade de vida da comunidade; e preservar e conservar o patrimônio natural e cultural.

Em ações como a atualização da Lei de Usos e Ocupação do Solo (Lei 7.987/96) e do Código de Obras e Posturas do Município (Lei 5.530/81), a secretaria busca contribuir com a dinamização da economia, promovendo e ampliando a inclusão produtiva das populações em novas áreas de Fortaleza, ao reduzir os deslocamentos e permitir o adensamento de áreas residenciais pouco exploradas.

Alguns resultados podem ser apontados na gestão dos ambientais naturais, tais como: o incremento de 1.005% de árvores, entre 2013 e 2016; 90.067 novas mudas plantadas/doadas com os projetos; e a ampliação da delimitação das Zonas de Preservação Ambiental, aumentando a cobertura vegetal de Fortaleza. Com a implantação

do sistema “Fortaleza Online”, que já oferece serviços ligados à SEUMA, pode-se verificar o aprimoramento no controle urbano-ambiental, com a expansão da emissão de autorizações e licenças, a efetividade da fiscalização e o aumento na arrecadação. Com esse recurso digital, o alvará poderá ser emitido em até 48 horas, contribuindo para o fomento de novos empreendedores, menos burocracia na gestão pública e na geração de emprego e renda. Durante o período de 2013 a 2016 foram protocolados 2.886 processos relacionados à construção de empreendimentos e emitidos 1.870 alvarás de construção, um desempenho de 64,8% de resolutividade na emissão do documento.

Em 2016, destacaram-se as seguintes ações municipais na área do saneamento ambiental: interligação à rede de esgoto de 872 imóveis, em virtude das ações de fiscalização que geraram um total de 1.391 autos de infrações; 649 vistorias de estações de tratamento de esgoto (ETE) de um total de 920 ETES; desobstrução e limpeza de bocas de lobo com a retirada de 562 mil toneladas de resíduos; e a limpeza de canais realizada de forma mecânica com a retirada de 23.264 toneladas de resíduos.

Adicionalmente, a SEUMA, em parceria com ACFOR, Secretarias Regionais, ECOFOR e a Rede Estadual de Catadores de Materiais Recicláveis, desenvolve, desde 2015, o Programa “Reciclando Atitudes”, para uso e gestão compartilhada dos centros de triagem de materiais recicláveis e outras ações de coleta seletiva da cidade. Entre as ações, destacam-se a coleta de materiais recicláveis e de óleo de cozinha e a instalação de Ecopontos (22 já estão em funcionamento e mais 40 serão instalados pela SEUMA nos diversos bairros da cidade).

Para o quadriênio 2018-2021, alguns desafios se apresentam como oportunidades que favorecem ações e políticas integradas, buscando assegurar o direito à cidade e a qualidade de vida da população de Fortaleza. De acordo com o Plano Fortaleza 2040, a cidade deverá ser um modelo no que concerne às políticas públicas relativas ao meio ambiente. A partir dos processos de planejamento e gestão urbana, o governo municipal assume seu papel de liderar as políticas e programas de conservação, preservação, sustentabilidade e resiliência ambiental, promovendo um eficiente, equilibrado e justo tratamento dos recursos naturais da cidade.

Entre os desafios que se evidenciam na área de meio ambiente, ressalta-se: a mudança da cultura ambiental da população, por meio de programas educativos; a recuperação das áreas degradadas; o aumento da fiscalização ambiental; a redução dos pontos de depósito de resíduos inadequados; o incremento do percentual de utilização de resíduos orgânicos e da coleta seletiva para reciclagem de resíduos inorgânicos; a redefinição da matriz energética; a diminuição dos gases de efeito estufa; a ampliação e preservação da área verde da cidade; a universalização do serviço de esgotamento sanitário; a execução de programas de recuperação da qualidade das águas de Fortaleza e de áreas degradadas pelo aterramento de lagoas.

De forma a mitigar as problemáticas ambientais, Fortaleza deverá, de forma intersetorial, implementar projetos de recuperação e ampliação das áreas verdes, realizando o aproveitamento dos resíduos recicláveis com grande potencial de negócio, mudanças no padrão urbanístico e a remodelação do sistema de transporte público, assim como a ampliação distributiva de geradores de energia, com a utilização de energia elétrica solar e a energia produzida através dos resíduos sólidos.

Enfim, a visão de futuro do Fortaleza 2040 aponta para uma capital como uma cidade-modelo com relação às políticas públicas de meio ambiente, promovendo um eficiente, equilibrado e justo tratamento dos recursos na-

turais da cidade, e, ao mesmo tempo, ofertando condições adequadas de vivência em um meio ambiente sadio, seguro e equilibrado. Para tanto, aposta-se na promoção da eficiência energética, da qualidade do ar e na baixa pegada de carbono, além do uso sustentável dos recursos hídricos. A cidade inovadora ampliará seu arsenal tecnológico para consolidar sua resiliência às secas, garantindo a segurança hídrica quantitativa, qualitativa e regular, por meio da integração de fontes tradicionais e alternativas de água.

Para a obtenção de melhores resultados nessa área temática, o PPA 2018-2021 contempla diversas ações a serem desenvolvidas ao longo dos quatro anos de sua vigência, destacando-se:

- ✓ controle do ambiente natural e construído, regulando-se as diversas atividades por meio de alvarás e licenciamentos;
- ✓ sustentabilidade do ambiente natural, com o plantio de mudas, manutenção de diversos parques na cidade, monitoramento de corpos hídricos e uma contínua capacitação de pessoas na área de educação ambiental;
- ✓ melhoria na coleta de resíduos sólidos urbanos e na coleta seletiva por meio da manutenção de ecopontos.

| Programas Prioritários

- URBFOR:

Parques Urbanos Temáticos

Sustentabilidade do Ambiente Natural

- SEUMA:

Planejamento do Ambiente Natural e do Ambiente Construído

Controle do Ambiente Natural e do Ambiente Construído

Cidade Sustentável

Sustentabilidade do Ambiente Natural

Sustentabilidade do Ambiente Construído

- SCSP:

Fortaleza Limpa

Vigilância à Saúde

EIXO ESTRATÉGICO VI – Dinamização Econômica e Inclusão Produtiva

| Resultado Estratégico: Fortaleza Produtiva e Inovadora – desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e dinamizado

Embora seja umas das principais economias do país, possuindo o décimo segundo maior PIB do Brasil e o maior do Nordeste, a capital cearense possui um nível de competitividade ainda baixo, inferior, por exemplo, ao do Recife e de Salvador, conforme se constata por meio do Índice de Cidades Empreendedoras da Endeavor (2016). De acordo com esse indicador, os principais fatores responsáveis pelo desempenho competitivo insatisfatório são: o ambiente regulatório desfavorável, a defasagem na infraestrutura e o modesto nível de educação da população.

A alta taxa de informalidade e a baixa média salarial nos empregos formais são outros fatores que merecem atenção. Em 2010, 23,6% da população ocupada da cidade não tinha carteira assinada, e 22,8% era formada por trabalhadores por conta própria e empregados informais, totalizando 46,4% da população ocupada na informalidade. Esse nível é bem superior ao registrado no Recife (41,5%) e em Salvador (38,7%). Por outro lado, em relação à remuneração no mercado formal, em dezembro de 2015, Fortaleza apresentou a pior média salarial paga nos empregos formais, dentre as capitais brasileiras, no valor de R\$ 2.218,21. Entre 2010 e 2015, o indicador registrou um crescimento real de apenas 7,74%, o 18º entre as capitais.

Nesse contexto, o eixo estratégico “Desenvolvimento Econômico e Inclusão Produtiva” busca o crescimento da economia, do emprego e da renda, combinando fortalecimento da capacidade de competir no mercado das atividades já consolidadas, emergência de novos segmentos econômicos com alta geração de renda e ampliação da inclusão produtiva para promover o “Desenvolvimento Econômico Sustentável, Solidário, Competitivo e Dinamizado”. As metas gerais do eixo tratam diretamente de resultados econômicos que são mensuráveis por indicadores previamente definidos, conforme apresentado na matriz estratégica. Dentre as ações previstas, destacam-se: capacitação de cidadãos para o mercado de trabalho; requalificação dos corredores turísticos e gastronômicos; investimentos em áreas de potencial econômico, como a atividade turística; promoção da inovação; e apoio ao micro e pequeno empreendedor. As principais responsáveis por essas intervenções são a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE) e a Secretaria Municipal do Turismo (SETFOR).

| Área Temática: Desenvolvimento Econômico

Intentando promover a “Fortaleza Produtiva e Inovadora”, essa área temática contempla dois grandes objetivos estratégicos:

1) fomentar a exploração das vocações e potencialidades econômicas do município na perspectiva de originar soluções produtivas, criativas e inovadoras; e 2) promover a Inclusão Produtiva por meio de formação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Para que seja possível alcançar os resultados almejados, mostra-se necessária a combinação de ações que levem ao aumento da competitividade sistêmica da cidade. Assim, o desenvolvimento de alguns setores específicos da

economia de Fortaleza, pelo seu protagonismo e/ou potencial, revela-se como fundamental, são eles: a Economia do Mar, a Economia Criativa e o Turismo.

Apesar de sediar instituições, universidades e laboratórios voltados ao estudo do mar, a cidade não tem tradição no uso e aproveitamento econômico do conhecimento gerado para a exploração e exploração marinha, tampouco no uso sustentável da costa. Além disso, ainda não há consciência da importância da preservação do meio ambiente e do planejamento para o crescimento ordenado. Os desafios relacionados à Economia do Mar exigem, portanto, ações direcionadas à promoção do melhor aproveitamento das potencialidades locais e à educação ambiental.

Em relação ao Turismo, não obstante a capital cearense se destacar nessa atividade, ainda existem problemas em relação à infraestrutura de apoio. São muitos os desafios para promover a hospitalidade, relacionados a problemas de segurança pública e de carências urbanas. Apesar dos investimentos, os destinos turísticos cearenses, inclusive Fortaleza, apresentam oferta de infraestrutura de apoio ao turismo precária, os serviços urbanos básicos são deficientes e o sentimento de insegurança é difuso na cidade. Adicionalmente, a área de transporte urbano carece de mais transformações, mesmo considerando ter havido grandes melhorias através de iniciativas tais como terminais integrados de transporte coletivo, implantação do serviço de bicicletas compartilhadas e criação de ciclovias.

A Economia Criativa, por sua vez, surge como atividade de grande potencial para a capital cearense. Esse segmento favorece a criação de empregos e a inclusão social, em função dos amplos complexos produtivos oriundos dos setores criativos. Embora ainda não exista uma infraestrutura adequada ao desenvolvimento desse setor, a cidade demonstra uma grande aptidão para atividades associadas ao design de moda, à gastronomia, à música e ao artesanato.

Dessa forma, o PPA 2018-2021 propõe a continuidade e implementação de ações direcionadas ao desenvolvimento do turismo e ao melhor aproveitamento dos recursos ambientais. Ademais, busca-se a disseminação da cultura empreendedora, implementando e ampliando o apoio às micro e pequenas empresas, aos empreendedores individuais, aos empreendimentos da economia criativa, solidária e do artesanato, com o objetivo de possibilitar uma maior organização, competitividade e sustentabilidade dos negócios por meio do incentivo à formalização dos empreendimentos, à oferta de capacitação técnica e gerencial, à prestação do serviço de consultoria, ao apoio à comercialização e ao acesso ao microcrédito.

A coordenação dessas ações, sob a responsabilidade da SDE e da SETFOR, intenta alcançar os seguintes objetivos:

- ✓ aumentar o potencial turístico e a competitividade por meio do aperfeiçoamento da infraestrutura urbana e da valorização dos recursos naturais, culturais e históricos;
- ✓ integrar a infraestrutura turística com os diversos setores da economia da cidade, gerando emprego e renda, de forma a impulsionar a sustentabilidade da atividade turística;
- ✓ fomentar e apoiar o empreendedorismo na perspectiva de melhorar a gestão e os resultados dos empreendimentos;

- ✓ realizar ações de atração de investimentos e promover a indução de polos estruturantes;
- ✓ desenvolver as competências humanas e profissionais da população por meio de ações de qualificação profissional e geração de trabalho, emprego e renda;
- ✓ ampliar a infraestrutura turística, complementando as ações necessárias para desenvolver a atividade turística de forma sustentável;
- ✓ desenvolver e promover o município de Fortaleza no mercado nacional e internacional visando ao aumento do PIB da cidade; e
- ✓ organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística a serem implantadas, de forma que o turismo represente uma alternativa econômica geradora de emprego e renda.

| Programas Prioritários

- SDE:

Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios
 Atração de Investimentos e Projetos Estruturantes
 Fortaleza Cidade com Futuro
 Trabalho, Qualificação Profissional, Emprego e Renda

- SETFOR:

Prodetur Nacional – Fortaleza
 Fortaleza Cidade com Futuro
 Desenvolvimento e Promoção do Turismo
 Valorização e Ampliação da Infraestrutura e Atividade Turística de Fortaleza - PROVATUR

EIXO ESTRATÉGICO VII – Governança Municipal

| Resultado Estratégico: Fortaleza Planejada e Participativa - Gestão planejada e participativa dos serviços públicos, com foco na ação acolhedora das prioridades da população, com equilíbrio fiscal e transparência

Possibilitar uma maior aproximação entre sociedade civil e Administração Pública, trabalhando a participação social como uma metodologia de governo por meio do estabelecimento da gestão participativa baseada na transparência, prestação de contas e diálogo, é uma das estratégias implementadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). A atual administração reconhece a relevância da contribuição dos cidadãos para a promover a inclusão social, o respeito à diversidade, a cooperação e a construção da cidadania.

Adicionalmente, entende-se que, no processo de construção coletiva da Governança Municipal, se faz necessária a qualificação da participação da sociedade, expandindo sua habilidade de intervir nas decisões da gestão por meio do trabalho dos Conselhos de Políticas Públicas e de outros órgãos colegiados de colaboração popular. É indispensável também a realização de conferências, mesas de diálogos, fóruns, audiências e consultas públicas, bem como a implementação de ouvidorias e ambientes virtuais voltados ao fortalecimento do diálogo direto

entre governo e sociedade. Esse conjunto de instrumentos deve propiciar a participação e o controle social focados: no monitoramento e na avaliação de políticas públicas; no funcionamento e na melhoria da qualidade dos serviços; na efetividade alocativa dos recursos; na eficiência e no compromisso dos servidores. Nesse contexto, a estrutura institucional tem um papel preponderante no sistema de governança, já que a municipalidade necessita estar qualificada para garantir o relacionamento entre os atores envolvidos.

O eixo estratégico “Governança Municipal” busca promover a melhoria da relação Estado-Sociedade, bem como criar e o fortalecer os espaços públicos de participação e controle para que a sociedade possa auxiliar o Poder Público a promover a redução das desigualdades e a inclusão social. Dentre as ações que visam suscitar a “Fortaleza Planejada e Participativa”, destacam-se: o investimento em plataformas de contato com os cidadãos; o desenvolvimento de auditorias e controles internos; e a modernização na gestão de compras, objetivando a maior transparência nos processos. A Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), Secretaria das Finanças (SEFIN), a Secretaria de Governo (SEGOV), o Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), a Controladoria e Ouvidoria Geral do Município (CGM) e a Coordenadoria Especial de Participação Social (CEPS) são as principais responsáveis por essas intervenções.

| Área Temática: Planejamento e Gestão

A partir de 2013, a PMF iniciou o processo de instauração do modelo de Gestão Pública por Resultados (GPR), bem como a implementação da cultura de planejamento de curto, médio e longo prazo no âmbito da Governança Municipal. Essas iniciativas vêm transformando a Administração Pública, uma vez que esse novo modo de gerir passa a dar ênfase ao objetivo final da ação governamental, ou seja, aos impactos e benefícios sobre a vida da população e não mais aos aspectos burocráticos e operacionais da gestão tradicional, que se condicionava aos produtos entregues e fazia do governo um fim em si mesmo.

Romper com a inércia e a cultura de continuísmo de ações e projetos pautados em visão de curto prazo, sem qualquer alinhamento com planos ou perspectivas continuadas, é um dos desafios enfrentados pela atual administração. Nesse sentido, adotou-se uma série de medidas tais como: a instalação e estruturação do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor); a criação do Plano Fortaleza 2040; a institucionalização da carreira de Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão; a criação da Rede de Planejamento e a adoção do Sistema de Monitoramento de Ações de Projetos Prioritários de Fortaleza (MAPPFOR).

A busca por soluções que garantam a eficiência da gestão pública é um caminho repleto de desafios, envolvendo diversas vertentes. Uma Gestão Pública Municipal compartilhada, democrática, eficiente e efetiva, com políticas públicas planejadas, implementadas, monitoradas e avaliadas de forma integrada é o que se busca com a adoção do modelo GPR.

Essa área temática possui o objetivo estratégico de dotar a Administração Pública com mecanismos que assegurem o cumprimento das exigências legais, administrativas e fiscais, garantindo maior tranquilidade aos gestores e melhores ofertas de serviços à sociedade.

Nesse sentido, o PPA 2018-2021 propõe a continuidade e implementação de ações direcionadas à melhoria da

Governança Municipal. Ademais, busca-se a geração de conhecimento em prol da transformação de Fortaleza em uma cidade de oportunidades, mais justa e acolhedora. A coordenação dessas ações, sob a responsabilidade, principalmente, da SEPOG, da SEFIN, da SEGOV e do IPLANFOR, possui a intenção de:

- ✓ promover, de forma eficiente e eficaz, o controle da legalidade, transparência e ouvidoria da administração municipal;
- ✓ desenvolver e implementar sistemas e políticas de gestão dos recursos logísticos e de serviços compartilhados, na busca por melhoria da qualidade dos serviços prestados e otimização do gasto público; e
- ✓ coordenar a elaboração, acompanhamento e monitoramento dos instrumentos de planejamento, consolidando no município a prática do planejamento governamental.

| Programas prioritários

- SEFIN e vinculada:

Modernização Administrativa e Fiscal do Município
Programa de Fortalecimento do Fisco

- SEPOG e vinculadas:

Gestão Corporativa de Tecnologia da Informação
Modernização da Gestão de Recursos Logísticos e Serviços Compartilhados
Gestão de Patrimônio
Desenvolvimento do Planejamento Municipal
Modernização Administrativa da Gestão Municipal

- SEGOV:

Comunicação Institucional e Apoio as Políticas Públicas
Gestão do Conhecimento

- IPLANFOR:

Gestão do Conhecimento
Gestão Participativa e Social
Desenvolvimento do Planejamento Municipal

| Área Temática: Participação e Controle Social

A transformação de Fortaleza em uma cidade proprietária de um elevado nível de planejamento participativo requer uma Governança Municipal pautada em políticas que promovam a justiça social, a participação e controle social, a redução das desigualdades, inclusive entre territórios e bairros, garantindo, ainda, os princípios de transparência e economicidade.

Nessa perspectiva, a gestão municipal intenta possibilitar, no quadriênio 2018-2021, uma participação mais qua-

lificada da sociedade, ampliando sua capacidade de interferir nas decisões da gestão, fortalecendo do diálogo direto entre Governo e Sociedade.

Como órgão incumbido de incentivar e ampliar a participação da sociedade no âmbito de programas e políticas públicas e consolidar a construção de processos educativos e formativos dirigidos à participação social, a CEPS tem como finalidade possibilitar uma maior aproximação entre sociedade civil e governo, promovendo espaços de diálogo e proporcionando condições favoráveis ao debate e à formulação de políticas verdadeiramente públicas.

Nesse sentido, trabalha-se a cooperação das comunidades como uma relevante diretriz de governo, por meio do estabelecimento de uma gestão participativa nas políticas e instituições públicas, baseadas na transparência, prestação de contas e diálogo social em todas as áreas de atuação. Essa estratégia implementada pela PMF reconhece a participação social como impulsionadora da inclusão social, da promoção da tolerância e do respeito à diversidade, cooperação e construção de valores de cidadania. Assim, entende-se o planejamento participativo como uma construção coletiva com forte poder de interferir na realidade.

Além da realização dos Ciclos de Planejamento Participativo, que, a cada ano, vêm melhor qualificando a participação - resultado expresso na ampliação de 138% na quantidade de propostas apresentadas e de 247% no número de propostas eleitas no período de 2014 a 2016 para os projetos de Lei Orçamentária Anual - foram implementados outros instrumentos e iniciativas, tais como: o Sistema de Participação Social para Governança Municipal, o Conselho da Cidade, o Conselho Municipal dos Usuários do Transporte Coletivo Urbano; o Comitê Técnico Intersetorial e Participativo das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e um amplo leque de instâncias colegiadas, composto por 285 conselhos escolares, 112 locais de saúde, oito conselhos tutelares, seis conselhos regionais de saúde e 30 conselhos municipais de políticas públicas. Além dessas instituições, a Coordenadoria Especial de Participação Social implementou os Agentes de Cidadania e Controle Social - interlocutores diretos das comunidades - e o Conselheiros Municipais de Planejamento Participativo.

Esse modelo inicia a promoção da participação mais direta da população, no que se refere à identificação das prioridades locais, poderá evoluir para uma governança mais efetiva do território por meio da organização de conselhos territoriais, visando à deliberação, o acompanhamento e o monitoramento das políticas, programas e ações.

Percebe-se que a construção da Governança Municipal já se encontra em andamento, a despeito do reconhecimento da existência dos diversos desafios a serem enfrentados para a consolidação da participação e controle social, tais como: o descrédito da sociedade em relação à gestão participativa; a descontinuidade das estratégias e dos canais de interlocução; e a ausência de formação continuada para os conselheiros. Não haverá adequada evolução desse processo sem a articulação dos cidadãos em torno de uma causa pública comum, em espaços de participação institucionalizados e/ou legitimamente reconhecidos, buscando-se, de forma compartilhada, conduzir as decisões e as ações públicas.

Tomando por base a visão de futuro do Plano Fortaleza 2040, as instâncias de Participação e Controle Social têm como objetivo garantir a representação dos diversos segmentos sociais para participar ativamente do planejamento de curto, médio e longo prazo, tanto na etapa da formulação como nas

demais etapas da implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, observando-se, sempre, a transversalidade e a necessária integração entre as referidas políticas.

Dentre as ações que se direcionam ao incremento da participação e controle social na gestão pública municipal estão definidas:

- ✓ aprovação e implementação da Lei da Política Municipal de Participação e Controle Social;
- ✓ expansão do número das Câmaras Setoriais e dos Fóruns Setoriais,
- ✓ criação e pleno funcionamento do Sistema Municipal de Participação e Controle Social;
- ✓ ampliação das instâncias e instrumentos de participação e gestão previstos na Política Municipal de Participação e Controle Social;
- ✓ órgãos municipais contando com agentes públicos capacitados e integrados à cultura da governança;
- ✓ capacitação dos conselheiros, das entidades representativas da sociedade civil e dos agentes de cidadania visando à efetiva atuação no desempenho das atribuições previstas nos diferentes canais de participação e controle social;
- ✓ proposições oriundas das diferentes instâncias de participação social inseridas no contexto do território e/ou das políticas setoriais estimulando o interesse coletivo;
- ✓ estabelecimento e cumprimento do percentual mínimo de ações propostas para a cidade, pelos canais de participação social assumidos, geridos e executados de forma compartilhada e/ou autônoma por entidades da sociedade civil ou da iniciativa privada;
- ✓ conjunto dos programas, projetos e ações do poder público municipal monitorados de forma acessível e transparente pelas instâncias de participação e controle social e pela sociedade em geral.

| Programas prioritários

- **SEGOV:**

Comunicação Institucional e Apoio as Políticas Públicas
Gestão de eventos governamentais

- **IPLANFOR:**

Gestão participativa e social
Desenvolvimento do planejamento municipal
Gestão do conhecimento

- **CGM:**

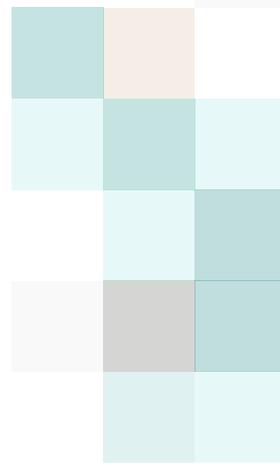
Controle interno preventivo e auditoria governamental
Transparência: ouvidoria, participação e controle social

- **CEPS:**

Gestão participativa e social

Programas / Órgãos

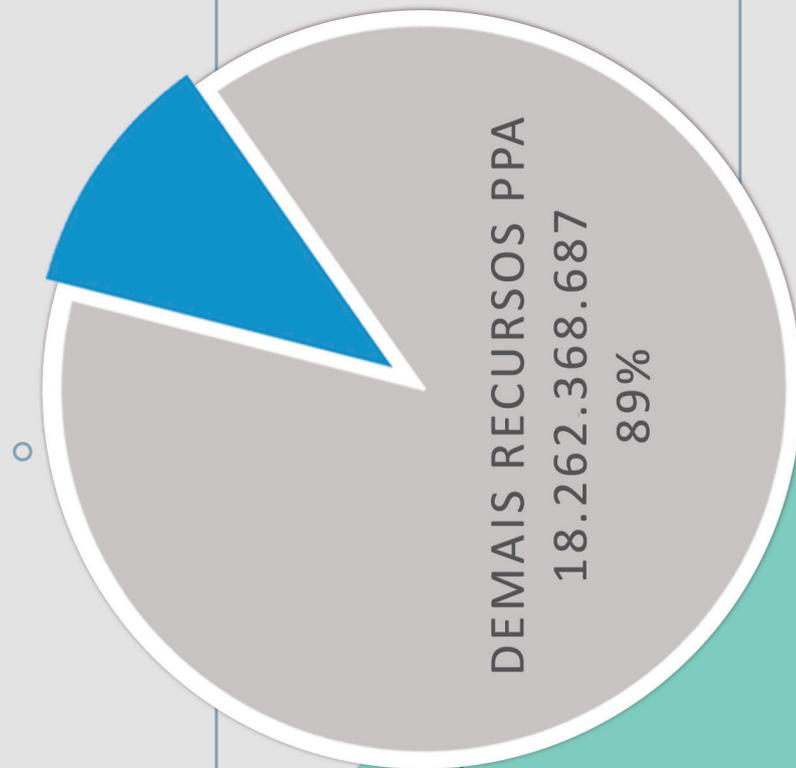
INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER
OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA
ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS
FORTALEZA LIMPA
PARQUES URBANOS TEMÁTICOS
FORTALEZA INCLUSIVA
GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES
SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DO MUNICÍPIO
GESTÃO PARTICIPATIVA E SOCIAL
INFRAESTRUTURA URBANA E VIÁRIA
TRANSPORTE URBANO E MOBILIDADE DE FORTALEZA
FORTALEZA CIDADE COM FUTURO
DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL
SEGURANÇA CIDADÃ EM FORTALEZA
VALORIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E ATIVIDADE TURÍSTICA DE FORTALEZA - PROVATUR
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E REDES DE ATENÇÃO - PROREDES
CIDADE SUSTENTÁVEL



5. PPA EM RESULTADOS E GRANDES NÚMEROS

EIXO I - EQUIDADE TERRITORIAL E SOCIAL

RESULTADO: Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa - Territórios com redução das desigualdades sociais e integrados à sociabilidade urbana



Estimativa dos recursos PPA 2018-2021

EIXO I R\$ 2.320.857.034,00

11% do orçamento para programas finalísticos

Principais órgãos envolvidos: HABITAFOR, FMHI, AGEFIS, IPLANFOR, SEINF, SEUMA, SCSP, URBFOR, SESEC, ETUFOR e AMC.

Agenda Estratégica de Governo - Resultado sintético

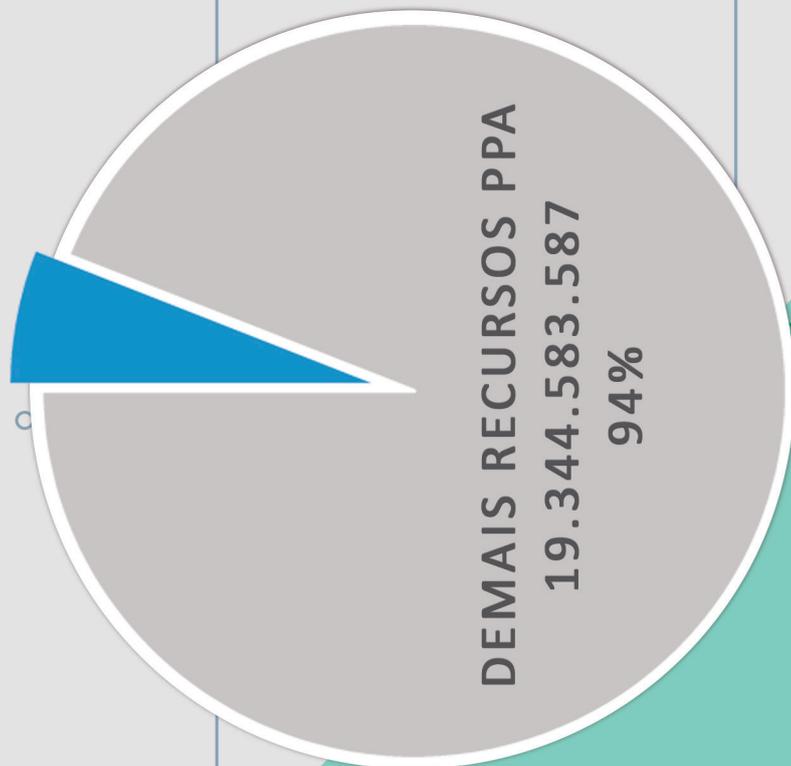
Indicadores	Linha de base		Área Temática	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (Unidade de medida)
	2016	2021				2016	2021		
Pessoas habitando em assentamento precário (%)	42,00	40,00	Habitabilidade e Direito à Cidade	Promoção do direito a moradia digna e acesso a serviços e espaços públicos	Taxa de produção habitacional(%)	20,00	100,00	Habitare Bem	Unidade habitacional construída (Unidade)
assentamentos requalificados (%)	3,00	5,00			Nº de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais(unidade)	108	1.500	Regularização Fundiária de Assentamentos Precários	Unidade habitacional melhorada (Unidade)
unidades habitacionais de assentamentos beneficiados com melhorias habitacionais (%)	1,00	4,00			Assentamentos com serviços de pavimentação e drenagem adequados (%)	22,00	43,00	Desenvolvimento do Planejamento Municipal Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento - PROINFRA	Imóvel regularizado (Unidade) Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) das ZEIS elaborado Ampliação e recuperação do sistema de drenagem (m)
Taxa de homicídios (CVL) (por 100.000 hab)	38,58	34,73	Segurança Cidadã e do Patrimônio Público	Promoção da cultura de paz, segurança cidadã e proteção do patrimônio público	Taxa de mortes de adolescentes residentes nos 17 territórios mais vulneráveis aos homicídios (%)	44,00	10,00	Cada Vida importa	Casa Abrigo destinada à Adolescentes Ameaçados implantada(%)
					Atendimentos a denúncias recebidas pela AGEFIS (%)	10,00	100,00	Fortaleza Iluminada	Parque de iluminação pública mantido (%)
					Taxa de conflitos mediados(%)	45,00	50,00		Implementação do Plano Municipal de Proteção Urbana (%)
Bairros atendidos por regional, nos núcleos de mediação de conflitos(%)	62,17	100,00			Ocorrências atendidas pela GMF (%)	86,26	94,00	Segurança Cidadã em Fortaleza	Célula de proteção urbana implantada (Unidade)
					Bairros com célula de proteção urbana implantada (%)	0,80	42		Famílias atendidas pelo aluguel social (unidade) Vistorias preventivas realizadas pela Defesa Civil (unidade) Ação preventiva realizada (unidade) Reaparelhamento da GMF (%)



2

EIXO II - CIDADE INTEGRADA, ACESSÍVEL E JUSTA

RESULTADO: Fortaleza da Mobilidade - Melhoria da forma e acessibilidade urbana



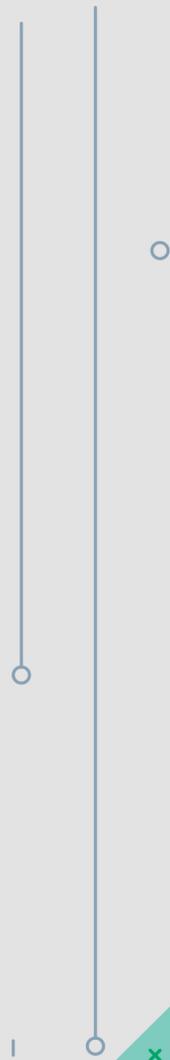
Estimativa dos recursos PPA 2018-2021

EIXO II R\$ 1.238.642.134,00

6% do orçamento para programas finalísticos

Principais órgãos envolvidos: SEINF, SCSP, ETUFOR e AMC.

Resultados Estratégicos de	Indicadores	Linha de base		Área Temática	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (Unidade de medida)
		2016	2021				2016	2021		
Fortaleza da Mobilidade - Melhoria da forma e acessibilidade urbana	Índice de acessibilidade econômica do STP (%)	12,42	12,30	Mobilidade e Acessibilidade Urbanas	Ampliação e democratização da mobilidade e acessibilidade ao espaço urbano e segurança viária	Vias requalificadas em relação às existentes(%)	18,00	26,00	Infraestrutura Urbana e Viária	Pavimentação ampliada ou recuperada (m²)
	Índice de acessibilidade veicular do STP - ônibus (%)	88,51	100,00							
	Velocidade média de ônibus em vias com faixas exclusivas (km/h)	23,15	25,00							
	Taxa de mortes por acidentes no trânsito (morte por 10 mil veículos)	2,63	1,60							
						Semáforos controlados pelo CTFOR(%)	55,00	100,00	Educação e Segurança no Trânsito	Equipamento de controle de tráfego implantado (unidade)
						corredores previstos implantados/reestruturados (%)	10,00	30,00	Transporte Urbano e Mobilidade de Fortaleza	Corredor de transporte coletivo implantado (km)
						Frota com ar-condicionado(%)	9,82	100,00		Faixas exclusivas para ônibus (km)
						Frota com wi-fi(%)	19,30	100,00		Binários implantados (unidade)
										Malha cicloviária implantada(km)



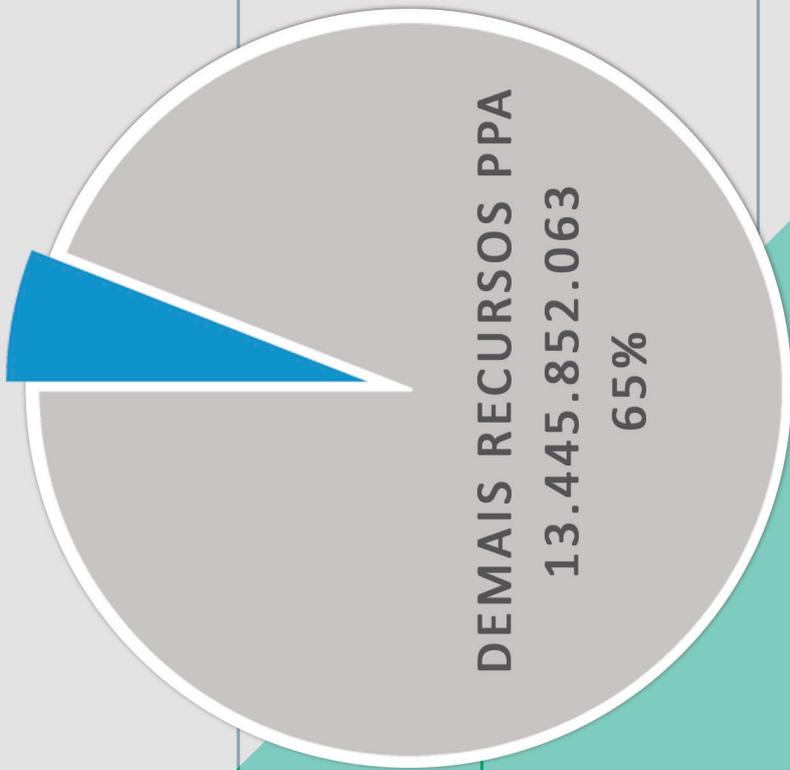
3

EIXO III - VIDA COMUNITÁRIA, ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR

RESULTADO: Fortaleza Saudável - Melhoria da saúde da população

Fortaleza Segura Inclusiva e Justa - Comunidade acolhedora, inclusiva, com valorização e respeito à diversidade

Fortaleza da Juventude - Promover atenção integral à juventude com ênfase na inserção produtiva e social



Estimativa dos recursos PPA 2018-2021

EIXO III R\$ 7.137.373.658,00

35% do orçamento para programas finalísticos

Principais órgãos envolvidos: SMS, SECEL, CPDrogas, SDHDS e CEPPJ.

Fortaleza Saudável - Melhoria da saúde da população

Indicadores	Linha de Base		Objetivos Estratégicos	Área Temática	Indicadores	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (Unidade de medida)
	2016	2021				2016	2021		
Internação por condições sensíveis à Atenção Primária (%)	19,25	16,50	População com promoção e atenção à saúde assegurada	Saúde e Bem-Estar	Cobertura das equipes de Atenção Primária à Saúde (ESF-EACS) (%)	64,84	71,00	Atenção Primária à Saúde	Núcleo de Apoio à Saúde da Família implantado (unidade)
					Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	11,70	9,70		Serviço de Atendimento Domiciliar implantado (unidade)
					Mulheres com 7 ou mais consultas de pré-natal (%)	61,00	80,00		UAPS reformada e mantida (unidade)
					Óbitos materno (unidade)	15	6		UAPS implantada (unidade)
					Cobertura de atendimento das equipes de saúde bucal (%)	39,98	46,00		Equipe de ESF implantada (unidade)
					Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade com cobertura vacinal	100,00	100,00		Crianças assistidas no Programa Cresça com seu Filho (unidade)
População com obesidade (%)	20,00	15,00	População com promoção e atenção à saúde assegurada	Saúde e Bem-Estar	Nascidos vivos de mães menores de 19 anos (%)	16,00	9,00	Atenção Primária à Saúde	Crianças assistidas no Programa Cresça com seu Filho (unidade)
					Taxa de óbito por infarto agudo do miocárdio (por 100 mil hab)	21,50	7,50		Casa da Gestante em funcionamento (unidade)
					Taxa de óbito por doenças crônicas não transmissíveis (por 100 mil hab)	112,20	96,20		Ponto da Rede de Atenção Psicossocial em funcionamento (unidade)
Taxa de mortalidade por causas externas (por 100 mil hab)	82,00	79,00	Promoção do bem-estar e integração social da população	Saúde e Bem-Estar	Taxa de óbito por doenças crônicas não transmissíveis (por 100 mil hab)	112,20	96,20	Atenção Especializada à Saúde & PROREDES	Programa de Órtese e Prótese em funcionamento (unidade)
									Atendimento de emergência - IJF realizados (unidade)
Taxa de mortalidade prematura (<70 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT* (por 100 mil)	250,70	225,70	Acolhimento da população com adição	Saúde e Bem-Estar	Taxa de óbito por doenças crônicas não transmissíveis (por 100 mil hab)	112,20	96,20	Atenção Terciária à Saúde	Atendimento de emergência - HMZAN (unidade)
									Partos de risco realizados - HMZAN (unidade)
									Academia ao Ar Livre em funcionamento (unidade)
					Taxa de óbito por doenças crônicas não transmissíveis (por 100 mil hab)	112,20	96,20	Desenvolvimento do Desporto Comunitário e de lazer	Pessoas em território com maior vulnerabilidade ao uso de drogas beneficiadas com eventos desportivos e de lazer (Un.)
					Pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas beneficiadas com atendimento de serviço voltado à reinserção social (unidade)	200	800	Atenção e Reinserção Social de Usuários de Drogas e seus Familiares em Situação de Vulnerabilidade	Atendimentos de apoio aos usuários de drogas e seus familiares com foco na redução de danos prestados (unidade)
					Pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas beneficiadas com ações de redução de danos (unidade)	2.038	8.000		Gestante usuária de drogas acompanhadas (unidade)
					Crianças e adolescentes matriculados na rede pública municipal de ensino beneficiados com ações de prevenção ao uso indevido de drogas (unidade)	1.424	8.000	Prevenção ao Uso Indevido de Alcool, Crack e outras Drogas	Crianças assistidas pelo Comitê Territorial de Fortalecimento da Rede de Atenção Intersetorial de Usuários de Alcool e outras Drogas em funcionamento (unidade)
					Jovens beneficiados com ações de prevenção ao uso indevido de drogas ou de redução de danos (unidade)	1.194	6.400		Crianças assistidas no Sistema de Integração de Atendimento ao usuário de Drogas (unidade)
					Jovens beneficiados com ações de prevenção ao uso indevido de drogas ou de redução de danos (unidade)	1.194	6.400		Crianças e adolescentes envolvidos em ações de prevenção ao uso indevido de drogas (unidade)
					Jovens beneficiados com ações de prevenção ao uso indevido de drogas ou de redução de danos (unidade)	1.194	6.400		Jovens envolvidos em ações de prevenção ao uso indevido de drogas e redução de danos (unidade)
					Jovens beneficiados com ações de prevenção ao uso indevido de drogas ou de redução de danos (unidade)	1.194	6.400		Ações de prevenção e enfrentamento ao uso indevido de drogas implementadas (unidade)

Fortaleza da Juventude - Promover atenção integral à juventude com ênfase na inserção produtiva e social

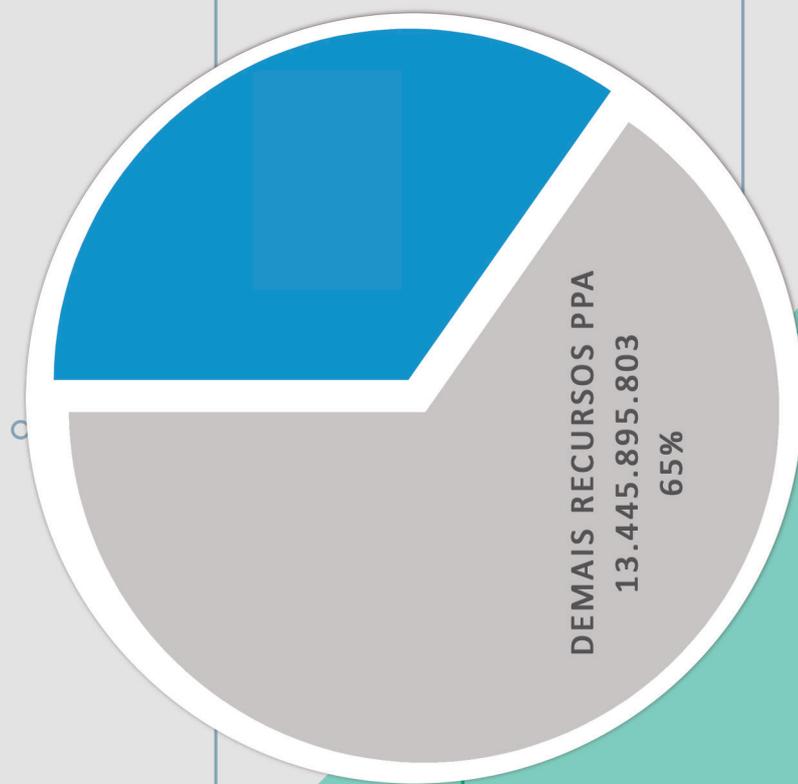
Indicadores	Linha de base		Área Temática	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (Unidade de medida)
	2016	2021				2016	2021		
Jovens beneficiados pelos programas de políticas públicas da juventude(unidade)	151.034	259.000	Juventude	Acolhimento e apoio a jovens em seu processo de conquista de autonomia, inclusão social e produtiva	Pessoas diretamente beneficiadas por projetos de protagonismo juvenil (unidade)	7.910	10.000	Fortalecimento de Inclusão Social e Redes de Atenção (PROREDES)	Jovens atendidos pela rede CUCA (unidade)
							20.000		Projeto inovador de Juventude selecionado por editais de Protagonismo Juvenil (unidade)
Jovens de 15 a 29 anos desempregados(%)	39,00	36,00			Jovens entre 15 a 29 anos desocupados (%)	27,16	6.000		Jovens atendidos pelos CEUs (unidade)
					Jovens de 15 a 29 anos beneficiados por cursos de formação e qualificação profissional (unidade)	5.347			Cursos de formação e qualificação profissional realizados para o público de 15 a 29 anos (unidade)
					Jovens de 18 a 29 anos beneficiados com financiamento para negócios (unidade)	145	200	Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios; Fortalecimento de Inclusão Social e Redes de Atenção (PROREDES)	Jovens beneficiados com ações de empreendedorismo (unidade)
									Financiamento a empreendimentos de jovens de 18 a 29 anos (unidade)



4

EIXO IV - DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DO CONHECIMENTO

RESULTADO: Fortaleza do Conhecimento - População com acesso à educação de qualidade, ao conhecimento e aos bens culturais.



Estimativa dos recursos PPA 2018-2021

EIXO IV R\$ 7.137.329.918,00

35% do orçamento para programas finalísticos

Principais órgãos envolvidos: SECULTFOR, SME e CITINOVA.

Indicadores	Linha de base		Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (unidade de medida)
	2016	2021			2016	2021		
Bairros beneficiados pelas ações de cultura (%)	64,5	85,00	Fortalecimento de uma ambiência social criativa com ampla manifestação cultural e democratização do acesso.	Ações permanentes de cultura realizadas (unidade)	176	976	Promoção da Formação para o Patrimônio, a Cultura e as Artes	<p>Pessoa beneficiada pelos cursos de formação para o patrimônio (unidade)</p> <p>Pessoa beneficiada pelos cursos de formação em cultura e arte na Vila das Artes e equipamentos (unidade)</p> <p>Pessoa beneficiada pelos cursos de formação em atividades circenses (unidade)</p> <p>Inventário do patrimônio de Fortaleza realizado (%)</p> <p>Pessoa atendida com programação em bibliotecas (unidade)</p> <p>Publicação realizada da coleção Fortaleza Grande (unidade)</p> <p>Biblioteca pública mantida (unidade)</p> <p>Evento promovido, realizado e apoiado de ações permanentes de cultura (unidade)</p> <p>Praça pública em bairros de Fortaleza, ocupada com ações de arte e cultura (unidade)</p> <p>Pessoa beneficiada pelos editais de apoio às produções artísticas (unidade)</p>
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da Rede Municipal de Fortaleza (IDEB) - Anos Iniciais	5,40	6,30		Orçamento destinado à função cultura (%)	1,21	1,25	<p>Apoio à Criação, Difusão e Fomento à Cultura</p> <p>Apoio à Economia e Produção Criativas</p>	<p>Feira e mostra para fomento da economia criativa realizada (unidade)</p> <p>Projeto implementado no âmbito do Turismo Cultural (unidade)</p> <p>Crianças e adolescentes matriculados (unidade)</p> <p>Escola com currículo reconstruído à luz da Base Nacional Curricular Comum - BNCC (%)</p> <p>Crianças alfabetizadas na idade certa (%)</p> <p>Escola empreendedora, eficaz e embaixadora da paz implantada (%)</p> <p>Centro de educação infantil em funcionamento (unidade)</p> <p>Crianças matriculadas na Educação Infantil (unidade)</p>
				Taxa de Permanência do Aluno (TPDA) durante o ano (%)	97,80	99,50	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
				Índice de desempenho escolar 2º ano - SPAECE	8,10	9,00		
				Índice de desempenho escolar 5º ano - SPAECE	5,00	6,60	Desenvolvimento da Educação Infantil	

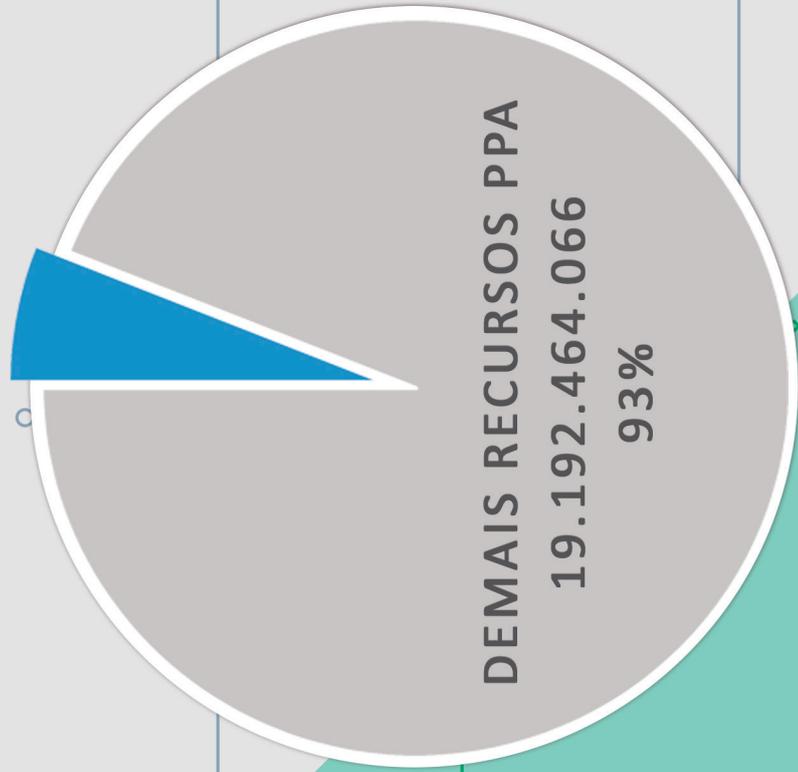
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da Rede Municipal de Fortaleza (IDEB) - Anos Finais	4,40	5,30	Pública de Qualidade, reduzindo a evasão e atraso escolar	Índice de desempenho escolar 9º ano - SPAECE	2,70	5,00	Gestão de Pessoas e Valorização dos Servidores	Profissionais da Educação em formação continuada (%)
	Profissionais da educação reconhecidos por efetividade no seu desempenho (%)							
Bairros com IDH < 0,5 com espaço de internet de livre acesso (%)		50,00	100,00	Desenvolvimento Tecnológico e Acesso a Internet com promoção e Inovação do mercado e retenção de talentos	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)	6,85	3,50	Educação de Jovens e Adultos
	Desenvolvimento da Política de Educação em Tempo Integral	Taxa da evasão escolar nas séries do ensino fundamental II (%)	3,40		2,00	Alunos matriculados em educação de tempo integral (unidade)		
		Baixos com Programa de Formação em Valores implantado (%)	Alunos matriculados em educação de tempo integral (%)		23,00	40,00	Escolas com Programa de Formação em Valores implantado (%)	
Espaços com internet para livre acesso da população (unidade)	22		50	Fomento da Ciência, Tecnologia e Inovação na Cidade	Projeto de soluções criativas e inovadoras para a cidade apoiado (unidade)			
		Equipamentos voltados à cultura digital geridos pelo município (unidade)				10	20	Promoção da Inovação na Gestão Pública
								Pessoas beneficiadas com bolsa de pesquisa (unidade)



5

EIXO V - CIDADE INTEGRADA, ACESSÍVEL E JUSTA

RESULTADO: Fortaleza Sustentável - Recursos naturais protegidos e qualidade do meio ambiente assegurada



Estimativa dos recursos PPA 2018-2021

EIXO V R\$ 1.390.761.655,00

7% do orçamento para programas finalísticos

Principais órgãos envolvidos: SEUMA, SCSP, AGEFIS, URBFOR e SEINF.

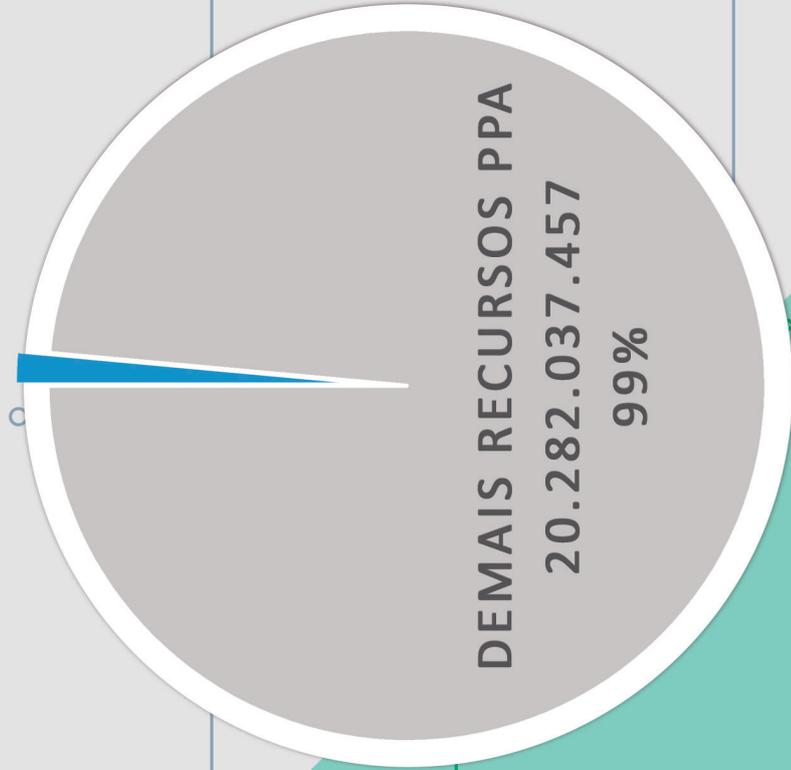
Indicadores	Linha de base		Área Temática	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (unidade de medida)
	2016	2021				2016	2021		
Índice de área verde (m ² /habitante)	8,00	12,00			Índice de controle da poluição atmosférica (% de fontes móveis fora do padrão)	31,00	20,00		
Índice de emissões que produzem aquecimentos globais e passivo ambiental (ton/CO ₂ E)(bianual)	1,90	1,09			Índice de controle da poluição hídrica (coliformes fecais/100 ml)	3.733	1.000		Licenciamento ambiental emitido (unidade)
Resíduo de Construção Civil reutilizado (%)	4,60	80,00			Índice de controle da poluição de resíduos(qtd de pontos de lixo/Km ²)	16,75	8,00		
Taxa de adequabilidade da atividade econômica(%)	59,00	80,00	Urbanismo, Meio Ambiente e Segurança Hídrica	Preservação e integração do ambiente natural ao ambiente construído e melhoria do conforto ambiental	Índice de controle da poluição visual (% de engenhos fora dos parâmetros legais)	75,67	40,00		Muda plantada / doada (unidade)
Espaços públicos adotados(%)	15,00	30,00			Índice de controle da poluição sonora (decibéis)	73,00	70,00		
Arrecadação por meio da aplicação de instrumentos urbanísticos provenientes do Estatuto da Cidade(%)	...	14,00			Taxa de licenciamento (%)	101,23	100,00		Pessoas capacitadas em educação ambiental (unidade)
Taxa de evolução das operações urbanas consorciadas (OUC)(%)	37,40	70,00			corpos hídricos monitorados (%)	24,00	60,00		Área verde pública implantada (m ²)
Áreas de preservação ambiental protegidas (milhões de m ²)	52,10	56,30							Ecoponto mantido (unidade)
Nº de corpos hídricos balneáveis(água doce)	...	5							Resíduo sólido urbano coletado (ton)



6

EIXO 6 - DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA E INCLUSÃO PRODUTIVA

RESULTADO: Fortaleza Produtiva e Inovadora - Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e dinamizado



Estimativa dos recursos PPA 2018-2021

EIXO VI R\$ 301.188.264,00

1% do orçamento para programas finalísticos

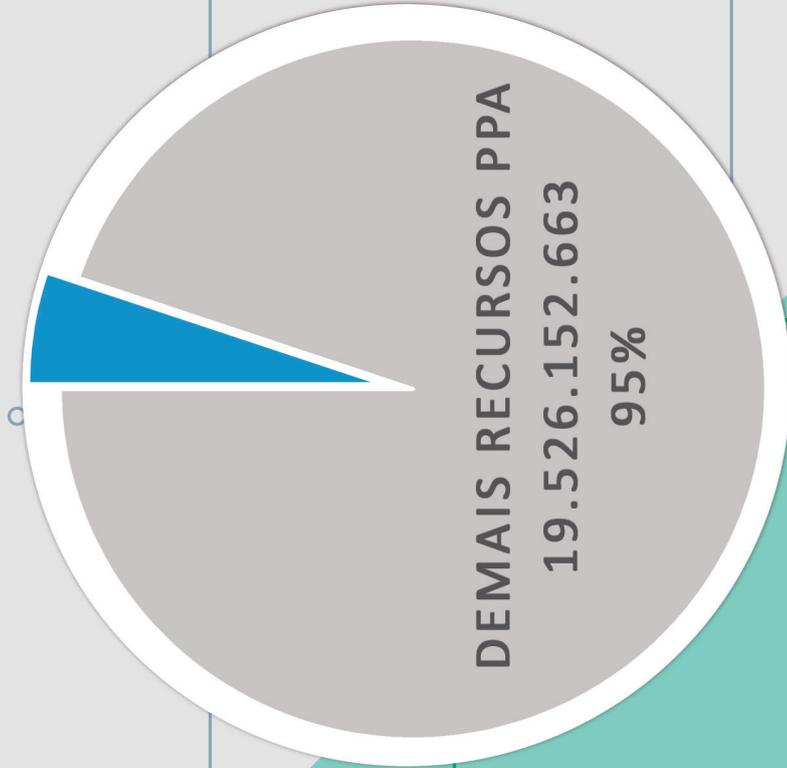
Principais órgãos envolvidos: SDE, SETFOR e CEPPJ.

Indicadores	Linha de base		Área Temática	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (unidade de medida)
	2016	2021				2016	2021		
Impacto do Turismo sobre o PIB (%)	24,10	30,00	Desenvolvimento Econômico	Fomento à exploração das vocações e potencialidades econômicas do município na perspectiva de original soluções produtivas, criativas e inovadoras	Evolução de embarques e desembarques (milhões de und)	2,73	3,24	PRODETUR Nacional - Fortaleza	Ponte Metálica reformada (unidade) Plano estratégico de marketing para comercialização do destino turístico de Fortaleza elaborado (unidade) Estudo e pesquisa do Observatório Turístico realizado (unidade) Observatório Turístico em funcionamento (unidade) Praia de Iracema revitalizada (unidade) Centro Histórico de Fortaleza revitalizado (unidade)
								Fortaleza Cidade com Futuro	
Proporção de Microempreendimentos Individuais de Fortaleza em relação ao Brasil (%)	1,51	1,69			Taxa de Sustentabilidade de Microempreendimentos (%)	85,40	89,90	Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios	Feira de Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Pporte realizada (unidade) Empreendedores e microempreendedores atendidos (unidade)
Participação de Fortaleza no Mercado de Trabalho em relação ao Brasil (%)	1,71	1,74		Promoção da Inclusão Produtiva através de Formação Profissional e inserção no mercado de trabalho	Taxa de Inserção no Mercado de Trabalho (%)	69,80	81,99	Atração de Investimentos e Projetos Estruturantes	Equipamento de apoio ao desenvolvimento econômico implantado (unidade) Arranjos produtivos locais fomentados (unidade) Rede Municipal de Qualificação implantada (unidade)
						5,20	15,00	Trabalho, Qualificação Profissional, Emprego e Renda	Pessoas inseridas no mercado de trabalho (unidade)

7

EIXO 7 - GOVERNANÇA MUNICIPAL

RESULTADO: Fortaleza Planejada e Participativa - Gestão planejada e participativa dos serviços públicos, com foco no acolhimento, equilíbrio fiscal e transparência.



Estimativa dos recursos PPA 2018-2021

EIXO VII R\$ 1.057.073.058,00

5% do orçamento para programas finalísticos

Principais órgãos envolvidos: SEPOG, SEFIN, CGM, PGM e SEGOV.

Indicadores	Linha de base		Objetivos Temático/Setorial	Área Temática	Indicadores Temáticos/Setoriais	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (unidade de medida)
	2016	2021				2016	2021		
Índice de capacidade de endividamento (%)	14,29	13,00			Índice de eficácia da arrecadação própria (%)	101,00	100,00	Fortalecimento do Fisco	Servidores fazendeiros capacitados (unidade)
Resultado primário (milhões de R\$)	38,83	57,43			Retorno da dívida ativa (%)	0,12	3,00		Base imobiliária atualizada (unidade)
Índice de autonomia financeira (%)	27,30	28,25			Índice de execução do PNAFM (%)	100,00	100,00	Modernização Administrativa e Fiscal do Município	Ações de Educação Fiscal realizadas (unidade)
Taxa de automatização de processos em gestão de pessoas (%)	28,25	60,00	Dotar a Administração Pública com mecanismos que assegurem o cumprimento das exigências legais, administrativas e fiscais, garantindo maior tranquilidade aos gestores e melhores ofertas de serviços à sociedade	Planejamento e Gestão Integrados				Gestão e Modernização da Dívida Ativa	Beneficiados com o Prêmio Nota Fortaleza (unidade)
					Taxa de resolução das mesas de negociação (%)	42,00	44,00	Gestão de Pessoas e Valorização dos Servidores	Administração financeira modernizada (unidade)
								Gestão de Pessoas e Valorização dos Servidores	Parque tecnológico modernizado (unidade)
								Gestão de Pessoas e Valorização dos Servidores	Serviço de Dívida Ativa modernizado (unidade)
								Gestão de Pessoas e Valorização dos Servidores	Centro de atendimento implantado (unidade)
								Gestão de Pessoas e Valorização dos Servidores	Servidores capacitados (unidade)
								Gestão de Pessoas e Valorização dos Servidores	Concurso público realizado (unidade)
								Gestão de Pessoas e Valorização dos Servidores	Imóvel da PMF regularizados cartorialmente (unidade)
								Gestão de Pessoas e Valorização dos Servidores	Ponto conectado na rede FIBRAFOR (unidade)
								Gestão de Pessoas e Valorização dos Servidores	Sistema na área de TIC desenvolvido (unidade)
								Modernização Administrativa da Gestão Municipal	Processo corporativo e setorial virtualizado/redesenhado (unidade)
								Modernização Administrativa da Gestão Municipal	Eventos da Rede de Planejamento realizado (unidade)
								Modernização Administrativa da Gestão Municipal	Instrumento de planejamento elaborado e monitorado (unidade)
								Modernização Administrativa da Gestão Municipal	Instrumento de planejamento elaborado e monitorado (unidade)
								Modernização Administrativa da Gestão Municipal	Avaliação da Matriz GPR e do PPA elaborada (unidade)
								Modernização Administrativa da Gestão Municipal	Plano estratégico e projeto das regionais do município elaborados (unidade)
								Modernização Administrativa da Gestão Municipal	Pesquisa sobre a cidade realizada (unidade)
								Modernização Administrativa da Gestão Municipal	Observatório de governança em funcionamento (unidade)
								Modernização Administrativa da Gestão Municipal	Órgão com quadro terceirizado gerenciado (unidade)
								Modernização Administrativa da Gestão Municipal	Veículos com uso compartilhado (unidade)
Poupança corrente líquida (%)	7,32	7,22			Estruturas organizacionais modernizadas e alinhadas (%)	...	100,00	Gestão do Conhecimento	

Financiamento do Plano

O Plano Plurianual do Município de Fortaleza, para o quadriênio 2018 - 2021, foi formulado tendo como alicerce sete eixos de atuação, que direcionam a gestão do município para o alcance dos resultados e objetivos estratégicos, estes definidos em consonância com o plano de longo prazo FORTALEZA 2040.

Para a consecução desses desígnios, o Poder Executivo Municipal estima uma aplicação de recursos, exclusivamente orçamentários, no montante de R\$ 34,04 bilhões. Os referidos recursos, denominadas receitas públicas, são classificados em dois grandes grupos: Receitas Correntes e Receitas de Capital. No âmbito do município de Fortaleza, o primeiro grupo é formado basicamente pelos tributos municipais, receitas de contribuições e transferências do governo federal e estadual. Já o segundo é formado pela contratação de operações de crédito, venda de bens públicos e transferência de recursos por outros entes de governo destinados a despesas de capital.

A tabela a seguir mostra os valores especificados por grupo, bem como as principais rubricas que compõem cada um, para o quadriênio de 2018 a 2021.

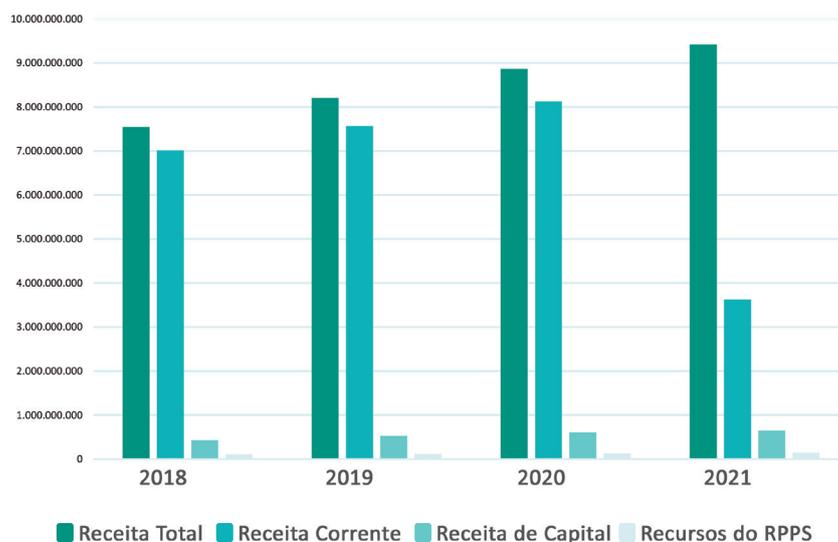
Tabela 1 - Receitas Projetadas 2018 - 2021

ITEM DE RECEITA	2018	2019	2020	2021	Total
1 - RECEITA CORRENTE (2+3+4+5+6+7)	7.011.798.956	7.565.007.753	8.126.558.625	8.626.163.305	31.329.528.639
2 - Receita Tributária	1.792.487.262	1.928.066.380	2.043.322.929	2.217.759.171	7.981.635.742
ISS	775.766.868	829.294.782	886.516.122	984.032.895	3.475.610.667
IPTU	542.145.551	591.459.110	620.440.607	663.251.009	2.417.296.277
ITBI	112.756.550	117.830.595	123.132.972	132.367.944	486.088.061
IRRF	347.694.002	374.439.523	397.213.104	421.045.891	1.540.392.520
Outras Receitas Tributárias	14.124.291	15.042.370	16.020.124	17.061.432	62.248.217
3 - Receita de Contribuição	780.789.456	825.825.392	863.483.030	902.339.766	3.372.437.644
4 - Receita Patrimonial	251.255.915	262.569.532	274.390.900	286.743.916	1.074.960.263
5 - Receita de Serviços	154.635.250	163.448.518	170.896.524	178.586.868	667.567.160
6 - Transferências Correntes	3.806.079.339	4.143.820.328	4.517.504.596	4.721.272.302	17.188.676.565
FPM	778.966.338	871.663.332	975.391.268	1.019.283.876	3.645.304.814
ICMS	783.778.534	832.758.406	889.136.150	924.530.844	3.430.203.934
IPVA	230.839.636	240.967.261	261.449.478	270.869.403	1.004.125.778
Transferências SUS	927.050.806	964.132.838	1.002.698.151	1.047.819.568	3.941.701.363
Transferências FUNDEB	853.811.054	979.065.136	1.122.693.991	1.173.215.221	4.128.785.402
Demais Transferências Correntes	231.632.971	255.233.355	266.135.558	285.553.390	1.038.555.274
7 - Outras Receitas Correntes	226.551.734	241.277.603	256.960.646	319.461.282	1.044.251.265
8 - RECEITA DE CAPITAL (9+10+11+12)	426.754.097	527.254.097	607.254.097	646.432.274	2.207.694.565
9 - Operações de Crédito	260.000.000	425.000.000	505.000.000	527.725.000	1.717.725.000
10 - Alienação de Bens	705.043	705.043	705.043	736.770	2.851.899
11 - Amortização de Empréstimos	49.054	49.054	49.054	51.261	198.423
12 - Transferências de Capital	166.000.000	101.500.000	101.500.000	117.919.243	486.919.243
13 - RECURSOS DO RPPS	108.482.504	116.480.079	131.271.789	147.286.102	503.520.474
TOTAL (1+8+ 13)	7.547.035.557	8.208.741.929	8.865.084.511	9.419.881.681	34.040.743.678

Fonte: SEPOG Nota: Valores nominais já com as deduções para o FUNDEB

Uma análise pormenorizada da receita total demonstra o peso que as Receitas Correntes possuem, essa rubrica responde em média por 92% de todos os recursos previstos para a execução das ações do Executivo Municipal, ante 7%, em média, das Receitas de Capital. O gráfico a seguir ilustra essa informação.

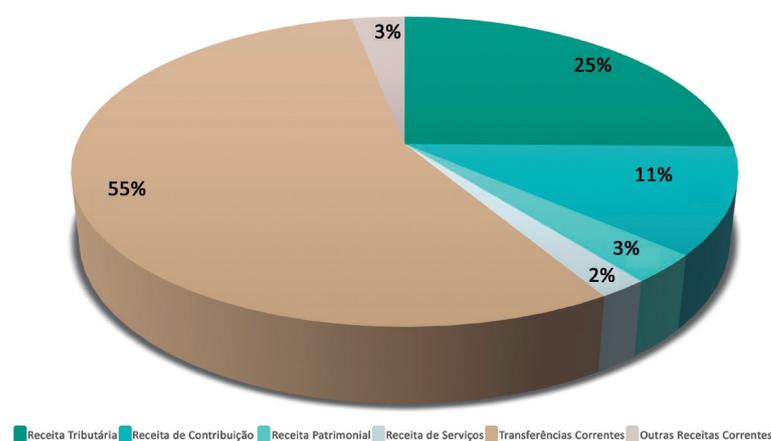
Gráfico 1 - Composição das Receitas 2018 - 2021



Fonte: SEPOG

Analisando a composição das Receitas Correntes, para o próximo quadriênio, percebe-se que as Transferências Correntes atendem por 55% do total previsto, seguida pelas Receitas Tributárias, principal fonte de receita própria do município, respondendo por 25%. O elevado percentual de participação das Receitas de Transferência demonstra um certo grau de dependência do município de Fortaleza em relação aos recursos advindos das transferências legais da União e Estado.

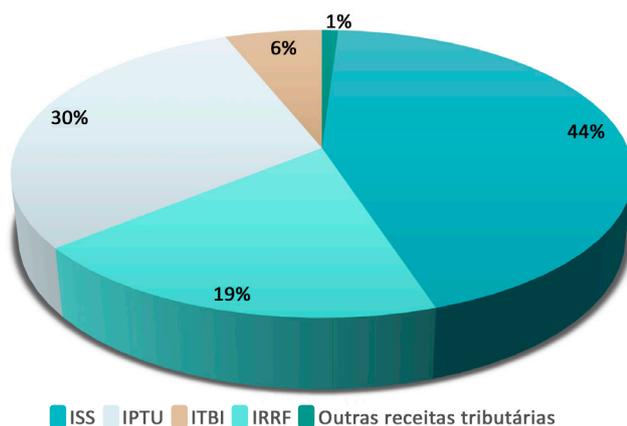
Gráfico 2 - Composição das Receitas Correntes 2018 - 2021



Fonte: SEPOG

As Receitas Tributárias previstas para esse plano são da ordem de R\$ 7,98 bilhões. Essa conta é de suma importância para a fazenda municipal, por se tratar de receitas nas quais o município tem ingerência para arrecadar e um bom poder de arrecadação é ponto fundamental para o processo de planejamento e execução das políticas públicas.

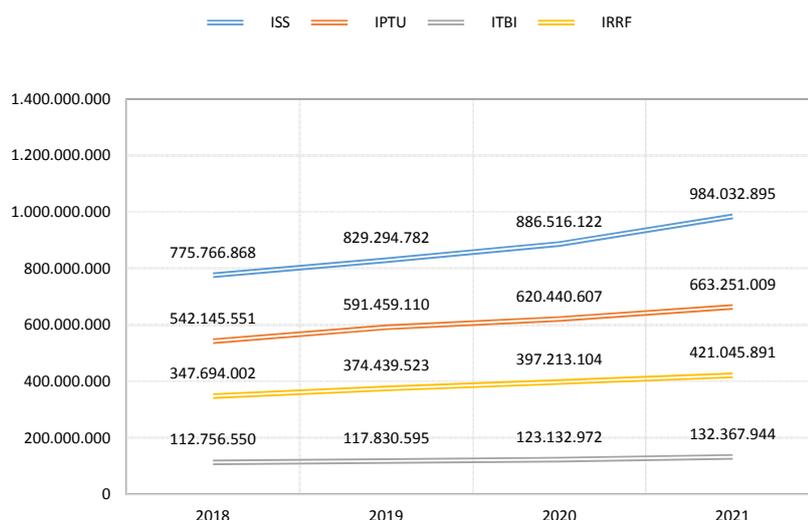
Gráfico 3 - Composição das Receitas Tributárias 2018 - 2021



Fonte: SEPOG

Dentre os impostos, o ISS é o que mais contribuirá para esse total, representando 44% do estimado, seguido pelo IPTU com 30%, juntos esses dois tributos atingem a soma de R\$ 5,89 bilhões.

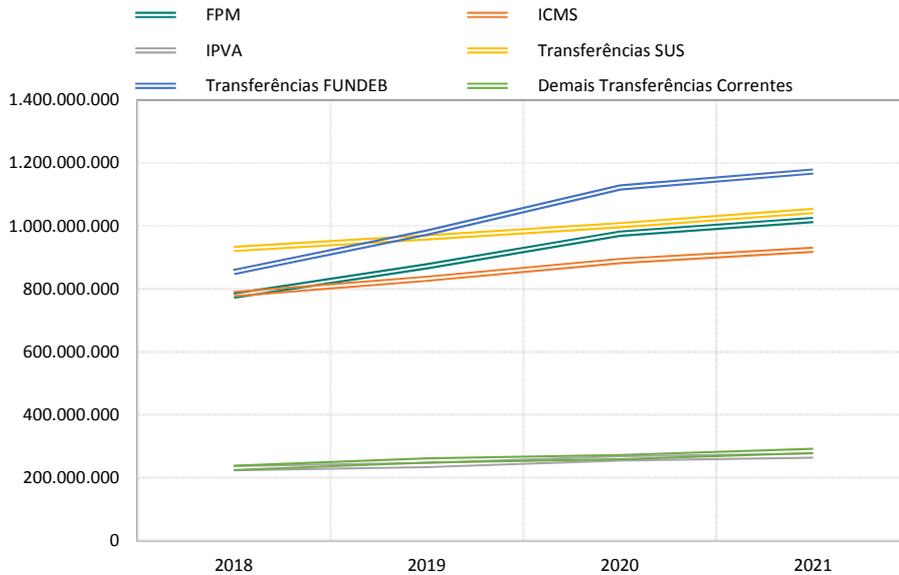
Gráfico 4 – Projeção dos Tributos Municipais 2018 - 2021



Fonte: SEPOG

No que concerne às Transferências Correntes, o município estima uma captação de 17,18 bilhões, o que torna essa rubrica a de maior peso na receita total. Destacam-se aqui as Transferências Estaduais (ICMS e IPVA) e Federais (FPM, SUS, FUNDEB). Note-se que as transferências (SUS e FUNDEB) cujos valores a serem recebidos pelo município não estão ligados diretamente à arrecadação, representam o maior volume de recursos previstos. Dentre as causas para isso, estão o aumento do parque escolar do município aliado à ampliação do atendimento de saúde, com destaque para a construção do IJF 2. Além disso, as demais transferências dependem da arrecadação de tributos, que são bastante sensíveis ao nível de faturamento das empresas e consumo das famílias, ambos afetados pelo difícil momento econômico do país, fator que deve ser considerado quando das projeções.

Gráfico 5 - Projeção das Transferências Correntes 2018 - 2021

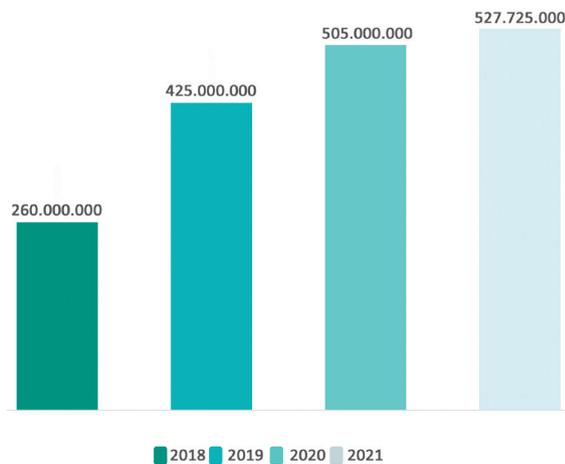


Fonte: SEPOG

Com relação às Operações de Crédito, o município estimou uma carteira de empréstimos no montante de R\$ 1,72 bilhões, recursos necessários para assegurar a realização de grandes obras ou empreendimentos públicos cujo volume a ser investido esteja além da capacidade de recursos correntes por parte do governo. Essa previsão temo um compromisso com a responsabilidade na gestão do nível de endividamento do município.

Em 2016, o indicador de endividamento, calculado pelo quociente da Dívida Consolidada Líquida dividida pela Receita Corrente Líquida, foi de apenas 14,29%, ante os 120 % permitidos pela o Resolução nº 40, de 2001 do Senado Federal. Esse nível de endividamento permite ao Município buscar, nas operações de crédito, recursos para financiar seus grandes projetos, ao mesmo tempo que utiliza suas Receitas Correntes para a prestação dos serviços essenciais à população, sem prejudicar as gerações futuras.

Gráfico 6 - Operações de Crédito 2018 - 2021



Fonte: SEPOG

A previsão de receitas é a etapa que antecede a fixação do montante de despesas que irá constar nos instrumentos de planejamento, além de ser base para se estimar as necessidades de financiamento do governo. Quando da previsão de receitas para um determinado período, são consideradas nos cálculos diversas variáveis que influenciam diretamente seu comportamento, dentre elas podemos destacar: crescimento econômico, taxa de inflação, nível de confiança de empresários e consumidores, taxa de ocupação e renda, comportamento dos contribuintes, crescimento populacional, além de outros fatores externos ou internos que possam provocar variações na receita prevista. Diante desse fato, os valores previstos poderão ser revistos a cada exercício para ajustar-se às mudanças ocorridas nessas variáveis.

No município de Fortaleza, a metodologia de projeção de receitas busca assimilar, além do mencionado acima, o comportamento da arrecadação de determinada receita em exercícios anteriores, a fim de projetá-la para o período seguinte, com o auxílio de modelos estatísticos e matemáticos. O modelo utilizado se baseia no cálculo da taxa geométrica de crescimento (TGC), que se refere ao percentual de incremento médio anual de uma variável em determinado espaço de tempo. O valor da taxa representa a média anual obtida para um período de anos compreendidos entre dois momentos. O modelo dependerá do comportamento da série histórica de arrecadação e de informações fornecidas pelos órgãos orçamentários ou unidades arrecadoras envolvidas no processo.

Em receitas específicas ainda é necessária análise mais profunda dos dados, considerando essencialmente as peculiaridades inerentes a cada uma, como por exemplo o processo de interiorização do investimento no estado, que afeta o índice de distribuição do ICMS, os critérios de distribuição do FPM, dentre outros.

Dispêndios do Plano

O PPA municipal é composto por programas classificados conforme sua finalidade: Programas de Apoio Administrativo composto de ações de natureza administrativa que visam, basicamente, ao funcionamento da máquina administrativa e à manutenção e conservação de bens imóveis cujo valor estimado é de R\$ 12,12 bilhões; Programas Finalísticos, estimados em R\$ 20,58 bilhões, onde estão contidas as ações que resultam em serviços e bens públicos ofertados à população. Para além desses, existem os programas Encargos Gerais e Reserva de Contingência compostos por operações especiais, que não contribuem, de forma direta, para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, ou seja, não geram produtos à sociedade, nem ao governo, sendo utilizados, por exemplo, para os serviços da dívida interna e externa, pagamento de sentenças judiciais, dentre outros. Para o PPA 2018 – 2021, os recursos desse tipo de programa atingirão a alcançam o montante de R\$ 1,34 bilhões.

Tabela 2 - Dispêndios por Tipo de Programa

Tipo de Programa	R\$ Bilhões	%
Programas de Apoio Administrativo	12,12	35,61
Programas Finalísticos	20,58	60,45
Especial	1,34	3,94
TOTAL	34,04	100,00

Fonte: SEPOG

| DISPÊNDIOS POR EIXO E RESULTADOS ESTRATÉGICOS

Para cada eixo, esse plano plurianual define resultados estratégicos denominados “Fortalezas”. Cada “Fortaleza” contempla programas finalísticos, específicos, voltados para obtenção das metas pactuadas em nível dos objetivos estratégicos das áreas temáticas propostas.

Para os programas finalísticos, estão previstos recursos no montante de R\$ 20,58 bilhões para o período 2018-2021, os quais serão aplicados em observância ao que foi definido em cada Eixo Estratégico, Resultado Estratégico e Área Temática. O detalhamento dos eixos e seus referidos resultados estratégicos já estão delineados pormenorizadamente nos tópicos anteriores, dito isso, o que segue abaixo é um resumo sucinto de suas metas e desafios.

EIXO I – EQUIDADE TERRITORIAL e SOCIAL

No seu conjunto, esse eixo concentra objetivos de alta prioridade, identificando circunstâncias, contextos, territórios, grupos ou comunidades em que o direito à vida e à cidade estariam sob clara ameaça. Por meio dele, busca-se a redução da intensa desigualdade social e territorial que resulta da formação histórica da cidade, visando ao enfrentamento de três grandes desafios: a precariedade da habitação; a pobreza e desigualdade social; e o alto índice de violência.

EIXO ESTRATÉGICO II - CIDADE INTEGRADA, ACESSÍVEL E JUSTA

O eixo estratégico “Cidade Integrada, Acessível e Justa” objetiva promover indicações urbanísticas no intuito de assegurar uma cidade compacta, acessível e integrada, que possibilite o acesso aos espaços e serviços públicos alocados amplamente no conjunto do território municipal, integrando espaços de convivência, trabalho e serviços, com equipamentos públicos seguros e bem distribuídos e transporte público de qualidade, visando à “melhoria da forma urbana e a acessibilidade”.

EIXO III - VIDA COMUNITÁRIA, ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR

O eixo “Vida Comunitária, Acolhimento e Bem-Estar” tem como objetivo construir uma cidade em que predominem sentimentos e atitudes do acolhimento das pessoas em todas as suas relações sociais, da valorização das suas identidades, do desenvolvimento do sentimento de afeição pela cidade, contribuindo para uma cultura de paz e tolerância, que favoreçam a melhoria da qualidade da população.

EIXO IV - DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DO CONHECIMENTO

Este eixo busca a integração, produção e fortalecimento das diversas formas de conhecimento: formal, informal, científico e tecnológico, e produção de bens culturais, estabelecendo uma relação íntima entre conhecimento, inovação, preservação, trabalho e desenvolvimento social. Contempla quatro componentes interligados e complementares: ampliação e melhoria da educação, aumento da qualificação do trabalhador, desenvolvimento científico e desenvolvimento cultural. Busca-se uma cidade educadora, capaz de promover um processo educativo que contemple a relação com os espaços e os indivíduos do bairro/município, com ampliação da oferta de atendimento em tempo integral, que, em sua essência, seja alegre, atrativa, integrada ao seu contexto e com-

prometida com a sustentabilidade do planeta, além de cumprir sua função social de desenvolver aprendizagens significativas.

EIXO V – QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

Diante dos desafios impostos à gestão pública é necessário adotar práticas de planejamento que assegurem a recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais e a qualidade do meio ambiente com atenção especial para as questões de saneamento, qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos e geração de energia limpa e renovável na cidade. Esses desafios são, então, os objetivos do eixo “Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais”.

EIXO ESTRATÉGICO VI – DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA E INCLUSÃO PRODUTIVA

O eixo estratégico “Desenvolvimento Econômico e Inclusão Produtiva” busca o crescimento da economia, do emprego e da renda, combinando fortalecimento da capacidade de competir no mercado das atividades já consolidadas, emergência de novos segmentos econômicos com alta geração de renda e ampliação da inclusão produtiva para promover o “Desenvolvimento Econômico Sustentável, Solidário, Competitivo e Dinamizado.

EIXO ESTRATÉGICO VII – GOVERNANÇA MUNICIPAL

O eixo estratégico “Governança Municipal” intenta promover a melhoria da relação Estado-Sociedade, bem como criar e o fortalecer os espaços públicos de participação e controle para que a sociedade possa auxiliar o Poder Público a promover a redução das desigualdades e a inclusão social. Dentre as ações que visam suscitar a “Fortaleza Planejada e Participativa”, destacam-se: o investimento em plataformas de contato com os cidadãos; o desenvolvimento de auditorias e controles internos; e a modernização na gestão de compras, objetivando a maior transparência nos processos.

A tabela 3 apresenta os valores planejados para o período de 2018 a 2021 dos programas finalísticos, por eixo e resultados estratégicos.

Tabela 3 - Valor Estimado por Eixo e Fortaleza

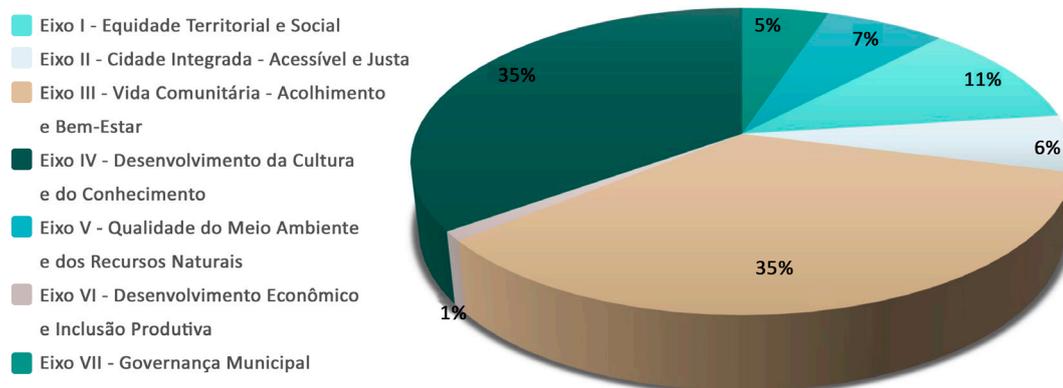
EIXO / OBJETIVO ESTRATÉGICO	2018	2019 - 2021	2018 - 2021	% 2018 - 2021
Eixo I - Equidade Territorial e Social	443.011.123	1.877.845.911	2.320.857.034	11%
Fortaleza Segura- Inclusiva e Justa - Territórios com redução das desigualdades sociais e integrados à sociabilidade urbana	443.011.123	1.877.845.911	2.320.857.034	
Eixo II - Cidade Integrada- Acessível e Justa	240.969.427	997.672.707	1.238.642.134	6%
Fortaleza da Mobilidade - Melhoria da forma e acessibilidade urbana	240.969.427	997.672.707	1.238.642.134	
Eixo III - Vida Comunitária- Acolhimento e Bem-Estar	1.686.785.395	5.450.588.263	7.137.373.658	35%
Fortaleza da Juventude - Promover atenção integral à juventude com ênfase na inserção produtiva e social	24.441.923	62.121.267	86.563.190	
Fortaleza Saudável - Melhoria da saúde da população	1.561.003.868	5.099.595.822	6.660.599.690	
Fortaleza Segura Inclusiva e Justa - Comunidade acolhedora- inclusiva- com valorização e respeito à diversidade	101.339.604	288.871.174	390.210.778	
Eixo IV - Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento	1.553.976.311	5.583.353.607	7.137.329.918	35%
Fortaleza do Conhecimento - População com acesso à educação de qualidade- ao conhecimento e aos bens culturais	1.553.976.311	5.583.353.607	7.137.329.918	
Eixo V - Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	301.539.436	1.089.222.219	1.390.761.655	7%
Fortaleza Sustentável - Recursos naturais protegidos e qualidade do meio ambiente assegurada	301.539.436	1.089.222.219	1.390.761.655	
Eixo VI - Desenvolvimento Econômico e Inclusão Produtiva	53.545.116	247.643.148	301.188.264	1%
Fortaleza Produtiva e Inovadora - Desenvolvimento econômico sustentável- solidário- competitivo e dinamizado	53.545.116	247.643.148	301.188.264	
Eixo VII - Governança Municipal	227.229.412	829.843.646	1.057.073.058	5%
Fortaleza Planejada e Participativa - Gestão planejada e participativa dos serviços públicos- com foco no acolhimento- equilíbrio fiscal e transparência	227.229.412	829.843.646	1.057.073.058	
TOTAL	4.507.056.220	16.076.169.501	20.583.225.721	100%

Fonte: SEPOG

Pode-se observar que os eixos III Vida Comunitária – Acolhimento e Bem-Estar e IV Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento concentram 70% dos recursos a serem alocados nos próximos quatro anos, sendo esse percentual consequência direta de suas “Fortalezas”, onde estão inseridos a maior parte dos programas voltados para a

área de saúde e educação, prioridades declaradas de governo.

Gráfico 7 - Distribuição dos Recursos por Eixo 2018 - 2021



Fonte: SEPOG

No que concerne às áreas temáticas, as 'Fortalezas' que tratam da Infraestrutura e Mobilidade Urbanas, Saúde e Educação, respondem por 91% dos recursos alocados no plano.

| POR GRUPO DE DESPESAS

Tabela 4 - Despesas por Categoria Econômica e Natureza

ITEM DE DESPESA	2018	2019 - 2021	TOTAL	% 2081 - 2021
Despesas Correntes	6.688.436.850	22.885.165.439	29.573.602.289	86,88%
Pessoal e Encargos Sociais	3.875.662.933	13.031.844.638	16.907.507.571	49,67%
Juros e Encargos da Dívida	62.000.000	217.000.000	279.000.000	0,82%
Outras Despesas Correntes	2.750.773.917	9.636.320.801	12.387.094.718	36,39%
Despesas de Capital	826.115.824	3.494.666.468	4.320.782.292	12,69%
Investimentos	711.720.824	3.160.166.468	3.871.887.292	11,37%
Inversões Financeiras	1.395.000	4.500.000	5.895.000	0,02%
Amortização da Dívida	113.000.000	330.000.000	443.000.000	1,30%
Reserva de Contingência	32.482.883	113.876.214	146.359.097	0,43%
TOTAL	7.547.035.557	26.493.708.121	34.040.743.678	100,00%

Fonte: SEPOG

A análise do presente PPA, à luz das Categorias Econômicas da Despesa, demonstra a grande participação das Despesas Correntes no total planejado, rubrica que representa 87% do total. Aqui estão inseridas as despesas com pessoal e as destinadas a outros gastos correntes. O primeiro diz respeito ao pagamento de pessoal e encargos dos funcionários do município. Para além de uma visão errada de que essa despesa é gasto perdido, o Executivo Municipal, dentro de um conceito de gestão por resultados, compreende que um quadro de funcionários qualificados e bem remunerados é o alicerce básico para a prestação de serviços públicos de qualidade a população.

A segunda rubrica Outras Despesas Correntes diz respeito aos insumos necessários tanto ao funcionamento da máquina, quanto à prestação de serviços. Nela estão inseridas, por exemplo, despesas com aquisição de medicamentos, material e merenda escolar, qualificação de funcionários, dentre outras.

Já no lado das Despesas de Capital, temos como destaque o Investimento, que representa 11% do planejado.

Nessa cifra estão alocados os recursos para os principais projetos do município, dentre os quais podemos destacar: construção do IJF 2, aumento da ciclofaixas e vias exclusivas de ônibus, construção de mais escolas em tempo integral, requalificação de corredores turísticos, dentre outros.

| POR FUNÇÕES DE GOVERNO

A tabela abaixo apresenta o demonstrativo da destinação de recursos por função de governo:

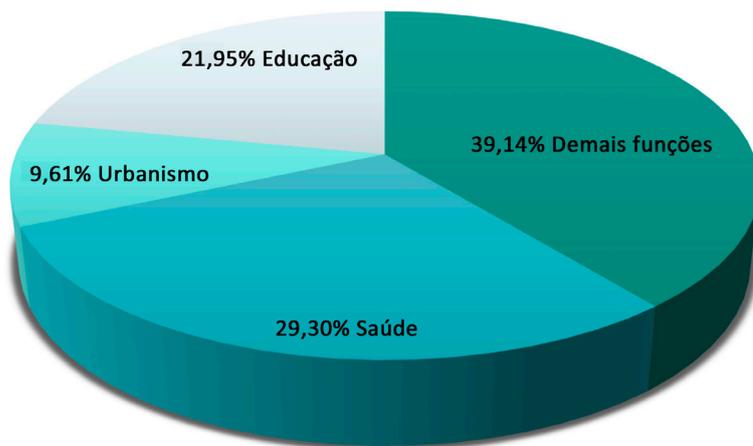
Tabela 5 - Valor dos Dispendios por Função - R\$ 1,00

FUNÇÃO DE GOVERNO	2018	2019 - 2021	2018 - 2021	% 2018 - 2021
SAÚDE	2.288.078.392	7.686.733.862	9.974.812.254	29,30
EDUCAÇÃO	1.620.624.724	5.851.385.144	7.472.009.868	21,95
PREVIDÊNCIA SOCIAL	769.938.389	2.585.006.308	3.354.944.697	9,86
URBANISMO	659.122.841	2.612.452.504	3.271.575.345	9,61
SEGURANÇA PÚBLICA	257.951.975	865.970.111	1.123.922.086	3,30
LEGISLATIVA	189.871.749	661.809.032	851.680.781	2,50
ASSISTÊNCIA SOCIAL	127.834.834	377.501.260	505.336.094	1,48
ENERGIA	101.700.000	391.524.355	493.224.355	1,45
GESTÃO AMBIENTAL	112.516.467	377.100.415	489.616.882	1,44
CULTURA	77.063.812	325.491.733	402.555.545	1,18
HABITAÇÃO	71.062.761	326.026.093	397.088.854	1,17
DIREITOS DA CIDADANIA	81.270.747	287.619.240	368.889.987	1,08
JUDICIÁRIA	45.329.850	151.805.712	197.135.562	0,58
COMÉRCIO E SERVIÇOS	23.468.320	119.155.652	142.623.972	0,42
DESPORTO E LAZER	16.817.897	55.721.407	72.539.304	0,21
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	8.984.423	31.906.140	40.890.563	0,12
COMUNICAÇÕES	7.809.343	25.860.456	33.669.799	0,10
SANEAMENTO	4.103.000	24.643.520	28.746.520	0,08
TRABALHO	7.562.566	18.746.406	26.308.972	0,08
AGRICULTURA	1.011.000	1.981.565	2.992.565	0,01
ESSENCIAL À JUSTIÇA	673.000	2.277.857	2.950.857	0,01
ADMINISTRAÇÃO	773.274.063	2.665.469.720	3.438.743.783	10,10
ENCARGOS ESPECIAIS	268.482.521	933.643.415	1.202.125.936	3,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	32.482.883	113.876.214	146.359.097	0,43
T O T A L	7.547.035.557	26.493.708.121	34.040.743.678	100,00

Fonte: SEPOG

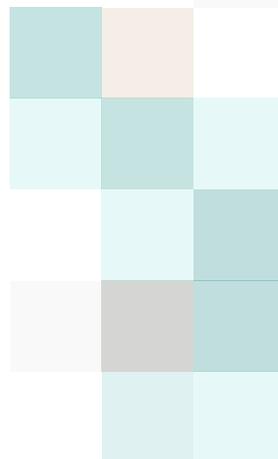
A análise das despesas fixadas para o PPA 2018-2021, pelo enfoque das funções de governo, reflete o que já foi constatado na análise dos eixos, demonstrando a primazia da alocação dos recursos nas áreas declaradas prioritárias pela administração municipal. São elas Saúde, Educação e Urbanismo, que juntas respondem, em termos monetários, por R\$ 20,71 bilhões. Percentualmente, essas três áreas respondem por 61% do total previsto. Vale ressaltar, também, o peso das funções Administração e Previdência, que são utilizadas para o pagamento de despesas voltadas para o funcionamento da máquina, aqui inseridas a folha de pagamento dos ativos e inativos.

Gráfico 8 – Participação das Principais Funções de Governo no Plano Plurianual 2018 -2021



Fonte: SEPOG

Partindo do pressuposto de que o PPA é o instrumento que declara de forma regionalizada as diretrizes, metas e objetivos do governo municipal para os próximos quatro anos, esses objetivos devem ser traduzidos em bens e serviços, com o propósito de alcançar os resultados pretendidos. O presente plano plurianual se mostra totalmente voltado para os desígnios da sociedade e foi construído com o intuito de atender ao objetivo precípua que toda a administração pública deve ter: melhorar a vida dos cidadãos que dela dependem e confiam.



6. Gestão do PPA

Gerenciamento e Responsabilidade

A orientação estratégica do Governo Municipal para o conjunto de programas e ações (atividades e projetos) a serem executados no quadriênio 2018-2021 tem como referências básicas a Avaliação da Agenda Estratégica 2014-2017, o Plano Fortaleza 2040 e o Plano de Governo RC - 2017-2020, além das propostas oriundas do Processo de Participação Social. A consolidação de todo esse processo de construção encontra-se representada nesse plano plurianual por meio de eixos, resultados e objetivos estratégicos de governo, consolidados em áreas temáticas.

Trata-se de instrumento maduro, fruto de um esforço amplo, participativo e responsável, que renova o compromisso com a Gestão para Resultados, impondo de forma mais incisiva a exigência de monitoramento e avaliação fundado em indicadores de impacto e de resultados, além de produtos com metas definidas em termos físicos e financeiros. Tudo isso pretende demonstrar o compromisso de todas as instâncias de governo com a execução e entrega dos serviços ofertados, bem como com o envolvimento com o processo de monitoramento, com vistas à correção dos programas em curso e para a reorientação da estratégia de médio e longo prazo.

Os procedimentos de Monitoramento e Avaliação (M&A) devem ser assimilados como etapas interdependentes da metodologia de Gestão para Resultados, sendo essa percebida como um componente indissociável da Agenda Estratégica de Governo, formulada e cuidadosamente construída como linha de orientação político-administrativa para o quadriênio 2018-2021. Referido conjunto de procedimentos é fundamental para balizar a atuação governamental, por meio do acompanhamento dos indicadores estratégicos de governo e de programas, além das metas estabelecidas para as ações, possibilitando o realinhamento das estratégias de intervenções adotadas para o alcance dos resultados.

A perspectiva de intersetorialidade prevista na Base Estratégica de Governo, com a incorporação do Plano Fortaleza 2040, passa a requerer que a visão multi e intersetorial dos programas seja cada vez mais assimilada pelos órgãos, no entendimento de que os resultados estratégicos de governo extrapolam as áreas temáticas estabelecidas, implicando na necessidade de maior diálogo entre elas e entre os programas estabelecidos, na perspectiva de promover a integralidade das políticas públicas como o caminho mais efetivo para a consecução dos objetivos propostos, no Plano Plurianual 2018-2021.

O Governo Municipal de Fortaleza, no âmbito da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), já dispõe de instrumentos e mecanismos de monitoramento e avaliação, que facilitam a tomada de decisões, como: o Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários de Fortaleza- MAPPFOR, que viabiliza o controle físico e financeiro das ações prioritárias de governo; o acompanhamento dos Resultados Estratégicos de Governo, dos Resultados Setoriais e seus indicadores por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOPFOR; e o Observatório da Governança Municipal vinculado ao IPLANFOR.

A SEPOG, como órgão responsável legalmente pelo acompanhamento da execução física e financeira das ações contidas nesse documento, utilizar-se-á de mecanismos informatizados aperfeiçoando o acompanhamento sistemático dos indicadores, programas e produtos, além do fortalecimento e qualificação da Rede Municipal de Planejamento, possibilitando o acesso às informações, tanto para o Executivo Municipal como aos gestores de cada pasta, permitindo assim o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento de cada política pública, possibilitando a realização dos ajustes necessários, em prol da eficácia e efetividade das

mesmas no alcance dos resultados propostos.

| Gerenciamento e Responsabilidade

A condução desse processo está amparada no Sistema de Planejamento Municipal, cabendo, de forma conjunta, à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) e ao Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), parceria fortalecida com a inclusão do Plano Fortaleza 2040 como base do plano plurianual, e implicando na necessidade de se ir além do acompanhamento e monitoramento das intervenções previstas no plano plurianual. Conseqüentemente, mantém-se o completo alinhamento das mesmas com os fundamentos da descentralização, do compartilhamento de responsabilidades com as secretarias setoriais e regionais, bem como respeitando o direito à participação da sociedade.

Cabe ao IPLANFOR delinear um sistema de governança com significativa participação social, acompanhando, gerindo e controlando o plano de forma compartilhada com o poder público, envolvendo também a elaboração e o monitoramento das políticas públicas e ações interventivas, bem como o controle das que se originam na própria sociedade para auxiliar no equilíbrio das relações entre o poder público e a sociedade para o desenvolvimento sustentável da cidade, tendo as diretrizes do Plano Fortaleza 2040, inseridas no PPA, como norte.

A sistemática de monitoramento e avaliação do PPA 2018-2021 intenta alcançar, entre outros, os seguintes objetivos:

1) disponibilizar informações aos gestores públicos, a fim de viabilizar a tomada de decisões em relação às políticas implementadas, por meio dos programas; 2) permitir à sociedade o conhecimento dos resultados alcançados; 3) dar visão pública aos agentes envolvidos na implementação das políticas públicas setoriais, sobre o desempenho e a execução dos programas e da política setorial, inclusive aqueles envolvidos com a realização de temas transversais ou multissetoriais; 4) atuar preventivamente em elementos críticos à consecução de metas; 5) realizar análises setoriais, multissetoriais e regionais, observando os resultados da implementação do conjunto das políticas públicas no conjunto de territórios que integram cada uma das 7 Secretarias Regionais (SER); e 6) dar visibilidade aos órgãos de controle externo e interno da Administração Pública Municipal na execução e desempenho do conjunto das políticas e programas implementados. Dessa maneira, o Plano Plurianual 2018-2021 observará de forma continuada a execução e o desempenho de seus programas, viabilizando a avaliação do Plano para permitir a gestão do município rever suas atitudes e decisões, em prol da eficácia e efetividade das políticas implementadas.

| Avaliação e Revisão do PPA 2018 - 2021

A sistemática de monitoramento e avaliação do Plano Plurianual 2018-2021 será implementada considerando as seguintes premissas:

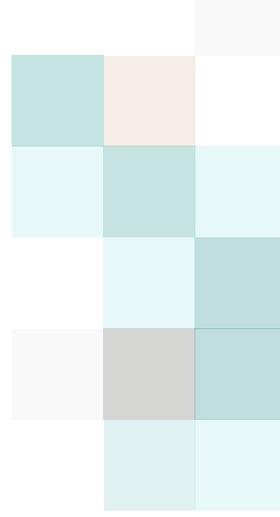
- as necessidades e peculiaridades de cada política setorial, permitindo abordagens e interpretações realísticas que viabilizem a tomada de decisões;
- o conhecimento acumulado e as lições aprendidas com as experiências de monitoramento e avaliação no setor público em âmbito estadual e nacional;

- a promoção da sua implantação, de forma progressiva, segundo as prioridades estabelecidas pelo Governo;
- a interlocução com a sociedade para acompanhamento e avaliação das ações prioritizadas no processo participativo incluídas nesse documento.

A avaliação do Plano Plurianual será realizada de forma bianual, ocasião em que o Poder Executivo Municipal enviará à Câmara de Vereadores, até 30 de abril de 2020, relatório de avaliação conforme determina o Art. 11º em seus parágrafos 1º e 2º incisos I, II, III e IV da lei que compõe o PPA 2018-2021, contemplando:

- ✓ avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicando as razões das eventuais diferenças verificadas entre os valores previstos e observados;
- ✓ demonstrativo, por programa, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada;
- ✓ acompanhamento da evolução dos indicadores de resultados;
- ✓ avaliação, por programa prioritário, da possibilidade de alcance do resultado final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas físicas e financeiras, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.

As revisões serão realizadas anualmente durante o processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e incorporadas automaticamente quando aprovados pela Câmara Municipal, devendo a SEPOG proceder aos ajustes necessários para fins de alinhamento dos instrumentos de planejamento.



7. APÊNDICES

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES DOS INDICADORES

INDICADOR	FÓRMULA
% de pessoas habitando em assentamento precário	$(\text{N}^{\circ} \text{ de pessoas habitando em assentamento precário} / \text{população de Fortaleza}) * 100$
% de assentamentos requalificados	$(\text{N}^{\circ} \text{ de assentamentos requalificados} / \text{N}^{\circ} \text{ de assentamentos precários existentes}) * 100$
% de unidades habitacionais de assentamentos beneficiados com melhorias habitacionais	$(\text{Unidades habitacionais beneficiadas por ações de melhoria} / \text{Unidades habitacionais de assentamento precário}) * 100$
Taxa de homicídios (CVLI) (por 100.000 Hab.)	$(\text{N}^{\circ} \text{ de crimes violentos, letais e intencionais no ano} / \text{População no ano}) * 100.000$
Taxa de bairros atendidos por regional, nos núcleos de mediação de conflitos (%)	$(\text{N}^{\circ} \text{ de bairros com núcleo de mediação de conflitos} / \text{Total de bairros}) * 100$
Taxa de produção habitacional (%)	$(\text{Total de moradias entregues} / \text{Meta de redução de déficit pactuada (30 mil casas)}) * 100$
% de assentamentos com serviços de pavimentação e drenagem adequados	$(\text{N}^{\circ} \text{ de ZEIS com pavimentação e drenagem adequada} / \text{N}^{\circ} \text{ total de ZEIS}) * 100$
% de atendimentos a denúncias recebidas pela AGEFIS	$(\text{N}^{\circ} \text{ de denúncias recebidas pela AGEFIS} / \text{N}^{\circ} \text{ de denúncias atendidas}) * 100$
Taxa de ocorrências atendidas pela GMF (%)	$(\text{Total de ocorrências atendidas pela GMF} / \text{Total de ocorrências registradas na CIOPS}) * 100$
Bairros com célula de proteção urbana implantada	Nº de bairros que possuem célula de proteção implantada
Índice de acessibilidade econômica do STP (%)	$(\text{Custo médio do transporte} / \text{Valor do salário mínimo}) * 100$
Índice de acessibilidade veicular do STP - ônibus (%)	$(\text{N}^{\circ} \text{ de veículos da frota acessíveis} / \text{N}^{\circ} \text{ total de veículos da frota}) * 100$
Taxa de mortes por acidentes no trânsito	$(\text{N}^{\circ} \text{ de mortes no trânsito} / \text{N}^{\circ} \text{ total de veículos da frota}) * 10.000$
Índice de área verde	$(\text{m}^2 \text{ de área verde} / \text{habitante})$
Índice de emissões que produzem aquecimento global e passivo ambiental	Média de CO ₂ emitido entre as medições feitas

Taxa de uso de resíduo de construção civil (%)	$(\text{Resíduo aproveitado na usina de reciclagem} / \text{Resíduo de construção civil gerado}) * 100$
Taxa de espaços públicos adotados	$\text{Total de espaços públicos adotados} / \text{Total de espaços passíveis de adoção}$
Taxa de evolução das operações urbanas consorciadas (OUC)	Média aritmética dos percentuais das fases cumpridas das OUCs: $(\text{Somatório dos percentuais das fases cumpridas para cada OUC} / \text{Total de OUCs em andamento}) * 100$
Áreas de preservação ambiental protegidas (m ²)	Somatório de áreas de APAs contempladas com ações de proteção em m ²
Nº de corpos hídricos balneáveis	Nº de corpos hídricos de água doce balneáveis
Índice de controle da poluição atmosférica	% de fontes móveis fora do padrão
Índice de controle da poluição hídrica	Média de coliformes fecais obtida nas análises de corpos na cidade
Índice de controle da poluição de resíduos	Nº de depósitos de lixo por área
Índice de controle da poluição visual	$(\text{Nº de engenhos fora dos padrões} / \text{Total de engenhos analisados}) * 100$
Índice de controle da poluição sonora	Média de decibéis das medições feitas na cidade
Taxa de corpos hídricos monitorados	$(\text{Corpos hídricos monitorados} / \text{Total de corpos hídricos existentes}) * 100$
Índice da capacidade de endividamento	$(\text{Dívida Consolidada Líquida} / \text{Receita Corrente Líquida}) * 100$
Resultado Primário(R\$)	$(\text{Receita Primária} / \text{Despesa Primária}) * 100$ $(\text{Receita Corrente} + \text{Transferências de Capital (Convênios e outras)} + \text{Outras Receitas de Capital}) - ((\text{Despesa Corrente-Despesas com juros e encargos}) + \text{Despesas de Investimentos (dentro de Despesas de Capital)} + \text{Despesas de Reserva de Contingência} + \text{Despesas de Reserva do RPPS})$

Índice de autonomia financeira	$(\text{Arrecadação Própria} / \text{Receita Total}) * 100$
Poupança corrente líquida	$(\text{Receita Corrente} - \text{Despesa Corrente} / \text{Receita Corrente}) * 100$
Pessoas envolvidas no ciclo participativo	Nº de pessoas envolvidas no Ciclo Participativo
Índice de eficácia da arrecadação própria (%)	$(\text{Receita Arrecadada} / \text{Receita Prevista}) * 100$
Índice de execução do Pnamf (%)	$(\text{Valor total de projetos pagos} / \text{Valor total do Empréstimo}) * 100$
Taxa de resolução das mesas de negociação (%)	$(\text{Nº de reivindicações atendidas} / \text{Quantidade de reivindicações das mesas}) * 100$
% de conectividade na rede fibrafor	$(\text{Nº de órgãos ou entidades públicas municipais conectados na Rede FIBRAFOR} / \text{Total de órgãos ou entidades públicas do município planejadas por ano}) * 100$
% de estruturas organizacionais modernizadas e alinhadas	$(\text{Nº de estruturas organizacionais revisadas} / \text{Nº de estruturas organizacionais priorizadas}) * 100$
Índice de execução financeira dos projetos prioritários de governo (Mappfor)(%)	$(\text{Somatório dos recursos financeiros empenhados} / \text{Somatório dos recursos financeiros dos projetos aprovados}) * 100$
Participação da micro e pequenas empresas nas licitações realizadas (%)	$(\text{Total de microempresas participantes em licitações} / \text{Total de empresas participantes em licitações}) * 100$
% de propostas eleitas no ciclo participativo	$(\text{Total de propostas eleitas} / \text{Total de propostas cadastradas}) * 100$
% de denúncias à ouvidoria solucionadas	$(\text{Total de denúncias solucionadas} / \text{Total de denúncias existentes}) * 100$
% de bairros beneficiados pelas ações de cultura	$(\text{Nº de bairros beneficiados por ações de cultura} / \text{Total de bairros}) * 100$
Índice de desenvolvimento da educação básica da rede municipal de fortaleza (IDEB) - anos iniciais	(Média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática)*(Indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação)
Índice de desenvolvimento da educação básica da rede municipal de fortaleza (IDEB) - anos finais	(Média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática)*(Indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação)
% de bairros com idh < 0,5 com espaço de internet de livre acesso	$(\text{Nº de bairros com IDH} < 0,5 \text{ com espaço de internet livre} / \text{Total de bairros com IDH} < 0,5) * 100$

Nº de ações permanentes de cultura realizadas (un.)	Nº de Ações Permanentes de Cultura realizadas no ano
% do orçamento destinado à função cultura	(Orçamento destinado à Cultura no ano / Orçamento total do ano)*100
Taxa de permanência durante o ano (TPDA) (%)	Taxa de aprovação no ano + Taxa de reprovação no ano
Índice de desempenho escolar 2º ano - Spaece	proficiência Média Escola 2º ano x Taxa de Participação Alunos x Fator Ajuste
Índice de desempenho escolar 5º ano - Spaece	média aritmética em Língua Portuguesa e Matemática do 5º ano (Proficiência Média Escola x Taxa de Participação Alunos x Fator Ajuste)
Índice de desempenho escolar 9º ano - Spaece	média aritmética em Língua Portuguesa e Matemática do 9º ano (Proficiência Média Escola x Taxa de Participação Alunos x Fator Ajuste)
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade (%)	(Nº de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais / Total de pessoas com 15 anos ou mais)*100
Taxa da evasão escolar nas séries do Ensino Fundamental II(%)	(Nº de alunos evadidos nas séries do Ensino Fundamental II das escolas municipais no ano / Total de alunos matriculados nas séries do Ensino Fundamental II nas escolas municipais no ano)*100
Taxa de alunos matriculados em Educação de Tempo Integral (%)	(Nº de alunos matriculados em escolas de educação de tempo integral no ano /Total de alunos matriculados nas escolas municipais no ano)*100
Nº de espaços com internet para livre acesso da população	Nº de espaços com internet para livre acesso da população no ano
Nº de equipamentos voltados à cultura digital geridos pelo município	Nº de equipamentos voltados à cultura digital geridos pelo município no ano
Impacto do turismo sobre o PIB (%)	(PIB Turismo de Fortaleza / PIB Fortaleza)*100
Proporção de microempreendimentos individuais de fortaleza em relação ao Brasil (%)	(Nº de microempreendedores individuais em Fortaleza no ano / Nº de microempreendedores registrados no Brasil no ano)*100
Participação de fortaleza no mercado de trabalho em relação ao Brasil (%)	(Estoque de empregos formais de Fortaleza no ano / Estoque de empregos formais do Brasil no ano)*100
Evolução de embarques e desembarques (un.)	Nº de embarques e desembarques no Aeroporto Internacional de Fortaleza
Taxa de sustentabilidade de Microempreendimentos	(Nº de microempreendimentos com tempo de funcionamento >= 1 ano acompanhados pela SDE no ano) / (Total de microempreendimentos acompanhados pela SDE no ano)*100

Taxa de formalização (%)	$(\text{N}^\circ \text{ de empregos com carteira assinada no ano} + \text{N}^\circ \text{ de microempreendedores formais no ano}) / (\text{PEA do ano}) * 100$
Taxa de inserção no mercado de trabalho (%)	$(\text{N}^\circ \text{ de pessoas inseridas no mercado de trabalho no ano} / \text{N}^\circ \text{ de pessoas encaminhadas para inserção no mercado de trabalho no ano}) * 100$
Taxa de internação por condições sensíveis à atenção primária (%)	$(\text{N}^\circ \text{ de internações hospitalares de residentes financiadas pelo SUS por causa sensíveis à Atenção Primária} / \text{Total de internações hospitalares por causa sensíveis à Atenção Básica}) * 100$
Taxa da população com obesidade (%)	$(\text{N}^\circ \text{ de obesos em Fortaleza no ano} / \text{População de Fortaleza no ano}) * 100$
Taxa de mortalidade por causas externas (por 100 mil hab)	$(\text{N}^\circ \text{ de óbitos por causa externas, acidentes e violência, no ano}) / (\text{População de Fortaleza no ano}) * 100.000$
Coefficiente de mortalidade prematura (<70 anos) pelo conjunto das 4 principais dcnt* (por 100 mil)	$[(\text{N}^\circ \text{ de óbitos prematuros (<70 anos) por DCNT em Fortaleza no ano}) / (\text{População residente (< 70 anos) em Fortaleza no ano})] * 100.000$
% de denúncias atendidas contra violação aos direitos humanos	$(\text{N}^\circ \text{ de denúncias atendidas contra a violação dos Direitos Humanos} / \text{Total de denúncias atendidas}) * 100$
Jovens beneficiados pelos programas de políticas públicas da juventude (un.)	Nº de jovens beneficiados pelos programas de políticas públicas da juventude no ano
Taxa de desemprego de jovens de 15 a 29 anos (%)	$(\text{N}^\circ \text{ de jovens de 15 a 29 anos desempregados no ano} / \text{Total de jovens de 15 a 29 anos no ano}) * 100$
Cobertura das equipes de atenção primária à saúde (eSF+eACS)	$(\text{N}^\circ \text{ de eSF} \times 3.450 + (\text{N}^\circ \text{ eAB} + \text{N}^\circ \text{ eSF equivalente}) \text{ em determinado local e período}) \times 3.000 / (\text{Estimativa populacional do ano anterior}) * 100$
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	$(\text{N}^\circ \text{ de óbitos de residentes com menos de 1 ano de idade} / \text{N}^\circ \text{ de nascidos vivos de mães residentes}) * 1.000$
Percentual de mulheres com 7 ou mais consultas de pré-natal	$(\text{N}^\circ \text{ de nascidos vivos de mães residentes em determinado local e ano com sete ou mais consultas de pré-natal} / \text{Número de nascidos vivos de mães residentes no mesmo local e período}) * 100$
Número de óbitos materno	Nº de óbitos maternos (ocorridos após o término da gravidez referente a causas ligadas ao parto, ao puerpério e à gravidez) em determinado período e local de residência
Cobertura de atendimento das equipes de saúde bucal (%)	$((\text{n}^\circ \text{ eSB} * 3.450) + (\text{n}^\circ \text{ eSB equivalentes} * 3.000)) \text{ em determinado local e período} / \text{população no mesmo local}) * 100$
Proporção de vacinas selecionadas do calendário nacional de vacinação para crianças menores de dois anos de idade com cobertura vacinal preconizada.	$(\text{Total de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade com cobertura vacinal preconizada} / \text{Total de vacinas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade com cobertura vacinal preconizada}) * 100$

% de nascidos vivos de mães menores de 19 anos	$(\text{N}^\circ \text{ de crianças nascidas vidas de mães menores de 19 anos} / \text{Total de crianças nascidas de mães menores de 19 anos}) * 100$
Taxa de óbito por infarto agudo do miocárdio (por 100 mil hab)	$(\text{N}^\circ \text{ de óbitos por infarto agudo do miocárdio no ano} / \text{Total da população no ano}) * 100.000$
Taxa de óbito por doenças crônicas não transmissíveis (por 100 mil hab)	$(\text{N}^\circ \text{ de óbitos por doenças não transmissíveis no ano} / \text{Total da população no ano}) * 100.000$
Nº de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas beneficiadas com atendimento de serviço voltado à reinserção social	Nº de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas beneficiadas com atendimento de serviço voltado à reinserção social no ano
Nº de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas beneficiadas com ações de redução de danos	Nº de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas beneficiadas com ações de redução de danos no ano
Nº crianças e adolescentes (7 - 17 anos) matriculados na rede pública municipal de ensino beneficiados com ações de prevenção ao uso indevido de drogas	Nº de crianças e adolescentes (7 a 17 anos) matriculados na rede pública municipal de ensino beneficiados com ações de prevenção ao uso indevido de drogas no ano
Nº de jovens beneficiados com ações de prevenção ao uso indevido de drogas ou de redução de danos	Nº de jovens beneficiados com ações de prevenção ao uso indevido de drogas ou de redução de danos no ano
% de encaminhamentos de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos realizados para a rede de atendimento	$(\text{N}^\circ \text{ de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos encaminhados para rede de atendimento no ano} / \text{N}^\circ \text{ de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos atendidas no ano}) * 100$
Nº de servidores capacitados/formados em competências alinhadas à estratégia	Nº de servidores capacitados ou formados em competências alinhadas à estratégia no ano
Nº de LGBT atendidas	Nº de pessoas LGBT atendidas no ano
% de execução das metas do Plano Municipal de Políticas Públicas para LGBT de Fortaleza	$(\text{N}^\circ \text{ de ações realizadas do Plano Municipal de Políticas Públicas para LGBT de Fortaleza} / \text{Total de ações programadas no Plano Municipal de Políticas Públicas para LGBT de Fortaleza}) * 100$
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 29 anos (por 100 mil jovens)	$(\text{N}^\circ \text{ de homicídios de jovens de 15 a 29 anos no ano} / \text{Total de jovens com idade de 15 a 29 anos no ano}) * 100.000$
Taxa de cobertura do programa de proteção integral à família - PAIF (%)	$(\text{N}^\circ \text{ de CRAS existentes} / \text{Total de CRAS necessárias no ano}) * 100$
Taxa de cobertura do Programa de Proteção Especializada à Família - PAEF (%)	$(\text{N}^\circ \text{ de CREAS existentes} / \text{Total de CREAS necessárias no ano}) * 100$
Refeições fornecidas pelo restaurante popular (un.)	Total de refeições fornecidas pelo restaurante popular no ano

Pessoas diretamente beneficiadas por projetos de protagonismo juvenil (un.)	Pessoas diretamente beneficiadas por Projetos de Protagonismo Juvenil no ano
Taxa de desocupação de jovens entre 15 a 29 anos (%)	$(\text{N}^\circ \text{ de jovens de 15 a 29 anos desocupados no ano} / \text{N}^\circ \text{ de jovens de 15 a 29 anos no ano}) * 100$
Jovens de 15 a 29 anos beneficiados por cursos de formação e qualificação profissional (un.)	Nº de jovens de 15 a 29 anos beneficiados por cursos de formação e qualificação profissional no ano
Jovens de 18 a 29 anos beneficiados com financiamento para negócios (un.)	Nº de jovens de 18 a 29 anos beneficiados com financiamento para negócios no ano
Taxa de automatização de processo em Gestão de Pessoas (%)	$(\text{Total de processos automatizados em gestão de pessoas} / \text{Total de processos estratégicos em gestão de pessoas}) * 100$
Taxa de arrecadação por meio da aplicação de instrumentos urbanísticos provenientes de Estatuto da Cidade (%)	$((\text{Valor arrecadado por instrumento urbanístico no ano} - \text{Valor arrecadado por instrumento urbanístico no ano base [2016]}) / \text{Valor arrecadado por instrumento urbanístico no ano base [2016]}) * 100$

ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS

CÓDIGO FONTE	FONTES DE RECURSOS
0101	Recursos Ordinários Diretamente Arrecadado pela Administração Direta
0102	Recursos Ordinários Diretamente Arrecadado pela Administração Indireta
0103	Recursos Ordinários CMF
0200	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação 25%
0300	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde 15%
0400	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS Compensação Financeira
0500	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS Plano Previdenciário
0600	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS Plano Financeiro
0700	Outros Recursos Vinculados à Saúde
0800	Outros Recursos Vinculados à Educação
0900	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS
1000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE
1100	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE
1200	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP
1300	Transferências do FUNDEB - 60 % (aplicação na remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)
1400	Transferências do FUNDEB - 40% (aplicação em outras despesas da Educação Básica)
1500	Transferências de Convênios - União/Educação
1600	Transferências de Convênios - União/Saúde
1700	Transferências de Convênios - União/Assistência Social
1800	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)
1900	Transferências de Convênios - Estado/Educação
2000	Transferências de Convênios - Estado/Saúde
2100	Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social
2200	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)
2300	Transferências de Convênios - Outros
2400	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
2500	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social FNHIS
2600	Recursos Destinados aos Direitos da Criança e do Adolescente
2700	Recursos Destinados ao Meio Ambiente
2800	Multas de Trânsito
2900	Taxas Vinculadas
3000	Recursos Vinculados de Royalties
3101	Operações de Crédito Internas
3102	Operações de Crédito Externas
3200	Alienação de Bens
3301	Cofinanciamento Estado CRAS/CREAS
3302	Recursos do IPEM
3303	IPM Saúde
3401	Recursos Fundurb
3402	Recursos Fundo da CMF
3403	Recursos Vinculados que não se enquadram nas especificações anteriores (Recursos advindos de Consignações)
3500	Taxa de administração – RPPS
3600	Transferência de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

GLOSSÁRIO PPA 18 -21

TERMO	CONCEITO
Ações	<p>São operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender às demandas da sociedade.</p> <p>A natureza das ações de governo pode ser:</p> <p>Projeto: conjunto de operações limitadas no tempo que resultam na expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;</p> <p>Atividade: conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e que concorrem para a manutenção da ação governamental.</p>
Áreas Temáticas	Constituem as políticas setoriais que serão implementadas para efeito do alcance dos objetivos estratégicos do governo.
Base Estratégica de Governo	É a orientação estratégica que tem como base a visão de longo prazo.
Conhecimento	O conhecimento é a chave para a identificação e escolha das melhores soluções para os grandes problemas da cidade, ampliando a possibilidade de se realizar as transformações necessárias para a comunidade. Para tanto, ações e programas devem ser sempre precedidos de estudos e pesquisas, que embasem o seu planejamento, que reduzam os riscos. A produção e difusão de conhecimento sobre a cidade possibilitam adoção de estratégias mais efetivas, maior engajamento da comunidade nas decisões de governo, além de facilitar o encontro de soluções e captação de parcerias.
Cooperação Federativa	Gestão articulada com os demais entes do Estado para uma estratégia de desenvolvimento sinérgico entre os 3 níveis de governo (federal, estadual e municipal, otimizando recursos, potencializando, integrando, complementando e inovando em políticas para construir um país cada vez mais justo e desenvolvido.
Criatividade e Inovação	Capacidade do governo em conduzir a gestão do plano orientado pela flexibilidade, pela criatividade e pelo conhecimento sobre a forma de organização e as possibilidades inovadoras de superação dos problemas da cidade. Trata-se de induzir nichos de crescimento sustentáveis, com soluções eficazes, criativas e inovadoras.
Custos	Compreende a tradução, em termos financeiros, de todos os meios necessários à execução dos programas e ações.
Economicidade	Compreende a competência da gestão para maximizar os recursos públicos por meio de soluções criativas e detentoras das melhores relações entre custos e benefícios para a população, em cada ação a ser executada, além de processos de compra de bens e serviços devidamente diligenciados. A adoção de cultura de planejamento reforça essa premissa.
Efetividade	Foco na efetividade entendida como desempenho quanto à transformação de uma realidade que aponta mudanças socioeconômicas, ambientais ou institucionais necessárias e que deverão se efetivar pela execução das políticas públicas.
Eixo Estratégico de Desenvolvimento	Correspondem aos pilares da atuação do governo visando ao cumprimento de sua missão. Apontam as orientações mais gerais, com as quais o governo se compromete seguir quando define os seus programas e ações.
Equidade	Consiste na implementação de novos valores para a gestão e para os diversos arranjos e interações que viabilizam as entregas resultantes da implementação das políticas públicas, na adaptação da regra existente à situação concreta, observando-se os critérios de justiça e igualdade.
Excelência da Gestão de Governo	Intenta garantir a entrega de bens e serviços de qualidade à população. Aperfeiçoamento das diretrizes para uma alocação orçamentária mais eficiente e transparente na priorização dos investimentos, no monitoramento e na gestão dos recursos públicos.
Foco na Eficácia	Relacionada com a dimensão tática do plano, entendida como a incorporação de novos valores às políticas públicas e a entrega de bens e serviços ao público adequado no tempo e no lugar apropriado.

Gestão por resultados	<p>Pautada no compromisso de executar políticas públicas para o alcance de resultados efetivos que melhorem a condição da qualidade de vida da população. É um modelo em que o setor público passa a atuar para alcançar resultados, adotando postura empreendedora, voltada para o cidadão como cliente.</p> <p>Os resultados serão medidos com indicadores que, por sua vez, orientam a organização dos programas e ações prioritárias de investimentos focadas no bem comum.</p>
Honestidade	<p>Visa obediência incondicional às regras morais existentes, compreendendo o exercício da gestão pública pautado no bem comum, honrado, comprometido com a verdade, na lisura e conduta ética, na promoção dos serviços públicos de qualidade e de forma honesta.</p>
Indicador	<p>É uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado.</p>
Intersetorialidade	<p>Visa à otimização dos resultados mediante a articulação e sinergia entre as diversas áreas de atuação do governo municipal, numa perspectiva de execução das políticas públicas multissetoriais, conjugando esforços e reunindo recursos para objetivar ações/entregas tendo como foco a vida do cidadão.</p>
Justificativa de Programa	<p>O que justifica a necessidade do programa para o cumprimento da missão do órgão e alcance dos objetivos estratégicos de governo. Deve conter uma análise, qualitativa e quantitativa, resumida da situação que se quer intervir.</p>
Linha de Base	<p>São dados de referência de um planejamento que permite identificar a situação inicial de um indicador ou situação a serem monitorados durante determinado tempo.</p>
Meta Estratégica de Governo	<p>Resposta efetiva e qualitativa que o governo ambiciona alcançar em um prazo determinado, dada a estratégia escolhida no contexto do seu ambiente para concretizar a sua visão de futuro e cumprir a sua missão.</p>
Missão	<p>É o objetivo fundamental de uma organização, traduz a finalidade última da instituição e consiste na definição dos seus fins estratégicos gerais. É o enunciado dos propósitos gerais que expressam intenções fundamentais da gestão global.</p>
Monitoramento	<p>É a observação e o registro regular das atividades de um projeto ou programa, processo rotineiro de acumulo de informações que permitem checar o progresso das ações do projeto ou programa com sistemática e propósito.</p> <p>Fornecer as informações para o processo de ajuste do planejamento, facilitando a tomada de decisões e o aperfeiçoamento das ações.</p>
Parceria	<p>Compreendem o compartilhamento de responsabilidades no financiamento e gestão dos investimentos, envolvendo contratualização entre as esferas de governo, a iniciativa privada e a sociedade civil, diversificando as fontes e ampliando o volume de recursos para o alcance dos resultados comuns.</p>
Participação social	<p>Implica fortalecer a comunicação entre os diversos setores que compõem a gestão municipal, e entre esta e a sociedade. Significa promover canais transparentes que fortaleçam os instrumentos constituídos pela democracia participativa, compartilhando o comprometimento de todos os responsáveis pela consecução do plano.</p>
Produto	<p>Bens e/ou serviços resultantes das ações realizadas e postas à disposição pela instituição. São as entregas feitas à população, devendo contribuir diretamente para o alcance do objetivo do programa, e possuem os seguintes atributos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Permitir uma mensuração apropriada, tendo-se em vista seu monitoramento e avaliação; • Contribuir para a finalidade da ação e para o objetivo do programa; • Ser um objeto de interesse da sociedade ou do estado.

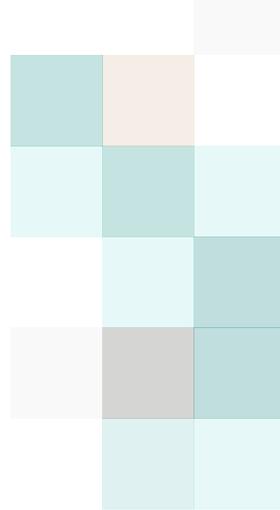
Programa	<p>Conjunto articulado de ações que visam solucionar problemas, atender demandas ou ainda criar oportunidades de desenvolvimento e crescimento da cidade. É o elemento que integra o ppa e o orçamento.</p> <p>Os programas podem ser divididos em finalísticos e de apoio administrativo:</p> <p>Programas finalísticos: trazem em sua integralidade as ações que resultam em serviços e bens públicos ofertados à população.</p> <p>Programas de apoio administrativo: integrados por ações de natureza administrativa, voltadas ao funcionamento da máquina administrativa, por meio da conservação, manutenção e suprimento de seus bens imóveis, bens móveis, corpo funcional e material consumido.</p>
Resultado estratégico	<p>Resultado que se pretende obter como consequência da realização das ações governamentais. São descritos de forma concisa e precisa, sendo mensurados por indicadores que expressam o impacto esperado.</p>
Sustentabilidade	<p>Gestão comprometida com alternativas sustentáveis de crescimento, assegurando o efetivo controle e ordenamento urbano e ambiental, a prevalência da função social da propriedade e a qualidade de vida da comunidade, estimulando iniciativas econômicas que preservem e até mesmo resgatem o patrimônio natural e cultural de fortaleza.</p>
Valores	<p>Expressam o conjunto de sentimentos que estruturam, ou pretendem estruturar, a cultura e a prática da organização. Normalmente, os valores surgem agregados à missão, como uma simples relação ou, de forma mais elaborada, como crenças ou políticas organizacionais. Os valores representam as crenças essenciais ou princípios morais que informam às pessoas como devem reger os seus comportamentos na organização.</p>
Visão de futuro	<p>Resultado que se pretende alcançar com a realização das políticas estratégias de governo. Descreve as melhorias e mudanças desejadas para a população local e para a situação dita como atual ao início do planejamento.</p>



PLANO PLURIANUAL

2018 - 2021

RELATÓRIOS ANEXOS
PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO
2018-2021



Relatório I

Demonstrativo Consolidado da
Programação Orçamentária
por Eixo, Resultado Estratégico
Área Temática



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório I - Demonstrativo Consolidado da Programação Orçamentária por Eixo, Resultado Estratégico e Área Temática

Eixo I - Equidade Territorial e Social

Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa - Territórios com redução das desigualdades sociais e integrados à sociabilidade urbana

Habitabilidade e Direito à Cidade

Código	Programa	2018	2019-2021	Total
0006	OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	20.850.875	82.982.016	103.832.891
0018	HABITAR BEM	63.763.592	304.565.792	368.329.384
0022	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	3.652.000	9.109.680	12.761.680
0206	PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E REDES DE ATENÇÃO - PROREDES	39.642.025	221.461.324	261.103.349
0208	PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA EM EDUCAÇÃO E SANEAMENTO - PROINFRA	47.500.000	293.883.369	341.383.369
0209	INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS E PRÉDIOS PÚBLICOS	54.548.251	260.580.972	315.129.223
TOTAL DA ÁREA TEMÁTICA		229.956.743	1.172.583.153	1.402.539.896

Segurança Cidadã e do Patrimônio Público

Código	Programa	2018	2019-2021	Total
0132	FORTALEZA ILUMINADA	206.782.380	688.646.578	895.428.958
0185	PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	2.017.000	7.097.534	9.114.534
0189	SEGURANÇA CIDADÃ EM FORTALEZA	4.255.000	9.518.646	13.773.646
0215	CADA VIDA IMPORTA	2.000.000	8.000.000	10.000.000
TOTAL DA ÁREA TEMÁTICA		215.054.380	713.262.758	928.317.138
TOTAL DO EIXO		445.011.123	1.885.845.911	2.330.857.034

Eixo II - Cidade Integrada, Acessível e Justa

Fortaleza da Mobilidade - Melhoria da forma e acessibilidade urbana

Mobilidade e Acessibilidade Urbanas

Código	Programa	2018	2019-2021	Total
0037	GENTILEZA URBANA	15.000	45.000	60.000
0053	EDUCAÇÃO E SEGURANÇA DO TRÂNSITO	88.100.356	302.954.900	391.055.256
0101	INFRAESTRUTURA URBANA E VIÁRIA	87.752.520	367.763.237	455.515.757
0102	TRANSPORTE URBANO E MOBILIDADE DE FORTALEZA	65.101.551	326.909.570	392.011.121
TOTAL DA ÁREA TEMÁTICA		240.969.427	997.672.707	1.238.642.134



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório I - Demonstrativo Consolidado da Programação Orçamentária por Eixo, Resultado Estratégico e Área Temática

TOTAL DO EIXO 240.969.427 997.672.707 1.238.642.134

Eixo III - Vida Comunitária, Acolhimento e Bem-Estar

Fortaleza da Juventude - Promover atenção integral à juventude com ênfase na inserção produtiva e social

Juventude

Código	Programa	2018	2019-2021	Total
0064	FORTALEZA INCLUSIVA	24.441.923	62.121.267	86.563.190
TOTAL DA ÁREA TEMÁTICA		24.441.923	62.121.267	86.563.190

Fortaleza Saudável - Melhoria da saúde da população

Saúde e Bem-Estar

Código	Programa	2018	2019-2021	Total
0003	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO COMUNITÁRIO E DE LAZER	4.770.000	16.957.790	21.727.790
0004	PROGRAMA DE ESPORTE EDUCACIONAL E RENDIMENTO	639.995	1.213.042	1.853.037
0005	INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER	2.441.016	10.734.845	13.175.861
0119	ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE	449.916.293	1.400.125.880	1.850.042.173
0120	GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS	1.218.000	4.294.000	5.512.000
0121	GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE	1.611.697	3.143.956	4.755.653
0123	ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE	495.067.880	1.643.005.687	2.138.073.567
0124	ATENÇÃO TERCIÁRIA A SAÚDE	125.070.509	451.601.104	576.671.613
0125	REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA	372.521.000	1.244.320.000	1.616.841.000
0127	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	52.768.454	153.199.874	205.968.328
0128	VIGILÂNCIA A SAÚDE	52.491.681	161.877.136	214.368.817
0212	ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE DROGAS E SEUS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	835.000	2.699.613	3.534.613
0213	PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE ÁLCOOL, CRACK E OUTRAS DROGAS	652.343	2.422.895	3.075.238
TOTAL DA ÁREA TEMÁTICA		1.560.003.868	5.095.595.822	6.655.599.690

Fortaleza Segura Inclusiva e Justa - Comunidade acolhedora, inclusiva, com valorização e respeito à diversidade

Direitos Humanos e Assistência Social

Código	Programa	2018	2019-2021	Total
0007	ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA IDOSA	6.783.470	23.597.839	30.381.309
0008	ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1.199.000	4.229.410	5.428.410



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório I - Demonstrativo Consolidado da Programação Orçamentária por Eixo, Resultado Estratégico e Área Temática

0025	PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	401.193	1.140.047	1.541.240
0029	PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	756.000	3.496.000	4.252.000
0031	PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES	1.567.000	3.224.000	4.791.000
0036	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - CIDADANIA EM REDE	1.885.800	5.777.626	7.663.426
0056	PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBT	893.398	3.444.621	4.338.019
0141	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	22.531.153	67.745.535	90.276.688
0160	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SAN	20.088.000	38.998.579	59.086.579
0171	GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.104.472	35.729.644	46.834.116
0181	PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PREVENÇÃO DE VIOLAÇÕES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	11.067.316	30.680.965	41.748.281
0186	GESTÃO DAS UNIDADES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS	3.104.100	8.025.000	11.129.100
0195	GESTÃO EXECUTIVA E INTERSETORIAL DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE FORTALEZA - PMPIF	1.100.000	3.530.000	4.630.000
0210	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	9.680.702	27.908.807	37.589.509
0211	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	9.178.000	31.343.101	40.521.101
TOTAL DA ÁREA TEMÁTICA		101.339.604	288.871.174	390.210.778
TOTAL DO EIXO		1.685.785.395	5.446.588.263	7.132.373.658

Eixo IV - Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento

Fortaleza do Conhecimento - População com acesso à educação de qualidade, ao conhecimento e aos bens culturais

Educação, Conhecimento e Inovação

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2018</u>	<u>2019-2021</u>	<u>Total</u>
0042	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.151.491.254	4.029.088.729	5.180.579.983
0043	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3.386.000	11.478.631	14.864.631
0052	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	232.504.081	986.339.977	1.218.844.058
0074	VALORIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.	13.600.889	19.810.139	33.411.028
0105	MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA	79.962.755	291.012.197	370.974.952
0182	FOMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA CIDADE	1.955.000	5.540.069	7.495.069
0183	PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA	924.000	4.661.836	5.585.836
0190	PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DO LIVRO, DA LEITURA, DA LITERATURA E BIBLIOTECA	1.072.000	3.977.520	5.049.520
0193	DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	37.211.481	120.729.501	157.940.982
0194	APOIO À CRIAÇÃO, DIFUSÃO E FOMENTO À CULTURA	26.700.000	93.636.377	120.336.377
0199	APOIO À ECONOMIA E PRODUÇÃO CRIATIVAS	1.100.000	3.586.500	4.686.500



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório I - Demonstrativo Consolidado da Programação Orçamentária por Eixo, Resultado Estratégico e Área Temática

0200	PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO, A CULTURA E AS ARTES	3.385.000	11.506.131	14.891.131
0201	GESTÃO DA POLÍTICA CULTURAL	683.851	1.986.000	2.669.851
TOTAL DA ÁREA TEMÁTICA		1.553.976.311	5.583.353.607	7.137.329.918
TOTAL DO EIXO		1.553.976.311	5.583.353.607	7.137.329.918

Eixo V - Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Fortaleza Sustentável - Recursos naturais protegidos e qualidade do meio ambiente assegurada

Urbanismo, Meio Ambiente e Segurança Hídrica

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2018</u>	<u>2019-2021</u>	<u>Total</u>
0010	ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	3.079.036	11.148.720	14.227.756
0014	FORTALEZA LIMPA	256.026.114	918.649.703	1.174.675.817
0015	PARQUES URBANOS TEMÁTICOS	1.147.126	4.058.584	5.205.710
0087	SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO	14.876.797	54.129.349	69.006.146
0088	PLANEJAMENTO DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO	2.390.000	5.899.965	8.289.965
0089	CONTROLE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO	5.037.510	4.879.040	9.916.550
0138	REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PELA ACFOR	6.265.853	22.079.736	28.345.589
0203	FISCALIZAÇÃO INTEGRADA	2.083.000	45.000	2.128.000
0204	CONVIVÊNCIA URBANA	4.000	4.000	8.000
0207	CIDADE SUSTENTÁVEL	10.630.000	68.328.122	78.958.122
TOTAL DA ÁREA TEMÁTICA		301.539.436	1.089.222.219	1.390.761.655
TOTAL DO EIXO		301.539.436	1.089.222.219	1.390.761.655

Eixo VI - Desenvolvimento Econômico e Inclusão Produtiva

Fortaleza Produtiva e Inovadora - Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e dinamizado

Desenvolvimento Econômico

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2018</u>	<u>2019-2021</u>	<u>Total</u>
0026	EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS	2.679.000	7.730.429	10.409.429
0027	ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PROJETOS ESTRUTURANTES	574.000	1.326.000	1.900.000
0110	PRODETUR NACIONAL - FORTALEZA	7.779.573	39.412.758	47.192.331
0111	FORTALEZA CIDADE COM FUTURO	27.201.136	127.868.554	155.069.690
0136	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO	4.599.862	16.017.840	20.617.702



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório I - Demonstrativo Consolidado da Programação Orçamentária por Eixo, Resultado Estratégico e Área Temática

0152	TRABALHO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, EMPREGO E RENDA	3.464.996	6.900.016	10.365.012
0191	VALORIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E ATIVIDADE TURÍSTICA DE FORTALEZA - PROVATUR	6.662.279	46.441.388	53.103.667
0196	DESENVOLVIMENTO DE AMBIENTES DE INOVAÇÃO - PARQFOR	584.270	1.946.163	2.530.433
TOTAL DA ÁREA TEMÁTICA		53.545.116	247.643.148	301.188.264
TOTAL DO EIXO		53.545.116	247.643.148	301.188.264

Eixo VII - Governança Municipal

Fortaleza Planejada e Participativa - Gestão planejada e participativa dos serviços públicos, com foco no acolhimento, equilíbrio fiscal e transparência

Participação e Controle Social

<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2018</u>	<u>2019-2021</u>	<u>Total</u>
0066	TRANSPARÊNCIA: OUVIDORIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	160.000	507.536	667.536
0098	GESTÃO PARTICIPATIVA E SOCIAL	1.863.000	5.749.000	7.612.000
TOTAL DA ÁREA TEMÁTICA		2.023.000	6.256.536	8.279.536

Planejamento e Gestão Integrados

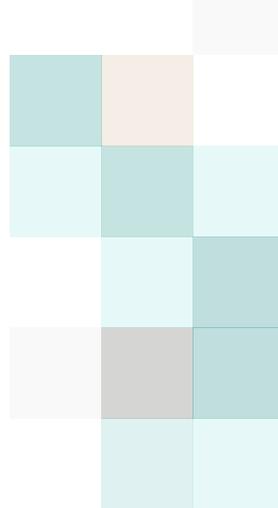
<u>Código</u>	<u>Programa</u>	<u>2018</u>	<u>2019-2021</u>	<u>Total</u>
0016	METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	21.128.050	69.290.952	90.419.002
0065	CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL	77.000	244.000	321.000
0082	GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	7.526.405	22.047.015	29.573.420
0093	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DO MUNICÍPIO	27.118.853	153.329.997	180.448.850
0106	GESTÃO CORPORATIVA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.380.000	12.347.374	16.727.374
0153	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS E SERVIÇOS COMPARTILHADOS	108.398.467	383.879.110	492.277.577
0155	GESTÃO DE PATRIMÔNIO	3.650.000	11.345.000	14.995.000
0164	DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	2.633.500	8.835.500	11.469.000
0165	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA GESTÃO MUNICIPAL	70.000	300.000	370.000
0176	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO AS POLÍTICAS PÚBLICAS	24.086.000	77.719.000	101.805.000
0177	GESTÃO DE EVENTOS GOVERNAMENTAIS	9.804.000	34.401.472	44.205.472
0180	GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	2.670.000	7.680.000	10.350.000
0197	GESTÃO DO CONHECIMENTO	1.106.000	3.704.924	4.810.924
0214	FORTALECIMENTO DO FISCO	11.558.137	34.462.766	46.020.903
TOTAL DA ÁREA TEMÁTICA		224.206.412	819.587.110	1.043.793.522



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório I - Demonstrativo Consolidado da Programação Orçamentária por Eixo, Resultado Estratégico e Área Temática

TOTAL DO EIXO	226.229.412	825.843.646	1.052.073.058
---------------	-------------	-------------	---------------



Relatório II

Descritivo dos Programas de
Governo por Eixo e Área Temática



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Eixo I - Equidade Territorial e Social

Habitabilidade e Direito à Cidade

0006 OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

JUSTIFICATIVA: Considerando as necessidades de intervenções públicas buscando a melhoria contínua da oferta de serviços públicos eficientes para a população, a prefeitura de Fortaleza executa obras públicas de infraestrutura de forma a garantir a construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bens e equipamentos públicos, ampliando o atendimento as demandas e anseios da população.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza.

OBJETIVO: Implementar obras públicas para infraestruturas básicas, suplementares e emergenciais, para atender às demandas das diversas áreas de atuação do município.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Índice de construção, reforma, ampliação ou manutenção de equipamentos públicos.	UNIDADE	-	100	Secretarias regionais

0018 HABITAR BEM

JUSTIFICATIVA: A cidade de Fortaleza, conforme o último censo do IBGE de 2010, possui 2.452.185 habitantes, marcada por um desenvolvimento excludente e pela desigualdade socioespacial e, assim como outras cidades, não foge à regra de possuir um grande número de assentamentos precários bem como um déficit habitacional significativo. Totalizam-se na cidade 856 assentamentos precários, onde estima-se a existência de 248.258 imóveis, 34,97% dos domicílios de Fortaleza, com cerca 271.539 famílias sem moradia digna, sem infraestrutura domiciliar adequada, sem oferta adequada de equipamentos e serviços públicos de qualidade, sem acesso a oportunidade de emprego e renda.

Hoje cerca de 1.085.470 habitantes estão vivendo sob algum tipo de precariedade habitacional, o que representa o alarmante índice de 41,6% da população da capital. Destas, existem cerca de 155.368 famílias cadastradas pelo município para aquisição de uma unidade habitacional, o que não atende as demandas de precariedade que vão desde a aquisição de unidades habitacionais, imóveis em área de risco, sem condição de permanência, falta de titulação da posse melhoria habitacional e infraestrutura necessárias para que a população possa ter acesso ao direito de morar dignamente. Diante deste contexto, são necessárias diversas ações que possam minimizar os impactos causados pela à questão do déficit da moradia, inseridas dentro da política de habitação e contribuir para a redução do déficit habitacional, garantindo a qualidade da habitabilidade.

PÚBLICO ALVO: Famílias que se enquadram nas exigências normativas de cada programa/projeto

OBJETIVO: Garantir o acesso a uma política habitacional que propicie a qualidade da habitabilidade e o acesso à moradia digna.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa de produção habitacional	PERCENTUAL	3,55	5,44	HABITAFOR

0022 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

JUSTIFICATIVA: As constatações observadas pelo mapeamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aponta que, dos 709.952 domicílios existentes em Fortaleza, somente 52% dos domicílios são cadastrados e ainda, cerca dos 75% dos imóveis considerados privados inscritos na SEFIN para fins de IPTU e pela observação de que as terras ocupadas pelos 856 assentamentos precários, 19 pertencem à União, 193 estão em terrenos do município, 81 em terrenos privados, 167 demais estão ocupando parte de terras com mais de um proprietário - Município, Estado, União e/ou privado, estando o restante sem informações sobre a propriedade da terra, remete a necessidade primordial da realização de um processo de regularização fundiária na cidade.

As irregularidades fundiárias demonstradas levam ao entendimento de que este processo deve ser pensado e executado plenamente, conforme define a Lei 11.977 de 7 de julho de 2009, que estabelece a necessidade da realização de um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que possam garantir o direito social à moradia, o pleno



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado por meio da regularização de assentamentos e à titulação de seus ocupantes.

PÚBLICO ALVO: Famílias que se enquadram no processo de regularização fundiária

OBJETIVO: Concretizar os procedimentos de regularização fundiária de forma a garantir a titularização dos imóveis dos assentamentos consolidados, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais construído pelo poder público e outros;

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Proporção de habitações de interesse social registrada em cartório	PERCENTUAL	-	10	HABITAFOR

0206 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E REDES DE ATENÇÃO - PROREDES

JUSTIFICATIVA: Fortaleza vive uma transição epidemiológica similar às demais cidades brasileiras, com aumento crescente dos índices de doenças crônicas, o que exige mais atenção à saúde preventiva. Ao mesmo tempo, os jovens de 15 a 29 anos apresentam altos índices de vulnerabilidade, sobretudo jovens do sexo masculino e negros que são as principais vítimas de homicídio, carecendo de oportunidades. Tal problemática requer investimentos na consolidação e ampliação da rede municipal de serviços de saúde e inclusão social de jovens. Identificam-se carências que demandam a construção de 05 (cinco) policlínicas de consultas especializadas e de apoio diagnóstico e terapêutico, assim como a aquisição de equipamentos, além da construção de 22 (vinte e duas) Unidades Básicas De Saúde. A capacidade gerencial e clínica das equipes precisam ser fortalecidas por meio de capacitações técnicas. Para a inclusão social de jovens, são requeridas a consolidação da oferta municipal de atividades de formação, culturais, desportivas e de prevenção de condutas de risco para a população jovem da capital cearense através da construção de mais 03 (três) Cucas e 03 (três) CEUs, além de novos equipamentos. Há também carência de profissionalização de jovens em situação de vulnerabilidade que precisam ser enfrentadas, o que demanda a necessidade de capacitação das equipes encarregadas da gestão da política de juventude. A execução do Programa requer financiamento e instalação de uma unidade executora para coordenar a execução do projeto e cumprimento de metas. O Financiamento de US\$ 65,47 milhões provirá do BID e terá prazo de amortização de 25 Anos. A contrapartida local é de igual valor, totalizando o investimento total de US\$ 130,9 milhões.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Promover a redução da desigualdade social, implementando mecanismos e ações que contribuam para o pleno desenvolvimento da juventude de Fortaleza, especialmente favorecendo jovens em risco e vulnerabilidade social, por meio de investimentos que garantam a integridade dos cuidados à saúde, melhoria do acesso a serviços especializados de média e alta complexidade e hospitalização de jovens e suas famílias.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Percentual de equipamentos construídos	PERCENTUAL	-	100	SEINF

0208 PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA EM EDUCAÇÃO E SANEAMENTO - PROINFRA

JUSTIFICATIVA: Setores periféricos da cidade de Fortaleza, principalmente os compreendidos pelas Regionais V e VI são, historicamente, estigmatizadas pela sua pobreza e vulnerabilidade socioeconômica, com baixos níveis de IDH. Essas áreas da cidade sofrem, também, com a incidência de doenças comuns em locais carentes de saneamento básico. No intuito de diminuir esses problemas, são necessárias intervenções orientadas à melhoria das condições de saneamento básico, à melhoria da mobilidade urbana e ao desenvolvimento da educação, este último abarcando, além do desenvolvimento educacional propriamente dito, o desenvolvimento social e físico, complementado pelas atividades esportivas. Ademais, para a ampliação dos pilares que sustentam o desenvolvimento de uma metrópole, é necessária a integração e compatibilização desses três segmentos: educação, saneamento e mobilidade urbana, para criar condições para o desenvolvimento econômico da cidade. Quanto à educação, identificou-se a necessidade de implantar 29 escolas de tempo integral em 21 bairros das regionais I, II, III, V e VI, beneficiando 13.050 crianças/adolescentes de 11 a 14 anos, que estão cursando o ensino fundamental 2 (6º a 9º ano). Identificou-se também a necessidade de construção de 88 centros de educação infantil em 39 bairros em 6 das 7 regionais de Fortaleza (exceção da Regional Centro). As unidades de centro de educação infantil



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

beneficiarão 15.488 crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. Finalmente, identificou-se a necessidade de implantar 26 núcleos de formação esportiva - NFE (projeto Areninha).

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Contribuir com o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Fortaleza, através de projetos de infraestrutura voltados às áreas de saneamento básico, pavimentação, urbanização, ampliação de escolas de tempo integral e centros de educação infantil, urbanização e requalificação de campos de futebol em comunidades, como também mobilidade urbana.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Percentual de drenagem realizado em vias e espaços públicos	PERCENTUAL	-	100	SEINF
Percentual de pavimentação realizado em vias e espaços públicos	PERCENTUAL	-	100	SEINF
Percentual realizado de construção de equipamentos previstos	PERCENTAGEM	-	100	SEINF

0209 INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS E PRÉDIOS PÚBLICOS

JUSTIFICATIVA: A população de Fortaleza demanda, continuamente e de forma crescente, a implementação de infraestruturas básicas, suplementares e emergenciais, para atender às demandas das diversas áreas de atuação do município de Fortaleza:

Educação - Considerando que dos 458 estabelecimentos apenas 106 são prédios considerados novos, pois possuem menos de 10 anos de construção, todos os demais necessitam de intervenções periódicas mínimas para a garantia da conservação do espaço escolar e o bom funcionamento de suas instalações, inclusive no tocante a tratamento de riscos.

Saúde - O Setor de emergência do IJF encontra-se constantemente em situação de superlotação. O hospital atende em sua emergência uma média de 92.816 pacientes ao ano, a maioria, vítimas de quedas, de acidentes de trânsito e da violência urbana. São internados em média 12.746 pacientes e realizados 10.884 procedimentos cirúrgicos ao ano. Além disso, o IJF também é instituição de ensino, pesquisa e orientador de políticas públicas em saúde. Atualmente o hospital possui 461 leitos de internação, sendo 33 destes na unidade de terapia intensiva (UTI). Com a ampliação do Instituto Doutor José Frota, pretende-se promover a assistência de excelência as pessoas em situação de urgência e emergência, com foco no trauma e na alta complexidade.

Esporte - É imperativa a execução de políticas públicas para a juventude, através da inserção do esporte como instrumento de diminuição nos níveis de violência e uso de drogas entre jovens das comunidades, em bairros com alto índice de vulnerabilidade social e baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). E ainda possibilitar equipamentos esportivos de qualidade, onde a comunidade possa, além de praticar atividade física, ter um espaço seguro de convivência, lazer e formação cidadã.

Cultura - A garantia de estrutura adequada, práticas de atividades de lazer e culturais, proporcionam benefícios que extrapolam o universo lúdico e recreacional. Desse modo, apresentações, assim como oficinas de arte e cultura torna-se ferramentas para alimentar desenvolvimento social e cultural da população.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Construir, ampliar, reformar e requalificar equipamentos e prédios públicos para infraestruturas básicas, suplementares e emergenciais, para atender às demandas das diversas áreas de atuação do município de Fortaleza.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Equipamentos construídos / ampliados / reformados	UNIDADE	23	53	SEINF

Segurança Cidadã e do Patrimônio Público

0132 FORTALEZA ILUMINADA

JUSTIFICATIVA: O Município é responsável pela Gestão do seu Parque de Iluminação Pública, devendo manter, melhorar e instalar novos pontos de luz necessários, acompanhando a evolução das



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

tecnologias, infraestrutura e o crescimento natural da cidade. Para o cumprimento desta responsabilidade a Prefeitura mantém contrato de Gestão Integral do seu Parque de Iluminação, devendo a empresa contratada executar obras de manutenção em pontos de luz existentes evitando permanecer acesos durante o dia ou apagados durante a noite, bem como promover obras de melhorias e ampliações, que consistem em substituir equipamentos antigos por outros com tecnologia em luz branca e agregando novos pontos por conta do crescimento natural e eventual da cidade. A Iluminação Pública de Fortaleza consta com 195.260 pontos de luz, dos quais 54.672 ainda estão como luz amarela. A luz branca na Iluminação Pública da cidade tem garantido maior segurança e conforto à população, fomentando a economia e sociabilização das comunidades que passam a fazer uso dos espaços públicos com maior frequência e regularidade. Dada a experiência na primeira gestão, em que houve a troca de mais de 70% dos pontos por luz branca, alcançando elevada satisfação da população é que se propõe neste quadriênio substituir todos os pontos de luz amarela por luz branca, contratando obras para substituir atuais equipamentos obsoletos por outros com luz branca, vapor metálico ou LED. Elevando a taxa de modernização do setor de 72% para 100%.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Garantir a gestão integral da iluminação pública de Fortaleza, promovendo a melhoria, ampliação, conservação, manutenção e a implantação de novas tecnologias para a satisfação e segurança da população de Fortaleza.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Evolução dos atendimentos de iluminação pública	PERCENTUAL	78	98	COCIP/SCSP
Taxa de modernização	PERCENTUAL	72	100	COCIP/ SCSP

0185 PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

JUSTIFICATIVA: O desenvolvimento econômico e social, o aumento demográfico e o crescimento das cidades têm gerado um novo panorama: a sociedade dos riscos. Sabe-se que a ocupação de encostas de morros e margens de cursos d'água pela população acaba por produzir situações de risco, Fortaleza hoje possui 89 áreas de riscos geográficos e sociais, mapeados por perímetros de percepção de riscos, que envolvem aproximadamente 24.000 famílias diretamente atingidas por alguma ação da natureza ou antropogênica de forma mais intensa e severa, já que essas áreas não possuem infraestrutura adequada e as habitações nelas instaladas estão mais expostas aos efeitos de eventos adversos, podemos destacar as tipologias de alagamentos e inundações, movimento de massa, escorregamentos e desabamentos que resultaram somente no ano de 2016 de dezembro a julho em 1483 ocorrências. Além dessa realidade, há o crescimento do número de atividades perigosas exercidas pela sociedade, como, por exemplo, o transporte de produtos químicos perigosos, a utilização de combustíveis nucleares para a produção de energia, o descarte incorreto de rejeitos.

Fortaleza possui uma cultura de prevenção e autoproteção relativamente jovem e não inserida em um contexto social intuitivo e de preservação. Nesse cenário, o município precisa gerir os riscos e os desastres e para fazer frente a esse desafio, é imperiosa a inclusão do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil de maneira articulada, coordenada e organizada, focado na prevenção e na mitigação dos riscos e, ainda, garantindo a adequada resposta na gerencia do desastre e recuperação pós-desastre, para uma efetiva proteção e segurança da população. Nessa caminhada é fundamental a participação ativa de todos com ações Inter setoriais e integradas, unindo esforços na busca de fomentar a cultura de prevenção na cidade.

Diante dessa perspectiva o processo sistemático da gestão de risco e gerenciamento de desastres está implícito no Artigo 3º da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012), que prevê as seguintes ações distintas e inter-relacionadas, as quais são: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Compete ao município, portanto, a coordenação dessas ações no âmbito local, bem como a execução da PNPDEC em toda a cidade.

PÚBLICO ALVO: população de Fortaleza

OBJETIVO: Identificar, mapear e monitorar áreas vulneráveis a desastres no município de Fortaleza, objetivando ações estruturais e não estruturais para fortalecer a cultura de prevenção e resiliência da cidade, bem como atuar em ações preventivas em relação a risco natural e antrópico e emergenciais em casos de desastre.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
		Famílias atendidas pelo aluguel social	UNIDADE	4.335	17.340	SESEC/COEPDC
		Ocorrências atendidas pela Defesa Civil	UNIDADE	1.600	4.336	SESEC/COEPDC
		Pessoas atendidas pela Defesa Civil	UNIDADE	6.908	20.724	SESEC/COEPDC
		Vistorias preventivas realizadas pela Defesa Civil	UNIDADE	356	1.181	SESEC/COEPDC

0189 SEGURANÇA CIDADÃ EM FORTALEZA

JUSTIFICATIVA: A Segurança Pública no município de Fortaleza apresenta configuração institucional de estruturas como Conselho Municipal de Proteção Urbana de Fortaleza (CMSP), Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (SESEC) e Guarda Municipal de Fortaleza (GMF). Estas instituições, juntas, estabelecem e executam a política de Segurança Pública para o município. O crescimento do efetivo da Guarda Municipal de Fortaleza em 73% no último biênio, atrelado à promoção da modernização do seu aparato tecnológico e à adequação da estrutura organizacional, considerando as novas competências outorgadas através da Lei Federal nº 13.022 de 2014, tem asseverado a efetividade de uma política de segurança cidadã. Pesquisa realizada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) em abril de 2017, aponta Fortaleza como líder no ranking de homicídios entre adolescentes e de cada 1000, dez estão em risco de assassinato antes de completarem 19 anos. De acordo com estudos do IPEA (2017), Fortaleza e algumas cidades da região metropolitana estão entre as 30 cidades mais violentas do país. Neste sentido, visando contribuir com a redução do altos índices de criminalidade e violência, mais comum nos grandes centros urbanos, dadas as desigualdades vivenciadas, a diminuição do medo e potencialização da sensação de segurança, a PMF tem estabelecido uma política mais voltada à mediação de conflitos, maior participação da sociedade nas tomadas de decisão e incremento nas atividades exercidas pelos órgãos de Segurança Pública, como atuação preventiva também em setores como trânsito, proteção do patrimônio ecológico, histórico e cultural do municípios e melhoria nas condições de segurança das comunidades, por meio do fortalecimento da cultura de paz.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Executar as políticas de segurança cidadã, contribuindo para uma cultura de paz em defesa do cidadão e do patrimônio público em Fortaleza.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa de atividades preventivas realizadas pela GMF	PERCENTUAL	72	80	GMF
Taxa de resolutividade no atendimento das ocorrências da GMF	PERCENTUAL	86	94	SESEC/COPSEC (SISTEMA ATIVO)

0215 CADA VIDA IMPORTA

JUSTIFICATIVA: Fortaleza, a quinta capital do Brasil em população, com 2,6 milhões de habitantes, tem se aprestado como a capital mais letal para os adolescentes, com o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), 10,94 em 2014, seguida de Maceió, 9,37 e Vitória, 7,68. Em 2015, 816 meninos e meninas de 10 a 19 anos foram mortos no território cearense, sendo 387 apenas na capital Fortaleza, segundo a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, 44% das mortes aconteceram em apenas 17 dos 119 bairros. No entanto, a violência letal não se agravou de um ano para o outro. As estatísticas revelam que o problema se intensificou ao longo de mais de uma década, gerando um desconforto com os números da violência, mas também com as interpretações disponíveis sobre a questão, ainda insuficientes ou carregadas de estereótipos. É preciso lançar luz sobre um cenário sombrio, analisar em detalhes um fenômeno que não está satisfatoriamente claro.

O contexto apresentado, associado à fragilidade de prestação de serviços articulados direcionados ao público alvo e seus familiares, requer declarar estratégias focadas no Protocolo Intersetorial principalmente das áreas da saúde, assistência social e segurança. Atualmente já existem ações que colaboram para a prevenção e redução de homicídios na adolescência na área de Direitos Humanos, como a ação de “promoção do trabalho, autonomia e cidadania das mulheres de Fortaleza”, que concorre para enfrentar a problemática junto às mães e mulheres, apontadas como as que mais sofrem impacto com os homicídios; da Assistência Social, como a ação de “desenvolvimento do serviço de proteção social a adolescentes em



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC)", desenvolvida pelo programa de Proteção Social Especial de Média Complexidade, conforme estabelece a legislação SUAS/SINASE; de Saúde, como a ação de "implantação dos pontos de atenção da rede psicossocial", a fim de ampliar a rede de atendimento de atenção psicossocial; de Educação, como o programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, realizando dentre outras atividades a busca ativa das crianças e adolescentes que estão fora da escola; da Habitação como com o programa Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e de Segurança Cidadã como com a ação de "implantação do Projeto Cultura de Paz", que atua no Pirambu, um dos principais territórios de vulnerabilidade de Fortaleza, com a pretensão de ser levado a outros territórios. Destaca-se que a ação de mediação de conflito e proteção a adolescente apresenta necessidades específicas, como a ação de implantação de Casa Abrigo destinada a adolescentes ameaçados e articulação entre os órgãos que já desenvolvem ações de mediação, a saber: SDHDS (Proteção Social Especial), FUNCI e SESEC. A criação de um colegiado municipal que trate da gestão territorial deste programa destaca-se como premissa para articular as ações e os atores envolvidos no processo em todo ciclo do planejamento, desde sua elaboração, execução, monitoramento e avaliação, sendo estes últimos uma ação integrada SEPOG e IPLANFOR culminando na geração de informações relevantes para o observatório que traduzam as mudanças para redução da desigualdade social e territorial. Salienta-se também que sua importância na análise do contexto e na proposição das recomendações e intervenções.

PÚBLICO ALVO: Adolescentes residentes dos territórios vulneráveis.

OBJETIVO: Prevenção e redução de homicídios dos adolescentes residentes de Fortaleza, em parceria com organizações da sociedade civil em territórios vulneráveis, o Governo do Estado e o Poder Judiciário para o cumprimento do estabelecido do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Adolescente adicto em tratamento superior a 60 dias	UNIDADE	-	60	SMS
Bairros vulneráveis aos homicídios com atuação integrada	UNIDADE	-	17	SDHDS
Taxa de mortes de adolescentes residentes nos 17 territórios mais vulneráveis aos homicídios	PERCENTUAL	44	10	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará

Eixo II - Cidade Integrada, Acessível e Justa

Mobilidade e Acessibilidade Urbanas

0037 GENTILEZA URBANA

JUSTIFICATIVA: Hoje o Centro Urbano de Fortaleza abriga uma população cuja quantidade permanece em queda há décadas, correspondendo atualmente a um grupo de 27 mil habitantes, aproximadamente, devendo a mesma ser mobilizada de forma coordenada para sua reestruturação e reabilitação.

A função do centro como lugar de compras dedicado a todas as classes socioeconômicas decaiu em face da rede de "shoppings" instaladas em outras zonas da cidade, situação agravada com as restrições físicas ao tráfego de automóveis, geradas pelo padrão da malha viária. Dessa forma, torna-se claro que é chegado o momento onde todos os esforços devem ser feitos para empreender mudanças harmonizadas, que proporcionem condições ao mesmo de continuar a ser o foco da comunidade, permanecer como o núcleo simbólico da região urbanizada e representar a principal imagem urbana memorável da cidade.

Ademais, ações que possam ser alternativas para combater a situação de tendência ao declínio parcial dessa área são essenciais para que não ocorra o isolamento dos elementos edificados da sua herança cultural, vindo realçar a importância do velho centro em relação aos aspectos cívicos, turísticos, de celebração e educacionais, ancorados em um procedimento adequado de reabilitação urbana.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

OBJETIVO: TORNAR O ESPAÇO PÚBLICO EM ÁREA SAUDÁVEL PARA APRIMORAMENTO DE EDUCAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELAS AÇÕES DE CICLO PATRULHAMENTO RESOLVIDOS	UNIDADE	1	100	SERCEFOR

0053 EDUCAÇÃO E SEGURANÇA DO TRÂNSITO

JUSTIFICATIVA: A educação é um dos melhores instrumentos a serem utilizados no combate aos problemas de trânsito enfrentados pelos grandes centros urbanos no mundo. Segundo dados recentes do Observatório Nacional de Segurança Viária, Fortaleza é o segundo lugar em mortes no trânsito por 100 mil habitantes; em 2010 foram 14,9 mortos por 100 mil habitantes, o que nos faz ligar o alerta da criticidade do tema para a necessidade de uma abordagem multidisciplinar. Neste sentido, as ações a serem desenvolvidas, na perspectiva de redução dos índices de acidente e mortalidade no trânsito, devem contemplar não apenas investimentos em infraestrutura, mas também em conscientização de pedestres e condutores de veículos, por meio de ações educativas, as quais têm potencial de interferir nas atitudes dos transeuntes. As ações tem o objetivo de inspirar cidadãos para o compromisso de preservação da vida, orientando a forma mais adequada do usar cinto de segurança, não dirigir alcoolizado, utilizar cadeirinha para crianças no carro, não dirigir manuseando o celular, utilização de calçadas e passarelas. Fazem parte do rol de ações as campanhas educativas veiculadas nos meios formais e informais, como na mídia, nas escolas, nos prédios e repartições públicas e ao longo das vias de tráfego da cidade. As ações de mobilidade e acessibilidade urbana caracterizam-se pela instalação de sinalização horizontal e vertical nas vias públicas, como a faixa de pedestres; instalação, manutenção e controle de semáforos e equipamentos de fiscalização eletrônica das multas de trânsito e ações realizadas pelos agentes de trânsito.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Promover a mobilidade e acessibilidade da população em relação ao trânsito, através de ações educativas com implantação e manutenção de equipamentos de fiscalização de multas e a sinalização viária para reduzir o número de acidentes e outras infrações.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Sinalização horizontal realizada	M ²	28.777	753.999	GEENG/AMC
Sinalização vertical através de placas realizada	UNIDADE	1.899	33.575	GEENG/AMC
Taxa de percentual de Semáforos controlados pelo CTAFOR	PERCENTUAL	55	100	CTAFOR/AMC
Testes de etilômetro positivos realizados	UNIDADE	476	1.904	DITRAN/AMC

0101 INFRAESTRUTURA URBANA E VIÁRIA

JUSTIFICATIVA: A cidade de Fortaleza necessita da correção de inúmeros sistemas de pavimentação, desde vias que sofreram algum tipo de intervenção por parte da CAGECE e outras concessionárias, até as áreas contempladas com projetos de binários, que consistem em readequações no sistema de trânsito com largo alcance na melhoria da circulação de veículos, ônibus, pedestres e bicicletas. Além disso, a cidade de Fortaleza também necessita da realização de correções em equipamentos urbanos, como praças e espaços públicos para o atendimento à população de Fortaleza.

Tendo em vista a melhoria e a ampliação da malha viária da cidade, com foco na Mobilidade Urbana, são necessárias as seguintes ações de pavimentação: recapeamento de vias existentes, com e sem fresagem, asfaltamento de vias com calçamento e asfaltamento de vias novas, com ações eventuais nos sistemas de drenagem pluvial e de esgotamento sanitário.

Nos últimos quatro anos foram realizados cerca de 550 quilômetros de pavimentação asfáltica e 5 equipamentos urbanos na cidade de Fortaleza e, com o intuito de dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido, é planejado para os próximos quatro anos a realização de 550 km de pavimentação asfáltica e mais 5 equipamentos urbanos, além da aquisição e



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

manutenção de máquinas, equipamentos e veículos.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Garantir a expansão, a melhoria e a qualidade da infraestrutura urbana, sistema de drenagem, esgotamento sanitário e malha viária.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Percentual de ampliação e recuperação do sistema de drenagem realizado	PERCENTUAL	-	100	SEINF
Percentual de equipamentos urbanos implantados/restaurados	PERCENTUAL	-	100	SEINF
Percentual de implantação, recuperação da infraestrutura viária realizado	PERCENTUAL	-	100	SEINF

0102 TRANSPORTE URBANO E MOBILIDADE DE FORTALEZA

JUSTIFICATIVA: Hoje com o crescimento populacional e a demanda de empregos nos grandes centros urbanos, cada vez mais são exigidos, pela população, meios de locomoção mais rápidos, organizados e de qualidade. Como resultado disso, foram realizados estudos pelo Plano de Transporte Urbano de Fortaleza (PTUF), que estabeleceu diretrizes para realização de intervenções físicas no município até o ano de 2020, com o objetivo de melhorar a mobilidade urbana, dentre elas implementação de 9 (nove) corredores de transportes, assim como também a reforma e ampliação de 6 terminais de integração.

Um dos corredores, o Parangaba - Papicu, é composto das obras de infraestrutura viária originalmente previstas para a copa do mundo FIFA 2014: BRTs das avenidas Alberto Craveiro, Paulino Rocha, Dedé Brasil e do eixo Via Expressa - Raul Barbosa. Já foram realizadas intervenções como: túnel da avenida Engenheiro Santana Júnior, sob a avenida Padre Antônio Tomás, passarela para travessia de pedestres na avenida Aguanambi, corredor da Avenida Bezerra de Meneses, faixa exclusiva de ônibus e ciclovias na Avenida Domingos Olímpio e a execução do Terminal do Antônio Bezerra, túneis da Avenida Santos Dumont e da Avenida Padre Antônio Tomás sob a via Expressa, a rotatória e o viaduto da Avenida Raul Barbosa com a Avenida Murilo Borges, a rotatória e o túnel do Castelão. Encontram-se em conclusão: viaduto da avenida Aguanambi sobre a praça Manuel Dias Branco, requalificação do Terminal de Messejana e requalificação da Avenida Aguanambi. Ainda serão implantados: Corredor 4, Messejana/Centro (quarto dentro da hierarquia estabelecida pelo PTUF) ligando o Bairro de Messejana ao Centro da Cidade, além de fazer a conexão com o Corredor 1 Antônio Bezerra - Papicu; a requalificação da BR - 116 (Trecho Km 0 - 10) e obras de infraestrutura viária. Aliadas a estas intervenções na infraestrutura de trânsito do município, as ações como vistoria e controle operacional do transporte coletivo e público, que visam atingir com maior eficiência a execução dos projetos que envolvem os serviços de engenharia de tráfego, controle e monitoramento, educação e segurança viária, planejamento, operação e fiscalização dentro da mobilidade urbana, melhoria do nível de serviço no transporte público, entre outros, objetivam o alcance de resultados que possam contribuir com a redução dos tempos de viagens; da emissão de poluentes; a queda no número de acidentes e o incremento da mobilidade.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Promover a mobilidade urbana sustentável em Fortaleza, por meio da melhoria da qualidade da gestão do transporte, na infraestrutura e serviço de transporte público.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Percentual de corredores de transporte realizados	PERCENTUAL	15	100	SEINF
Percentual de terminais urbanos de passageiros requalificados	PERCENTUAL	24	100	SEINF
Percentual de túneis e/ou viadutos realizados	PERCENTUAL	50	100	SEINF



Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Eixo III - Vida Comunitária, Acolhimento e Bem-Estar

Direitos Humanos e Assistência Social

0007 ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA IDOSA

JUSTIFICATIVA: O município de Fortaleza está passando por uma “transição demográfica”, a exemplo do que ocorre em todo Brasil e no mundo, com alteração significativa da população, combinando declínio da participação de criança e adolescente, aumento da População em Idade Ativa, assim como elevação da população idosa. Em 28 anos (2012/2040) deve haver um aumento de 248,3 mil no número de idosos em Fortaleza. O aumento da expectativa de vida associado ao baixo índice de mortalidade, representa um desafio para o poder público e para a sociedade civil.

Diante da nova realidade de envelhecimento populacional, fazem-se necessárias ações eficientes e urgentes para que o crescimento quantitativo dessa faixa etária seja também acrescido de qualidade, e somente através de políticas públicas direcionadas a esta faixa etária que este propósito poderá se concretizar. Desta forma o desenvolvimento e ampliação das políticas públicas que gerem o empoderamento da autonomia, da participação, da obtenção de cuidados e de uma vida independente e com qualidade para esta faixa etária se faz essencial.

A implantação de equipamentos e serviços públicos, bem como a realização de eventos direcionados a este público alvo, como: “Natal da cidade Amiga do Idoso”; campanhas de prevenção e enfrentamento a qualquer tipo de violência; comemorações de dias específicos que fazem referência de forma local ou internacional a pessoa idosa, fazem parte de um processo de sensibilização e preparação da cidade para a vivência mais qualitativa e harmônica entre as gerações, bem como para o processo de envelhecimento que já bate a nossa porta, independente de território, situação financeira, cor ou religião.

A atenção integral a pessoa idosa exige ações intersetoriais, que necessitam de uma articulação forte e constante, para que a política direcionada a esta faixa etária seja cada vez mais consistente e possa construir um caminho para um envelhecimento com qualidade e dar as respostas que a cidade demanda.

PÚBLICO ALVO: População idosa de Fortaleza

OBJETIVO: Contribuir para o processo de envelhecimento da população de Fortaleza, mais consciente, com mais qualidade, que permita ao idoso uma maior autonomia e acesso aos serviços públicos, melhorando o índice da expectativa de vida.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Número de famílias atendidas	UNIDADE	15.000	36.600	SDHDS
Número de idosos atendidos	UNIDADE	21.800	150.000	SDHDS

0008 ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

JUSTIFICATIVA: O entendimento do conceito relativo à deficiência vem evoluindo em todo o mundo, especialmente após a década de 60, quando se formulou um conceito que reflete a estreita relação entre as limitações que as pessoas com deficiência experimentam, a estrutura do meio ambiente e as atitudes da comunidade, baseado em princípios que enfatizam o apoio, os contextos ambientais e as potencialidades dos indivíduos, ao invés de valorizar as incapacidades e limitações. Esta compreensão foi dando lugar à ideia de que a exclusão vivida pelas pessoas com deficiência era, na verdade, provocada pela organização social contemporânea, e a deficiência passou a ser entendida como produto das barreiras físicas, organizacionais e atitudinais presentes na sociedade, e não culpa individual daquele que tem a deficiência. Partindo desse paradigma, a deficiência é vista como uma característica da condição humana como tantas outras. Logo, as pessoas com deficiência têm direito à igualdade de condições e à equiparação de oportunidades, ou seja, todas devem ter garantidos e preservados seus direitos, em bases iguais com os demais cidadãos.

Com cerca de 26,36 da população de Fortaleza com alguma deficiência, 646 mil pessoas, segundo o IBGE, em 2010. Com a dimensão da população a ser atendida, torna-se essencial este entendimento pelo Poder Público, visto que a necessidade de mudanças estruturais em relação às políticas públicas voltadas para esse segmento, se faz extremamente necessária. Os espaços públicos e de uso coletivo não podem mais ser excludentes; a acessibilidade ao meio físico, ao transporte, à comunicação e à informação devem ser providas a fim de garantir que todos, sem exceção, possam fruir de seus direitos com equiparação de oportunidades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

A articulação das políticas públicas, em especial das que tratam de saúde e reabilitação, acessibilidade, educação e emprego se torna essencial para o avanço na eliminação das barreiras físicas, organizacionais e atitudinais presentes na sociedade. Desta forma ações de sensibilização do poder público e da sociedade, para o reconhecimento dos direitos desta população se fazem necessárias para que se construa uma cidade com acessibilidade nos espaços públicos, com saúde, educação, esporte e lazer voltados para a inclusão.

PÚBLICO ALVO: Pessoas com deficiência

OBJETIVO: Contribuir com a integração das pessoas com deficiência à sociedade, fortalecendo e articulando as ações de políticas públicas direcionadas a este público alvo.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Número de ações realizadas	UNIDADE	-	123	SDHDS
Paratletas apoiado em eventos esportivos	UNIDADE	-	10	SECEL
Taxa de equipamentos públicos de fortaleza com acessibilidade	PERCENTAGEM	-	60	SDHDS

0025 PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

JUSTIFICATIVA: De acordo com a Lei 8.740 de 10 de julho de 2003 e a Lei complementar 0187 de 19 de dezembro de 2014. O PROCON tem como missão garantir a defesa do consumidor em suas relações de consumo e nos pleitos comunitários, bem como intermediar, monitorar o atendimento ao consumidor pelos diversos órgãos do Município de Fortaleza. O cumprimento desta missão requer ações de modernização e ampliação dos serviços prestados, de forma a garantir não só o acesso, como também, a qualidade e a celeridade do atendimento prestado, seja ele realizado nas unidades fixas e móveis ou por meio virtual. Em qualquer uma das formas de atendimento busca-se impactar diretamente na eficiência e eficácia do atendimento, tanto no que se refere a seu público alvo, como na gestão do trabalho interno o que contribui com o objetivo da Política Nacional das Relações de Consumo na defesa dos direitos básicos do consumidor, adotadas pelo município de Fortaleza.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Aperfeiçoar e fortalecer as ações de proteção e defesa do consumidor no âmbito do município de fortaleza, por meio da ampliação da participação social e do aprofundamento da capacitação e formação cidadã.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Consumidores atendidos	UNIDADE	20.871	29.219	SINDEC

0029 PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

JUSTIFICATIVA: Fortaleza tem uma população negra formada por 61% de seus habitantes, considerando os pardos e pretos, com um total de 1.514.103 pessoas (IBGE 2010). Esta população é a maioria dos desempregados, dos analfabetos, dos empregados com os menores salários e piores ambientes de trabalho e a maioria dos pobres de Fortaleza. E a população jovem e negra a maior vítima da violência, representando 70% das vítimas de homicídios na capital. Para enfrentar estes e diversos outros problemas sociais que afeta a vida da negritude fortalezense, existem duas leis muito importantes e que buscam a promoção da igualdade racial. A Lei 9.956/2012 - Plano Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Lei 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial. As duas leis se complementam e quando aplicadas de forma ampla, possibilitará a proteção plena dos direitos das pessoas negras e de comunidade tradicionais afetadas pela discriminação por raça/cor e origem étnica, pela intolerância religiosa e outras diferentes formas de discriminação. Dentro deste contexto ainda temos o Plano Fortaleza 2040 como um terceiro instrumento de promoção da ampla aplicação dos marcos legais de promoção da igualdade racial.

PÚBLICO ALVO: População negras, comunidades religiosas de matriz africana, rede municipal de ensino, entidades de cultura afro e povos de comunidades tradicionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

OBJETIVO: Implantar a lei 9.956/2012 - Plano Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e parte das linhas de ação do Plano Fortaleza 2040 para a promoção da igualdade racial, considerando o Estatuto da Igualdade Racial.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Ações de implementação do plano municipal da igualdade racial realizadas	UNIDADE	-	144	SDHDS
Formações para a implementação do ensino da cultura africana, afro-brasileira e indígena	UNIDADE	-	24	SDHDS

0031 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES

JUSTIFICATIVA: Em Fortaleza, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população feminina é mais numerosa do que a masculina (53,19% de mulheres e 46,81% de homens). Deve-se levar em consideração, ainda, o fato de que a maior parte da população feminina residindo no município é composta por negras e pobres, o que acrescenta às desigualdades de gênero, de raça e etnia. As desigualdades econômicas que se estabelecem entre gêneros manifestam-se por meio de condições desiguais de participação no mercado de trabalho, demais espaços de decisão e na vida pública e política.

Segundo relata o Mapa da Violência 2015, em 2013 o Brasil ocupava o 5º lugar, entre os países analisados, com 4,8 homicídios de mulheres a cada grupo de 100 mil habitantes de sexo feminino, o que representa um aumento de 9% desde o último levantamento, em sua maioria se caracterizando como feminicídio. Os dados referentes à inserção da mulher no mercado de trabalho formal se contrapõem ao seu nível de escolaridade; os agravantes dos problemas de saúde que atingem o sexo feminino; os riscos de violência doméstica contra a mulher, especialmente as mais jovens; e a reduzida participação da mulher nos espaços de poder e decisão são fatores que justificam a concepção e a implementação, em Fortaleza, de políticas públicas que promovam a superação das desigualdades que se manifestam com base em gênero, garantindo o pleno exercício da cidadania para o conjunto da sociedade (FORTALEZA 2040, 2016, p.237).

Com isto, faz-se necessária a consolidação das políticas públicas de gênero, em consonância com as demandas da sociedade civil consolidadas através do Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres e em alinhamento com as diretrizes do Plano Fortaleza 2040 no que se refere aos Direitos da Mulher.

PÚBLICO ALVO: Mulheres e população de Fortaleza

OBJETIVO: Implementar políticas públicas que contribuam para a melhoria das condições de vida das mulheres.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Mulheres atendidas	UNIDADE	10.000	35.000	Relatório das ações

0036 CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - CIDADANIA EM REDE

JUSTIFICATIVA: O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989 e no artigo 227 da Constituição de 1988, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e reafirma, dentre outros preceitos, que é dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar os direitos fundamentais destes segmentos, com absoluta prioridade, tais como: o acesso à educação, à profissionalização, à cultura, ao lazer, à dignidade, à convivência familiar e comunitária. Através dele, a Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos de Fortaleza (SCDH) pretende fortalecer a política de ações integradas na Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), garantindo a crianças, adolescentes e familiares - residentes em 50 bairros com baixo IDH e/ou altos índices de violência - a fruição dos direitos fundamentais e o acesso a práticas criativas e saudáveis para a convivência cidadã formatando a interseção entre Arte, esporte e educação EM DIREITOS HUMANOS para aproximadamente 310.000 pessoas em 50 bairros da capital cearense. Formar cidadãos mais conscientes e mais criativos, comunidades mais fortalecidas e em integração a partir do respeito e da solidariedade, unir as pontas de uma cidade desigual, colocando-a nos trilhos de um desenvolvimento humano e cultural que espalhe vida, arte e esporte pelas ruas. Essas são as transformações para onde aponta o



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Cidadania em Rede.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Fortalecer o protagonismo social em redes locais para o acesso as políticas públicas de cidadania, direitos humanos, arte, esporte e educação.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Redes locais implementadas nos bairros de Fortaleza	UNIDADE	10	50	Relatório IDH - PNUD

0056 PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBT

JUSTIFICATIVA: A política pública de promoção dos direitos humanos para a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e de enfrentamento à LGBTfobia (ódio, aversão, preconceito e discriminação contra pessoas LGBT) pressupõe o envolvimento da sociedade civil organizada e a construção de diálogos/formações com essa população que vivencia a cidade, ou seja, o direito à coisa pública. Segundo dados estatísticos publicados em 2012, o número de denúncias de homofobia aumentou 126% no Ceará, de 2011 para 2012. Em 2015, o Ceará foi o segundo estado do Brasil em número de denúncias de homofobia. Segundo o GRAB - Grupo Resistência Asa Branca, dos 69 assassinatos que foram cometidos contra LGBTt's entre 1996 e 2006, 55 ocorreram somente na capital cearense. Em 2017, em Fortaleza, diversos casos de transfobia foram relatados nas redes sociais e em instrumentos de denúncia criados pela PMF, por meio dos atendimentos realizados pelo Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, o que denota uma urgente e necessária incidência do poder público municipal no sentido de amenizar esses dados de violência e, ainda, proporcionar uma vida digna para a população LGBT através de estratégias efetivas e incisivas de enfrentamento à Lgbtphobia. É necessário, sobretudo, garantir o trabalho de intersectorialidade para contribuir com a emancipação política da população LGBT, criando espaços que permitam a participação cidadã nas decisões dos orçamentos e políticas específicas, bem como o reconhecimento desta população como usuária das diferentes políticas públicas como assistência social, saúde, educação, trabalho, cultura, dentre outros.

A cidade de Fortaleza destaca-se como uma das principais metrópoles brasileiras, além de desempenhar importante papel regional e ter grande centralidade no contexto cearense. A cidade ainda é procurada pelos vários serviços implantados no território municipal, atendendo a região metropolitana e o interior do estado como referência nas áreas de saúde, assistência social, educação e direitos humanos LGBT.

Nesse sentido, princípios como a defesa da dignidade humana, o incentivo à prática da justiça social e a edificação da cidadania, assim como o combate à LGBTfobia constituem objeto de atenção e atuação do executivo municipal, em consonância com as diretrizes firmadas pelos Planos Nacionais que norteiam a implementação de políticas públicas para LGBT. Assim, ações que promovam os direitos humanos da população LGBT, propiciem uma qualidade de vida integral com inclusão em todos os projetos que visem à emancipação e desenvolvimento social coletivo, o processo de consolidação da justiça são imprescindíveis para o enfrentamento à LGBTfobia e na construção de uma sociedade mais humana, equitativa e acolhedora.

PÚBLICO ALVO: Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e população em geral da cidade de Fortaleza

OBJETIVO: Tornar a cidade de Fortaleza um espaço livre de preconceito contra as pessoas LGBT, por meio de ações que promovam os direitos humanos, a cidadania, a proteção e a defesa dessa população.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
% de Execução das Metas do Plano Municipal de Políticas Públicas para LGBT de Fortaleza	PERCENTUAL	-	60	SDHDS
Pessoas LGBT atendidas no Centro de Referência LGBT Janaina Dutra	UNIDADE	672	2.500	SDHDS
Pessoas sensibilizadas para o respeito a população LGBT	UNIDADE	1.000	2.000	SDHDS



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

0141 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

JUSTIFICATIVA: A Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SDHDS, é um órgão que adquiriu relevância para a população fortalezense em virtude das ações que oferta e desenvolve nos diversos equipamentos sociais instalados nos territórios da cidade de Fortaleza. A SDHDS, além das ações, serviços, programas e projetos voltados para a Política de Assistência Social, agrega, ainda, ações de Direitos Humanos e de Segurança Alimentar e Nutricional. Nesse sentido, o presente Plano que ora apresentamos configura-se como um importante e imprescindível instrumento democrático de gestão, confeccionado com o intuito de diagnosticar, planejar e organizar os serviços socioassistenciais, contribuindo, também, para a elaboração e efetivação de políticas públicas, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Norma Operacional Básica SUAS/2011, com o intuito de garantir o acesso da população em situação de vulnerabilidade e risco social da cidade de Fortaleza.

O Sistema Único de Assistência Social-SUAS, se organiza em níveis de proteções e dentre esses níveis está a Proteção Social Básica onde organiza os serviços, programas e benefícios, que consistem no trabalho social com indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e pessoal, de caráter continuado ou não, cuja finalidade é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Todo esse serviços são ofertados pelos 27 equipamentos dos Centro de Referência de Assistência Social, além dos convênios firmados com entidades socioassistenciais.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Fortalecer os vínculos e a função protetiva da família, contribuindo para o usufruto de direitos, a melhoria da sua qualidade de vida e superação das situações de fragilidade social vivenciadas.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Número de atendimentos nos serviços socioassistenciais da PSB	UNIDADE	400.000	1.600.000	SDHDS/MDSA
Taxa de cobertura equipamentos da proteção social básica	PERCENTUAL	40	100	SDHDS/MDSA
Taxa de pessoas atendidas nos serviços socioassistenciais da PSB	PERCENTUAL	10	50	SDHDS/MDSA

0160 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SAN

JUSTIFICATIVA: A Política de Segurança Alimentar e Nutricional está em processo de implantação e consolidação no município de Fortaleza, para tanto, o Município criou o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Fortaleza em dezembro de 2013, através da Lei nº 10.134, na busca pela promoção do direito à alimentação previsto no Art. 6º da Constituição Federal. A Política norteia e vem estruturando programas, projetos e ações em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de modo que o direito à alimentação e a SAN sejam respeitados e garantidos, principalmente, para a população mais vulnerabilizada e empobrecida do Município. Ressalta-se como os principais avanços da área da Segurança Alimentar e Nutricional: a criação de uma Coordenadoria específica de SAN, do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Fortaleza (CAISAN - Fortaleza); a municipalização do Restaurante Popular; a expansão das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN); e a adesão ao Sistema Nacional de SAN.

PÚBLICO ALVO: População em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar

OBJETIVO: Promover o direito humano à alimentação adequada (DHAA) por meio de ações de segurança alimentar e nutricional (SAN).

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Percentual de pessoas com acesso a alimentos saudáveis a custo subsidiado	PERCENTAGEM	81,54	100	SDHDS / MDS



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Percentual de pessoas participantes de ações de formação em Segurança Alimentar e Nutricional

PERCENTAGEM

-

1

SDHDS / IBGE

0171 GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUSTIFICATIVA: A PNAS, que é um documento normatizador das ações de assistência social, Resolução n° 145 de 15/10/2004, promove principalmente a defesa e a atenção aos interesses e necessidades às pessoas em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, cabendo a mesma, ações que promovam a prevenção, a proteção, a promoção e a inserção social, como também um conjunto de garantias e seguranças. A mesma é construída a fim de integrar as demais políticas sociais, considerando as peculiaridades sociais e territoriais, efetivando assim, a garantia dos mínimos sociais, bem como a universalização dos direitos sociais (MDS, PNAS, 2004), e tem como órgão gestor, em âmbito nacional o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Fica instituído, também na LOAS em seus artigos 4° e 5°, enquanto modelo de gestão, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS). O SUAS é fruto de um acordo federativo entre as três instâncias de governo (federal, estaduais e municipais) a fim de promover uma gestão descentralizada no que toca o financiamento e monitoramento dos serviços socioassistenciais. Tendo como ponto de partida para sua implementação a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), aprovada pelo CNAS - Resolução n° 130 de 15/10/05. Tem como características principais a proteção social, a defesa de direitos socioassistenciais e a vigilância social, atribuindo a política em questão uma nova lógica de organização das ações, classificadas em níveis de complexidade, considerando as peculiaridades territoriais e regionais. Tal ação visa viabilizar um sistema participativo e descentralizado como forma de materializar a LOAS, tendo como finalidade garantir os princípios previstos pela Política de Assistência Social.

As ações deste programa deverão acontecer para o aprimoramento da gestão do SUAS, incentivando investimentos na organização, gestão, estruturação e manutenção dos serviços e sua integração com benefícios e transferências de renda, devendo ainda, auxiliar na estruturação da gestão do trabalho e educação permanente do SUAS, na implantação da vigilância socioassistencial do monitoramento do SUAS no âmbito da gestão e serviços.

PÚBLICO ALVO: Gestão da Assistência Social, usuários, trabalhadores do SUAS e entidades socioassistenciais

OBJETIVO: Consolidar a Gestão do SUAS de forma compartilhada, o financiamento e a cooperação técnica articulada entre os entes federados e a rede pública e privada, com vínculo ao SUAS, de forma a desenvolver os serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como o monitoramento por meio da vigilância social.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Número de entidades socioassistenciais assessoradas	UNIDADE	100	400	SDHDS
Pessoas beneficiárias do PBF	UNIDADE	610.367	2.481.468	SDHDS
Taxa de beneficiários com o programa bolsa família	PERCENTAGEM	55	80	SDHDS
Trabalhadores capacitados	UNIDADE	520	2.080	SDHDS

0181 PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PREVENÇÃO DE VIOLAÇÕES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUSTIFICATIVA: De acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município de Fortaleza conta hoje com uma população de 736.229 crianças e adolescentes (faixa etária de 0 a 18 anos), o que corresponde a 30,02% do total de habitantes do município.

Segundo o Relatório do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, no ano de 2015, 387 meninos e meninas, de 10 a 19 anos, foram assassinados. Esses dados revelam que a letalidade infantojuvenil tem contornos de epidemia, e precisa da atenção do poder público para o seu enfrentamento.

Como consequência desse cenário são produzidos os mais variados tipos de violência, que atingem as pessoas de acordo com seu grau de vulnerabilidade, sendo crianças e adolescentes uma das categorias mais vulneráveis a esta situação, para as quais o presente programa se destina, na perspectiva de garantir seus direitos, prevenir violações, facilitar o acesso aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

serviços da rede de proteção e promover a inclusão social, de forma harmônica com as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente, das Resoluções do Conanda e CNAS e da Lei nº 13.431/2017.

Desta forma, sua atuação, por meio dos Programas Ponte de Encontro, Rede Aquarela e Adolescente Cidadão, além da gestão do Plano Municipal de Primeira Infância de Fortaleza, estão em total sintonia com os objetivos e metas propostos, na medida em que suas ações estão voltadas para a realização de abordagem social de crianças e adolescentes em situação de rua, para o enfrentamento à violência sexual de meninos e meninas, além do incentivo à inserção no mundo do trabalho de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade como forma de propiciar a inclusão social desse público.

Ainda na perspectiva da promoção de direitos, foi instituído pelo Decreto nº 13.931, de 15 de dezembro de 2016, o Comitê Gestor Municipal das Políticas de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação básica, que tem por objetivo planejar, implementar, avaliar e monitorar as ações de erradicação do sub-registro civil em Fortaleza.

PÚBLICO ALVO: Crianças e adolescentes de Fortaleza

OBJETIVO: Promover os direitos de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Percentual de encaminhamentos de crianças e adolescentes em situação de violação e direito realizados para a rede de atendimento	PERCENTAGEM	-	80	FUNCİ
Taxa de solução de demanda de sub-registro civil	PERCENTAGEM	-	90	FUNCİ

0186 GESTÃO DAS UNIDADES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

JUSTIFICATIVA: O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente enquanto diretriz de atendimento da criança e do adolescente, foi consolidado pela Resolução Conanda 113/2006 que o sistematizou em 3 eixos - Defesa dos Direitos; Promoção dos Direitos; e Controle e Efetivação dos Direitos.

Dentro do Sistema de Garantia de Direitos, os Conselhos de Direitos e Tutelares desempenham funções estratégicas, pertencendo, respectivamente, aos eixos de defesa e de controle.

Nessa perspectiva, cabe à Fundação da Criança e da Família Cidadã - Funci, de acordo com as Leis Complementares nº 176/2014 e 180/2014, garantir o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica), órgão deliberativo e de controle social, formado pela composição paritária de representantes do poder público municipal e da sociedade civil organizada.

Da mesma forma, a manutenção dos Conselhos Tutelares, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes no município, também é atribuição da Funci, devendo prover os conselhos tutelares dos meios e estruturas adequadas que permitam o atendimento de qualidade de crianças e adolescentes, conforme definido na Lei Municipal nº 9.843/2011 e na Resolução Conanda 170/2014.

PÚBLICO ALVO: Órgãos vinculados

OBJETIVO: Proporcionar atendimento de qualidade e o pleno funcionamento das Unidades do Sistema de Garantia de Direitos com atribuições específicas, dentro da organização municipal

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Conselhos tutelares em funcionamento	UNIDADE	8	12	FUNCİ



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Instituições devidamente registradas no conselho municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente

UNIDADE

100

120

FUNC1

0195 GESTÃO EXECUTIVA E INTERSETORIAL DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE FORTALEZA - PMPIF

JUSTIFICATIVA: O Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza (PMPiF), criado pela Lei Nº 10.221, de 26 de junho de 2014 e regulamentado pelo Decreto Nº 13.586, de 13 de maio de 2015, tem por objetivo cuidar, educar, proteger e promover a cidadania de crianças de zero a seis anos.

Os pilares básicos do PMPiF estão assentados nas áreas de saúde, educação, assistência social, direitos humanos, com transversalidade, nas áreas da cultura, esporte e lazer, meio-ambiente, juventude, sobre drogas, participação popular com apoio e parceria das áreas de infraestrutura, habitação, secretarias regionais, planejamento e orçamento.

O programa é composto de 13 ações finalísticas, como dar às crianças prioridade e condições de acesso à saúde; educação infantil; assistência social às crianças e suas famílias; direito de brincar e ao brincar, entre outras, agregando outras 64 proposituras dirigidas às crianças de zero a seis anos.

Além das ações finalísticas, a lei do PMPiF também criou a Semana da Primeira Infância, fortalecendo as atividades da Semana do Bebê, que, na edição de 2015, reuniu diversas instituições governamentais e não governamentais para compor a programação do evento com atividades voltadas para as áreas da saúde, educação, proteção, lazer e recreação. Foram 387 ações que aconteceram em 110 espaços como hospitais públicos, postos de saúde, nos equipamentos da Rede Cuca, Casa José de Alencar, universidades, escolas públicas e privadas, shoppings, terminais de ônibus, capelas, praias e ruas.

As atividades da Semana do Bebê de Fortaleza foram apresentadas na III Mostra Internacional das Semanas do Bebê como experiência inovadora para ser replicada por outras cidades. Portanto, investir na Primeira Infância através do cuidar, educar, proteger e promover a cidadania de criança pequena é garantir uma adolescência sadia e acolhida por meio dos vínculos familiares e comunitários levando essas crianças a serem protagonistas de sua história, de sua família, potencializando uma cidade saudável, acolhedora e com cultura de paz.

PÚBLICO ALVO: Crianças de zero a seis anos

OBJETIVO: Acompanhar e monitorar as ações intersetoriais nas áreas fins e transversais do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza (PMPiF)

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Nº de pessoas participando das atividades da Semana do Bebê	PESSOA	28.233	40.000	FUNC1
Percentual das ações do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza monitoradas	PERCENTUAL	-	100	FUNC1

0210 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

JUSTIFICATIVA: Na sociedade brasileira podemos dizer que a família ganhou reconhecimento no contexto da vida social e adquiriu maior relevância no âmbito das políticas sociais, desde a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226; a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no art. 16; o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), dentre outros instrumentos jurídico-políticos. Esta preocupação com a matricialidade familiar e comunitária ganha ênfase na Política de Assistência Social (PNAS, 2004), através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como modelo de gestão da proteção social não contributiva no nosso país, cujo propósito é garantir a integração, transversalidade e intersetorialidade desta política social pública com as demais. O SUAS organiza serviços, programas e benefícios destinados a indivíduos e famílias que vivem em cenários de pobreza em todo território nacional. As ações no âmbito de assistência social passam a fazer parte de uma estrutura da política pública de Estado.

As ações da Política Municipal de Assistência Social da Proteção Social de Média Complexidade vem sendo desenvolvidas através dos, 06 Centros de Referência Especializados da Assistência Social, 02 Centros Pop, 01 Centro Dia, além dos convênios firmados com entidades socioassistenciais.

A oferta de serviços são organizados através de programas, projetos, serviços e benefícios de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao atendimento à famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Devido à natureza e ao agravamento dessas situações, implica acompanhamento especializado, individualizado, continuado e articulado com a rede.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

PÚBLICO ALVO: Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias com direitos violados

OBJETIVO: Fortalecer as potencialidades de aquisições e proteção das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social ocasionados por violações de direitos, contribuindo para a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Equipamentos construídos e reformados em funcionamento	UNIDADE	3	3	SDHDS
Pessoas atendidas nos serviços da Média Complexidade	UNIDADE	28.528	85.584	RMA's e Instrumentais da PSE
Taxa de cobertura de CREAS implantados	PERCENTAGEM	42,9	50	SDHDS

0211 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

JUSTIFICATIVA: A Proteção Social Especial de Alta Complexidade oferta segurança de acolhida, assegurando proteção integral aos sujeitos atendidos, garantindo atendimento personalizado e em pequenos grupos, com respeito às diversidades (ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual). Os mesmos devem primar pela preservação, fortalecimento ou resgate da convivência familiar e comunitária - ou construção de novas referências, quando for o caso - adotando, para tanto, metodologias de atendimento e acompanhamento condizente com esta finalidade.

As ações da Política Municipal de Assistência Social da Proteção Social de Alta Complexidade vem sendo desenvolvidas através dos 04 acolhimento Institucional para Criança e Adolescente, 01 Casa de Passagem para homens, 01 Pousada Social, 01 abrigo Institucional para homens em situação de Rua, 01 abrigo Institucional para mulheres e famílias em situação de rua, além dos convênios firmados com entidades socioassistenciais.

PÚBLICO ALVO: Crianças, adolescentes, jovens, idosos, adultos e famílias com direitos violados, que necessitem da proteção integral do Estado

OBJETIVO: Ofertar serviços especializados, em diferentes modalidades e equipamentos, com vistas a afiançar segurança de acolhida a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitários de origem.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Pessoas acolhidas nos Serviços de Acolhimento Institucional	UNIDADE	2.520	10.080	SDHDS
Pessoas que superaram as situações de violação de direitos e não necessitaram mais permanecer acolhidas	UNIDADE	-	3.024	SDHDS

Juventude

0064 FORTALEZA INCLUSIVA

JUSTIFICATIVA: Este Programa está associado à necessidade de continuidade nas ações que vem sendo executadas para os jovens que residem nos territórios vulneráveis de Fortaleza, afetados pela falta ou mesmo a dificuldade de acesso a bens e espaços públicos para uma maior inclusão e integração social. Destaquem-se as ações necessárias para trabalhar a redução do contingente de jovens que nem trabalham e nem estudam (173.000, segundo dados do Censo 2010 e PNAD 2015), seja pelo fortalecimento de ações complementares às executadas em ambiente escolar, por exemplo, mas também as voltadas para uma maior inserção de jovens no ensino superior. Por fim, atuar de forma proativa para minimizar as dificuldades de obtenção de qualificação e de inserção produtiva dos jovens, em especial daqueles que residem em territórios de alta vulnerabilidade.

Fortaleza, enquanto quinta maior e capital mais adensada em termos de população no país, enfrenta problemas típicos de uma grande metrópole, como a existência de uma grande



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

área periférica, ainda apartada da área nobre da cidade, onde muitas vezes falta infraestrutura pública e mesmo privada de acesso a bens e serviços, o que pode contribuir para uma maior incidência de criminalidade, proliferação de doenças devido à baixa conscientização da população, falta de sentimento de pertencimento e identidade territorial, dentre outros. Esses problemas refletem de forma decisiva sobre a massa de população jovem, atualmente em torno de 830.000, em dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE, sendo que sua maioria vive na Periferia, em áreas de baixo IDH, por exemplo, das Regionais V e VI. A partir do suporte, apoio e promoção de ideias e iniciativas de jovens que visem sua maior participação na resolução de problemas e deficiências como as apontadas, ou mesmo que os provoque a realizações que contribuam com a melhoria das condições dos seus territórios, pode-se potencializar o protagonismo juvenil em prol da melhoria da cidade. E, por meio da atuação desses jovens, provocar externalidades positivas a partir da mobilização, formação, empoderamento e engajamento não apenas de outros jovens, mas também de outros extratos sociais, visando a melhoria da qualidade de vida e levando atividades e serviços ofertados por esses jovens e seus grupos. Por meio dos editais de Protagonismo Juvenil da Coordenadoria de Juventude, foram selecionados e executados, entre os anos de 2014 e 2016, 116 projetos de jovens protagonistas em territórios periféricos da capital. Esses projetos executaram atividades das mais diversas, desde escolinhas esportivas, grupos de dança e teatro, atividades de revitalização de praças e espaços públicos, campanhas de mobilização e prevenção de HIV/AIDS, empreendedorismo inovador e social até ações de preservação do meio ambiente e geração de renda por meio da reciclagem, em sua maioria nas regionais I, V e VI. Por meio de projetos idealizados, elaborados e executados por 222 jovens protagonistas, com apoio financeiro e institucional da Prefeitura de Fortaleza, cerca de 6.000 pessoas foram beneficiadas diretamente, e outras 25.000 indiretamente, com a execução dos projetos nesses territórios. Para construirmos a Fortaleza da Juventude, uma cidade mais justa, segura e de oportunidades, é fundamental fortalecer e promover o protagonismo juvenil e sua contribuição na construção de políticas públicas e na melhoria da nossa cidade.

Os projetos protagonizados por esses jovens se somam aos desenvolvidos pela Coordenadoria de Juventude, com foco nas Praças de Juventude e em outros logradouros públicos bastante frequentados por jovens, que apenas em 2016 mobilizaram a participação de quase 46.000 jovens nos eventos realizados, como o Reggaeando Fortaleza, Circuito Juventude Ativa de Skate e Copa Arena da Juventude.

PÚBLICO ALVO: Jovens entre 15 e 29 anos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade socioassistencial e/ou econômica

OBJETIVO: Promover ações e ofertar atividades que fortaleçam a inserção e a integração cultural, intelectual, tecnológica, social, econômica e cidadã dos jovens de 15 a 29 anos, para a construção de uma Fortaleza mais segura, inclusiva e justa.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Jovens beneficiados por políticas públicas de juventude	UNIDADE	151.034	168.410	Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude - CEPPJ

Saúde e Bem-Estar

0003 DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO COMUNITÁRIO E DE LAZER

JUSTIFICATIVA: Conforme o estudo da PNAD 2015 do IBGE, no Brasil existem 122,9 milhões de pessoas de 15 anos ou mais que não praticam qualquer tipo de esporte ou atividade física, onde a região Nordeste registra a maior proporção regional de não praticantes, 63,7%. O estado do Ceará registra um percentual de 76,4% de pessoas sedentárias. Ainda, considerando que a prática de esporte e o acesso ao lazer e a recreação são direitos sociais de todos os cidadãos brasileiros, e que essas atividades estão diretamente ligadas à formação física e intelectual das pessoas, inclusão social e qualidade de vida, uma vez que trabalham aspectos como autoestima, convívio, integração social, saúde e bem-estar, o programa deve favorecer e contribuir para o desenvolvimento de uma cultura esportiva da população, ampliando a prática de esporte e lazer nos espaços públicos existentes como praças, escolas municipais, centro comunitários, equipamentos esportivos públicos entre outros, contemplados pelas políticas de esporte e lazer da prefeitura.

PÚBLICO ALVO: Crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoas idosas e pessoas com deficiências

OBJETIVO: Promover o acesso da população de todas as faixas etárias ao esporte e lazer estimulando a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer e o empoderamento dos espaços públicos da cidade.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
-----------	-------------------	----------------	--------------	-------



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
	Academia ao Ar Livre em funcionamento	UNIDADE	3	40	SECEL
	Público participante de eventos municipais de Esporte e Lazer	UNIDADE	10.000	25.000	Polícia Militar; SECEL
	Taxa de bairros atendidos por núcleos de Esporte e Lazer	PERCENTUAL	55	97	SECEL

0004 PROGRAMA DE ESPORTE EDUCACIONAL E RENDIMENTO

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista que a prática de esporte contribui para a melhoria da qualidade de vida e conseqüente a transformação social da população, e que esses hábitos são desenvolvidos a partir da infância, sobretudo nas escolas, o programa deve contribuir para fomentar o potencial formativo do ambiente escolar e tornar expressiva a capacidade e resultados das entidades do sistema desportivo local. Assim, estimular a descoberta de talentos que poderão vir a representar o município em eventos nacionais e internacionais, oportunizando uma ascensão social e melhoria da qualidade de vida e bem-estar dessas pessoas.

PÚBLICO ALVO: Crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas

OBJETIVO: Ampliar e qualificar o acesso da população às práticas do esporte educacional e democratizar o acesso às práticas de rendimento, potencializando a descoberta de talentos.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Atletas apoiados em eventos esportivos	UNIDADE	-	420	SECEL
Público beneficiado em eventos de esporte de rendimento realizados pelo município	UNIDADE	-	10.000	Polícia Militar; SECEL

0005 INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER

JUSTIFICATIVA: Para que se possa garantir a prática de esporte e lazer de qualidade à população é necessário o pleno funcionamento da infraestrutura dos equipamentos esportivos da cidade. Sendo assim o programa visa à implantação, ampliação, modernização e manutenção dos equipamentos públicos esportivos como forma de potencializar os resultados da política de esporte e lazer no município.

PÚBLICO ALVO: Usuários dos equipamentos de esporte e lazer.

OBJETIVO: Ampliar e qualificar a infraestrutura esportiva do município de Fortaleza como forma de garantir a efetiva prática de esporte e lazer na cidade.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa de núcleos de esporte e lazer modernizados	PERCENTUAL	-	4	SECEL

0119 ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE

JUSTIFICATIVA: A Atenção Primária à Saúde (APS) é uma estratégia de organização da atenção à saúde voltada para responder de forma regionalizada, contínua e sistematizada à maior parte das necessidades de saúde de uma população, integrando ações preventivas e curativas, bem como a atenção a indivíduos e comunidades. Portanto, podemos dizer que a APS é o contato inicial e preferencial dos usuários com o sistema municipal de saúde. Por isso, deve ser universal e integral, envolvendo ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, além de ser a porta de entrada preferencial do cidadão ao Sistema de Saúde. Tem como princípios ordenadores: o primeiro contato, a longitudinalidade, a coordenação do cuidado, a integralidade e a orientação familiar e comunitária. Trabalha com indicadores que são informações relevantes sobre determinados atributos e dimensões do estado de saúde, bem como do desempenho do sistema de saúde, como dados de morbidade, incapacidade, acesso a serviços, qualidade da atenção, condições de vida e fatores ambientais, entre outros. Através do cuidado e da atenção preventiva o Programa visa inibir o adoecimento, prevenir morbidades e promover a saúde dos usuários do SUS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

PÚBLICO ALVO: Usuários do SUS e população de Fortaleza

OBJETIVO: Qualificar a atenção primária enquanto ordenadora da rede de atenção integral a saúde e coordenadora do cuidado ao usuário do SUS.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	PERCENTAGEM	39,98	46	SCNES IBGE (Sispacto)
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	PERCENTAGEM	64,84	71	SCNES IBGE (Sispacto)
Mulheres com 7 ou mais consultas de pré-natal realizadas	PERCENTAGEM	61	80	Sinasc
Número de crianças de zero a três anos de idade (0a 3a) cadastradas pelo Agente Comunitário de Saúde no Programa Cresça com Seu Filho/Criança Feliz.	UNIDADE	2.700	2.949	Sistema de Informação do Programa Cresça com Seu Filho/Criança Feliz (Formulário 2)
Óbitos maternos em determinado período e local de residência	UNIDADE	12	6	SIM (Sispacto)

0120 GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS

JUSTIFICATIVA: De acordo com a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS, para haver a consolidação do Sistema Único de Saúde, a formulação da política de saúde deve emergir dos espaços onde acontece a aproximação entre a construção da gestão descentralizada, o desenvolvimento da atenção integral à saúde e o fortalecimento da participação popular, com poder deliberativo. Formular e deliberar juntos significa um avanço para o controle social - e este é o efetivo desafio apresentado à gestão participativa, que requer a adoção de práticas e mecanismos inovadores que efetivem a participação popular. Pressupõe, portanto, a ampliação de espaços públicos e coletivos para o exercício do diálogo e da pactuação das diferenças. Desta forma, e seguindo a diretriz de participação social do SUS, o Conselho Municipal de Saúde de Fortaleza - CMSF vem pautando sua atuação num esforço coletivo na defesa dos direitos humanos e sociais, voltado para o controle social, na perspectiva da construção de uma política pública de saúde integral, sustentável e inclusiva.

PÚBLICO ALVO: Instâncias colegiadas, Conselhos Municipais e usuários do SUS

OBJETIVO: Fortalecer a participação e o controle social e consolidar a política de gestão democrática dos usuários SUS .

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa anual de Quóruns em reuniões ordinárias e extraordinárias do CMSF	PERCENTAGEM	-	100	CMSF

0121 GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE

JUSTIFICATIVA: Norteada pela Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 que dispõe a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, foi estruturada a referida política no nível municipal com o objetivo de desenvolver ações de capacitação, formação e qualificação com base nas necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde dos nossos serviços, visando à valorização do trabalhador da saúde e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, ampliando a capacidade resolutiva dos serviços de saúde e a gestão social sobre as políticas públicas de saúde no Município de Fortaleza.

PÚBLICO ALVO: Trabalhadores na Saúde

OBJETIVO: Desenvolver políticas de gestão do trabalho articuladas com a política de educação permanente na saúde, visando a valorização e a democratização das relações de trabalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
		Ampliação de programas de Residência em Medicina de Família e Comunidade e da Residência Multiprofissional em Atenção Básica / Saúde da Família / Saúde Coletiva	UNIDADE	1	2	COGETS/SMS/RAG-SUS
		Proporção de ações de educação permanente implementadas e/ou realizadas	PERCENTAGEM	-	70	COGETS/SMS

0123 ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

JUSTIFICATIVA: A Atenção Especializada a saúde - Média e Alta complexidade é um programa que compreende um conjunto de ações e serviços de saúde realizados em ambiente ambulatorial, que incorporam a utilização de equipamentos médico-hospitalares e profissionais especializados para a produção do cuidado em média e alta complexidade. Essa atenção contempla cirurgias ambulatoriais, procedimentos traumato-ortopédicos, ações especializadas em odontologia, patologia clínica, anatomopatologia e citopatologia, radiodiagnóstico, exames de ultrassonografia, diagnose, fisioterapia, terapias especializadas, próteses e órteses. Reforça-se a ideia da atenção especializada numa composição sistêmica, referindo-se às ações que extrapolam ao escopo e ou competências idealizadas para atenção primária, podendo em grande parte ser executada em regime ambulatorial e, portanto, configurando a atenção ambulatorial especializada como complementar a atenção primária. Assim, considerando as bases constitucionais e legais do SUS, citando portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização das redes de atenção à saúde no âmbito do sistema único de saúde, assim como o Decreto nº 7.508/ 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080 / 1990, dispoendo sobre a organização do Sistema Único de Saúde, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências, o SUS deve ser organizado de forma regionalizada e a região deve oferecer serviços de atenção primária, urgência e emergência, atenção psicossocial, atenção ambulatorial especializada e hospitalar e, por fim, vigilância em saúde. Considerando as mudanças nos perfis epidemiológico e demográfico, o sub financiamento da saúde, o programa efetivará com otimização de recursos, as ações e serviços de saúde ambulatoriais (fixos e móveis) e hospitalares de média e de alta complexidade, com base na regulação, no PEGASS, a partir da composição estrutural e operacional das redes assistenciais: Rede de atenção às Urgências e Emergências (SAMU, UPAS, CEMJA, hospitais e atenção domiciliar), Rede Cegonha (SAMU Cegonha e Maternidades), Rede de Atenção Psicossocial (SAMU Psiquiátrico, CAPS, Unidades de Internação Psiquiátrica em Hospital Geral) e a Rede de Atenção Primária (ambulatórios especializados de suporte ao diagnóstico e a terapia). A população alvo na atenção especializada são pessoas que apresentam naquele instante a necessidade de cuidados diferenciados e muitas vezes mais intensivos que no nível primário que precisa estar qualificados para atender e resolver os principais problemas que demandam serviços de saúde. Os que não forem resolvidos neste nível deverão ser referenciados para os serviços especializados ambulatoriais e ou hospitalares. A atenção de nível secundário compõem-se por ações e serviços que visam a atender os principais problemas de saúde e agravos da população, cuja prática clínica demanda disponibilidade de profissionais especializados e o uso de recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico, cujos recursos precisam ser garantidos. Ao pensar os hospitais e unidades especializadas no contexto de construção e qualificação da rede e ao planejar ações e metas, visamos garantir respostas eficientes e efetivas para a população e usuários do SUS.

PÚBLICO ALVO: Usuários do SUS

OBJETIVO: Garantir a oferta e a prestação de ações e serviços especializados ambulatoriais e hospitalares na Rede Municipal para os usuários do SUS.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Percentual de pacientes internados com registro	PERCENTUAL	-	100	SIGEN/SIH
Taxa de internação por causas externas	PERCENTUAL	62	60	SIH
Taxa de mortalidade por causas externas	PERCENTUAL	82,36	79,12	SIM
Tempo (em minutos) / Resposta de atendimento do Serviço Móvel de Urgência (SAMU) para classificação vermelha	UNIDADE	68	15	SAMU / SMS

0124 ATENÇÃO TERCIÁRIA A SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

JUSTIFICATIVA: Tomando como base o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998 e as bases legais do SUS, o programa de Atenção Terciária deverá otimizar recursos, ações e serviços hospitalares de média e alta complexidade tomando por base a regulação e tendo como pressuposto a composição estrutural e operacional da rede de atenção às Urgências e Emergência, buscando assegurar à população o acesso de qualidade a serviços de alta densidade tecnológica. A assistência à saúde prestada pelo programa de atenção terciária deverá desenvolver de modo a garantir a realização de todos os procedimentos reconhecidos pelo SUS que se façam necessários para o atendimento aos usuários que lhe forem direcionados pelo Sistema Único de Saúde. Nos anos 2015 e 2016, após a abertura e a habilitação das Unidades de Terapia Intensiva Adulta e Neonatal pelo Ministério da Saúde, houve também um incremento na resolutividade o que garantiu o atendimento integral às usuárias do SUS. O Programa também prevê uma expansão na complexidade das cirurgias traumatológicas, tais como cirurgias com uso de órteses e próteses, além de cirurgias videolaparoscópicas nas mais diversas subáreas (cirurgia ginecológica, oncológica, digestiva). Como unidade de referência para o atendimento de urgência e emergências na alta complexidade, o Instituto Dr. José Frota-IJF, com foco no trauma, atende as seguintes especialidades; Clínica Médica com emergentistas e diaristas, Pediatria, Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Cirurgia Vascular, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Buco Maxilar Facial, Traumato-Ortopedia, Neurocirurgia, Anestesiologia, Endoscopia Digestiva, Endoscopia Respiratória, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Terapia Intensiva, Terapia Intensiva Pediátrica, Radiologia, Cirurgia Torácica, Nefrologia e Centro de Tratamento de Queimados (CTQ), sendo também instituição de ensino e pesquisa. Com todos os desafios impostos neste nível de atenção, percebe-se um incremento nos atendimentos de emergência e CTQ, e nas internações e cirurgias realizadas. Convém destacar a construção do (IJF2), com obras iniciadas em 2016, o qual deverá garantir a realização continuada e regular dos serviços assistenciais previstos, de modo a que estes não sofram retração ou solução de continuidade em função do caráter emergencial do mesmo. Cabe salientar também o imprescindível papel do parque de Diagnóstico por Imagem do Hospital Maternidade Dra. Zilda Arns Neuman-HMZAN na rede de Atenção Terciária à Saúde do município, através da realização de exames de alto custo e complexidade, a saber: tomografias computadorizadas, ultrassonografias com doppler, mamografia digital com magnificação, punções guiadas por ultrassonografia, endoscopia digestiva alta, colonoscopia, CPRE (Colangiopancreatografia endoscópica retrógrada), eletroneuromiografia, eletroencefalograma, avaliação urodinâmica, teste ergométrico, entre outros. Especificamente em relação à área materno-infantil, o HMZAN dispõe de um Centro Obstétrico composto de leitos de pré-parto e leitos PPP (pré-parto, parto, pós-parto), nos quais se pratica assistência humanizada ao parto o que inclui a permanência de acompanhante escolhido pela gestante durante todo o processo de parto, desde a admissão até o pós-parto imediato, incluindo a entrada no centro cirúrgico caso a via adequada do parto seja a cirurgia cesariana. O ambulatório oferece vagas à Central de Regulação nas especialidades de dermatologia, neurologia, nefrologia, endocrinologia, pneumologia, gastroenterologia, mastologia, ginecologia geral, pré-natal de alto risco, cirurgia geral, cirurgia ginecológica, cirurgia de cabeça e pescoço, cirurgia do aparelho digestivo, cirurgia plástica, ortopedia, além de consultas de psicologia, fisioterapia, terapia ocupacional e massoterapia.

PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO DE FORTALEZA

OBJETIVO: ASSEGURAR A POPULAÇÃO O ACESSO DE QUALIDADE A SERVIÇOS DE ALTA DENSIDADE TECNOLÓGICA, COM CUIDADOS ABRANGENTES ORGANIZADOS NA FORMA DE REDE.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
MÉDIA DE PACIENTE /DIA NOS CORREDORES DO SETOR DE EMERGÊNCIA DO IJF	UNIDADE	66	50	IJF
PERCENTUAL DE PARTOS CESARIANA REALIZADOS NO HOSPITAL DA MULHER.	PERCENTUAL	59,56	51	HMDZA

0125 REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

JUSTIFICATIVA: O artigo 197 da Constituição Federal define como de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. Para tanto, a organização do modelo de atenção à saúde na média e alta complexidade pressupõe a contratualização, regulação, controle, avaliação e auditoria em conformidade com os marcos regulatórios do SUS. A contratualização visa o chamamento público para a contratação de serviços complementares em atendimento aos princípios constitucionais a lei nº. 8080. A regulação acontece em relação à oferta e à demanda, com vistas à programação pactuada pelo Município de Fortaleza com os demais municípios cearenses e o Estado. O controle e a avaliação são ferramentas gerenciais que acompanham e monitoram as ações estabelecidas na contratualização e que são observadas na regulação. A auditoria tem como função precípua auditar e fiscalizar a conformidade das ações e serviços prestados ao usuário do SUS e do cumprimento do marco regulatório do SUS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

PÚBLICO ALVO: Usuários do SUS e população de Fortaleza

OBJETIVO: Garantir o acesso universal, de forma integral e igualitária, nas Redes de Atenção à Saúde (RAS), aos usuários do SUS em atendimento às suas necessidades de atenção à saúde com custo-efetividade.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Proporção de AIH reguladas para os leitos de retaguarda em relação ao volume total de AIH faturadas	PERCENTAGEM	-	100	SIA / UNISUSWEB
Proporção de Contratos da rede complementar por chamamento público efetivado	PERCENTAGEM	-	100	CORAC / SMS
Proporção de pacientes transferidos das portas de entradas da RUE para internamento hospitalar	PERCENTAGEM	-	100	SIA / UNISUSWEB
Taxa de procedimentos ambulatoriais efetivamente regulados	PERCENTAGEM	-	100	SIA / UNISUSWEB

0127 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

JUSTIFICATIVA: A Política Nacional de Medicamentos (Portaria MS/GM nº 3.916/98) e a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (Resolução CNS nº 338/2004), como parte da Política Nacional de Saúde, Lei nº 8.080/1990, constituem-se em instrumentos para a implementação de ações capazes de promover a melhoria das condições de assistência sanitária da população. Assim, a Organização Mundial de Saúde - OMS vem pautando, por meio de seus documentos, as novas perspectivas para a concepção da Atenção Primária em Saúde e, incluída nesta, as necessidades de mudanças dos serviços de farmácia e da atuação dos farmacêuticos. Em relação à visão sobre a atenção primária em saúde, concebida a partir da Conferência de Alma-Ata, as mudanças de concepção e a evolução de seus valores e princípios se concretiza na perspectiva da Atenção Primária em Saúde (APS) Renovada, que apresenta novas estratégias e orientações programáticas. Com referência ao modelo de assistência farmacêutica e, principalmente, dos serviços de farmácia, os quais devem se engajar na nova perspectiva da Atenção Primária em Saúde (APS) Renovada, os recentes documentos da OMS/OPAS referem-se às necessidades de mudanças de forma a enfrentar os principais desafios: eliminação das dificuldades de acesso; a incorporação dos serviços farmacêuticos como componentes das políticas farmacêuticas nacionais; serviços farmacêuticos com base no indivíduo, na família e na comunidade; a gestão com atenção integral e integrada, comprometida com o alcance de resultados em saúde e a formação de recursos humanos para serviços farmacêuticos baseados na APS Renovada. Destaca-se que a atenção farmacêutica se refere à prestação direta a seu público objetivo final e, portanto, contribui com a obtenção de resultados em saúde. Algumas das atividades, como a dispensação de medicamentos ou o seguimento terapêutico, são dirigidas aos indivíduos. Outras como a promoção de saúde, se orientam ao indivíduo, ou a grupos de indivíduos, ou seja, à família e à comunidade. Considerando os principais agravos que acometem a população revelados nos indicadores epidemiológicos, o cenário socioeconômico e cultural do município de Fortaleza, a assistência farmacêutica atua de maneira transversal em todos os pontos da rede de atenção à saúde, na dispensação de medicamentos, cuidado farmacêutico e adesão ao tratamento visando a atenção integral da população.

PÚBLICO ALVO: Usuários do SUS e população de Fortaleza

OBJETIVO: Avançar na consolidação de uma assistência farmacêutica universal, integral e de qualidade como parte da atenção à saúde da população.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Proporção de medicamentos prescritos e medicamentos dispensados nas unidades de atenção especializada a saúde	PERCENTAGEM	-	90	CELAF / ISGH
Proporção de medicamentos prescritos e medicamentos dispensados nas unidades de atenção primária a saúde	PERCENTAGEM	-	90	CELAF / ISGH

0128 VIGILÂNCIA A SAÚDE

JUSTIFICATIVA: A Vigilância em Saúde é responsável pela informação para a ação e intervenção que reduzam riscos e promovam a saúde nos territórios, articulando-se às Redes de Atenção à Saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Esta função essencial do SUS tem sido chamada a orientar sua ação considerando os complexos fenômenos econômicos, ambientais, sociais e biológicos que determinam o nível e a qualidade da saúde das brasileiras e dos brasileiros, de todas as idades, visando controlar e reduzir riscos. Também está relacionada às práticas de promoção da saúde dos cidadãos e aos mecanismos adotados para prevenção de doenças. Além disso, integra diversas áreas de conhecimento e aborda diferentes temas, tais como política e planejamento, territorialização, epidemiologia, processo saúde-doença, condições de vida e situação de saúde das populações, ambiente e saúde e processo de trabalho. O atual perfil epidemiológico brasileiro, caracterizado por uma tripla carga de doença que envolve a persistência de doenças parasitárias, infecciosas e desnutrição, características de países subdesenvolvidos, a recorrência de problemas de saúde reprodutiva com mortes maternas e óbitos infantis por causas consideradas evitáveis, e o desafio das doenças crônicas e seus fatores de risco como sedentarismo, tabagismo, alimentação inadequada, obesidade e o crescimento das causas externas em decorrência do aumento da violência e dos acidentes de trânsito, trazendo a necessidade de ampliação do foco da atenção para o manejo das condições agudas e crônicas. O Município de Fortaleza, considerada a quinta maior capital do país em população, contando com 2.609.716 habitantes no ano de 2016, com 75% da população usuária direta do SUS, expressa alguns indicadores que confirmam o cenário nacional. O município vem apresentando modificações no padrão demográfico e no perfil de morbimortalidade, manifestando em sua estrutura etária, redução na proporção de crianças e adultos jovens e consequente aumento na proporção de idosos com maior expectativa de vida. O perfil de morbimortalidade vem apresentando declínio das doenças infecciosas e ascensão das doenças crônicas não transmissíveis e de acidentes e violência (causas externas). As principais causas de morte em Fortaleza são representadas pelas doenças do aparelho circulatório, especialmente as cerebrovasculares, com coeficiente de 123,3 óbitos por 100.000 habitantes no ano de 2016, seguindo-se as neoplasias malignas, com 105,7 óbitos/100000 habitantes. Os agravos decorrentes de causas externas de morbidade e mortalidade ocupam a terceira posição, com coeficiente de 89,9/100000 habitantes em 2016. Os óbitos por causas externas representaram 15,1% dos óbitos totais em Fortaleza no ano de 2016, ocupando a terceira posição. Dentre eles, 84,0% ocorreram no sexo masculino e 16,0% no feminino. As agressões lideram com 67,2% dos óbitos, seguindo-se os acidentes de trânsito, suicídio e quedas, com 17,7%, 7,8% e 7,3%, respectivamente. A violência no trânsito ocupa a segunda posição entre as causas externas, em que os atropelamentos e colisões são os maiores causadores de deficiências e mortalidade. No campo da rede de atenção às doenças crônicas transmissíveis de notificação compulsória, o cenário epidemiológico é preocupante quando analisamos a situação da AIDS, Sífilis, Tuberculose e Hanseníase. Frente a este cenário de agravos, a Saúde está no centro da agenda da Gestão Municipal, pautada no enfrentamento da redução da morbimortalidade por esses agravos, no âmbito das políticas públicas, na ampliação e qualificação do atendimento à população usuária, na melhoria do investimento público e na adesão às ações de promoção da saúde e prevenção das DCNT que impactem em melhorias efetivas na vida dos usuários.

PÚBLICO ALVO: Usuários do SUS e população de Fortaleza

OBJETIVO: Fortalecer a rede de atenção à saúde na perspectiva da integração das ações de vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental, saúde do trabalhador e dos sistemas de informação, promover o cuidado e proteção à saúde através da prevenção de doenças crônicas e seus fatores de risco.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Número de UAPS com serviço de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências implantado	UNIDADE	26	60	SINAN
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	PERCENTUAL	56	86,53	SINAN
Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	PERCENTAGEM	90	95	SIM / SISNAC
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) por DCNT, segundo componentes (Neoplasias, Circulatórias, Diabetes e Respiratórias Crônicas)	PERCENTUAL	250,7	227,7	SIM / IBGE

0212 ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE DROGAS E SEUS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

JUSTIFICATIVA: O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), instituído pela Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, tem dentre suas finalidades articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários ou dependentes de drogas e seus familiares. Destaca-se que define atividades de atenção ao usuário ou dependente de drogas e respectivos familiares como aquelas que visem à melhoria da qualidade de vida e à redução dos riscos e dos danos associados ao uso de drogas. Ao passo que a reinserção social do usuário ou do dependente de drogas e de seus familiares constitui em atividades direcionadas para



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

sua integração ou reintegração em redes sociais.

Contudo, uma atenção maior e especializada na redução de danos será deferida àqueles em situação de extrema vulnerabilidade social ou que apresentem uma maior vulnerabilidade ao uso abusivo e problemático de drogas, por meio do acompanhamento do seu itinerário terapêutico na rede de cuidados e por ações de redução de danos visando a conscientização da importância do autocuidado e autoresponsabilização, a fim de minimizar os riscos e os danos associados ao uso de drogas.

Outra ação importante a ser realizada é a busca ativa das pessoas em situação de extrema vulnerabilidade que realizam o consumo de álcool, crack e outras drogas de forma problemática, localizados em vários bairros da cidade de Fortaleza. Esse trabalho será realizado por uma equipe itinerante de abordagem social, composta por profissionais de nível superior e de redutores de danos, que realizarão abordagens nos vários bairros com cenas de uso de substâncias psicoativas na cidade de Fortaleza, levando ações de cuidado e redução de danos para minimizar os problemas causados pelo uso abusivo de substâncias e para possibilitar o acesso e inclusão dessas pessoas aos serviços necessários da Rede municipal.

Adiante, a continuidade das ações já realizadas nos territórios de Fortaleza no período de 2013-2016, articulando as diversas áreas de saúde, educação, segurança cidadã, assistência social, cultura, esporte e lazer (dentre outras), definindo uma pactuação das ações de responsabilidade de cada órgão da Prefeitura Municipal de Fortaleza, de seus equipamentos e serviços nos territórios, onde cada serviço define suas ações e fluxos de encaminhamentos, identificando os profissionais de referência de cada serviço, criando Grupos de Trabalhos para identificar os casos e compartilhar soluções de forma intersetorial, será de responsabilidade dos Comitês Territoriais. Estes têm a finalidade de permitir a organização dos processos de trabalho que surgem como a principal questão a ser enfrentada para a mudança dos serviços, no sentido de colocá-los operando de forma centrada no usuário e suas necessidades, possibilitando a interação de saberes e práticas, necessárias para o cuidado integral. Eles organizam-se com grande capacidade de interlocuções e negociações com implicações de todos os atores de diversos órgãos públicos municipais.

PÚBLICO ALVO: Usuários de drogas e seus familiares em situação de vulnerabilidade; e instituições públicas e privadas que compõem a rede responsável por ações pertinentes à política sobre Drogas.

OBJETIVO: Acolher, orientar e encaminhar usuários de drogas e familiares em situação de vulnerabilidade para a Rede municipal de cuidados, articulando as diversas áreas de saúde, educação, segurança cidadã, assistência social, cultura, esporte e lazer (dentre outras), promovendo a implantação de uma rede de atuação integral aos usuários com uso problemático de álcool, crack e outras drogas e seus familiares e garantindo à integralidade do cuidado.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Comitê Territorial da rede de cuidados ao usuário de drogas implantado e em pleno funcionamento	UNIDADE	2	6	Relatórios de Gestão da CPDROGAS
Usuários de drogas e familiares em situação de vulnerabilidade acolhidos	UNIDADE	-	28.800	Relatórios de Gestão da CPDROGAS; Relatório de atendimentos realizados por parcerias

0213 PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE ÁLCOOL, CRACK E OUTRAS DROGAS

JUSTIFICATIVA: O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), instituído pela Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, tem dentre suas finalidades articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas. Destaca-se que define como atividade de prevenção do uso indevido de drogas aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção.

Existe um consenso em se abandonar estratégias de prevenção ao uso de drogas limitadas a entrega de material gráfico alertando sobre os perigos que as substâncias psicoativas causam, tendo em vista se mostrarem ineficientes e, com base em estudos científicos, evidenciou-se a obtenção de um efeito contrário. Segundo o Ministério da Saúde (2015): Campanhas com foco nas drogas e seus riscos tem demonstrado possibilidade de efeitos iatrogênicos - elas podem aumentar o consumo ao invés de diminuir e ampliar a estigmatização do usuário, afastando ainda mais dos equipamentos de cuidado (FERRI et al, 2010; HORNÍK et al, 2008; WAKEFIELD; LOKEN; HORNÍK. 2010).

Segundo as normas internacionais sobre a prevenção do uso de drogas, elaborado pela UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, evidências científicas apontam que o caminho a ser adotado deve ser pautado em estratégias que priorizem o crescimento saudável e seguro, e sua permanência, de crianças e adolescentes até à vida adulta, e posteriormente à velhice.

A prevenção ao uso de drogas em grupos de crianças, adolescentes e jovens vai além da finalidade de evitar ou, quando não se puder evitar, retardar o início do uso de drogas, ou, em grupos que já iniciaram, evitá-lo que se transforme num uso abusivo ou reduzir os riscos e danos relacionados ao uso de drogas. A prevenção para ser efetiva tem como objetivo prioritário a busca do desenvolvimento seguro e saudável, fazendo que percebam seus talentos e potenciais, a fim de se tornarem membros contributivos para o bem de suas



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

comunidades e da sociedade. Desta forma, deve sempre fomentar a participação positiva destes nas atividades familiares, escolares e comunitárias. Pretende executar projetos com foco em crianças, adolescentes e jovens, devidamente articulados com outros órgãos setoriais da Prefeitura Municipal de Fortaleza, norteados pelo reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida dos indivíduos e na sua relação com a comunidade à qual pertencem.

PÚBLICO ALVO: Crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade ao uso abusivo de álcool, crack e outras drogas Comunidade científica, gestores e profissionais de políticas públicas sobre drogas, e população de Fortaleza

OBJETIVO: Fortalecer os fatores de proteção e minimizar os fatores de risco ao uso abusivo de drogas, que mais prevalecem nas relações de crianças, adolescentes e jovens, por meio de estratégias que priorizem o crescimento saudável e seguro.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Pessoas beneficiadas por ações de prevenção ao uso indevido de drogas	UNIDADE	-	20.000	Relatório de Gestão da CPDROGAS e relatórios de execução das Parcerias firmadas/renovadas

Eixo IV - Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento

Educação, Conhecimento e Inovação

0042 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

JUSTIFICATIVA: A Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza, no tocante ao Ensino Fundamental, tem sua ação direcionada para duas missões básicas: ampliar o atendimento, garantindo o acesso a toda população de 6 a 14 anos e oferecer educação de qualidade para todos. Esta qualidade deve ser traduzida na melhoria dos indicadores educacionais e no sucesso de seus educandos nas avaliações internas e externas das quais participem. Neste sentido, ampliou o atendimento neste nível de ensino, passando de 149.552 alunos (2013) para 169.542 alunos (2017) e vem, em termos do IDEB, superando ano a ano, as notas previstas pelo MEC. Tem como meta alcançar, até 2021, a nota 7,0 (sete) nos anos iniciais e 6,0 (seis) nos anos finais.

PÚBLICO ALVO: População na faixa etária de 6 a 14 anos, acrescida dos estudantes fora da faixa, em atendimento na rede municipal de ensino

OBJETIVO: Melhorar a permanência com sucesso e a aprendizagem dos alunos do ensino fundamental, com reestruturação e melhoria da rede física e inovação na ação curricular.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa de aprovação do Ensino Fundamental	PERCENTUAL	89,9	94,1	Sistema de gestão da SME
Taxa de atendimento no Ensino Fundamental	PERCENTAGEM	48,8	60	Censo (IBGE) e Sistema de Gestão da SME
Índice de desempenho escolar/SPAECE (2º ano)	ESCALA	8,1	9	Censo Escolar(INEP) e Avaliação externa (SEDUC)
Índice de desempenho escolar/SPAECE (5º ano)	ESCALA	5	6,6	Censo Escolar(INEP) e Avaliação externa (SEDUC)
Índice de desempenho escolar/SPAECE (9º ano)	ESCALA	2,7	5	Censo Escolar(INEP) e Avaliação externa (SEDUC)

0043 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

JUSTIFICATIVA: O município de Fortaleza, em razão de elevadas taxas de reprovação e abandono ocorridas ao longo do tempo entre estudantes com 15 anos ou mais de idade, necessita cumprir uma política de educação de jovens e adultos (EJA) que favoreça a implementação de uma ação curricular mais dinâmica, interessante, criativa e adequada à população dessa modalidade de educação. Nesta perspectiva, redimensionará a proposta pedagógica da EJA a partir de uma ação alfabetizadora que tenha assegurada a continuidade de estudos nos anos subsequentes do ensino fundamental. Mencionada proposta integrará o desenvolvimento cognitivo com atividades destinadas à preparação para o mundo do trabalho, devendo envolver, progressivamente, o uso das TIC's (Tecnologia da Informação e Comunicação). Assim, contando com o sucesso do programa Alfabetização na Idade Certa e com a melhoria da



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

aprendizagem no ensino fundamental regular, pretende-se que a ação da nova EJA concretize um processo educativo com repercussão na diminuição do analfabetismo na cidade de Fortaleza em, pelo menos, 30% (reduzindo de 6,9% para 4,8%); bem como, na elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos, em 12 anos, conforme prevê o PME 2015/2025.

PÚBLICO ALVO: População a partir de 15 anos

OBJETIVO: Assegurar educação formal aos jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa de abandono na EJA municipal	PERCENTUAL	14,3	13,8	Censo Escolar e Sistema de Gestão (SME)
Taxa de aprovação na EJA municipal	PERCENTUAL	41,7	42,3	Censo Escolar e Sistema de Gestão (SME)

0052 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

JUSTIFICATIVA: O Plano Nacional de Educação - PNE, lei 13.005/2014 e o Plano Municipal de Educação de Fortaleza, lei nº 10.371/2015 estabelecem em suas metas decenais que, no fim do período de sua vigência, a oferta de educação infantil alcançasse 50% das crianças de 0 a 3 anos e 100% das crianças de 4 e 5 anos em 2016. A lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB e a resolução nº 5/2009 do Conselho Nacional de Educação (CNE) em seu art. 5º estabelecem a educação infantil como primeira etapa da educação básica, sendo oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam em espaços institucionais, supervisionado por um órgão competente do sistema de ensino e submetido a controle social. A fim de garantir o acesso e a permanência das crianças nas instituições de educação infantil, a Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza realiza ações para ampliar o atendimento de creche e pré-escola, por meio da construção de novas unidades escolares, aquisição de mobiliário e de material didático adequado à faixa etária das crianças, como livros de literatura infantil, brinquedos, livros didáticos, entre outros. A realização de formações continuadas de todos os profissionais que atuam nessa etapa da educação constitui outra ação que visa garantir o atendimento de qualidade, com o intuito de colaborar com as práticas de cuidar e educar, que são desenvolvidas com as crianças no cotidiano das instituições. A implantação do núcleo de pesquisas com o objetivo de avaliar as ações promovidas pela SME e desenvolvidas no âmbito das instituições de educação infantil visa, também, contribuir na elaboração de políticas que impliquem na qualidade do trabalho realizado com as crianças de 1 a 5 anos. Todas essas ações indicam uma atenção em ofertar às crianças, às famílias e aos profissionais uma educação infantil que cumpra sua função social, política e pedagógica, promovendo o desenvolvimento integral das crianças.

PÚBLICO ALVO: População na faixa etária de 1 a 5 anos

OBJETIVO: Contribuir para a expansão e melhoria da qualidade da educação infantil em creches e pré-escolas.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa de atendimento às crianças de 0 a 3 anos na rede municipal (creche)	PERCENTAGEM	30,1	41	Censo IBGE E Sistema de Gerenciamento da SME
Taxa de atendimento às crianças de 4 a 5 anos na rede municipal (Pré- escola)	PERCENTAGEM	91,1	100	Censo IBGE E Sistema de Gerenciamento da SME

0074 VALORIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.

JUSTIFICATIVA: No campo das políticas culturais, há necessidade de se democratizar e garantir o amplo acesso aos bens culturais, assegurando a participação social na implantação e na gestão de políticas públicas de cultura. É preciso promover a cultura e o patrimônio como um setor estratégico para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, fortalecendo as políticas públicas e a gestão da cultura, por meio da consolidação de sistemas integrados de informação, mapeamento e monitoramento. O plano Fortaleza 2040 prevê a ampliação da quantidade de bens culturais reconhecidos legalmente como patrimônio histórico cultural de Fortaleza, em 200% até 2040, tendo como base os bens tombados até 2016, e a restauração, a requalificação e a dinamização de 100% do patrimônio histórico cultural no âmbito municipal. Outro desafio é descentralizar territorialmente a gestão e as ações culturais,



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

reconhecendo, protegendo e valorizando o patrimônio cultural do município na sua diversidade de memórias e identidades. Neste sentido, foca-se além das ações de restauração, conservação e requalificação do patrimônio histórico-cultural e artístico, na consolidação do Sistema Municipal de Museus com a intenção de promover a proteção, a valorização, a salvaguarda, o reconhecimento, a democratização aos bens culturais e a educação para o patrimônio, a fim de garantir aos cidadãos de Fortaleza a preservação e a valorização de suas memórias e histórias, garantindo o reconhecimento das identidades da nossa urbe.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Contribuir para assegurar o direito constitucional do cidadão às memórias, identidades e histórias da cidade de Fortaleza por meio de ações de preservação, salvaguarda, restauração, manutenção, divulgação, difusão, educação e revitalização do conjunto de bens materiais, imateriais e naturais do município.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Ampliação do número de bens tombados e bens registrados	UNIDADE	-	17	COPHC-Coordenação de Patrimônio Histórico Cultural
Grupos beneficiados com projetos de salvaguarda	UNIDADE	14	2.000	COPHC-Coordenação de Patrimônio Histórico Cultural
Pessoas beneficiadas com formação no Seminário do Patrimônio de Fortaleza	UNIDADE	842	1.200	COPHC-Coordenação de Patrimônio Histórico Cultural
Público beneficiado com o acesso à publicação sobre as memórias e histórias dos bairros de Fortaleza	UNIDADE	2.000	3.000	COPHC-Coordenação de Patrimônio Histórico Cultural

0105 MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

JUSTIFICATIVA: A melhoria da educação, em paralelo ao desenvolvimento das ações essencialmente finalísticas da SME, exige estratégias referentes à gestão dos programas, projetos e atividades relacionados com o funcionamento do parque escolar nos seus aspectos estruturais. Incluem-se neste sentido as diversas ações que contribuem para a melhoria do desempenho da gestão escolar, com repercussão no seu desempenho acadêmico, como sejam: gerenciamento democrático dos recursos financeiros repassados para a manutenção da escola, com formação continuada dos gestores escolares e dos membros dos organismos colegiados de suporte à gestão; desenvolvimento eficiente dos programas, de origem federal, da alimentação escolar, do transporte escolar e do livro didático; e, especialmente, garantia de uma rede física escolar em condições satisfatórias de funcionamento, tanto qualitativa como quantitativamente adequada à demanda atendida nas diferentes etapas e modalidades de ensino.

PÚBLICO ALVO: Alunos da rede municipal de ensino e servidores municipais da educação

OBJETIVO: Melhorar o desempenho escolar dos alunos elevando os indicadores educacionais.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Alunos atendidos por instituições de Educação Especial	UNIDADE	760	840	Sistema de Gestão da SME
Alunos beneficiados com transporte escolar	UNIDADE	13.704	12.055	Sistema de Gestão da SME
Alunos de Educação Especial matriculados na rede municipal de educação	UNIDADE	4.100	5.687	Sistema de Gestão da SME

0182 FOMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA CIDADE

JUSTIFICATIVA: A utilização criativa da ciência, da tecnologia e da inovação para solucionar problemas da cidade busca garantir atualização permanente e condizentes com a realidade vivida. Neste processo, o desenvolvimento de sistemas informatizados, a implantação de espaços voltados à cultura digital, dentre outros, tem contribuído para manter a cidade adaptada ao tempo



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

atual, da mesma forma que incentiva a permanente atualização de sua população. Em 2017 foram 10 equipamentos, 9 Telecentros e 1 Casa de Cultura Digital, localizados nos bairros: Jacarecanga, Pirambu, Alto da Balança, Meireles, Grande Bom Jardim, Bom Jardim, Granja Lisboa, Parque Santa Maria (Grande Jangurrussu) e Praia de Iracema, geridos pelo município com a finalidade de formação e acesso à tecnologia, além de 281 bancos de dados disponíveis no Portal de Dados Abertos, que geraram 14.286 acessos pela população. No âmbito dos Projetos Inovadores, destaca-se o Projeto CITILAB cujo objetivo foi incentivar a participação de cientistas, alunos e especialistas de instituições de renome mundial, na construção de soluções criativas e inovadoras para a melhoria das condições da vida urbana e para questões prementes de Fortaleza.

PÚBLICO ALVO: Pesquisadores, acadêmicos, jovens e empreendedores

OBJETIVO: Promover a pesquisa, o acesso da população e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação na cidade de Fortaleza, principalmente junto aos bairros que apresentam IDH de até 0,50.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Bancos de dados disponíveis no Portal de Dados Abertos	UNIDADE	281	350	Fundação CITINOVA
Equipamentos voltados à cultura digital geridos pelo município	UNIDADE	10	20	Fundação CITINOVA
Pessoas beneficiadas dos espaços voltados à cultura digital	UNIDADE	-	2.500	Casa da Cultura Digital
Taxa de bairros com IDH de até 0,50 que contam com acesso livre à internet	PERCENTUAL	50	100	Fundação CITINOVA

0183 PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

JUSTIFICATIVA: Em virtude da crescente necessidade de transparência das diversas secretarias e demais órgãos municipais, além da real necessidade de agilizar os serviços aos cidadãos, exige-se o desenvolvimento de soluções informatizadas, cujo acesso é feito por diversos meios, como celulares, tablets ou computadores. No âmbito dos Projetos Inovadores destacaram-se em 2016: I Concurso HACKER CIDADÃO para o desenvolvimento de aplicativos para a cidade; o curso de extensão à distância em Lógica de Programação para pessoas com deficiência visual; o Portal de Formações em Cultura, em parceria com a Secretaria de Cultura de Fortaleza; o projeto Vida em Movimento, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e o Instituto de Planejamento de Fortaleza e o projeto do Barramento de Integração de Dados da Cidade, em parceria com o Instituto de Planejamento de Fortaleza. Sendo assim, este programa propõe a inovação na gestão pública, através de soluções inteligentes, que darão suporte aos gestores municipais nas tomadas de decisão.

PÚBLICO ALVO: Secretarias e Órgãos da Gestão do Município de Fortaleza

OBJETIVO: Desenvolver soluções informatizadas para as secretarias, órgãos e parceiros da administração pública municipal para agilizar os serviços e respostas aos cidadãos, bem como aos gestores no processo de tomada de decisão.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Projetos desenvolvidos com foco na inovação da gestão pública	UNIDADE	-	40	Fundação CITINOVA
Taxa de implantação do Data Analysis da cidade	PERCENTUAL	-	100	Fundação CITINOVA

0190 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DO LIVRO, DA LEITURA, DA LITERATURA E BIBLIOTECA

JUSTIFICATIVA: Há várias vertentes e campos da Cultura que, por si só, validam-se como preocupação precípua de uma gestão. Uma dessas vertentes e, talvez, a mais proeminente trata de questões relacionadas com uma política voltada para o livro, para a leitura, para a literatura e para bibliotecas, por ser, por intermédio dela que todas as demais manifestações podem ser reproduzidas, analisadas, criticadas e resgatadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Dessa forma, na atual conjuntura da gestão municipal, algumas ações podem e devem ser inter-relacionadas de modo a servirem de gênese a uma construção mais abrangente e consistente. Assim, com a implantação de mais duas bibliotecas (no Autran Nunes e no Conjunto Ceará), além da Biblioteca Dolor Barreira, com sua Gibiteca Municipal, há que se pensar em uma série de atividades congregadas, que deem suporte e se tornem fundamentais no âmbito da Secultfor em sua relação com a sociedade. Da mesma forma, a existência dos terminais literários, os editais da área, a possibilidade de criação de linhas editoriais devem convergir para uma política de valorização do livro, da leitura e da literatura e de bibliotecas no âmbito municipal.

PÚBLICO ALVO: Crianças e adolescentes pessoas com até 18 anos, prioritariamente residentes em bairros com IDH abaixo de 0,50; Freqüentadores das Bibliotecas do Município; Transeuntes dos Terminais de Fortaleza; Escritores, poetas, mediadores de leitura, agentes e prod

OBJETIVO: Implantar uma política do livro, da leitura, da literatura e biblioteca, de modo a despertar, incentivar, estimular, fomentar a prática da leitura, da formação dos leitores, desenvolvendo de forma efetiva e recorrente um programa educativo que fomente a pesquisa, a leitura e as ações culturais em Fortaleza.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Público beneficiado através da realização de fomento e financiamento	UNIDADE	-	60	SECULTFOR
Público beneficiado com o acesso à leitura e pesquisa	UNIDADE	-	25.000	SECULTFOR
Público beneficiando com ações culturais nas bibliotecas e terminais literários	UNIDADE	-	40.000	SECULTFOR

0193 DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

JUSTIFICATIVA: O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei 13.005/2014 e o Plano Municipal de Educação de Fortaleza, Lei nº 10.371/2015 estabelecem em suas metas decenais que, no fim do período de sua vigência, ofereça educação integral em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica. O programa objetiva ampliar os conceitos de tempo e espaço educativo para além dos muros da escola, através de parcerias intersetoriais que favorecem o enriquecimento da ação curricular possibilitando que o ato de aprender se torne uma experiência prazerosa e exitosa no sentido da formação cidadã. Na rede municipal de Fortaleza 7.083 alunos são atendidos em escolas de tempo integral e 36.676 em ações complementares no contraturno escolar, perfazendo um total de 43.759 educandos que permanecem mais tempo em atividades educacionais. Nesta perspectiva, a SME busca garantir direitos básicos aos seus estudantes, investindo e direcionando ações para assegurar uma educação de qualidade, que possibilite atividades pedagógicas multi e interdisciplinares, de forma integral e integrada, em melhores condições de aprendizado.

PÚBLICO ALVO: Alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal

OBJETIVO: Garantir educação em integral para os estudantes da rede municipal de ensino.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa de atendimento de alunos em educação de tempo integral da educação básica	PERCENTUAL	28,5	50	Sistema de Gerenciamento da SME
Taxa de atendimento de alunos na Escolas de Tempo Integral - ETI	PERCENTUAL	4,68	8,87	Sistema de Gerenciamento da SME

0194 APOIO À CRIAÇÃO, DIFUSÃO E FOMENTO À CULTURA

JUSTIFICATIVA: O fomento à criação, aos grupos artísticos e o estímulo à difusão da produção cultural e à disponibilização de seus bens e serviços, em todas as formas de comunicação, são aspectos fundamentais das políticas públicas para a cultura na agenda do século XXI para o desenvolvimento sócio-cultural e a garantia dos direitos de cidadania da sociedade. Da mesma forma, o apoio às práticas da cultura tradicional e popular, a formação de público e a fruição destes bens são importantes para a construção efetiva do modo cultural da cidade. Nessa medida, as ações serão desenvolvidas com foco no pleno exercício dos direitos culturais, a fim de garantir a promoção e fruição cultural acessíveis, a formação de público, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

difusão, a circulação e a promoção de manifestações artísticas e culturais e de seus conhecimentos e expressões aos munícipes de Fortaleza.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Fomentar, fortalecer e valorizar as práticas, experiências e pensamentos desenvolvidos pelos diversos agentes culturais nos bairros e territórios do município de Fortaleza.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Artistas beneficiados por meio de edital	UNIDADE	580	2.000	SECULTFOR
Público beneficiado através da realização dos eventos permanentes	UNIDADE	250.000	300.000	SECULTFOR
Taxa de Praças beneficiadas pelas ações de cultura - Bom de Fortaleza	PERCENTAGEM	-	20	SECULTFOR

0199 APOIO À ECONOMIA E PRODUÇÃO CRIATIVAS

JUSTIFICATIVA: Fortaleza tem vocação para o comércio de bens e serviços que pode ser ampliada para o campo cultural e criativo. Moda, gastronomia, design, artesanato, música são exemplos de setores com grande potencial de desenvolvimento econômico para a cidade, ratificando a inventividade dos empreendedores locais. A fim de dinamizar e fortalecer a cultura e o patrimônio cultural e o diálogo com a economia criativa, propõe-se ações onde a cultura, o turismo e o desenvolvimento socioeconômico sustentável são pilares estratégicos para o fortalecimento da economia e produções criativas.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Fomentar a economia criativa de Fortaleza compreendendo a sua força estratégica para a cultura e as artes, a sua transversalidade e a premente necessidade de fortalecer os territórios criativos nas regionais.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Público beneficiado com ações e eventos realizados	UNIDADE	-	5.000	SECULTFOR

0200 PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO, A CULTURA E AS ARTES

JUSTIFICATIVA: Nas novas configurações contemporâneas, educação e cultura se aproximam no intuito de oferecer propostas de ampla transformação social para atuação protagonista dos diversos agentes culturais e para o aperfeiçoamento das ações nas políticas públicas voltadas para às artes, à cultura e ao patrimônio. A meta de democratizar o acesso à cultura e as identidades culturais, e também divulgar os conhecimentos circunscritos ao campo cultural, partem do estímulo à sensibilidade e a criatividade e também ao impulso à formação e capacitação artística e cultural de agentes e também dos cidadãos. Com o objetivo de impulsionar o incentivo à pesquisa e à capacitação continuadas, de gestores e agentes culturais a atuar de forma cada vez mais profissionalizada no campo que agem, além de também promover ações que garantam que os cidadãos de Fortaleza possam produzir, criar e ter acesso aos processos formativos impressos a partir da aproximação com os bens culturais, como Centro Cultural Belchior, Biblioteca Dolor Barreira, Vila das Artes, dentre outros, é que a formação para o patrimônio, a cultura e as artes se estrutura como eixo basilar da Política Cultural no Município de Fortaleza.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

OBJETIVO: Propiciar a Formação em Cultura e Artes e Educação Patrimonial numa perspectiva holística, sem imprimir hegemonias, dicotomias e/ou hierarquias entre criar arte e criar pensamento, e os diversos saberes e fazeres.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Ações realizadas pelas escolas de formação cultural Patrimonial e artística e equipamentos outros da Secultfor	UNIDADE	4	4	COPHC
Horas-aula realizadas pelas escolas de formação cultural e artística e equipamentos outros da Secultfor	HORA	6.900	8.400	SECULTFOR
Pessoas beneficiadas pelas escolas de formação cultural patrimonial e artística e equipamentos outros da Secultfor	UNIDADE	925	925	COPHC

0201 GESTÃO DA POLÍTICA CULTURAL

JUSTIFICATIVA: O campo da cultura vem passando por um relevante processo de transformações. Gerir a política cultural com efetividade, planejamento e participação é requisito essencial para a vitalidade da institucionalização e da organização, bem como a formação qualificada dos agentes culturais. Por meio de ações de criação de mecanismos de captação e otimização da utilização dos recursos voltados para a cultura, formação e realização de eventos com foco no fortalecimento da política cultural, propõe-se o fortalecimento da institucionalidade cultural, o crescimento da economia da cultura, a promoção dos diálogos interculturais e o alargamento das transversalidades da cultura.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Fortalecer o Sistema Municipal de Cultura com a qualificação da gestão da política cultural, a valorização da participação social e a integração com os territórios e linguagens artísticas.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Público beneficiado através da realização de reuniões, encontros, fóruns e conferências	UNIDADE	-	10.000	SECULTFOR

Eixo V - Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Urbanismo, Meio Ambiente e Segurança Hídrica

0010 ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS

JUSTIFICATIVA: Diversas atividades econômicas da cidade de Fortaleza foram, historicamente, ocupando vários espaços públicos, principalmente no centro da cidade. Tal prática, por vezes, deteriora e desorganiza o patrimônio do município, impedindo um melhor aproveitamento dos mesmos pela população em geral. Praças, terminais de ônibus e algumas vias importantes da cidade, por exemplo, concentram uma grande quantidade de vendedores ambulantes e feirantes, que apesar de contribuir para o dinamismo econômico e para a geração de renda de diversas famílias, têm de ser ordenadas de maneira mais significativa pelo poder público, para que a população em geral não tenha prejuízos na utilização desses espaços. O Centro é a área de Fortaleza que mais concentra espaços públicos com valor histórico e cultural, como praças, parques, calçadas e largos, além de ser um local de alto potencial comercial e de diversas outras atividades, movimentando cerca de R\$ 200 milhões em empregos formais ao ano, o que gera um grande fluxo de pessoas direcionado para lá todos os dias, ocasionando um grande uso de suas vias por pedestres e veículos. Este fato exige uma atuação do poder público no sentido de manter esse bairro com de espaços e vias adequadas para tal. Alguns programas de governo, como o ordenamento de espaços públicos, foram pensados nesse sentido. Desta forma, a prefeitura de Fortaleza se propõe a reorganizar e manter as infraestruturas públicas da cidade. Para tal são utilizadas ações para o controle de uso dos mesmos, como a intensificação das fiscalizações, e a manutenção contínua de suas vias e espaços, tornando-os mais atrativos para o uso geral e contribuindo para a competitividade das atividades econômicas que ali acontecem.

PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

OBJETIVO: ASSEGURAR O USO ORDENADO E REGULAR DOS ESPAÇOS URBANOS

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Ações de controle urbano para o uso regular do espaço público	UNIDADE	-	100	SERCEFOR

0014 FORTALEZA LIMPA

JUSTIFICATIVA: O brasileiro produz em média 1,5 kg de resíduo sólido por dia e considerando uma cidade como Fortaleza, que segundo censo do IBGE (2010) apresenta 2.600.000 habitantes, são produzidas em média 3.900 toneladas de resíduos diariamente. Todo o resíduo produzido é coletado por caminhões que tem rotas pré-estabelecidas e fixadas para cada bairro da cidade, sendo destinado, a depender da natureza, a aterro sanitário, usina de reciclagem ou de incineração. Apesar da coleta domiciliar do “lixo”, boa parte do resíduo produzido em Fortaleza encontra-se dispersado nas vias urbanas: ruas, avenidas e canteiros, canais de drenagem de esgoto, em terrenos baldios e no leito dos recursos hídricos da cidade. Nesse sentido, para além da coleta realizada diuturnamente em Fortaleza, a PMF realiza serviços complementares como varrição, capinação e desobstrução das vias e canais pluviais e mantém uma rede de Ecopontos.

Os Ecopontos são locais onde são recebidos resíduos recicláveis e provenientes da construção civil. Nesses locais de destinação de resíduos a sociedade tem a oportunidade de exercer sua cidadania, contribuindo com o meio ambiente e ganhando bônus na troca de resíduo com desconto na conta de energia ou crédito no bilhete único.

O acúmulo de resíduos, de forma inadequada, tem sido um dos principais fatores de proliferação de doenças que logo se transformam em epidemias como dengue, chikungunha, zica e leptospirose, doenças veiculadas por animais como insetos e roedores.

PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO DE FORTALEZA

OBJETIVO: MANTER A CIDADE LIMPA COMO FONTE DE SAÚDE PÚBLICA E DE ADEQUADAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DA POPULAÇÃO.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Índice de reaproveitamento de resíduo	PERCENTUAL	2	51	SCSP

0015 PARQUES URBANOS TEMÁTICOS

JUSTIFICATIVA: Os Parques Urbanos possuem relevantes funções sociais e ecológicas, contribuindo para o lazer, a contemplação e a preservação da fauna e flora nas comunidades onde estão inseridos. A gestão Municipal de Fortaleza tem se posicionado na vanguarda da preservação ambiental, assumindo uma série de compromissos e realizando uma série de ações, com destaque para o "Fortaleza 2040", e a reforma e implantação de dezenas de praças, parques e equipamentos públicos. Neste ínterim, destacam-se as regulamentações e/ou criação de 23 parques urbanos. Dentre eles, o Parque Ecológico do Passaré, onde estão inseridos o Horto e o Zoológico municipais. Também devem ser citados, os esforços da Gestão para tornar as praças públicas e os Parques, espaços mais atrativos e seguros para a população. Tantos nos Parques, quanto nas praças, muitos investimentos foram feitos em reformas, ampliações e aquisição de mobiliários urbanos, destacadamente, parquinhos e academias. Estes espaços, sua estrutura e seus mobiliários, para alcançarem o propósito ao qual se destinam, demandam, monitoramento e manutenção constante

PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO DE FORTALEZA

OBJETIVO: PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DE FORTALEZA O CONTATO COM A BIODIVERSIDADE PARA CONSIENTIZAÇÃO DE SUA IMPORTANCIA.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
-----------	-------------------	----------------	--------------	-------



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Tx de parques

UNIDADE

5

10

URBFOR

0087 SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

JUSTIFICATIVA: A Política Nacional do Meio Ambiente foi instituída pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, sendo recepcionada pela Constituição Federal de 1988, regulamentando o seu artigo 23, VI e VII, que estabelece a competência administrativa sobre a matéria ambiental sendo comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a obrigação de proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, como também preservar as florestas, a fauna e a flora.

Na Lei supracitada estabeleceu-se como objetivo geral da legislação a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, e como um de seus a ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; o planejamento e monitoramento do uso dos recursos ambientais; proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; controle das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; acompanhamento do estado da qualidade ambiental; recuperação de áreas degradadas; proteção de áreas ameaçadas de degradação; e educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Também foram estabelecidos os objetivos específicos que traçam o caminho por meio de condutas e ações que conduzirão o Poder público e à coletividade ao objetivo específico supracitado. Por meio do tripé do desenvolvimento sustentável que estabelece como base o crescimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social, mesmo à época e ainda hoje a lei mostra-se contemporânea e inovadora ao introduzir o conceito de “desenvolvimento sustentável” que estabelece a importância de harmonizar o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente e a equidade social.

A lei também instituiu os instrumentos para preservação e proteção do meio ambiente e dos recursos naturais por intermédio de uma rede de agências, órgãos, conselhos governamentais e Fundos públicos de todos os níveis conectados pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Promover a melhoria da qualidade dos ambientes natural e construído do município de Fortaleza, assegurando sua recuperação, preservação, conservação e o monitoramento.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Pessoas capacitadas em educação ambiental	UNIDADE	15.133	30.000	SEUMA/CPA
Taxa de Corpos Hídricos Monitorados	PERCENTUAL	24	60	SEUMA/CPA
Taxa de arrecadação por meio da aplicação de instrumentos urbanísticos provenientes do Estatuto da Cidade (OUC, outorga do direito de construir e outorga	PERCENTUAL	-	14	FUNDURB
Taxa de espaços públicos adotados	PERCENTUAL	15	30	SEUMA/CPA
Árvores plantadas e/ou doadas pelo Plano de Arborização	UNIDADE	72.429	100.000	SEUMA/CPA

0088 PLANEJAMENTO DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

JUSTIFICATIVA: Planejar é ato que precede e preside a ação, devendo estar intrínseco a toda atuação do Poder Público, no sentido de otimizar recursos e garantir a melhor qualidade de vida dos indivíduos e da coletividade. Neste sentido, as ações que visam interferir no Meio Ambiente e nos Espaços Urbanos, também passam por planejamento, na perspectiva de garantir um ordenamento urbano seguro e a exploração sustentável dos recursos naturais. O território de Fortaleza encontra-se constituído por 25,06% de zona ambiental (macrozonas) e 74,94% de zona urbana, as quais, como na maioria dos grandes centros urbanos, apresentam uma tendência de crescimento de forma desordenada, estando a cargo da gestão municipal o zoneamento para uso sustentável destas áreas, com o objetivo de prevenir a degradação ambiental ou dos espaços urbanos, por meio da adoção de instrumentos como o plano diretor e suas leis regulamentadas (mobilidade, uso do solo, meio ambiente e código de obras e posturas), políticas urbano-ambientais pré-definidas, dotando a cidade de áreas específicas vinculadas aos instrumentos do Estatuto da Cidade (operações urbanas consorciadas). Contudo, dar continuidade na implementação das políticas urbano-ambiental, com a manutenção dos mecanismos de gestão interna e a intensificação do fortalecimento institucional, por meio da capacitação continuada e dinamização dos mecanismos de comunicação interna e



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

externa; são as soluções a serem adotadas pela PMF, para fazer valer o planejamento e os planos elaborados para o desenvolvimento sustentável da cidade.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Propor medidas para o cumprimento da função social da cidade por meio do planejamento e gestão dos ambientes natural e construído no município de Fortaleza.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Empreendimentos e/ou atividades certificados a ambientalmente	UNIDADE	-	55	SEUMA/CPA
Projetos de Lei, Decretos e Instruções Normativas relacionados a temática urbana e ambiental elaborados	UNIDADE	77	225	SEUMA/ASJUR
Taxa de evolução das Operações Urbanas Consorciadas (OUC)	PERCENTUAL	-	70	SEUMA/COURB

0089 CONTROLE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

JUSTIFICATIVA: Controle é um conjunto ou agrupamento de regras, que aplicadas e destinadas à fiscalização de atividades, sejam elas exercidas pelo Poder Público ou pelo particular, tem o objetivo de reduzir impactos gerados no ambiente ou na coletividade. Nesta perspectiva, a execução e o monitoramento de processos de licenciamento ambiental e urbano, podem garantir um melhor ordenamento urbano e exploração sustentável dos recursos naturais e dos espaços urbanos do município de Fortaleza. A cidade de Fortaleza é dotada de diversos recursos naturais, como lagoas, parques urbanos, áreas de preservação, em torno dos quais a população, muitas vezes desinformada, necessitada por desenvolver atividades econômicas ou garantir moradia, se instala no território de forma desordenada, pondo em risco a própria sobrevivência e prejudicando o desenvolvimento da cidade. De acordo com dados do plano Fortaleza 2040, atualmente são 209 assentamentos precários em áreas de risco ambiental, além de grande quantidade de empreendimentos que necessitam ser licenciados para o funcionamento, devido ao potencial poluidor para o ambiente. O Licenciamento Ambiental e Urbano é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, operação, e ampliação de empreendimentos e atividades usufruidores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais, regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso, conforme a Lei Complementar nº 208/2015. A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei 6.938/81, prevê o licenciamento como condição para que sejam exercidas as atividades empresariais. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Promover a qualidade urbano - ambiental da cidade, por meio da eficiência dos serviços de licenciamento, vistoria e monitoramento dos ambientes natural e construído, definidos na legislação correspondente.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Taxa de adequabilidade da atividade econômica	PERCENTUAL	59	80	SEUMA/COL
Taxa de licenciamento	PERCENTUAL	101,23	100	SEUMA/COL
Taxa de serviços modernizados	PERCENTUAL	25	100	SEUMA/COL

0138 REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PELA ACFOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

JUSTIFICATIVA: Exercer a regulação, fiscalização e o controle dos serviços públicos de saneamento ambiental concedidos, permitidos ou terceirizados, acompanhar a eficiência e eficácia dos serviços delegados, exigindo a prestação adequada dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Bem como apoiar técnica, logística e financeiramente ações de qualificação e melhoria das atribuições de fiscalização do Município de Fortaleza.

PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO

OBJETIVO: Assegurar que a prestação dos serviços públicos delegados sejam prestados a população, observando os padrões de qualidade e eficiência estabelecidos.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Índice de Cobertura da Água	PERCENTUAL	98,65	99	CAGECE
Índice de Cobertura de Coleta Domiciliar de Resíduos Sólidos	PERCENTUAL	98,75	99	ECOFOR
Índice de Cobertura de Esgoto	PERCENTUAL	58,09	65	CAGECE

0203 FISCALIZAÇÃO INTEGRADA

JUSTIFICATIVA: Com a criação da AGEFIS pela lei complementar nº190/2014 foram agrupados em uma só estrutura administrativa 12 objetos de fiscalização (obras e posturas urbanas; uso e conservação das vias públicas passeio e logradouros; funcionamento de atividades; licenças, alvarás, concessões, autorizações e permissões; eventos; ocupação de propriedades e espaços públicos; meio ambiente; limpeza pública; vigilância sanitária; defesa do consumidor; transporte; patrimônio histórico-cultural). Ao longo dos três primeiros anos de implantação evidenciaram-se as dificuldades da gestão da fiscalização urbana municipal sendo necessário aperfeiçoar e consolidar novos padrões, procedimentos, monitoramento, rotinas e canais de atendimento; aprimorar a formação dos servidores; a fim de garantir eficiência do trabalho e a otimização de recursos públicos.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Atuar de forma planejada e padronizada para implantar a fiscalização urbana integrada, promovendo uma convivência harmônica e equilibrada entre as pessoas e a cidade de Fortaleza.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Inovação institucional	UNIDADE	-	12	AGEFIS
Índice de execução das ordens de fiscalização	UNIDADE	-	4	AGEFIS
Índice de resolutividade	PERCENTAGEM	-	90	AGEFIS

0204 CONVIVÊNCIA URBANA

JUSTIFICATIVA: No mundo com constantes crises, recursos limitados, mudanças que levam a novos desafios, exige das organizações o desenvolvimento de estratégias que otimizem os recursos disponíveis e/ou compartilhe responsabilidades. Há necessidade de construção e manutenção de arranjos de cooperação para consecução de objetivos comuns. O envolvimento da cidadania tem sido uma forma criativa das organizações compartilharem responsabilidades, agregar valores necessários, minimizar custos, aperfeiçoar o uso de recursos disponíveis, atingir altos níveis de excelência numa relação de ganho-ganho e promover mudanças de atitudes e comportamentos. Através da construção de diálogos, investimento em capacitação e engajamento cívico da comunidade em geral potencializar-se-á o investimento público despendido na fiscalização promovendo a prevenção e diminuindo a reincidência de infrações e



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

qualificando a comunidade e as instituições, bem como promovendo mobilização social em torno de campanhas periódicas e sistemáticas.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Contribuir para novas atitudes de convivência urbana e construção de cidadania proativa valorizando os bons exemplos empreendidos pela sociedade,

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Cobertura territorial com ações de convivência urbana	PERCENTAGEM	-	25	AGEFIS
Ações de voluntariado corporativo	UNIDADE	-	8	AGEFIS
Bons exemplos premiados	UNIDADE	-	40	AGEFIS
Grau de satisfação dos stakeholders	PERCENTUAL	-	125	AGEFIS

0207 CIDADE SUSTENTÁVEL

JUSTIFICATIVA: O município de Fortaleza carece da realização de ações e obras para proporcionar a melhoria das condições de saneamento básico em fundos de vale e urbanização dos espaços de suas margens, com sustentabilidade sócio-ambiental e urbanística. Especialmente no setor oeste da cidade, em áreas de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) baixo, com numerosos adensamentos caracterizados como de baixa renda, identifica-se a necessidade de implementar ações sustentáveis, inclusive a implantação do parque Rachel de Queiroz, sonho antigo da cidade. Para que isso seja possível, identifica-se a necessidade de financiamento à Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). Dimensionou-se um investimento total de US\$ 146,6 milhões, com financiamento de US\$ 73,3 milhões através do Banco Internacional para reconstrução de desenvolvimento (BIRD) e valor idêntico de contrapartida do município. Trata-se do primeiro financiamento do Banco Mundial para a Prefeitura de Fortaleza.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Visa a implementação de ações sustentáveis de saneamento básico de fundos de vale com urbanização de suas margens, principalmente no setor oeste da cidade, além de implementação do parque Rachel de Queiroz e de atividades do componente águas da cidade, com a execução de sistemas de água e esgoto para várias comunidades de Fortaleza.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Percentual realizado de implantação, recuperação e ampliação de componentes do programa	PERCENTAGEM	-	100	SEINF
Taxa de ações do Programa Fortaleza Cidade Sustentável	PERCENTUAL	-	40	SEUMA

Eixo VI - Desenvolvimento Econômico e Inclusão Produtiva

Desenvolvimento Econômico

0026 EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS

JUSTIFICATIVA: A Prefeitura de Fortaleza, por meio da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE) fomenta ações que promovem o desenvolvimento dos pequenos negócios da cidade. Para isso, desenvolve o programa de empreendedorismo sustentável, que prestou 63.440 serviços em três anos de atividade, ultrapassando a meta estabelecida de 10 mil atendimentos um ano antes do previsto. O resultado dessas ações foi constatado pela consultoria da empresa Urban Systems (2016), a partir do ranking setorial de empreendedorismo do estudo Connected Smart Cities, que apontou Fortaleza como a 10ª cidade do país em empreendedorismo, após subir 21 posições entre 2015 e 2016. A continuidade do programa visa dar prosseguimento as ações voltadas a disseminar a cultura empreendedora no município, implementando e ampliando as ações de apoio as micro e pequenas empresas, aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

empreendedores individuais, empreendimentos com destaque para atividades ligadas a economia criativa, economia solidaria, economia do mar, confecção e artesanato. O Programa tem como objetivo possibilitar uma maior organização, competitividade e sustentabilidade dos negócios por meio do incentivo a formalização dos empreendimentos, a oferta de capacitação técnica e gerencial, a prestação do serviço de consultoria, o apoio a comercialização e acesso ao microcrédito.

PÚBLICO ALVO: Empreendedores formais e informais

OBJETIVO: Fomentar e apoiar o empreendedorismo na cidade de Fortaleza na perspectiva de melhorar a gestão e os resultados dos empreendimentos formais e informais.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa de sustentabilidade de microempreendimentos	PERCENTUAL	85,4	89,9	RECEITA FEDERAL / SDE

0027 ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PROJETOS ESTRUTURANTES

JUSTIFICATIVA: Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Fortaleza é a 5ª cidade do Brasil em número de habitantes, possui o 6º maior estoque de empregos e a segunda maior área de influência em negócios do Brasil. Entretanto, possui apenas o 10º maior PIB do país. A cidade necessita de projetos públicos para incrementar a economia do município, que permita uma maior inserção da economia local em nível nacional. Para alterar este quadro é necessário que a economia de Fortaleza cresça em patamares maiores que o do Brasil. Diante disto faz-se necessário a realização de estudos e pesquisas para subsidiar a elaboração de projetos, além da realização de ações voltadas para a melhoria do ambiente de negócios e a implantação de equipamentos que permitam o surgimento de novas empresas no mercado e ainda, a atração de novos investimentos para a cidade, além de fortalecer os empreendedores locais. Destacam-se nessas ações projetos ligados a Economia do Mar, com a implantação de Unidades Demonstrativas voltadas para o desenvolvimento de produtos como camarão, atum, tilápia e algas; Economia Criativa, com a implantação do Observatório e ações de capacitações e criação de empresas; e a Agricultura Urbana, com a implantação de uma Fazenda Urbana.

PÚBLICO ALVO: Empregados e empreendedores formais

OBJETIVO: Realizar ações de atração de investimentos e indução de polos estruturantes.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa de formalização	PERCENTUAL	69,8	81,99	SINE-IDT/ RAIS-MTE/ RECEITA FEDERAL

0110 PRODETUR NACIONAL - FORTALEZA

JUSTIFICATIVA: Fortaleza detém inúmeros pontos fortes no setor do Turismo, entre eles destaca-se a localização geográfica em relação ao acesso aéreo dos principais mercados emissores internacionais. De acordo com o Índice de Competitividade do Turismo Nacional: relatório Brasil 2015, Fortaleza alcançou melhores resultados com relação ao ano de 2014, pois a cidade se destacou em três dimensões. Em 2014, foi citada apenas na dimensão aspectos ambientais em quarto lugar com 82,60. Em 2015, apesar de cair de colocação na dimensão aspectos ambientais, da quarta (82,6) para décima posição (78,8), passou a integrar a dimensão Serviços e Equipamentos Turísticos em nono lugar (79,4) e Políticas Públicas em oitavo (71,5). Estudo do Ministério do Turismo revela que Fortaleza foi a capital que mais evoluiu quanto ao planejamento turístico e nas ações integradas com outros municípios da região. De acordo com o Índice de Competitividade do Turismo Nacional, dos 65 polos indutores, a capital cearense ocupa a 13ª posição no ranking geral. De acordo com o Índice, as cidades mais competitivas do país em 2016 são: São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. (BRASIL, 2016). Diante deste quadro e com o objetivo de promover a integração, urbanização e o reordenamento da faixa litorânea de Fortaleza (CE) o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR Nacional) vem contribuir para o fortalecimento do Turismo na cidade, seja pela qualificação e profissionalização dos serviços prestados, pelo aprimoramento da infraestrutura e no fortalecimento das ações de geração de emprego e renda.

PÚBLICO ALVO: Turistas e população de Fortaleza



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

OBJETIVO: Organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística a serem implantadas, de forma que o turismo venha a constituir alternativa econômica geradora de emprego e renda.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Embarque e desembarque realizados	UNIDADE	3.343.815	4.109.548	INFRAERO

0111 FORTALEZA CIDADE COM FUTURO

JUSTIFICATIVA: A cidade de Fortaleza necessita de inovações tecnológicas para dotar a cidade com áreas de alta performance de modo a aproveitar e potencializar o setor turístico, com aumento de seu potencial, melhorar a competitividade da cidade e reiterar o valor de suas atrações naturais, culturais e históricas, além de melhorar a qualidade de vida de seus habitantes e aperfeiçoar sua infraestrutura urbana.

De acordo com dados da SETUR/CE e IPECE o município de Fortaleza aumentou consideravelmente o seu produto interno bruto - PIB nos anos de 2014 e 2015, impulsionados principalmente pela geração de renda da atividade de acordo com dados da SETUR/CE e IPECE o município de Fortaleza aumentou consideravelmente o seu produto interno bruto - PIB nos anos de 2014 e 2015, impulsionados principalmente pela geração de renda da atividade turística existente em nossa cidade, que demonstra que de 21,7% de tudo que é gerado de renda no PIB tem uma participação da atividade turística. Sendo assim o programa Cidade com Futuro é de fundamental importância para o planejamento de ações que visam a melhoria de projetos a longo prazo.

É essencial, nesse contexto, a regeneração urbana no Titanzinho e no Serviluz, a passagem subterrânea de cabos na Beira Mar, a requalificação dos corredores turísticos e gastronômicos, a reforma e melhoria dos acessos na praça Portugal, a implantação de equipamentos urbanos no Titanzinho e Serviluz, a proteção/recuperação contra a erosão costeira, a descontaminação da costa de Fortaleza e pesquisas no setor turístico.

PÚBLICO ALVO: Turistas e população de Fortaleza

OBJETIVO: Aumentar o potencial turístico e competitividade de Fortaleza, por meio do aperfeiçoamento da sua infraestrutura urbana da cidade e da valorização dos recursos naturais, culturais e históricos.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Percentual realizado da implantação, recuperação e ampliação de equipamentos turísticos	PERCENTUAL	-	100	SEINF
Percentual realizado de construção, ampliação, reforma e urbanização de vias e espaços públicos	PERCENTUAL	-	100	SEINF

0136 DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO

JUSTIFICATIVA: O Ceará recebeu aproximadamente 3.343.815 turistas em 2015. A cidade de Fortaleza é um dos pólos litorâneos que concentram 82% dos turistas que visitam o Ceará. A receita turística deve ficar em torno de R\$ 2,2 bilhões. O ano de 2016 foi promissor para o turismo de eventos e de negócios. O centro de eventos do Ceará, como equipamento de negócios e eventos, foi extremamente relevante para o fortalecimento do setor, em seus 04 (quatro) anos de história teve aproximadamente R\$ 40 milhões de receita gerada diretamente, tendo mais de 500 eventos realizados e um público total de mais de 05 (cinco) milhões de pessoas. Sendo assim, faz-se necessário a participação do município de Fortaleza promover ações visando o desenvolvimento do turismo, não só na participação de feiras, congressos e eventos de lazer, como também no segmento de negócios e eventos.

PÚBLICO ALVO: Turistas

OBJETIVO: Desenvolver e promover o município de Fortaleza no mercado nacional e internacional visando o aumento do PIB da cidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Embarque e desembarque realizados	UNIDADE	3.343.815	4.109.548	INFRAERO

0152 TRABALHO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, EMPREGO E RENDA

JUSTIFICATIVA: Em 2015, verificou-se uma série de acontecimentos de ordem política no contexto nacional que ocasionaram um efeito cascata sobre o mercado de trabalho. Nesse período, o PIB do Brasil caiu 3,8% e teve o pior resultado em 25 anos. A retração, de 3,8% em relação a 2014, foi a maior da série histórica atual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da região metropolitana de Fortaleza (PED/RMF) demonstraram que o mercado de trabalho local apresentou retração em 2016, a exemplo do ocorrido em 2015, reflexo da conjuntura econômica recessiva observada no País. O nível ocupacional declinou pelo segundo ano seguido e a taxa de desemprego total cresceu de forma mais intensa e generalizada, registrando os mais elevados patamares de desemprego da série histórica (anual) da pesquisa iniciada em 2009. Além disso, o rendimento médio real dos ocupados decresceu, conforme já acontecera em 2015, e o dos assalariados apresentou relativa estabilidade. Em 2016, o nível de ocupação na região metropolitana de Fortaleza (RMF) decresceu 4,9% (eliminação de 82 mil postos de trabalho). Tal resultado ocasionou o incremento de 83 mil pessoas à situação de desemprego, um crescimento de 52,5% em relação ao ano anterior.

Para tanto, ações de enfrentamento a este cenário são planejadas, para que os impactos de uma desestruturação político-econômica nacional não fadem a sociedade de Fortaleza à inércia do desenvolvimento. Assim, foram mantidas unidades referenciais que ofertam cursos de qualificação profissional, prestados os serviços do Sistema Público de Emprego, como cadastro do trabalhador, a intermediação de mão de obra, atendimento dos beneficiários do seguro-desemprego e orientação profissional. Há também a preocupação com o monitoramento de dados e informações relacionados ao mundo do trabalho que dão subsídio à tomada de decisão e redirecionamento de estratégias.

PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E POPULAÇÃO DE FORTALEZA EM GERAL

OBJETIVO: Desenvolver as competências humanas e profissionais da população de Fortaleza, por meio de ações de qualificação profissional e geração de trabalho, emprego e renda.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa de Inserção no Mercado de Trabalho	PERCENTUAL	5,2	15	SDE

0191 VALORIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E ATIVIDADE TURÍSTICA DE FORTALEZA - PROVATUR

JUSTIFICATIVA: Promover o desenvolvimento integrado, melhorando as condições socioeconômicas da população residente nas áreas de intervenção, impulsionando o desenvolvimento turístico da cidade.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Ampliação da infraestrutura turística de Fortaleza complementando as ações necessárias para desenvolver a atividade turística de forma sustentável no município.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Impacto do turismo sobre o PIB de Fortaleza	PERCENTUAL	-	10	IPECE

0196 DESENVOLVIMENTO DE AMBIENTES DE INOVAÇÃO - PARQFOR

JUSTIFICATIVA: A cidade de Fortaleza possui 599 empresas formais ligadas ao setor de tecnologia, informação e comunicação, é o maior número de empresas do Nordeste. Entretanto, a participação dessas empresas no PIB da cidade encontra-se ainda muito reduzido, condição que oportuniza reforço na implementação de Políticas Públicas. Neste sentido, ações como a criação e fomento a parques tecnológicos, incubadoras de empresas e áreas de inovação, que promovam o desenvolvimento de ambientes adequados para geração e transformação de ideias em negócios lucrativos, são imprescindíveis e devem impactar diretamente na maior geração de empregos qualificados e maior renda para a cidade. A criação de parques tecnológicos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

incubadoras e aceleradoras, promovem não só o surgimento de novas empresas, mas também o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Em Fortaleza já existem 9 (nove) incubadoras de empresas instaladas e ainda, 11 (onze) áreas denominadas como áreas de inovação, as quais ofertam incentivos fiscais para a instalação de empresas de base tecnológica. Nas incubadoras de empresas os empreendedores recebem apoio desde consultorias e capacitações, até suporte em infraestrutura e domicílio para iniciar seus negócios.

PÚBLICO ALVO: Empreendedores

OBJETIVO: Desenvolver ações para criar e melhorar áreas voltadas a abrigar empresas inovadoras.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa de empresas de tecnologia no PARQFOR	PERCENTUAL	1	8	RAIS-MTE / SDE
Taxa de empresas incubadas	PERCENTUAL	100	268	RIC-CE / SDE

Eixo VII - Governança Municipal

Participação e Controle Social

0066 TRANSPARÊNCIA: OUVIDORIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

JUSTIFICATIVA: Necessidade de oferecer uma solução tecnológica para a gestão do trabalho em rede de ouvidorias e de fornecer recursos para elaboração de relatórios gerenciais, padronização de procedimentos, fluxos e prazo de resposta, bem como intercâmbio de informações na busca de soluções e resultados.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Melhoria dos serviços oferecidos pela Prefeitura e aprimoramento da gestão.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa de manifestações solucionadas	PERCENTUAL	-	80	CGM

0098 GESTÃO PARTICIPATIVA E SOCIAL

JUSTIFICATIVA: A construção coletiva da governança municipal busca possibilitar uma postura mais qualificada da sociedade, ampliando sua capacidade de interferir nas decisões da gestão. Diante disso, a promoção de uma maior aproximação entre sociedade civil e governo, por meio da abertura de espaços de diálogo, criando condições favoráveis ao debate, para que a gestão governamental seja reflexa da pactuação da sociedade com o governo, possibilitando o planejamento participativo como uma construção coletiva com forte poder de interferir na realidade, são iniciativas que oportunizam o pleno exercício da cidadania baseado na transparência, prestação de contas e diálogo social em todas as áreas de atuação do Poder Público Municipal.

PÚBLICO ALVO: Gestores e população de Fortaleza

OBJETIVO: Ampliar e fortalecer a implementação de alternativas de participação social que auxiliem a tomada de decisão da gestão pública e fortaleça o controle social. Além de mediar o diálogo entre governo e sociedade, na busca de uma cidade justa, planejada, democrática e participativa.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
-----------	-------------------	----------------	--------------	-------



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA				
	Percentual de propostas eleitas no ciclo participativo	PERCENTUAL	53,85	60	CEPS
	Pessoas envolvidas no ciclo participativo	UNIDADE	3.197	10.000	CEPS

Planejamento e Gestão Integrados

0012 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

JUSTIFICATIVA: O Programa "Encargos Gerais do Município" está vinculado ao Órgão Encargos Gerais do Município (80000). A Secretaria Municipal das Finanças conta com 3(três) unidades orçamentárias, dentre elas, a Unidade 80101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria das Finanças (RESUFI), que tem a competência de garantir o cumprimento das obrigações não específicas da SEFIN, mas do Município de Fortaleza, tais como, contribuição para formação do PASEP, pagamento da dívida consolidada, sentenças judiciais, Prêmios do Programa Nota Fortaleza, bem como participação no capital de empresas estatais. Esta Unidade Orçamentária é responsável pelas ações que tenham relação direta com a finalidade de arrecadação e tributação, que não se resumam apenas a situações específicas da SEFIN, mas que tratem de contexto mais amplo da Gestão Fiscal do Município, sendo esta transversal a todas as políticas municipais, acompanhando ações de natureza de custeio e de investimento que atendam projetos e ações de cunho institucional da Prefeitura.

PÚBLICO ALVO: Governo

OBJETIVO: Assegurar o cumprimento das obrigações financeiras legais e contratuais sob a responsabilidade do Município de Fortaleza.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Índice de Capacidade de Endividamento (VF)	PERCENTUAL	14,29	13	SEFIN

0016 METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

JUSTIFICATIVA: O IPEM-FORTALEZA faz parte do sistema de defesa ao consumidor e é entidade fundamental na proteção dos direitos dos cidadãos nas suas relações de consumo. Para tanto, se faz necessário o desenvolvimento de programas de atuação do órgão, no que diz respeito ao controle diário, tanto metrológico como de qualidade dos produtos, executando, no âmbito do estado do Ceará, todos os serviços de registro, verificação, fiscalização, inspeção, controle de qualidade e outros serviços técnicos, administrativos e operacionais referentes às atividades de metrologia legal, normalização e qualidade industrial, objetivando sempre evitar riscos ao consumidor.

PÚBLICO ALVO: Mercado consumidor interno de forma geral (fornecedores, prestadores de serviço, consumidores)

OBJETIVO: Garantir uma concorrência mais justa entre os fabricantes e/ou prestadores de serviços e, principalmente, a proteção do consumidor e a proteção do mercado interno, buscando propiciar adequado grau de confiança de que um produto, processo ou serviço, atendam a requisitos pré-estabelecidos em normas e regulamentos, representando, assim, um estímulo à melhoria contínua da qualidade.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTES
Verificações/fiscalizações realizadas	UNIDADE	-	100	DITEC/IPEM

0065 CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL

JUSTIFICATIVA: Controle e Auditoria são instrumentos utilizados pelo governo com o objetivo de garantir os princípios da Administração Pública. O controle interno é o conjunto de atividades, planos, rotinas, métodos e procedimentos integrados, realizados com o objetivo de assegurar à administração pública o alcance, de forma eficiente e eficaz, de resultados e metas. Na administração pública, o Controle Interno deve atuar de forma preventiva, em todas as suas funções: administrativa, jurídica, orçamentária, contábil, financeira, patrimonial, de recursos humanos, na busca da realização dos objetivos a que se propõe. Os instrumentos de controle são capazes de potencializar informações com o propósito de fazer análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade concernentes ao gerenciamento dos recursos públicos, é a Contabilidade Governamental. De forma complementar, a auditoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

compreende as análises, comprovações e levantamentos realizados para avaliar a adequação dos instrumentos de controle interno implementados na instituição. Quanto mais complexa a instituição, em termos de movimentação de recursos e processos, mais demanda ações de controle interno e auditoria.

PÚBLICO ALVO: Órgãos do poder executivo municipal e população de Fortaleza

OBJETIVO: Promover de forma eficiente e eficaz o controle da legalidade, transparência e ouvidoria da administração municipal.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa de órgãos auditados	PERCENTUAL	10	100	CGM

0082 GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

JUSTIFICATIVA: A PMF apresenta um quadro institucional com 47.000 servidores públicos que ocupam entre cargos efetivos, comissionados, temporários, terceirizados e estagiários. Esses servidores estão alocados e distribuídos nas mais diversas instituições do município e executam a prestação de serviços como saúde, educação, fiscalização, trânsito, segurança pública, assistência social, urbanismo e meio ambiente, operacionalizando um conjunto de processos e metodologias para os quais é exigida qualidade e eficiência no tempo de atendimento. O extenso rol de serviços prestados demanda, do corpo funcional da PMF, uma atuação profissional que acompanhe as mudanças legislativas, tecnológicas e do ambiente econômico, o que torna necessário constante capacitação técnica, manutenção de um bom clima organizacional, avaliação do desempenho, desenvolvimento das capacidades, das competências técnicas e do relacionamento interpessoal dos servidores.

Manter a máquina pública em funcionamento de forma eficiente é o principal objetivo de governo, e para além da profissionalização e manutenção do funcionamento da estrutura organizacional, com seus processos e prestação de serviços, a PMF tem entre seus objetivos estratégicos a valorização do servidor e utiliza meios para atingir esse objetivo. Em 2014 a gestão instituiu a política de desenvolvimento e capacitação, por meio da Lei nº 10.248/2014, cujos objetivos são desenvolver e capacitar continuamente os servidores da PMF nas competências exigíveis para prestação de serviços com qualidade, ação esta que fortaleceu a parceria com a Escola de Governo do Instituto de Pesquisas, Administração de Recursos Humanos (IMPARH), que é responsável pela execução das ações de desenvolvimento e capacitação. Vale ainda ressaltar que dentro do processo de valorização do servidor existe um rol de direitos e vantagens, que agregados formam os quinze Planos de Cargos, Carreiras e Salários, um dos pilares da Política de Gestão de Pessoas que vem sendo desenvolvida na PMF. A ampliação do canal de comunicação dos servidores por meio do Sistema de Negociação Permanente (SINEP) e a disponibilização de serviços e informações aos servidores por meio do Canal do Servidor somam-se a um conjunto de ações da gestão que demonstram uma forte preocupação e valorização da força de trabalho da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

No âmbito da profissionalização do serviço público, os concursos públicos promovem a renovação e ampliação dos quadros de servidores, a Gestão por sua vez, realizou em 2013-2016 concursos para áreas estratégicas como saúde, segurança pública e educação onde ingressaram mais de 4.000 novos servidores.

PÚBLICO ALVO: Servidores municipais

OBJETIVO: Proporcionar uma política efetiva de capacitação, valorização dos servidores e de desenvolvimento eficiente dos processos de negócio em Gestão de Pessoas.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa de automatização de processos em gestão de pessoas	PERCENTUAL	35	60	COGESP
Taxa de resolução das mesas de negociação	PERCENTAGEM	42,79	44	SEPOG
Índice de servidor capacitado	PERCENTUAL	50,3	55	COGESP

0093 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DO MUNICÍPIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

JUSTIFICATIVA: O Município de Fortaleza, por meio da maior governança do seus gastos e melhor desempenho na execução de suas funções, tem introduzido novas práticas, conhecimentos, metodologias e ferramentas para gestão municipal. A PMF vem, por meio da implementação do PNAFM I e II, promovendo o aperfeiçoamento e a modernização da gestão administrativa e fiscal. Com a contratação do subempréstimo entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o PNAFM I (2004-2012) contribuiu para o crescimento real das receitas próprias de 74,19% (Fonte: Relatório UCP com base em dados do SISTN).

Com o PNAFM II (2011-2016), foram desenvolvidos projetos de alta relevância, como por exemplo, a revitalização do parque tecnológico da SEPOG/SEFIN, a implantação do programa de capacitação da SEPOG, a adequação de espaços físicos e aquisição de mobiliário do IMPARH, a reformulação do Portal da Prefeitura pela SEPOG, a estruturação física (reforma de espaços de trabalho) da SEPOG, da SEFIN e da SECOT (CGM), o Projeto de Reforma administrativa Municipal conduzido pelo IPLANFOR, a criação da sala situacional para o acompanhamento de projetos do IPLANFOR, o planejamento de longo prazo para a Cidade - Projeto Fortaleza 2040 - conduzido pelo IPLANFOR, a implantação do Cadastro Multifinalitário e a revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários - PGVI e o Planejamento Estratégico da SEFIN 2017-2021, dentre outros.

Por fim, Fortaleza continua sendo um Município referência na execução do Programa desde o advento de sua implementação, considerando os 100% de execução nas duas fases contratadas. Desta forma, é necessária a criação de um programa orçamentário para atender tanto ações com finalidade de garantir a eficiência da gestão fiscal, como também para atender a próxima fase de contratação (PNAFM III). Além disso, há possibilidade de atender a outros financiamentos futuros, como o PMAT.

PÚBLICO ALVO: Prefeitura Municipal de Fortaleza

OBJETIVO: Contribuir para a integração e modernização da Gestão Fiscal, Financeira, Administrativa e Patrimonial do Município de Fortaleza, colaborando efetivamente para Gestão Municipal na geração de resultados criadores de Valor Público.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Índice de Execução do Programa PNAFM	PERCENTUAL	100	100	PMF

0106 GESTÃO CORPORATIVA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

JUSTIFICATIVA: A PMF é formada por um conjunto de instituições entre secretarias setoriais, regionais, autarquias, escolas, postos de saúde, centros de referência, centros de treinamento, centros urbanos e disponibiliza aos municípios um sem número de equipamentos públicos como praças, parques, centros tecnológicos, unidades esportivas, casa de cultura, casa de atendimento ao turista, dentre outros. Todos esses equipamentos e instituições encontram-se conectados, demandando um grande aparato tecnológico de equipamentos, sistemas corporativos e de acesso e troca de dados, que se torna possível por meio do projeto Fibra Óptica de Fortaleza (FIBRAFOR), o qual conta atualmente com 240 quilômetros de fibra óptica, em torno de 150 pontos de conectividade e da renovação do Parque Tecnológico. A manutenção de todo esse conjunto de equipamentos e serviços tecnológicos torna necessária uma infraestrutura moderna e atualizada, permitindo à PMF uma prestação de serviço ao cidadão de forma transparente, eficiente e segura.

PÚBLICO ALVO: Todos os órgãos e vinculadas da PMF

OBJETIVO: Modernizar e ampliar a infraestrutura e a gestão de tecnologia da informação e comunicação da PMF.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Conectividade na Rede FIBRAFOR	PERCENTUAL	-	70	COGECT
Taxa de disponibilidade dos sistemas corporativos	PERCENTUAL	-	99	COGECT



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

0153 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS E SERVIÇOS COMPARTILHADOS

JUSTIFICATIVA: O funcionamento da PMF movimenta um grande volume de recursos físicos e financeiros, em torno dos quais se faz necessário controle que garanta eficiência e efetividade para a promoção da otimização dos gastos públicos. Neste sentido, a PMF mantém sistemática de gestão de bens e serviços, a qual induz a utilização, de forma compartilhada, de veículos, telefonia, terceirização, aquisições (compras) e o acervo documental do município. Em 2016, as despesas municipais referentes a licitações de compras somaram 1,5 bilhões, abrangendo 50 itens, agrupados em material de consumo, equipamentos, materiais permanentes e serviços de terceiros. Na gestão de terceirização, há atualmente 70 contratos vigentes, entre corporativos e aqueles em que a SEPOG é interveniente. Em relação a telefonia, são 5.900 linhas, que entre fixos e móveis representam 10% dos custos dos contratos. Atualmente a PMF mantém 1.385 veículos, entre próprios e locados, e uma sistemática de controle de veículos, o Sistema de Frota Corporativa (SFC) que monitora e controla os gastos associados a locação, combustível, e serviços que são realizados na frota própria. O consumo de água e energia e de energia elétrica também são gastos que monitorados, proporcionam economia que pode ser revestida em melhoria nas aquisições e no suporte aos serviços prestados.

PÚBLICO ALVO: Todos os órgãos

OBJETIVO: Desenvolver e implementar sistemas e políticas de gestão dos recursos logísticos e de serviços compartilhados, na busca pela melhoria da qualidade dos serviços prestados e da otimização do gasto público.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Taxa de participação de fornecedores de micro e pequenas empresas contratados	PERCENTUAL	18	25	COGEC
Índice de economia nos custos em licitação	PERCENTUAL	25,62	25	COGEC
Índice de redução dos gastos com transporte	PERCENTUAL	-	25	COGEC

0155 GESTÃO DE PATRIMÔNIO

JUSTIFICATIVA: A PMF é detentora de bens patrimoniais tangíveis, compreendidos entre o acervo de bens móveis permanentes, que apresentam durabilidade superior a dois anos, conforme lei nº 4.320/64 e portaria STN nº 448/02 e o conjunto de bens imóveis, vinculados a terreno, os quais não podem ser transportados e são imobilizados.

A Prefeitura, no exercício do controle de bens imóveis, tem investido em atualização de registro, por meio da individualização de matrículas e em ferramentas de georreferenciamento, visando a identificação da localização precisa desses bens. Atualmente são 3.407 bens imóveis identificados, desse total, 1499, aproximadamente 43% estão pendentes de regularização, o que exige do município emissão de documentos imobiliários junto a cartórios de registro de imóveis, com abertura de matrícula individualizada.

No exercício do controle de bens móveis, o município também tem investido em ferramentas como o Sistema de Gestão de Patrimônio (SGPAT) e a ampliação de sua implementação, com inclusão de funcionalidade de leitura de etiquetas 2D, um tipo de código de barras, descrita como QR CODE, passível de minimizar fraudes, facilitar e agilizar a atualização do acervo patrimonial.

Neste sentido, o controle de bens, o qual perpassa pela contabilização, atualização cartorial e do valor do bem, tem como maiores finalidades a minimização de perdas em receita de capital e a identificação de reais necessidades de investimento em bens para o município.

PÚBLICO ALVO: Todos os órgãos da Prefeitura Municipal de Fortaleza

OBJETIVO: Controle e atualização do acervo de bens patrimoniais, visando a atualização do valor de bens móveis e imóveis.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
-----------	-------------------	----------------	--------------	-------



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Índice de bens imóveis regularizados do município PERCENTUAL 2,4 5,33 COGEPAT

0164 DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA: No último quadriênio, a PMF tem dado maior ênfase ao planejamento estratégico com foco em Gestão por Resultados, tomando como base essa metodologia para a elaboração de instrumentos de planejamento de governo, o PPA, LDO e LOA. O modelo adotado tem fortalecido e valorizado a cultura de planejamento no município, desencadeando ações de avaliação, monitoramento e revisão de projetos e ações, frutos de avanços da administração municipal, realizados por meio de ações como a institucionalização da carreira de Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão; a criação da Rede de Planejamento; a adoção do sistema MAPPFOR de monitoramento de ações de projetos prioritários de Fortaleza e a realização de planejamento de longo prazo, o Fortaleza 2040.

A PMF é formada por uma estrutura administrativa de 45 instituições, desse total 30 são da administração direta e 15 da administração indireta, afora 17 fundos e 34 conselhos. Todo esse corpo de instituições planeja e executa um orçamento em torno de 6,5 bilhões de reais anuais, por meio do qual são prestados serviços e realizados investimentos na cidade. Nesse contexto a SEPOG, enquanto secretaria estratégica, encontra-se na perspectiva de promover toda a Rede de Planejamento e garantir os processos que possam viabilizar a eficiência dos resultados, induzindo o desenvolvimento da cidade e uma gestão governamental transparente, participativa e transformadora.

PÚBLICO ALVO: Todos os órgãos e vinculadas da PMF

OBJETIVO: Coordenar a elaboração, acompanhamento e monitoramento dos instrumentos de planejamento, consolidando no município a prática do planejamento governamental.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Participação dos projetos das áreas prioritárias de governo (mobilidade/educação/saúde)	PERCENTUAL	83,66	100	COPLAM
Índice de desempenho planejado / executado	PERCENTUAL	54	80	COPLAM
Índice de execução financeira de projetos aprovados (MAPPFOR)	PERCENTUAL	59	100	COPLAM

0165 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA GESTÃO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA: A busca de soluções que garantam a eficiência da gestão pública é um caminho repleto de desafios, envolvendo diversas vertentes. No escopo da modernização administrativa, destacam-se as estruturas e os processos organizacionais como disciplinas onde se aplicam princípios basilares da administração, tais como, divisão do trabalho, especialização, unidade do comando, racionalização de atividades, otimização de custos, padronização de procedimentos, documentação de rotinas etc, visando a eficiência e a eficácia da gestão. Consoante com esta visão, o programa em foco concentra-se nas dimensões da estrutura organizacional e dos processos de negócio, desenvolvendo projetos e ações concernentes à qualidade da administração e ao avanço do município de Fortaleza, no âmbito das modernas práticas gerenciais.

PÚBLICO ALVO: Órgãos da Prefeitura Municipal de Fortaleza

OBJETIVO: Incentivar os órgãos ou entidades da administração pública municipal a buscar melhorias em gestão.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Índice de estruturas organizacionais modernizadas e alinhadas	PERCENTUAL	-	100	COGEM
Índice de estudos em modernização organizacional realizados	PERCENTUAL	-	100	COGEM



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Índice de processos de negócio redesenhados PERCENTUAL - 100 COGEM

0176 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO AS POLÍTICAS PÚBLICAS

JUSTIFICATIVA: A gestão da comunicação institucional é uma ferramenta eficaz para fortalecer tanto a formação de uma sociedade civil cada vez mais atuante, como para sensibilizar a opinião pública, promovendo a credibilidade e visibilidade institucional, e salvaguardando a imagem do Poder Público de maneira positiva, tornando a Administração Municipal mais transparente e próxima do cidadão. As ações de comunicação institucional são reforçadas por meio dos instrumentos de monitoramento de publicação de notícias do interesse da Prefeitura de Fortaleza, o assessoramento de comunicação e operacionalização da TV municipal e o monitoramento da estrutura física, dos insumos e condições de serviços prestados a sociedade, como os realizados pelas unidades básicas de saúde.

PÚBLICO ALVO: População de Fortaleza

OBJETIVO: Realizar e divulgar as campanhas, informativos e mídias diversas.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Nível de satisfação das ações da prefeitura	PERCENTUAL	-	60	SEGOV

0177 GESTÃO DE EVENTOS GOVERNAMENTAIS

JUSTIFICATIVA: Os eventos são instrumentos relevantes para que o Poder Público possa estabelecer vínculos, articulações, parcerias, disseminar e dar visibilidade às ações de governo, bem como promover a cidade como destino turístico e mobilizar sua economia. O Reveillon, o Ciclo Carnavalesco e o Aniversário de Fortaleza, reforçam a característica do município como uma cidade acolhedora, inclusiva e justa, onde munícipes e visitantes tem acesso a lazer de qualidade de forma segura e a um custo acessível. Para além dos grandes eventos, a PMF também tem promovido eventos menores, mas de igual relevância para o desenvolvimento da sociedade, como seminários, palestras, cursos, workshops, conferências, fóruns de discussão sobre temáticas das diversas áreas de atuação da PMF, sempre na perspectiva da promoção do exercício da cidadania e da inclusão social.

PÚBLICO ALVO: Órgãos da PMF e população de Fortaleza

OBJETIVO: Organizar, promover, promover e mobilizar os eventos do governo municipal

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Nível de satisfação dos eventos realizados pelo governo municipal	PERCENTUAL	-	60	SEGOV

0180 GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

JUSTIFICATIVA: Diante da necessidade do fortalecimento dos instrumentos da cobrança administrativa da Dívida Ativa Tributária e não Tributária, a incompletude dos dados, a melhoria dos sistemas de informação e de gestão da mesma, considerando-se ainda não estruturação de meios de cobrança e a baixa comunicação entre o contribuinte e a Dívida Ativa Municipal. Tudo isso inserido num contexto nacional onde a divisão de recursos arrecadados pela União e Estados, se encontra cada vez menos favorável aos municípios, tornou-se imprescindível a adoção de medidas de enfrentamento aos problemas declarados com objetivo de melhorar a arrecadação do município.

Para tanto, a primeira medida adotada foi a edição da Lei Complementar nº 171, de 27 de novembro de 2014, que altera a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, dando exclusividade à Procuradoria da Dívida, e o Decreto nº 13.601, de 03 de junho de 2015, que a regulamenta. Diante disso o programa em tela vem para que se cumpra fielmente a legislação no sentido de aprimorar a gestão da dívida ativa tributária e não tributária, com transparência e otimização nos processos de gestão e operação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

PÚBLICO ALVO: Prefeitura Municipal de Fortaleza

OBJETIVO: Fortalecer a arrecadação da Dívida Ativa Tributária e não Tributária por meio modernização dos processos de gestão e operacionais, que contemplem a implantação de um sistema de gestão da dívida e a realização da depuração de seus dados.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Percentual de Retorno da Dívida Ativa	PERCENTUAL	-	8	Sistema de Gestão da Dívida Ativa - Epgm

0197 GESTAO DO CONHECIMENTO

JUSTIFICATIVA: A Sociedade do Conhecimento, caracterizada pelo avanço das ciências e das tecnologias, é responsável pelas novas dinâmicas das transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e institucionais. Desse modo, a importância estratégica da gestão do conhecimento constitui uma variável competitiva que não pode ser desprezada pelos governos. As pesquisas, nesse contexto, tornam-se cada vez mais significativas para a construção de indicadores, a definição de metas, a formulação de políticas públicas, a construção de cenários e a tomada de decisão dos gestores. Com o objetivo maior de reduzir as desigualdades econômicas, a gestão municipal deve ser estratégica, pautando suas ações em resultados que contribuam de forma efetiva, eficiente e eficaz para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Trata-se de produzir dados confiáveis que ofereçam originalidade e consistência à informação. Dessa forma, o Programa “Gestão do Conhecimento” se compromete com a produção, difusão e acesso do Governo e da Sociedade às informações necessárias ao bem viver.

PÚBLICO ALVO: Gestores municipais e população de Fortaleza

OBJETIVO: Assegurar a informação qualificada dos resultados obtidos na gestão municipal

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Pesquisa quantitativa realizadas	UNIDADE	2	2	IPLANFOR
Publicações	UNIDADE	2	2	IPLANFOR

0214 FORTALECIMENTO DO FISCO

JUSTIFICATIVA: Partindo-se da premissa de que o aprimoramento da gestão fiscal é crítica para viabilizar as políticas públicas no seu conjunto e o consequente atendimento às necessidades básicas da população, a garantia de recursos para financiar o fortalecimento institucional é primordial para enfrentar os desafios econômicos de uma cidade densamente povoada e extremamente desigual. O desafio é maior ainda quando do foco do crescimento da arrecadação está direcionado para o aumento de receita sem o aumento da carga tributária, mas na otimização da cobrança dos impostos existentes, com uso da inteligência e da educação fiscal, com a implementação de projetos para evitar/minimizar a evasão e com estratégias que aproximem o Fisco dos contribuintes/cidadãos, em uma relação respeitosa e acolhedora, estimulando, assim, o cumprimento espontâneo de suas obrigações tributárias. De 2013-2016, a SEFIN alcançou resultados importantes através da implementação de projetos estruturantes, como por exemplo, a reforma administrativa, o planejamento estratégico e a agenda estratégica 2013-2016, a implantação da gestão participativa através de comitês executivo e coordenativo, do programa de capacitação e desenvolvimento dos colaboradores (PFORMS), a implantação do Fundo de Investimento e Desenvolvimento de Atividades da Administração Fazendária - FIDAF, renovação completa do parque tecnológico com aquisição de equipamentos de informática, utilização da ferramenta BI como monitoramento do ISS, implantação da governança de TI, implantação da política de segurança em TI, reformas dos prédios da SEFIN I e II com reestruturação física e mobiliário, climatização, reforma e instalação do prédio do Contencioso Administrativo Tributário e Centro de Treinamento, implantação do agendamento eletrônico via web e 0800, descentralização do atendimento através dos Núcleos de Acolhimento ao Cidadão - NAC's nas Secretarias Regionais e Vapt Vupt, novo modelo de atendimento, Programa Nota Fortaleza, implantação dos Núcleos de Apoio Contábil Fiscal - NAF's, Projeto Escola, Prêmio SEFIN de Finanças Públicas, Curso de Educação Fiscal e Cidadania para professores da rede municipal de ensino, dentre outros. No Plano Estratégico 2017-2021 da SEFIN, temos o vetor estratégico “Modernização” que



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática

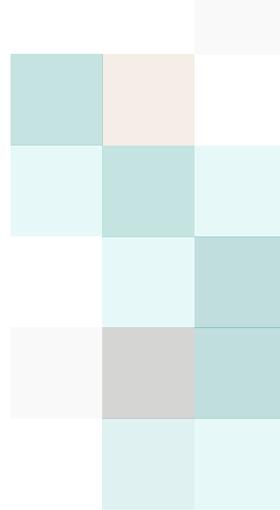
PROG. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

envolver os aspectos relacionados à gestão, inovação tecnológica e infraestrutura, buscando novos saltos quânticos no curto, médio e longo prazos.

PÚBLICO ALVO: Governo e população de Fortaleza

OBJETIVO: Aumentar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e avançar no fortalecimento institucional do Fisco.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FINAL	FONTE
Índice de eficácia da arrecadação própria	PERCENTUAL	101	100	SEFIN



Relatório III

Programas por Unidade

Orçamentária



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021**

Relatório III - Programas por Unidade Orçamentária

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

01101 - CMFOR - CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

0002 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

01901 - FECAMFOR - FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

0002 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO

11101 - GP - GABINETE DO PREFEITO

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

0098 - GESTÃO PARTICIPATIVA E SOCIAL

11202 - IPLANFOR - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

0098 - GESTÃO PARTICIPATIVA E SOCIAL

0164 - DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

0197 - GESTÃO DO CONHECIMENTO

11204 - AGEFIS - AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

0203 - FISCALIZAÇÃO INTEGRADA

0204 - CONVIVÊNCIA URBANA

11205 - CITINOVA - FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE FORTALEZA

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0182 - FOMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA CIDADE

0183 - PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

11901 - FMJF - FUNDO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE FORTALEZA

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0064 - FORTALEZA INCLUSIVA

0206 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E REDES DE ATENÇÃO - PROREDES

11902 - FMPD - FUNDO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

0212 - ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE DROGAS E SEUS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

0213 - PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE ÁLCOOL, CRACK E OUTRAS DROGAS

GABINETE DO VICE-PREFEITO

12101 - GVP - GABINETE DO VICE-PREFEITO

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0189 - SEGURANÇA CIDADÃ EM FORTALEZA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

13101 - PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0180 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

13201 - ACFOR - AUTARQUIA DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

0138 - REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PELA ACFOR

13901 - FAPGM - FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021**

Relatório III - Programas por Unidade Orçamentária

14101 - CGM - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0065 - CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL
- 0066 - TRANSPARÊNCIA: OUVIDORIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
- 0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

15101 - SEGOV - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0111 - FORTALEZA CIDADE COM FUTURO
- 0176 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO AS POLÍTICAS PÚBLICAS
- 0177 - GESTÃO DE EVENTOS GOVERNAMENTAIS
- 0191 - VALORIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E ATIVIDADE TURÍSTICA DE FORTALEZA - PROVATUR
- 0206 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E REDES DE ATENÇÃO - PROREDES

SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA CIDADÃ

17101 - SESEC - SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA CIDADÃ

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES
- 0111 - FORTALEZA CIDADE COM FUTURO
- 0185 - PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
- 0189 - SEGURANÇA CIDADÃ EM FORTALEZA

17102 - GMFOR - GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0189 - SEGURANÇA CIDADÃ EM FORTALEZA

SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

18101 - SEPOG - SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA
- 0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES
- 0093 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DO MUNICÍPIO
- 0106 - GESTÃO CORPORATIVA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
- 0153 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS E SERVIÇOS COMPARTILHADOS
- 0155 - GESTÃO DE PATRIMÔNIO
- 0164 - DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL
- 0165 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA GESTÃO MUNICIPAL

18102 - CLFOR - CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

18201 - IMPARH - INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA
- 0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
- 0064 - FORTALEZA INCLUSIVA
- 0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

18202 - IPM-PREVFOR - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO - PREVFOR

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA
- 0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
- 0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

18203 - IPM-SAÚDE - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO - SAÚDE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021**

Relatório III - Programas por Unidade Orçamentária

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA
- 0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
- 0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

SECRETARIA MUNICIPAL DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

19101 - SCSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0014 - FORTALEZA LIMPA
- 0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES
- 0101 - INFRAESTRUTURA URBANA E VIÁRIA
- 0102 - TRANSPORTE URBANO E MOBILIDADE DE FORTALEZA
- 0128 - VIGILÂNCIA A SAÚDE
- 0132 - FORTALEZA ILUMINADA

19201 - AMC - AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
- 0053 - EDUCAÇÃO E SEGURANÇA DO TRÂNSITO
- 0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

19203 - IPEM - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS

- 0016 - METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

19204 - ETUFOR - EMPRESA DE TRANSPORTE URBANO DE FORTALEZA

- 0179 - MOBILIDADE URBANA

19205 - CTC - COMPANHIA DE TRANSPORTE COLETIVO

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

19206 - URBFOR - AUTARQUIA DE URBANISMO E PAISAGISMO DE FORTALEZA

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0015 - PARQUES URBANOS TEMÁTICOS
- 0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES
- 0087 - SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

19901 - FUNLIMP - FUNDO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0014 - FORTALEZA LIMPA

SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS

23101 - SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES
- 0093 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DO MUNICÍPIO

23901 - FIDAF - FUNDO DE INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0214 - FORTALECIMENTO DO FISCO

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

24901 - FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
- 0042 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 0043 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
- 0052 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
- 0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório III - Programas por Unidade Orçamentária

- 0105 - MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA
- 0193 - DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

25201 - IJF - INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
- 0121 - GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE
- 0124 - ATENÇÃO TERCIÁRIA A SAÚDE

25901 - FMS - AC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
- 0119 - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE
- 0120 - GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS
- 0121 - GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE
- 0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE
- 0125 - REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA
- 0127 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
- 0128 - VIGILÂNCIA A SAÚDE
- 0206 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E REDES DE ATENÇÃO - PROREDES
- 0215 - CADA VIDA IMPORTA

25902 - FMS - INFRA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - INFRAESTRUTURA

- 0119 - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE
- 0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE
- 0127 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
- 0128 - VIGILÂNCIA A SAÚDE

25908 - HDGMB - HOSPITAL DISTRITAL GONZAGA MOTA/BARRA DO CEARÁ

- 0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

25909 - CEMJA - CENTRO DE ESPECIALIZAÇÕES MÉDICAS JOSÉ DE ALENCAR

- 0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

25910 - HDEAM - HOSPITAL DISTRITAL EVANDRO AYRES DE MOURA

- 0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

25911 - HDMJB - HOSPITAL DISTRITAL MARIA JOSÉ BARROSO

- 0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

25912 - CROA - HOSPITAL LÚCIA DE FÁTIMA/CROA

- 0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

25913 - HDGMJW - HOSPITAL DISTRITAL GONZAGA MOTA/JOSÉ WALTER

- 0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

25914 - HDNSC - HOSPITAL DISTRITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

- 0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

25915 - HDGMM - HOSPITAL DISTRITAL GONZAGA MOTA/MESSEJANA

- 0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

25916 - HEB - HOSPITAL DISTRITAL EDMILSON BARROS DE OLIVEIRA

- 0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE

25918 - HMZA - HOSPITAL E MATERNIDADE DRA ZILDA ARNS NEUMANN

- 0124 - ATENÇÃO TERCIÁRIA A SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

26101 - SDE - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório III - Programas por Unidade Orçamentária

- 0026 - EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS
- 0027 - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PROJETOS ESTRUTURANTES
- 0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES
- 0111 - FORTALEZA CIDADE COM FUTURO
- 0152 - TRABALHO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, EMPREGO E RENDA

26901 - FMDS - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0026 - EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS
- 0196 - DESENVOLVIMENTO DE AMBIENTES DE INOVAÇÃO - PARQFOR

26902 - FMJE - FUNDO MUNICIPAL DO JOVEM EMPREENDEDOR

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0026 - EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS

SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA

27101 - SEINF - SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES
- 0101 - INFRAESTRUTURA URBANA E VIÁRIA
- 0102 - TRANSPORTE URBANO E MOBILIDADE DE FORTALEZA
- 0111 - FORTALEZA CIDADE COM FUTURO
- 0206 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E REDES DE ATENÇÃO - PROREDES
- 0207 - CIDADE SUSTENTÁVEL
- 0208 - PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA EM EDUCAÇÃO E SANEAMENTO - PROINFRA
- 0209 - INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS E PRÉDIOS PÚBLICOS

SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO E MEIO AMBIENTE

28101 - SEUMA - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO E MEIO AMBIENTE

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES
- 0088 - PLANEJAMENTO DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO
- 0089 - CONTROLE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO
- 0207 - CIDADE SUSTENTÁVEL

28901 - FUNDEMA - FUNDO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0087 - SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

28902 - FUNDURB - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0087 - SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER

29101 - SECEL - SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0003 - DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO COMUNITÁRIO E DE LAZER
- 0004 - PROGRAMA DE ESPORTE EDUCACIONAL E RENDIMENTO
- 0005 - INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER
- 0008 - ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
- 0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO DE FORTALEZA

30101 - SETFOR - SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO DE FORTALEZA

- 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO
- 0110 - PRODETUR NACIONAL - FORTALEZA



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório III - Programas por Unidade Orçamentária

0111 - FORTALEZA CIDADE COM FUTURO

0136 - DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO

0191 - VALORIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E ATIVIDADE TURÍSTICA DE FORTALEZA - PROVATUR

SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

31101 - SDHDS - SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0008 - ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

0029 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

0031 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES

0036 - CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - CIDADANIA EM REDE

0056 - PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBT

0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

0160 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SAN

0215 - CADA VIDA IMPORTA

31102 - PROCON - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0025 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

31201 - FUNCÍ - FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA CIDADÃ

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

0181 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PREVENÇÃO DE VIOLAÇÕES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

0186 - GESTÃO DAS UNIDADES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

0195 - GESTÃO EXECUTIVA E INTERSETORIAL DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE FORTALEZA - PMPIF

31901 - FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0141 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

0171 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0210 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

0211 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

0215 - CADA VIDA IMPORTA

31902 - FMDDCA - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

0181 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PREVENÇÃO DE VIOLAÇÕES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

31903 - FMDPI - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PESSOA IDOSA

0007 - ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA IDOSA

31904 - FMDDP - FUNDO MUNICIPAL PARA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

0008 - ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

31905 - FMDDD - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0025 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE FORTALEZA

32101 - SECULTFOR - SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE FORTALEZA

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0074 - VALORIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.

0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

0190 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DO LIVRO, DA LEITURA, DA LITERATURA E BIBLIOTECA

0194 - APOIO À CRIAÇÃO, DIFUSÃO E FOMENTO À CULTURA

0199 - APOIO À ECONOMIA E PRODUÇÃO CRIATIVAS

0200 - PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO, A CULTURA E AS ARTES

0201 - GESTÃO DA POLÍTICA CULTURAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021**

Relatório III - Programas por Unidade Orçamentária

32901 - FMC - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

0194 - APOIO À CRIAÇÃO, DIFUSÃO E FOMENTO À CULTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA

34101 - HABITAFOR - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

34901 - FMHIS - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

0018 - HABITAR BEM

0022 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

SECRETARIA REGIONAL DO CENTRO

39101 - SERCEFOP - SECRETARIA REGIONAL DO CENTRO

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0005 - INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER

0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS

0037 - GENTILEZA URBANA

SECRETARIA REGIONAL I

40101 - SER I - SECRETARIA REGIONAL I

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0005 - INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER

0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS

0014 - FORTALEZA LIMPA

SECRETARIA REGIONAL II

41101 - SER II - SECRETARIA REGIONAL II

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS

SECRETARIA REGIONAL III

42101 - SER III - SECRETARIA REGIONAL III

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0005 - INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER

0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS

0014 - FORTALEZA LIMPA

SECRETARIA REGIONAL IV

43101 - SER IV - SECRETARIA REGIONAL IV

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0005 - INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER

0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS

0014 - FORTALEZA LIMPA

SECRETARIA REGIONAL V

44101 - SER V - SECRETARIA REGIONAL V

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0005 - INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER

0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021**

Relatório III - Programas por Unidade Orçamentária

0014 - FORTALEZA LIMPA

0015 - PARQUES URBANOS TEMÁTICOS

SECRETARIA REGIONAL VI

45101 - SER VI - SECRETARIA REGIONAL VI

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO

0005 - INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER

0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA

0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS

0014 - FORTALEZA LIMPA

ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

80101 - RSSF - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS

0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

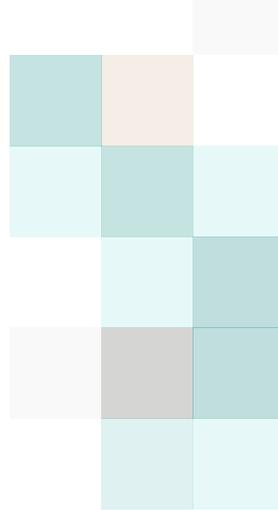
80102 - RRSSEPOG - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

90101 - RESERVA - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA



Relatório IV

Demonstrativo por Órgão,
Programa e Fonte



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório IV - Demonstrativo por Órgão, Programa e Fonte

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0002 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL	850.804.169	876.612	851.680.781
TOTAL	850.804.169	876.612	851.680.781

GABINETE DO PREFEITO

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	499.799.446	5.295.527	505.094.973
0064 - FORTALEZA INCLUSIVA	80.957.646	1.519.485	82.477.131
0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	292.000		292.000
0098 - GESTÃO PARTICIPATIVA E SOCIAL	2.612.000	5.000.000	7.612.000
0164 - DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	5.234.000	6.000.000	11.234.000
0182 - FOMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA CIDADE	7.328.896	166.173	7.495.069
0183 - PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA	5.550.836	35.000	5.585.836
0197 - GESTÃO DO CONHECIMENTO	4.810.924		4.810.924
0203 - FISCALIZAÇÃO INTEGRADA	2.048.000	80.000	2.128.000
0204 - CONVIVÊNCIA URBANA	8.000		8.000
0206 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E REDES DE ATENÇÃO - PROREDES	110.862.048		110.862.048
0212 - ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE DROGAS E SEUS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	3.053.453	481.160	3.534.613
0213 - PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE ÁLCOOL, CRACK E OUTRAS DROGAS	3.064.749	10.489	3.075.238
TOTAL	725.621.998	18.587.834	744.209.832

GABINETE DO VICE-PREFEITO

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	17.555.646		17.555.646
0189 - SEGURANÇA CIDADÃ EM FORTALEZA	580.000		580.000
TOTAL	18.135.646	0	18.135.646

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	179.429.233	11.895.589	191.324.822
0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES		2.960.857	2.960.857
0138 - REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PELA ACFOR		28.345.589	28.345.589
0180 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	10.350.000		10.350.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório IV - Demonstrativo por Órgão, Programa e Fonte

	TOTAL	189.779.233	43.202.035	232.981.268
CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO				
PROGRAMA		TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO		18.718.749		18.718.749
0065 - CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL		321.000		321.000
0066 - TRANSPARÊNCIA: OUVIDORIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL		667.536		667.536
0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES		640.924		640.924
	TOTAL	20.348.209	0	20.348.209
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				
PROGRAMA		TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO		43.564.204		43.564.204
0111 - FORTALEZA CIDADE COM FUTURO		13.195.000		13.195.000
0176 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO AS POLÍTICAS PÚBLICAS		101.788.000	17.000	101.805.000
0177 - GESTÃO DE EVENTOS GOVERNAMENTAIS		40.242.611	3.962.861	44.205.472
0191 - VALORIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E ATIVIDADE TURÍSTICA DE FORTALEZA - PROVATUR		663.000		663.000
0206 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E REDES DE ATENÇÃO - PROREDES		1.446.000		1.446.000
	TOTAL	200.898.815	3.979.861	204.878.676
SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA CIDADÃ				
PROGRAMA		TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO		709.693.868		709.693.868
0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES		27.036	178.490	205.526
0111 - FORTALEZA CIDADE COM FUTURO			67.745	67.745
0185 - PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL		9.114.534		9.114.534
0189 - SEGURANÇA CIDADÃ EM FORTALEZA		10.739.571	2.454.075	13.193.646
	TOTAL	729.575.009	2.700.310	732.275.319
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO				
PROGRAMA		TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO		211.952.848	4.108.112.190	4.320.065.038
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA		1.347.219	18.489.764	19.836.983
0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		283.500	1.076.000	1.359.500
0064 - FORTALEZA INCLUSIVA		278.611	3.807.448	4.086.059



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório IV - Demonstrativo por Órgão, Programa e Fonte

0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	2.370.000	12.366.273	14.736.273
0093 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DO MUNICÍPIO	164.314.458		164.314.458
0106 - GESTÃO CORPORATIVA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	16.596.214	131.160	16.727.374
0153 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS E SERVIÇOS COMPARTILHADOS	492.277.577		492.277.577
0155 - GESTÃO DE PATRIMÔNIO	14.995.000		14.995.000
0164 - DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	235.000		235.000
0165 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA GESTÃO MUNICIPAL	370.000		370.000
TOTAL	905.020.427	4.143.982.835	5.049.003.262

SECRETARIA MUNICIPAL DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	636.328.262	139.963.047	776.291.309
0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		4.110.000	4.110.000
0014 - FORTALEZA LIMPA	1.168.870.602	3.907.435	1.172.778.037
0015 - PARQUES URBANOS TEMÁTICOS	4.947.710		4.947.710
0016 - METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	1.587.595	88.831.407	90.419.002
0053 - EDUCAÇÃO E SEGURANÇA DO TRÂNSITO	15.493.408	375.561.848	391.055.256
0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	3.178.367	390.000	3.568.367
0087 - SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO	14.765.690		14.765.690
0101 - INFRAESTRUTURA URBANA E VIÁRIA	146.104.770	27.044.157	173.148.927
0102 - TRANSPORTE URBANO E MOBILIDADE DE FORTALEZA	54.618.449	1.490.000	56.108.449
0128 - VIGILÂNCIA A SAÚDE	1.064.880		1.064.880
0132 - FORTALEZA ILUMINADA	895.428.958		895.428.958
TOTAL	2.942.388.691	641.297.894	3.583.686.585

SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	556.571.205		556.571.205
0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	100.000		100.000
0093 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DO MUNICÍPIO	16.134.392		16.134.392
0214 - FORTALECIMENTO DO FISCO	46.020.903		46.020.903
TOTAL	618.826.500	0	618.826.500

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
-----------------	----------------	----------------------	--------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório IV - Demonstrativo por Órgão, Programa e Fonte

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	459.309.291	459.309.291
0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	820.000	820.000
0042 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.180.579.983	5.180.579.983
0043 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	14.864.631	14.864.631
0052 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.218.844.058	1.218.844.058
0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	2.124.000	2.124.000
0105 - MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA	370.974.952	370.974.952
0193 - DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	157.940.982	157.940.982
TOTAL	7.405.457.897	0 7.405.457.897

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	2.142.293.353	405.660.243	2.547.953.596
0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.560.282	26.840.000	28.400.282
0119 - ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE	1.239.635.452	610.406.721	1.850.042.173
0120 - GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO SUS	22.000	5.490.000	5.512.000
0121 - GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE	816.000	3.939.653	4.755.653
0123 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE	1.125.726.421	1.012.347.146	2.138.073.567
0124 - ATENÇÃO TERCIÁRIA A SAÚDE	100.753.177	475.918.436	576.671.613
0125 - REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA	4.720.000	1.612.121.000	1.616.841.000
0127 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	75.465.874	130.502.454	205.968.328
0128 - VIGILÂNCIA A SAÚDE	9.094.856	204.209.081	213.303.937
0206 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E REDES DE ATENÇÃO - PROREDES	26.411.715		26.411.715
0215 - CADA VIDA IMPORTA	4.900.000		4.900.000
TOTAL	4.731.399.130	4.487.434.734	9.218.833.864

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	31.695.919		31.695.919
0026 - EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE DE NEGÓCIOS	9.346.029	1.063.400	10.409.429
0027 - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PROJETOS ESTRUTURANTES	1.804.000	96.000	1.900.000
0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	440.000		440.000
0111 - FORTALEZA CIDADE COM FUTURO	800.000		800.000
0152 - TRABALHO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, EMPREGO E RENDA	7.545.012	2.820.000	10.365.012



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório IV - Demonstrativo por Órgão, Programa e Fonte

0196 - DESENVOLVIMENTO DE AMBIENTES DE INOVAÇÃO - PARQFOR

	115.270	2.415.163	2.530.433
TOTAL	51.746.230	6.394.563	58.140.793

SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA

PROGRAMA

	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	140.085.654	45.061	140.130.715
0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	20.000		20.000
0101 - INFRAESTRUTURA URBANA E VIÁRIA	276.340.298	6.026.532	282.366.830
0102 - TRANSPORTE URBANO E MOBILIDADE DE FORTALEZA	326.652.486	9.250.186	335.902.672
0111 - FORTALEZA CIDADE COM FUTURO	128.805.036		128.805.036
0206 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E REDES DE ATENÇÃO - PROREDES	122.383.586		122.383.586
0207 - CIDADE SUSTENTÁVEL	78.150.911		78.150.911
0208 - PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA EM EDUCAÇÃO E SANEAMENTO - PROINFRA	341.383.369		341.383.369
0209 - INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS E PRÉDIOS PÚBLICOS	225.604.441	89.524.782	315.129.223
TOTAL	1.639.425.781	104.846.561	1.744.272.342

SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO E MEIO AMBIENTE

PROGRAMA

	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	61.786.924	10.318.648	72.105.572
0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	489.973		489.973
0087 - SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO	1.802.445	52.438.011	54.240.456
0088 - PLANEJAMENTO DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO	5.784.921	2.505.044	8.289.965
0089 - CONTROLE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO	9.916.550		9.916.550
0207 - CIDADE SUSTENTÁVEL	807.211		807.211
TOTAL	80.588.024	65.261.703	145.849.727

SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER

PROGRAMA

	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	18.705.971	340.000	19.045.971
0003 - DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO COMUNITÁRIO E DE LAZER	21.606.962	120.828	21.727.790
0004 - PROGRAMA DE ESPORTE EDUCACIONAL E RENDIMENTO	605.811	1.247.226	1.853.037
0005 - INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER		6.419.168	6.419.168
0008 - ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	2.000.000		2.000.000
0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	970.000		970.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório IV - Demonstrativo por Órgão, Programa e Fonte

	TOTAL	43.888.744	8.127.222	52.015.966
SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO DE FORTALEZA				
PROGRAMA		TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO		12.197.066		12.197.066
0110 - PRODETUR NACIONAL - FORTALEZA		47.075.331	117.000	47.192.331
0111 - FORTALEZA CIDADE COM FUTURO		12.201.909		12.201.909
0136 - DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO		20.233.804	383.898	20.617.702
0191 - VALORIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E ATIVIDADE TURÍSTICA DE FORTALEZA - PROVATUR		51.853.568	587.099	52.440.667
TOTAL	TOTAL	143.561.678	1.087.997	144.649.675

SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA		TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO		197.860.092	8.640.746	206.500.838
0007 - ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA IDOSA		3.269.862	27.111.447	30.381.309
0008 - ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA		2.996.178	432.232	3.428.410
0025 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR		1.290.901	250.339	1.541.240
0029 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL		4.252.000		4.252.000
0031 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES		4.791.000		4.791.000
0036 - CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - CIDADANIA EM REDE		6.085.800	1.577.626	7.663.426
0056 - PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBT		3.908.019	430.000	4.338.019
0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES		1.900.000	900.000	2.800.000
0141 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		21.564.042	68.712.646	90.276.688
0160 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SAN		20.385.716	38.700.863	59.086.579
0171 - GESTÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		2.246.500	44.587.616	46.834.116
0181 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PREVENÇÃO DE VIOLAÇÕES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES		12.536.274	29.212.007	41.748.281
0186 - GESTÃO DAS UNIDADES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS		6.026.100	5.103.000	11.129.100
0195 - GESTÃO EXECUTIVA E INTERSETORIAL DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE FORTALEZA - PMPIF		1.930.000	2.700.000	4.630.000
0210 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE		7.234.496	30.355.013	37.589.509
0211 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		22.318.065	18.203.036	40.521.101
0215 - CADA VIDA IMPORTA		5.100.000		5.100.000
TOTAL	TOTAL	325.695.045	276.916.571	602.611.616

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE FORTALEZA

PROGRAMA		TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
-----------------	--	----------------	----------------------	--------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório IV - Demonstrativo por Órgão, Programa e Fonte

0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	38.537.230	532.450	39.069.680
0074 - VALORIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.	29.950.200	3.460.828	33.411.028
0082 - GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	225.500		225.500
0190 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DO LIVRO, DA LEITURA, DA LITERATURA E BIBLIOTECA	4.235.520	814.000	5.049.520
0194 - APOIO À CRIAÇÃO, DIFUSÃO E FOMENTO À CULTURA	100.356.141	19.980.236	120.336.377
0199 - APOIO À ECONOMIA E PRODUÇÃO CRIATIVAS	4.344.500	342.000	4.686.500
0200 - PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO, A CULTURA E AS ARTES	13.556.891	1.334.240	14.891.131
0201 - GESTÃO DA POLÍTICA CULTURAL	2.372.504	297.347	2.669.851
TOTAL	193.578.486	26.761.101	220.339.587

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	13.437.301		13.437.301
0018 - HABITAR BEM	340.687.132	27.642.252	368.329.384
0022 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	5.709.680	7.052.000	12.761.680
TOTAL	359.834.113	34.694.252	394.528.365

SECRETARIA REGIONAL DO CENTRO

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	18.458.655		18.458.655
0005 - INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER	30.000		30.000
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	6.042.539	1.300.063	7.342.602
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	4.739.330		4.739.330
0037 - GENTILEZA URBANA	60.000		60.000
TOTAL	29.330.524	1.300.063	30.630.587

SECRETARIA REGIONAL I

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	67.244.153		67.244.153
0005 - INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER	400.000		400.000
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	9.434.025	951.035	10.385.060
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	549.595		549.595
0014 - FORTALEZA LIMPA	610.000		610.000
TOTAL	78.237.773	951.035	79.188.808



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório IV - Demonstrativo por Órgão, Programa e Fonte

SECRETARIA REGIONAL II

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	102.492.066		102.492.066
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	9.187.200	950.000	10.137.200
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	1.340.000		1.340.000
TOTAL	113.019.266	950.000	113.969.266

SECRETARIA REGIONAL III

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	51.595.174		51.595.174
0005 - INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER	200.000		200.000
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	10.475.198	1.379.256	11.854.454
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	1.218.000		1.218.000
0014 - FORTALEZA LIMPA	537.000		537.000
TOTAL	64.025.372	1.379.256	65.404.628

SECRETARIA REGIONAL IV

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	46.765.324		46.765.324
0005 - INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER	2.618.693		2.618.693
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	10.126.177	1.276.190	11.402.367
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	1.136.831		1.136.831
0014 - FORTALEZA LIMPA	58.537	60.243	118.780
TOTAL	60.705.562	1.336.433	62.041.995

SECRETARIA REGIONAL V

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	49.838.644		49.838.644
0005 - INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER	2.000.000	8.000	2.008.000
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	16.975.178	988.403	17.963.581
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	3.244.000		3.244.000
0014 - FORTALEZA LIMPA	32.000		32.000
0015 - PARQUES URBANOS TEMÁTICOS	258.000		258.000
TOTAL	72.347.822	996.403	73.344.225



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório IV - Demonstrativo por Órgão, Programa e Fonte

SECRETARIA REGIONAL VI

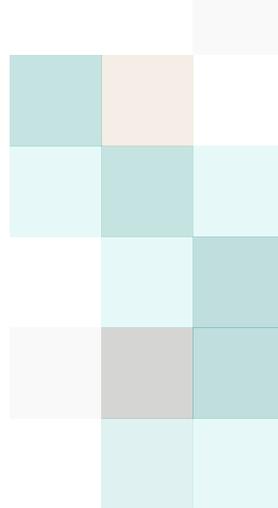
PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO	45.341.015		45.341.015
0005 - INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER	1.500.000		1.500.000
0006 - OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA	13.959.609	951.035	14.910.644
0010 - ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS	2.000.000		2.000.000
0014 - FORTALEZA LIMPA	600.000		600.000
TOTAL	63.400.624	951.035	64.351.659

ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
0012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.367.595.503		1.367.595.503
TOTAL	1.367.595.503	0	1.367.595.503

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

PROGRAMA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	146.359.097		146.359.097
TOTAL	146.359.097	0	146.359.097



Relatório V

Regionalização das Ações e
Metas Físicas dos
Programas Finalísticos



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório V - Regionalização das Ações e Metas Físicas dos Programa Finalísticos

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021
2134	- GARANTIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR - PNAEP																
	ALUNO BENEFICIADO (UNIDADE)	25.401	80.467														
2137	- GARANTIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE - PNAEC																
	ALUNO BENEFICIADO (PESSOA)	19.189	62.894														
2794	- MANUTENÇÃO E REPAROS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL																
	EQUIPAMENTO PÚBLICO MANTIDO (UNIDADE)	60	60														
2795	- APOIO À INSTITUIÇÕES CONVENIADAS DE ATENDIMENTO À CRIANÇAS DE 1 A 3 ANOS - CRECHES																
	CRIANÇA BENEFICIADA (UNIDADE)					509	1.853	350	1.273	1.225	4.458	187	681	2.194	7.984	2.095	7.624
0053	- EDUCAÇÃO E SEGURANÇA DO TRÂNSITO																
1175	- IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CONTROLE DE TRÁFEGO EM ÁREA DE FORTALEZA (GCTAFOR)																
	EQUIPAMENTO IMPLANTADO (UNIDADE)	70	210														
1627	- AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DE TRANSITO																
	VEICULO ADQUIRIDO/MANTIDO (UNIDADE)	30	60														
2169	- REALIZAÇÃO E APOIO DAS ATIVIDADES EDUCATIVAS DE TRÂNSITO																
	AÇÃO DESENVOLVIDA (UNIDADE)	112.970	451.129														
2940	- MANUTENÇÃO DE OPERAÇÃO DE TRANSITO E DE SINALIZAÇÃO VIARIA																
	SINALIZAÇÃO REALIZADA (M ²)	151.000	602.999														
0056	- PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBT																
1181	- REALIZAÇÃO DE EDITAL PÚBLICO PARA APOIO A PROJETOS SOCIAIS E FOMENTO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA E LITERÁRIA DE PESSOAS LGBT																
	EDITAL CRIADO (UNIDADE)	2	6														
1193	- IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO E PROMOÇÃO DO CUIDADO DOS TRANSEXUAIS																
	PESSOA ASSISTIDA (UNIDADE)	300	900														
1284	- IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE CIDADANIA LGBT																



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório V - Regionalização das Ações e Metas Físicas dos Programa Finalísticos

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021
1177	- CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - REDE AQUARELA																
	PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE)	500	1.500														
1202	- SENSIBILIZAÇÃO PARA PREVENÇÃO CONTRA AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES																
	PESSOA SENSIBILIZADA (UNIDADE)	50.000	150.000														
1503	- FINANCIAMENTO DE PROJETOS POR MEIO DE EDITAIS																
	PROJETO APOIADO (UNIDADE)	20	60														
1504	- CAPACITAÇÃO CONTINUADA PARA CONSELHEIROS TUTELARES E DE DIREITOS																
	CONSELHEIRO CAPACITADO (UNIDADE)	62	186														
1505	- CAPACITAÇÃO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL VINCULADAS AO COMDICA																
	ENTIDADE CAPACITADA (UNIDADE)	30	90														
1510	- ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE MONITORAMENTO E FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE																
	PLANO DESENVOLVIDO (UNIDADE)	1	3														
1917	- APOIO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS																
	EVENTO REALIZADO (UNIDADE)	4	10														
2065	- PROMOÇÃO E INCENTIVO À INSERÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS AO MUNDO DO TRABALHO																
	JOVEM BENEFICIADO (UNIDADE)	550	1.650														
2077	- DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - PONTE DE ENCONTRO																
	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO (UNIDADE)	400	1.600														
2078	- REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL, E SUAS FAMÍLIAS - REDE AQUARELA																
	ATENDIMENTO REALIZADO (UNIDADE)	2.550	7.650														
2079	- MANUTENÇÃO DO COMITÊ DE SUB-REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO																
	PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)	180	540														
0182	- FOMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA CIDADE																



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório V - Regionalização das Ações e Metas Físicas dos Programa Finalísticos

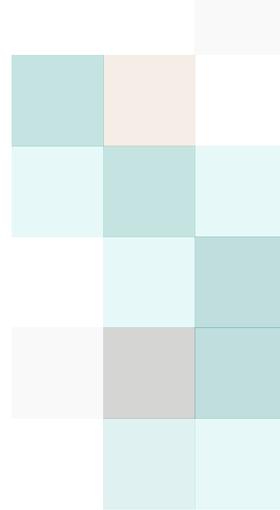
PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021
2230	- MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL)																
	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO (UNIDADE)	160	720														
2234	- MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (MODALIDADE CASA LAR)																
	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO (UNIDADE)	20	90														
2235	- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE																
	PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)	402	1.512														
2276	- MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (MODALIDADE FAMÍLIA ACOLHEDORA)																
	CRIANÇA/ADOLESCENTE ACOLHIDOS (UNIDADE)	100	408														
0212	- ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE DROGAS E SEUS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE																
1492	- REALIZAÇÃO DE PARCERIAS PARA REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE DROGAS																
	PARCERIA CELEBRADA (UNIDADE)	8	24														
2257	- APOIO AOS USUÁRIOS DE DROGAS E SEUS FAMILIARES COM FOCO NA REDUÇÃO DE DANOS																
	ATENDIMENTO PRESTADO (UNIDADE)	7.200	21.600														
2259	- FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO INTERSETORIAL																
	COMITÊ MANTIDO (UNIDADE)	3	18														
2261	- MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE REFERÊNCIA SOBRE DROGAS - CIRD																
	CENTRO MANTIDO (UNIDADE)	1	3														
2262	- MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL SOBRE DROGAS																
	CONSELHO MANTIDO (UNIDADE)	1	3														
0213	- PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE ÁLCOOL, CRACK E OUTRAS DROGAS																
1493	- ELABORAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM POLÍTICAS SOBRE DROGAS																
	DIVULGAÇÃO REALIZADA (UNIDADE)	10	30														
1494	- REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO USO INDEVIDO DE DROGAS																



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório V - Regionalização das Ações e Metas Físicas dos Programa Finalísticos

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021
	AÇÃO																
	DESCRÇÃO DA AÇÃO																
	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA																
	ADOLESCENTE ATENDIDO (UNIDADE)	100	300														



Relatório VI

Regionalização das Ações e
Metas Financeiras dos Programas
Finalísticos



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório VI - Regionalização das Ações e Metas Financeiras dos Programa Finalísticos

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA		MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021
0003	- DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO COMUNITÁRIO E DE LAZER																	
1008	- REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER																	
	EVENTO REALIZADO (UNIDADE)																	
			130.000	858.562														
1087	- APOIO A EVENTOS ESPORTIVO E DE LAZER																	
	EVENTO REALIZADO (UNIDADE)																	
			40.000	80.828														
1088	- FUNCIONAMENTO DOS NÚCLEOS DE ESPORTE E LAZER																	
	NÚCLEO EM FUNCIONAMENTO (UNIDADE)																	
			3.500.000	10.800.000														
1236	- AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO																	
	PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)																	
			350.000	830.000														
1239	- IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE E LAZER																	
	EQUIPAMENTO PÚBLICO IMPLANTADO (UNIDADE)																	
			500.000	4.038.400														
1263	- IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE																	
	EQUIPAMENTO PÚBLICO IMPLANTADO (UNIDADE)																	
			250.000	350.000														
0004	- PROGRAMA DE ESPORTE EDUCACIONAL E RENDIMENTO																	
1237	- APOIO A ATLETAS PARA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO EM EVENTOS ESPORTIVOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS																	
	ATLETA APOIADO (UNIDADE)																	
			144.184	183.574														
1265	- IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTES VOLTADOS PARA O ALTO REDIMENTO																	
	NÚCLEO IMPLANTADO (UNIDADE)																	
			100.000	162.320														
1324	- APOIO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS EDUCACIONAIS																	



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório VI - Regionalização das Ações e Metas Financeiras dos Programa Finalísticos

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA		MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021
0211	- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE																	
1105	- IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE																	
	EQUIPAMENTO PÚBLICO IMPLANTADO (UNIDADE)																	
			121.000	316.000														
1471	- IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (MODALIDADE FAMÍLIA ACOLHEDORA)																	
	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO (UNIDADE)																	
			51.500	144.914														
1472	- REFORMA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE																	
	EQUIPAMENTO PÚBLICO REFORMADO (UNIDADE)																	
			51.000	98.000														
1473	- CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DA PSE - ALTA COMPLEXIDADE																	
	PARCERIA CELEBRADA (UNIDADE)																	
			65.000	214.500														
1487	- IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (MODALIDADE CASA LAR)																	
	EQUIPAMENTO PÚBLICO IMPLANTADO (UNIDADE)																	
			51.500	111.000														
2230	- MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL)																	
	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO (UNIDADE)																	
			5.221.000	17.702.000														
2234	- MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (MODALIDADE CASA LAR)																	
	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO (UNIDADE)																	
			725.000	2.396.500														
2235	- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE																	
	PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)																	
			2.407.000	8.759.687														
2276	- MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (MODALIDADE FAMÍLIA ACOLHEDORA)																	
	CRIANÇA/ADOLESCENTE ACOLHIDOS (UNIDADE)																	

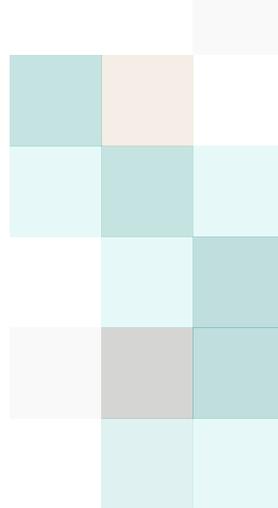


PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório VI - Regionalização das Ações e Metas Financeiras dos Programa Finalísticos

PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	
		2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021	2018	2019-2021
	CENTRO IMPLANTADO (PERCENTUAL)																
		480.000	1.920.000														
1007	IMPLANTAÇÃO DA CASA ABRIGO DESTINADA À ADOLESCENTES AMEAÇADOS																
	CASA ABRIGO IMPLANTADA (PERCENTUAL)																
		500.000	2.000.000														
2008	REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL AOS FAMILIARES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POR HOMICÍDIO																
	PESSOA ATENDIDA (UNIDADE)																
		500.000	2.000.000														
2009	DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO COMUNITÁRIO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, EM PARCERIA COM A SOCIEDADE CIVIL																
	ADOLESCENTE ATENDIDO (UNIDADE)																
		20.000	80.000														
		4.262.500.779	15.303.027.765	12.221.346	40.525.898	21.381.303	65.564.682	24.428.771	80.752.724	48.554.508	164.667.945	24.793.783	75.609.321	53.277.346	167.867.245	59.898.382	178.153.920
		MUNICÍPIO		REG. CENTRO		REGIONAL I		REGIONAL II		REGIONAL III		REGIONAL IV		REGIONAL V		REGIONAL VI	

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO - COPLAM
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO - SIOPFOR



Relatório VII

Demonstrativo por Função e
Subfunção



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório VII - Demonstrativo por Função e Subfunção

FUNÇÃO		DESCRÇÃO DA FUNÇÃO		
SFC	DESCRÇÃO DA SUBFUNÇÃO	VALOR 2018	VALOR 2019-2021	TOTAL
<u>01</u>	<u>LEGISLATIVA</u>			
031	AÇÃO LEGISLATIVA	189.871.749	661.809.032	851.680.781
	TOTAL DA FUNÇÃO	189.871.749	661.809.032	851.680.781
<u>02</u>	<u>JUDICIÁRIA</u>			
092	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	2.670.000	7.680.000	10.350.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	42.634.850	144.050.712	186.685.562
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	25.000	75.000	100.000
	TOTAL DA FUNÇÃO	45.329.850	151.805.712	197.135.562
<u>03</u>	<u>ESSENCIAL À JUSTIÇA</u>			
032	CONTROLE EXTERNO	30.000	90.000	120.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	643.000	2.187.857	2.830.857
	TOTAL DA FUNÇÃO	673.000	2.277.857	2.950.857
<u>04</u>	<u>ADMINISTRAÇÃO</u>			
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	80.000	240.000	320.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	718.812.708	2.465.588.968	3.184.401.676
124	CONTROLE INTERNO	103.000	324.000	427.000
125	NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	3.355.000	11.694.736	15.049.736
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	35.636.010	154.271.511	189.907.521
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.736.371	10.210.663	12.947.034
129	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	705.000	3.904.340	4.609.340
333	EMPREGABILIDADE	2.454.974	7.701.467	10.156.441
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.101.000	345.000	1.446.000
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	100.000	701.035	801.035
695	TURISMO	7.190.000	6.488.000	13.678.000
	TOTAL DA FUNÇÃO	772.274.063	2.661.469.720	3.433.743.783



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório VII - Demonstrativo por Função e Subfunção

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO			
SFC	DESCRIÇÃO DA SUBFUNÇÃO	VALOR 2018	VALOR 2019-2021	TOTAL
06	SEGURANÇA PÚBLICA			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	163.483.619	546.165.853	709.649.472
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	7.000	37.396	44.396
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	65.000	131.514	196.514
181	POLICIAMENTO	91.937.356	310.945.966	402.883.322
182	DEFESA CIVIL	2.017.000	7.097.534	9.114.534
183	INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	180.000	400.000	580.000
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	260.000	1.182.337	1.442.337
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.000	9.511	11.511
	TOTAL DA FUNÇÃO	257.951.975	865.970.111	1.123.922.086
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	43.878.636	148.353.674	192.232.310
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.109.000	2.987.842	4.096.842
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	80.000	250.000	330.000
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	21.707.528	61.098.899	82.806.427
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	43.002.670	131.873.831	174.876.501
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	19.077.000	37.017.014	56.094.014
	TOTAL DA FUNÇÃO	128.854.834	381.581.260	510.436.094
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	769.835.355	2.584.776.446	3.354.611.801
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	20.000	30.000	50.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	83.034	199.862	282.896
	TOTAL DA FUNÇÃO	769.938.389	2.585.006.308	3.354.944.697
10	SAÚDE			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	387.981.480	1.444.308.858	1.832.290.338
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.304.000	10.165.158	13.469.158
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório VII - Demonstrativo por Função e Subfunção

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	VALOR 2018	VALOR 2019-2021	TOTAL
SFC	DESCRIÇÃO DA SUBFUNÇÃO			
		1.167.697	1.650.000	2.817.697
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
		521.000	2.073.000	2.594.000
301	ATENÇÃO BÁSICA			
		449.775.293	1.399.672.880	1.849.448.173
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL			
		1.327.797.787	4.458.074.870	5.785.872.657
303	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO			
		52.809.454	153.329.874	206.139.328
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
		49.249.681	149.467.256	198.716.937
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			
		2.970.000	11.617.000	14.587.000
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO			
		100.000	300.000	400.000
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA			
		6.000.000	36.872.086	42.872.086
604	DEFESA SANITÁRIA ANIMAL			
		272.000	792.880	1.064.880
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			
		6.110.000	18.330.000	24.440.000
	TOTAL DA FUNÇÃO	2.288.058.392	7.686.653.862	9.974.712.254
11	TRABALHO			
333	EMPREGABILIDADE			
		7.562.566	18.746.406	26.308.972
	TOTAL DA FUNÇÃO	7.562.566	18.746.406	26.308.972
12	EDUCAÇÃO			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
		105.925.153	354.188.138	460.113.291
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS			
		32.000	96.000	128.000
361	ENSINO FUNDAMENTAL			
		1.128.676.467	4.005.143.967	5.133.820.434
362	ENSINO MÉDIO			
		412.000	1.286.000	1.698.000
363	ENSINO PROFISSIONAL			
		336.000	1.578.059	1.914.059
364	ENSINO SUPERIOR			
		30.000	90.000	120.000
365	EDUCAÇÃO INFANTIL			
		232.504.081	986.339.977	1.218.844.058
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
		3.446.000	11.658.631	15.104.631
367	EDUCAÇÃO ESPECIAL			
		732.500	2.197.500	2.930.000
368	EDUCAÇÃO BÁSICA			
		139.524.523	434.292.960	573.817.483
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA			
		9.000.000	54.488.424	63.488.424



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório VII - Demonstrativo por Função e Subfunção

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	VALOR 2018	VALOR 2019-2021	TOTAL
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	2.000	13.488	15.488
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	4.000	12.000	16.000
	TOTAL DA FUNÇÃO	1.620.624.724	5.851.385.144	7.472.009.868
13	CULTURA			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.144.707	35.134.973	45.279.680
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	50.000	175.500	225.500
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2.905.000	10.912.350	13.817.350
391	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	12.690.889	16.427.639	29.118.528
392	DIFUSÃO CULTURAL	30.950.851	107.177.678	138.128.529
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	20.322.365	155.663.593	175.985.958
	TOTAL DA FUNÇÃO	77.063.812	325.491.733	402.555.545
14	DIREITOS DA CIDADANIA			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	155.000	186.684	341.684
125	NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	21.128.050	69.290.952	90.419.002
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	648.500	1.700.400	2.348.900
242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	829.000	2.599.410	3.428.410
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	6.175.688	22.829.180	29.004.868
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.019.000	2.147.626	3.166.626
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	51.315.509	188.864.988	240.180.497
	TOTAL DA FUNÇÃO	81.270.747	287.619.240	368.889.987
15	URBANISMO			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	33.811.711	114.114.084	147.925.795
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	11.912.510	23.757.034	35.669.544
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	5.000	15.000	20.000
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	37.579.042	118.400.243	155.979.285
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	235.059.398	1.201.772.942	1.436.832.340



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório VII - Demonstrativo por Função e Subfunção

FUNÇÃO		VALOR 2018	VALOR 2019-2021	TOTAL
SFC	DESCRIÇÃO DA SUBFUNÇÃO			
452	SERVIÇOS URBANOS	324.056.680	1.089.355.579	1.413.412.259
453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	4.696.500	14.373.172	19.069.672
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	52.000	206.000	258.000
543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	1.500.000	6.000.000	7.500.000
544	RECURSOS HÍDRICOS	10.450.000	44.458.450	54.908.450
TOTAL DA FUNÇÃO		659.122.841	2.612.452.504	3.271.575.345
16	HABITAÇÃO			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.647.169	12.350.621	15.997.790
482	HABITAÇÃO URBANA	67.415.592	313.675.472	381.091.064
TOTAL DA FUNÇÃO		71.062.761	326.026.093	397.088.854
17	SANEAMENTO			
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.000.000	24.127.861	28.127.861
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	103.000	515.659	618.659
TOTAL DA FUNÇÃO		4.103.000	24.643.520	28.746.520
18	GESTÃO AMBIENTAL			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	98.111.817	329.372.351	427.484.168
125	NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	5.262.853	11.347.000	16.609.853
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	587.563	2.020.301	2.607.864
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.000	13.488	15.488
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	5.530.234	18.967.040	24.497.274
542	CONTROLE AMBIENTAL	2.220.000	9.180.000	11.400.000
543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	800.000	6.186.747	6.986.747
813	LAZER	2.000	13.488	15.488
TOTAL DA FUNÇÃO		112.516.467	377.100.415	489.616.882
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA			



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório VII - Demonstrativo por Função e Subfunção

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO			
SFC	DESCRIÇÃO DA SUBFUNÇÃO	VALOR 2018	VALOR 2019-2021	TOTAL
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.618.831	8.902.161	11.520.992
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.614.374	19.964.262	25.578.636
333	EMPREGABILIDADE	48.000	143.219	191.219
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	122.000	372.160	494.160
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	200.000	723.853	923.853
695	TURISMO	381.218	1.800.485	2.181.703
	TOTAL DA FUNÇÃO	8.984.423	31.906.140	40.890.563
20	AGRICULTURA			
605	ABASTECIMENTO	1.011.000	1.981.565	2.992.565
	TOTAL DA FUNÇÃO	1.011.000	1.981.565	2.992.565
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS			
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.798.608	9.398.458	12.197.066
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	40.000	840.000	880.000
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	20.629.712	108.917.194	129.546.906
695	TURISMO			
	TOTAL DA FUNÇÃO	23.468.320	119.155.652	142.623.972
24	COMUNICAÇÕES			
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	7.785.343	25.770.456	33.555.799
695	TURISMO	24.000	90.000	114.000
	TOTAL DA FUNÇÃO	7.809.343	25.860.456	33.669.799
25	ENERGIA			
752	ENERGIA ELÉTRICA	101.700.000	391.524.355	493.224.355
	TOTAL DA FUNÇÃO	101.700.000	391.524.355	493.224.355
27	DESPORTO E LAZER			
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	8.416.886	24.395.730	32.812.616



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

Relatório VII - Demonstrativo por Função e Subfunção

FUNÇÃO		DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO		
SFC	DESCRIÇÃO DA SUBFUNÇÃO	VALOR 2018	VALOR 2019-2021	TOTAL
811	DESPORTO DE RENDIMENTO	634.184	1.373.042	2.007.226
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	5.945.811	21.246.958	27.192.769
813	LAZER	1.821.016	8.705.677	10.526.693
TOTAL DA FUNÇÃO		16.817.897	55.721.407	72.539.304
28	ENCARGOS ESPECIAIS			
843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	93.000.000	254.000.000	347.000.000
844	SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	82.000.000	293.000.000	375.000.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	93.482.521	386.643.415	480.125.936
TOTAL DA FUNÇÃO		268.482.521	933.643.415	1.202.125.936
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	32.482.883	113.876.214	146.359.097
TOTAL DA FUNÇÃO		32.482.883	113.876.214	146.359.097
		7.547.035.557	26.493.708.121	34.040.743.678
		PPA 2018	PPA 2019-2021	TOTAL PPA

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MONITORAMENTO - COPLAM
SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO - SIOFOR



**Prefeitura de
Fortaleza**

Secretaria Municipal do
Planejamento, Orçamento e Gestão